



EXTRAPRENSA

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

USP

CELACC/ECA/USP
v. 13 n. 2. (2020)
e-ISSN: 2236-3467

**Perspectivas para a América Latina
em tempos de crise**

[EQUIPE EDITORIAL]

Diretor

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Editor Responsável

Prof. Dr. Silas Nogueira

Editores Científicos

Profª Drª. Fabiana Félix do Amaral e Silva

Prof. Dr. Frederico Daia Firmiano

Prof. Dr. Wilton Garcia

Editor Executivo

Luís Antonio Matos

Capa e Projeto Gráfico

Jaqueline Restrepo Díez

Diagramação

Ricardo Issao Sato – Tikinet

Revisão de Textos

Mônica Silva e Camila Barcaro – Tikinet

Conselho Deliberativo

Prof. Dr. Luiz Cláudio Bittencourt (UNESP)

Prof. Dr. José Luiz Proença (USP)

Profª Drª Kátia Maria Kodama (UNESP)

Prof. Dr. Luciano Victor Barros Maluly (USP)

Profª Drª Luiza Cristina Lusvarghi (UNINOVE)

Prof. Dr. Ricardo Alexino Ferreira (USP)

Conselho Científico

Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho (USP)

Prof. Dr. Alfonso Gumucio Dagron (UNESCO) Bolívia

Profª Drª Andreia Terzariol Couto (UNIP)

Profª Drª Maria Ângela Pavan (UFRN)

Profª Drª Tatiana Gutiérrez Alarcón (UNIMINUTO),
Bogotá, Colômbia.

Prof. Dr. Angel Mestres Vila (Universitat de Barcelona)
Espanha

Prof. Dr. Enio Moraes Jr (ESPM)

Profª Drª Fabiana Lopes Cunha (UNESP)

Prof. Dr. Jordi Tresserras (Universitat de Barcelona)
Espanha

Prof. Dr. Luis Pablo Martínez (Universitat de València)
Espanha

Profª Drª Maria Thereza Oliveira Azevedo (UFMT)

Profª Drª Marta Regina Maia (UFOP)

Prof. Dr. Paul Heritage (University of London)
Reino Unido

Prof. Dr. Valdemar Filho Siqueira (UFERSA)

Prof. Dr. Wilton Garcia (FATEC/UNISO)



CELACC

**Centro de Estudos
Latino-Americanos
sobre Cultura
e Comunicação**

**Centro de Estudos
Latino-Americanos sobre Cultura
e Comunicação (Celacc)**

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443
Prédio 09, Sala 08 - Cidade Universitária
Butantã - São Paulo - SP
CEP. 05508-010
Tel/Fax: (11) 3091-4327
E-mail: celacc@usp.br



EXTRAPRENSA

CULTURA E COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Ano XIII - n. 2 (jan. - jun. 2020)



Extraprensa: cultura e comunicação na América Latina / Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - v. 13, n. 2. (jan./jun. 2020) - São Paulo: CELACC-ECA-USP, 2019.

Perspectivas para a América Latina em tempos de crise.

Semestral
ISSN 1519-6895
e-ISSN 2236-3467

1. Comunicação - América Latina 2. Cultura - América Latina I. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes. Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação.

CDD 22.ed. - 302.2098

Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado
CRB-8/6194

AGUIA

**AGÊNCIA USP DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO ACADÊMICA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

7

A arte e a cultura em
tempos de pandemia:
os vários vírus que nos assolam

Lia Calabre

22

Os precedentes da tormenta: crise do
capital e a ascensão do conservadorismo
ao comando do estado brasileiro

Frederico Daia Firmiano

41

A contribuição da Missão Kemmerer
na configuração dos estados latino-
americanos: o caso chileno (1930-1940)

Vera Lucia Vieira, Tiago Santos Salgado

60

Ditadura recalcitrante?

Marcelo Negri Soares, Isabela Brasil,
Ellaysse Braga

74

Decolonização da vivência religiosa
como estratégia comunicacional

Denise Rodrigues Soares, Suzete Aparecida,
Gomes Silva (*in memoriam*),
Luciene de Oliveira Dias

91

Jornalismo e humanização:
heranças eurocêtricas no
pensar e no fazer jornalísticos

Jorge Kanehide Ijuim

109

Crises através dos tempos:
um discurso crítico de
Ernesto Sábato

Carla Fatio

123

Influência das redes sociais de informação
no rádio e na veiculação musical

Marcos Júlio Serogl, Karen Helena Bueno
Lanfranchi

144

Um ano sem Marielle Franco: marcas
narrativas na imprensa brasileira

Gabriela Santos Alves, Sthefany Duhz Cavaca

163

Ciência, tecnologia, inovação, comunicação
e ética nos tempos da Covid-19 na América
Latina: entrevista com Efrain Pantaleón
Matamoros e Felipe Chibás Ortiz

Wania Torres, Rachel Fischer

IV SICCAL – Trabalho apresentado
no IV Simpósio Internacional
de Cultura e Comunicação na
América Latina (2018)

183

Diversidade nas pautas jornalísticas:
o caso das periferias paulistanas

Cláudia Nonato

217

Elementos de identidade em iniciativas
de jornalismo independente

Edgard Patrício, Raphaele Batista

199

Ações coletivas de mães em luto da zona
leste de São Paulo: o papel da rede social
digital *facebook* na resignificação do luto

Maria da Glória Calado

Apresentação

Perspectivas para a América Latina em tempos de crise

A *Revista Extraprensa* apresenta trabalhos que refletem sobre o atual momento, marcado pela pandemia do coronavírus que tem vitimado, principalmente, as classes subalternas nos países latino-americanos. Dentre as pesquisas apresentadas nesta edição, cabem alguns destaques que nos mostram como o termo “crise” é onipresente em diversas áreas da atuação humana em sociedade: econômica, social, política, religiosa, moral, comunicacional, cultural e científica.

Nesta edição, abordaremos temas diversos que perpassam, por exemplo, pela análise das políticas artísticas e culturais no Brasil, por meio do artigo da historiadora dra. Lia Calabre, “A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam”; ou por uma abordagem da recente história brasileira, proporcionada pelo artigo do prof. Frederico Daia Firmiano, “Os precedentes da tormenta: crise do capital e a ascensão do conservadorismo ao comando do Estado brasileiro”. Em ambos temos um diagnóstico da situação atual do Brasil em seus respectivos campos de conhecimento que nos dão pistas para sua boa compreensão.

Desde 2008, com a crise do sistema financeiro internacional, novas configurações político-econômicas combinam liberalização dos mercados e privatizações, conservadorismo nos costumes e questionamento dos princípios democráticos. Isso ocorre após um período de

redemocratização e de fortalecimento de movimentos sociais na América Latina nas últimas décadas do século XX e primeiras do XXI. A agenda de ajuste econômico global, imposta pelo capital, força as economias latino-americanas a redirecionarem para políticas de concepção neoliberal, aprofundando problemas estruturais e sociais não solidamente resolvidos durante as gestões de governos progressistas.

Historicamente, é importante entendermos as contradições socioeconômicas presentes nas sociedades latino-americanas durante todo o século XX e início do XXI para pensarmos em perspectivas que apontem para novas possibilidades de ação. Nessa linha histórica, temos o trabalho dos pesquisadores prof. Tiago Santos Salgado e prof.^a Vera Lucia Vieira, intitulado “A contribuição da Missão Kemmerer na configuração dos Estados latino-americanos: o caso chileno (1930 – 1940)”, no qual abordam a exitosa missão dos Estados Unidos na remodelação dos modelos econômicos da região em benefício próprio, mas com desdobramentos e consequências estruturais que nos permitem compreender o atual estado das coisas na região.

As reflexões apresentadas pela pesquisadora dra. Carla Fatio, em seu artigo “Crises através dos tempos: um discurso crítico de Ernesto Sábato”, nos contemplam com a atualidade do pensamento desse escritor e artista argentino que, ao longo de sua trajetória intelectual e artística, “dedicou-se a desvendar o medo que abatia a civilização moderna de forma contínua e ascendente”. Suas reflexões filosóficas

sobre as temáticas da depressão, crises e angústias provocadas por uma sociedade cega na fé do progresso técnico e material nos fazem dialogar com o “novo normal” imposto pela pandemia, que ocasionou uma ruptura no comportamento das sociedades contemporâneas.

O tema da decolonização continua gerando bons frutos que indicam novas perspectivas de abordagem para a prática da “Vivência religiosa como estratégia comunicacional” ou “As heranças eurocêntricas no pensar e no fazer jornalísticos”, respectivamente pesquisas da prof.^a Luciene de Oliveira Dias e sua equipe e do prof. Jorge Kanehide Ijuin. Aqui, temos trabalhos que questionam a ordem estabelecida, vigente na lógica da herança ocidental de países latino-americanos, e propõem formas de repensar o processo comunicacional que se dá tanto no campo das práticas religiosas como no campo do fazer jornalístico.

A crise atual potencializada pela Covid-19 enseja novos desafios para sua superação, sobretudo para os países latino-americanos, por conta das suas especificidades históricas, políticas, sociais e culturais. É o que nos mostram os dois professores pesquisadores dr. Efraim Pantaleón Matamoros e dr. Felipe Chibás Ortiz, por meio da entrevista “Ciência, tecnologia, inovação, comunicação e ética nos tempos da Covid-19 na América Latina”, realizada pela jornalista Wania Torres e pela pesquisadora Rachel Fischer. O relato desses dois cientistas demonstra como a pandemia expôs a nu as contradições do continente latino-americano e aponta possíveis caminhos a serem seguidos para a superação dos problemas decorrentes, levando em consideração as especificidades culturais

próprias de cada país, além, é claro, da experiência praticada nos outros continentes assolados pela Covid-19.

Os exemplos das pesquisas aqui expostas, resultantes da interdisciplinaridade e da multidisciplinaridade do conhecimento, instigam ao desafio intelectual de se construir diagnósticos e perspectivas para os países que compõem o continente latino-americano nas mais diversas áreas, motivando-nos a fazer uma verdadeira reflexão sobre o já realizado e sinalizar para novas possibilidades.

Ótima leitura para todos!

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

Junho de 2020

Coordenador do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC)

A ARTE E A CULTURA EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS VÁRIOS VÍRUS QUE NOS ASSOLAM

[ARTIGO]

Lia Calabre

Universidade Federal Fluminense

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo contém algumas reflexões sobre a conjuntura no campo das artes e da cultura no momento que antecede a explosão da pandemia no país, tendo como preocupação a contextualização da problemática das políticas públicas de cultura. Desenvolve, em seguida, uma discussão sobre as urgências impostas pela pandemia do coronavírus e as especificidades do setor cultural, trazendo uma primeira visada do Projeto de Lei nº 1.075 de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural.

Palavras-chave: Políticas Públicas de Cultura. Coronavírus. Projeto de Lei nº 1.075. Emergência Cultural. Arte e Cultura.

This article presents some reflections about art and culture environment, as well as the public policies developed for this sector, before the Covid-19 pandemic in Brazil. The research also presents the urgency that this new situation represents to the culture sector, and the article also discuss the federal Bill No. 1,075 of 2020, which is responsible for emergency actions to the culture sector.

Keywords: Cultural Public Policies. Coronavirus. Bil nº 1,075 of 2020. Culture Emergency. Art and Culture.

Este artículo reflexiona sobre la coyuntura en el campo de las artes y de la cultura en la época anterior a la pandemia en Brasil, teniendo como preocupación la contextualización de la problemática de las políticas públicas para la cultura. A continuación, desarrolla un debate sobre las urgencias impuestas por la pandemia del coronavirus y las especificidades del sector cultural, aportando una primera reflexión sobre el proyecto de Ley 1.075 de 2020, que dispone sobre acciones de emergencia dirigidas al sector cultural.

Palabras clave: Políticas Públicas de la Cultura. Coronavirus. Proyecto de Ley 1.075. Emergencia Cultural. Arte y Cultura.

Apresentação

Na atualidade, o Brasil enfrenta alguns vírus que atingiram pesadamente o setor cultural. O primeiro a destacar é o coronavírus, que obrigou a adoção das medidas de isolamento social, acarretando a paralização das atividades artísticas e culturais. Mas ele não é o único. A arte e a cultura do país vêm sofrendo ataques sistemáticos de outros vírus, como o da intolerância, o do autoritarismo, o do obscurantismo, o do conservadorismo, todos propagados no fértil ambiente criado por um grupo que ascendeu ao poder, em especial ao governo federal, na gestão que teve início em 2019.

Este artigo contém algumas reflexões sobre a conjuntura no campo das artes e da cultura, no momento que antecede a explosão da pandemia no país, tendo como preocupação a contextualização da problemática das políticas públicas de cultura. Desenvolve, em seguida, uma discussão sobre as urgências impostas pela pandemia do coronavírus e as especificidades do setor cultural, trazendo uma primeira visada do Projeto de Lei (PL) nº 1.075 de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural (BRASIL, 2020).

O país assiste, ainda um pouco atordado, há mais de um ano, a um processo contínuo e planejado de desmonte das políticas, dos programas e das ações culturais construídas a partir do início dos anos 2000. Tal processo de devastação cultural atinge, inclusive, algumas políticas que tiveram sua origem no século anterior.

A crise do coronavírus encontrou um setor cultural repleto de problemas,

buscando construir alternativas de sobrevivência, implementando iniciativas de enfrentamento às questões persecutórias, durante um momento de muita perplexidade. Começavam também a ter lugar algumas ações e iniciativas de resistência aos outros vírus, e isso é importante registrar. Em janeiro de 2020, por exemplo, ocorreu em São Paulo o Festival Verão Sem Censura, que acolheu manifestações culturais que por algum tipo de censura haviam sido impedidas de ser realizadas. O Festival tinha como um dos objetivos apoiar e fortalecer “a resistência ao ataque à cultura e aos artistas no Brasil” (FESTIVAL..., 2020), segundo um artigo elaborado pela Secretaria Especial de Comunicação da Prefeitura de São Paulo no dia 20 de dezembro de 2019. Afirmava o Secretário Municipal de Cultura, no mesmo artigo, que essa era uma “medida de valorização da nossa cultura” e não um “projeto de antagonismo ao Governo Federal” (FESTIVAL..., 2020).

A cultura e o poder executivo federal: tempos sombrios

O ano de 2020 tem início com o setor cultural lutando tanto contra a diminuição drástica de investimentos federais de aplicação direta pela agora Secretaria Especial da Cultura quanto contra a tentativa de esvaziamento dos recursos que circulavam por meio das leis federais de incentivo – um mecanismo de mercado que foi duramente atacado por muitos dos seguidores do atual governo a partir de um discurso criminalizador do fazer cultural. Começaram a ser elaborados e divulgados, pelo governo e

seus seguidores, discursos e notícias que buscavam comprovar a apropriação indébita dos recursos federais com finalidades políticas por artistas e realizadores, ou ainda com objetivos de divulgação de ideologias que corromperiam o imaginário e a imagem do país.

Dois apontamentos esclarecedores são importantes de serem aqui feitos. O primeiro é o de que o grupo que alça o governo atualmente teve baixa adesão ao seu projeto da parte dos grupos culturais e artísticos, logo, passa a classificar a área como sob o domínio da “oposição esquerdista”. Em um artigo sobre a atuação político-cultural do atual governo federal, o estudioso Albino Rubim (2020, p. 11) aponta para o fato de que nesse início de século XXI,

o campo cultural tem sido agente ativo do processo de luta democrática no país desde 2016, atuando contra o golpe de 2016; contestando a gestão Temer entre 2016-2018; apoiando em 2018 a candidatura presidencial de Lula e, após sua interdição arbitrária, a candidatura de Fernando Haddad; fazendo oposição ao candidato (2019) e depois à gestão Messias Bolsonaro (2019 em diante).

O segundo ponto a ressaltar é o de que no caso da principal das leis de incentivo, a Lei Rouanet, já havia sido feita uma série de diagnósticos sobre o conjunto dos problemas de distribuição desigual de recursos existentes, assim como era pública a necessidade de sua substituição ou seu aperfeiçoamento. Essas reflexões críticas ao mecanismo vinham sendo desenvolvidas ao longo da última década e meia e resultaram na elaboração de um PL que prevê a reestruturação do mecanismo de

financiamento (tal projeto se encontra em tramitação no Congresso Nacional). Porém, não foram necessariamente os motivos da distribuição desigual de recursos que desencadearam os ataques às leis de incentivo à cultura pelo atual Presidente da República e seus apoiadores e, sim, a posição de resistência democrática apresentada por parte significativa do setor.

Recuando um pouco mais no tempo, podemos verificar que na área das artes e da cultura já vivia um processo de agravamento da crise desde o ano de 2016, quando houve a ameaça de extinção do Ministério da Cultura (Minc). Ainda que o Minc tenha sido extinto e imediatamente recriado – resultado dos protestos e mobilização nacional dos grupos artísticos e culturais, terminou sofrendo cortes orçamentários, descontinuidade de ações e esvaziamento da capacidade operacional. Buscando estratégias de sobrevivência e outros modelos de sustentação, o setor cultural, cada vez mais, vinha utilizando as alternativas de fomento locais (dos municípios e estados) além da ampliação de campanhas de financiamento coletivo ou, mesmo, mantendo a sobrevivência através da renda obtida nas bilheterias. Logo, a chegada da pandemia e a suspensão de todas as atividades presenciais afetam o setor, que já estava desprovido de recursos, e no qual a grande maioria dos artistas e produtores se encontravam sem nenhuma reserva financeira. Desde 2019, já vinha se verificando o aumento das dificuldades de manutenção dos projetos de todas as naturezas, podemos falar, inclusive, de crise nos grandes eventos com calendário fixo e várias edições realizadas, como é o caso do festival de cinema do Rio ou da feira literária de Parati.

O novo governo bloqueou ou descontinuou inúmeras ações que eram realizadas com recursos próprios do governo federal através de editais e parcerias, com estados e municípios, tanto os do antigo Ministério da Cultura, quanto os da Fundação Nacional de Artes (Funarte) e de outras instituições vinculadas. Recomendou, ainda, que as estatais, como a Petrobrás, deixassem de ser patrocinadoras de eventos e atividades artísticas. Em 7 de fevereiro de 2019, o jornal *Folha de São Paulo* noticiava que “a direção da Petrobrás estava avaliando romper contratos de patrocínio cultural firmados em governos anteriores”; segundo o governo, o estado teria outras prioridades (ALINHADA..., 2019). O jornal *Brasil de Fato*, em 21 de fevereiro de 2019 noticia que “para artistas e produtores, revanchismo do governo motivou ataque ao maior programa de incentivo à cultura do país” (MIRANDA, 2019), ainda segundo a reportagem, uma das principais consequências do desmonte do programa ia ser a perda de milhares de postos de trabalho, como exemplo a reportagem cita que, segundo informação de um diretor cinematográfico, a produção de um filme mobiliza uma média de cem postos diretos e duzentos postos indiretos de trabalho. Também estavam suspensas as chamadas para apoio a projetos com recursos do Fundo Nacional de Cultura. Enfim, vinha em curso, antes da pandemia do coronavírus, uma espécie de cruzada contra o dito marxismo cultural que, segundo alguns representantes do atual governo, domina a área artística e cultural e que deveria ser duramente combatida.

Albino Rubim (2020, p. 3) afirma que:

A gestão Bolsonaro elegeu a cultura como inimiga, em conjunto com a educação, as

ciências, as artes, as universidades públicas e os temas relativos às chamadas minorias, em especial às manifestações de gênero, afro-brasileiras, LGBT e dos povos originários. No caso da cultura, o governo se caracteriza pelas agressões às liberdades de criação e de expressão, pela volta da censura; pelo desmonte das instituições culturais; pela demonização da cultura e das artes e pela deliberada intenção de asfixiar financeiramente a cultura.

É nesse contexto que com a chegada da pandemia – em meio à proibição das aglomerações, com a imposição do isolamento social –, a música, o teatro, a literatura, a arte em geral, foram saudadas como canais de escape fundamentais da solidão, como alimento da alma, como alento e esperança de tempos e vidas sãs. Seja através de suportes já consagrados, como os livros impressos, os CD de música, seja através da internet em um volume muito maior, ou ainda nas janelas e varandas das casas, por todo mundo, temos assistido à ampliação do consumo de produtos culturais, da valorização da cultura e do uso do tempo diário com atividades de arte e cultura.

Também ocorreu um fenômeno de produção de arte e cultura on-line, presente nas mais diversas redes sociais. Para refletirmos sobre as transformações em curso é importante nos perguntarmos: como era esse fenômeno antes da pandemia? Nesse sentido, um estudo sobre o uso da tecnologia de informação e comunicação no Brasil, publicado em 2018, nos alertava que:

No campo da cultura, as novas tecnologias digitais têm afetado a criação, disseminação e fruição de bens culturais, sobretudo por meio da internet, alterando

substancialmente mercados já estabelecidos e, em alguns casos, criando novas formas de consumo e circulação de produtos (MARANHÃO, 2019, p. 21).

João Leiva e Ricardo Meirelles (TIC CULTURA, 2018) informam que em 2017, no Brasil, o percentual de usuários da internet chegava a 67% da população¹, mas com grandes variações entre graus de instrução, classes sociais e faixas etárias (e certamente da qualidade do acesso à rede). Quando esses 67% de usuários, divididos por faixas de renda, foram questionados sobre o uso mais ativo na internet – compartilhamento de conteúdos, textos, imagens, fotos, vídeos ou músicas criados pelo usuário – tivemos uma variação percentual pequena entre as classes sociais: 35% das classes D e E; 36% da C; 39% da B; e 39% da A. Passando para a divisão etária, os números se encontram um pouco mais concentrados na faixa de 16 a 34 anos. Isso nos aponta para um percentual de interesse similar na internet como canal de divulgação dos próprios trabalhos nas diversas faixas de renda. É um indicador interessante de um uso massivo da tecnologia de informação na busca de uma distribuição da produção mais democrática, porém, não tenhamos a ingenuidade de pensar que esse uso se dá em condições tecnológicas similares.

Em estudos próximos a serem feitos sobre os usos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), certamente, teremos esses percentuais significativamente alterados. Um sem-número de

compartilhamentos de gravações caseiras, de lives, de escritos em geral, de materiais de arquivo, de material comercial disponibilizado de maneira gratuita no Youtube, de produções amadoras e profissionais povoaram e vêm preenchendo a vida dos internautas. Muitos desses encontros virtuais vêm emocionando, permitindo trocas interpessoais (ainda que não presenciais), alimentando a confiança e a esperança de tempos melhores por vir. Poderíamos aqui citar uma série de iniciativas criativas, fantásticas, generosas e voluntárias que tem circulado na rede produzida pelos mais diferentes fazedores de cultura, artistas de várias linguagens. A sociedade civil, os artistas em especial, tem se mobilizado. Porém, como estão sendo as ações da gestão pública de cultura no Brasil diante da pandemia? Como estão as condições de sobrevivência desses trabalhadores da cultura? O que o Estado tem feito a respeito disso?

Quem são esses trabalhadores da cultura por trás das antigas e das novas criações. Como sobrevivem, ou não, aos tempos de pandemia? Quais são ou quais deveriam ser as ações do Estado na criação de políticas e programas públicos emergenciais para o setor da cultura? Como estão sendo pensadas as ações de futuro? Há algum planejamento de um processo de transição que permita a esses trabalhadores o retorno gradativo das atividades no fim do isolamento?

O Brasil tem recebido fortes críticas de organismos nacionais e internacionais pela falta de planejamento e baixo grau de administração da crise da pandemia em todos os setores. Logo, com a cultura não seria diferente. Há um completo (e propositado?) imobilismo no governo federal! Passados mais de sessenta dias de quarentena, não

¹ Por exemplo, temos 96% de usuários na classe A e 42% nas classes D e E, ou 95% entre os que têm nível superior e 54% entre os que têm nível fundamental de ensino (MARANHÃO, 2019, p. 30).

havia sido pensados ou direcionados recursos para ações emergenciais na cultura. Isso não significa necessariamente dizer que não há recursos, eles existem na pasta da cultura, são de diversas naturezas e poderiam ser acionados para uma ação emergencial. Nesses quinhentos dias de governo, festejados no dia 15 de maio de 2020, o processo de esvaziamento da área da cultura pode ser avaliado pela instabilidade na chefia da pasta, que já teve quatro titulares e seguia acéfala aguardando o quinto ocupante (Henrique Pires, Ricardo Braga, Roberto Alvim e Regina Duarte).

Dentro dos próprios quadros do governo houve um movimento forte de resistência à pessoa da Secretária Especial da Cultura, Regina Duarte – nomeada pelo presidente em março de 2020 (no momento do início da pandemia) e exonerada em maio – em especial, pelos segmentos que se tornaram hegemônicos dentro da área (como terraplanistas, olavistas, negacionistas, os grupos neopentecostais e outros). A nova secretária não foi, de maneira alguma, progressista ou defensora da democracia, é uma eleitora bolsonarista de primeira hora, defensora do governante, mas não parecia disposta a perseguir e patrulhar ideologicamente a área, como desejam certos grupos próximos ao presidente. Nenhuma medida de liberação de recursos foi tomada nesse período, nem estudos de qualquer natureza foram apresentados. O silêncio absoluto da Secretária sobre a crise, no período em que esteve à frente da pasta, resultou em uma grande campanha da área artística nas redes sociais com a pergunta: onde está Regina? Alguém viu Regina Duarte?

Sobre recursos existentes a serem liberados, temos como exemplo o Fundo Setorial

do Audiovisual (FSA), que acumulou vultosos recursos (em 2018 foram R\$724 milhões), que estão contingenciados. O FSA não pode ser utilizado para outros fins, ainda que muitos grupos o desejassem e até mesmo tenham tentado. O governo tentou retirar a gestão do FSA da Agência Nacional do Cinema (Ancine) no segundo semestre de 2019, como não obteve êxito enviou ao Congresso um PL que previa um corte de 43% do orçamento do Fundo. A liberação desses recursos, se distribuídos em editais de médio e pequeno portes de maneira emergencial em parceria com estados e municípios, permitiriam a remuneração da ampla cadeia produtiva da produção fílmica (integrada por diretores, atores, técnicos em geral, diversas áreas de criação como a música, entre outros). Há uma demanda das áreas de produção do audiovisual estaduais e municipais que parte desses recursos voltem a ser descentralizados, o que geraria um alívio financeiro fantástico ao setor, mas parece uma ação difícil de se realizar. O projeto de destruição de todos mecanismos de apoio do governo federal à cultura segue firme em curso, é como se não houvesse urgência, fome e desemprego grave na área.

Mobilização do setor cultural e seus desdobramentos

Diante do quadro de completa suspensão de todas as atividades artísticas e culturais e da falta de qualquer perspectiva de retorno, parte do setor cultural começou a se mobilizar em busca da garantia do apoio do Estado, nos diversos níveis de governo. Alguns governos estaduais e municipais

responderam positivamente, implementando ações variadas, ora de baixo impacto, até iniciativas abrangentes e mais efetivas.

Um exemplo de implementação de ações abrangentes e estruturadas é o da Secretaria das Culturas de Niterói. Este é um município fluminense, que foi a antiga capital do Estado do Rio de Janeiro e que tem cerca de 513 mil habitantes². Com o início da pandemia, Niterói teve 32 unidades culturais fechadas, sejam de gestão da iniciativa privada ou do poder público, e 335 atividades artístico-culturais da Secretaria Municipal das Culturas suspensas. A primeira medida tomada com a decretação do isolamento social e paralização de todas as atividades foi a criação imediata do projeto Arte na Rede, que teve sua primeira apresentação ainda em março (dia 23). No site da Secretaria (O ARTE..., 2020) temos a apresentação da ação:

por entender o valor das/os profissionais de cultura e fazedoras/es de arte de nossa cidade e também do papel da arte/cultura na sociedade, a SMC/FAN irá fazer uma série de transmissões ao vivo com apresentações artísticas remuneradas e também podcasts. A realização desse projeto é o desdobramento do GT criado pela SMC/FAN, em acordo com o Conselho Municipal de Políticas Culturais, para dialogar propostas de mitigação dos possíveis impactos no setor cultural e ofertas soluções ao comitê de crise instituído pelo Prefeito.

² É importante mencionar que o município de Niterói de destacou (nacional e internacionalmente) no conjunto das medidas adotadas no combate à pandemia, desde o isolamento social e o controle de fluxo de não moradores pelo município, até a fiscalização do cumprimento das regras de reabertura das atividades em geral.

Assim que foi decretado o início do isolamento social, a Secretaria das Culturas e a Fundação de Artes de Niterói, em acordo com o Conselho Municipal de Política Cultural de Niterói, criou um Grupo de Trabalho para debater e propor ações, tendo em vista os possíveis impactos que resultariam da pandemia e seus desdobramentos sobre o setor. As ações foram inicialmente pensadas para os meses de março a junho.

A primeira iniciativa a ser implementada foi o Edital Arte na Rede (citado anteriormente), que selecionou duzentas propostas, com a remuneração de R\$ 1.500,00 para cada uma (cerca de U\$ 270,00). A essa iniciativa seguiram-se outras. Entre as características da área cultural brasileira, hoje está a de que muitos artistas, produtores, artesãos etc., estão registrados como Microempresários Individuais (MEI). A Secretaria de Fazenda do Município de Niterói implementou um auxílio de R\$ 500,00 mensais aos MEI da região (por três meses), sendo que entre os 9.762 MEI cadastrados para receber o auxílio, 3.950 (45%) tinham a atividade cultural como a principal ou a secundária. A Secretaria também providenciou o adiantamento do pagamento de ações aprovadas que ocorreriam nos próximos meses, assim como o pagamento de 50% do cachê de espetáculos cancelados que seriam realizados nos equipamentos da prefeitura. Os convênios, como os dos Pontos de Cultura, seguiram para homologação, assim como os dos proponentes que foram contemplados no edital de fomento ao audiovisual e do fomento direto da Secretaria. Enfim, verifica-se uma preocupação em garantir o máximo de recursos possíveis para que a área atravessasse o período do isolamento de forma menos precária.

Também foi incentivada a compra de ingressos de espetáculos futuros, revertendo os valores obtidos em cestas básicas para serem distribuídas entre os artistas em situação de vulnerabilidade social.

As mobilizações e demandas direcionadas ao Poder Executivo Federal, inclusive por artistas consagrados, foram ignoradas. Dentro dos quadros do governo federal, foi o Poder Legislativo o que mais prontamente ouviu as solicitações e se mobilizou em socorro da área da cultura. Essa parceria entre os movimentos culturais – seja os de base comunitária, ou os dos diversos setores artísticos – com o Poder Legislativo Federal foi se solidificando desde o início dos anos 2000, na gestão do Ministro Gilberto Gil. As primeiras discussões e iniciativas para a construção do Sistema Nacional de Cultura tiveram início dentro do Legislativo Federal ainda um ano antes da chegada de Gil ao Minc. Porém, foi com o início dos trabalhos da nova equipe ministerial, com as audiências públicas, os fóruns para discussão ampliada, que essa relação mais estreita entre os setores culturais e o Poder Legislativo ganhou impulso, seguindo no sentido de garantir novos níveis de institucionalidade as políticas, programas e ações implementados pelo Minc.

Os processos de reconstrução e realização das conferências nacionais, estaduais e municipais de cultura, da criação dos conselhos de políticas culturais e dos sistemas nacional, estaduais e municipais de cultura, foram assentados em um diálogo intenso entre a sociedade e os poderes executivo e legislativo. O desenho elaborado para os sistemas de cultura está assentado em processos de aprovação dos regimentos, em forma de projetos de lei, pelo Poder Legislativo dos

respectivos níveis de governo. O Legislativo Federal esteve intensamente envolvido em todo esse processo, desde 2003, inclusive com a realização de inúmeras audiências públicas. O estreitamento dessa relação possibilitou o desenvolvimento de importantes projetos, como o da Lei Cultura Viva, construído pela sociedade civil diretamente com o Poder Legislativo Federal.

O setor cultural tem vivência de um processo de aprendizagem, nos diversos níveis de governo, para a aprovação das legislações específicas de cada um dos elementos que compõem os sistemas de cultura dos seus municípios e estados (Conferências, Conselhos, Sistemas e Fundos). Os representantes do Poder Legislativo (ou ao menos uma parte deles), nessas quase duas décadas de ações intensas, também passaram a ver de maneira distinta o setor cultural e artístico, estando mais sensível para compreender sua enorme complexidade. Muitas das assembleias legislativas e câmaras de deputados passaram a ter uma comissão específica para a cultura em sua estrutura.

Em meio à pandemia, quando ficou claro que o Poder Executivo não iria implementar providências de socorro ao setor artístico/cultural, indivíduos, grupos e instituições de representação coletiva do setor começaram a se mobilizar. O Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, o Fórum de Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura, a Rede Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, entre outros, iniciaram um intenso diálogo com os parlamentares em busca de soluções, de medidas legais que garantissem um nível mínimo de renda que permitisse a sobrevivência aos tempos de pandemia.

Com as mobilizações foram estruturados seis projetos de lei que tratavam de diferentes atores, fazeres e instituições artísticas e culturais. A diversidade, abrangência e complexidade do setor fica claramente demonstrada por meio dos múltiplos projetos. Dada a emergência da aprovação e dificuldade de fazê-la para o conjunto dos projetos de lei propostos, houve o esforço de diversos parlamentares, com a relatoria especial da Deputada Jandira Feghali, para a reunião de todos seis no PL nº 1.075 de 2020³. Houve uma intensa mobilização nacional, realização de várias webconferências com ampla participação da classe artística e cultural com os diversos parlamentares envolvidos no esforço de sistematização e aprovação do projeto, houve uma ampla escuta social. A negociação da tramitação do projeto na Câmara se fez em regime de urgência e através do colégio de líderes, o que permitiu agilidade na aprovação do PL.

O setor artístico-cultural é extremamente diverso e complexo. Há extensas cadeias produtivas no processo de elaboração de produtos culturais. Há o envolvimento de inúmeros elementos nas múltiplas atividades culturais comunitárias. Há uma série de produtos culturais de elaboração solitária, assim como aqueles que só podem existir na produção coletiva. Há saberes, experimentações, reconhecimentos, celebrações, que compõem a diversidade do setor. Isso sem deixar de falar nos espaços dedicados às atividades artísticas e culturais, que vão desde os teatros mais estruturados aos

pontos de cultura nas comunidades periféricas. A participação intensa da comunidade cultural nos momentos finais dos ajustes do PL permitiu a ele alto grau de abrangência.

Já na etapa final de aprovação, a lei foi batizada como: Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, em homenagem a esse magnífico compositor, poeta, crítico social, músico, mais uma das vítimas do coronavírus no Brasil.

A lei dispõe sobre as ações emergenciais que devem ser adotadas durante o estado de calamidade pública, que foi reconhecido pelo governo federal, por decreto, no dia 20 de março de 2020. Ela é registrada como uma iniciativa da Deputada Benedita da Silva, que é Presidente da Comissão de Cultura da Câmara de Deputados⁴. A relatoria e a sistematização do projeto foram feitas pela Deputada Jandira Feghali, que também integra a Comissão. O PL prevê a descentralização, em parcela única, dos recursos para estados, Distrito Federal e municípios, na seguinte proporção: 50% para os estados e o Distrito Federal e 50% direto para os municípios. Os entes federados terão sessenta dias a partir da liberação dos recursos para efetivar sua destinação. Os recursos não destinados nesse período deverão ser automaticamente revertidos aos Fundos Estaduais de Cultura, na falta de um fundo ativo devem ser destinados ao órgão gestor estadual de cultura. A destinação deverá ser de R\$ 3 bilhões, sendo a maior parte dos recursos oriundos do superávit do Fundo Nacional de Cultura apurado em dezembro de 2019, mas também

3 Este artigo foi elaborado exatamente quando o PL acabava de ser aprovado pela Câmara de Deputados e pelo Senado Federal, seguindo para sanção presidencial.

4 A Deputada Benedita é autora de um dos projetos que foram reunidos e deram origem ao atual PL.

poderão ser utilizados recursos orçamentários de outras fontes.

É interessante ressaltar que os recursos são originalmente da área da cultura e deveriam, de alguma maneira, terem sido descentralizados. Isso posto, com ou sem utilização na ação emergencial, ficarão nos estados, ou seja, serão territorializados, aplicados nas localidades. O tempo de operacionalização é curto, sem dúvida que a urgência dos que têm fome justifica a necessidade de rapidez. Mas não se pode deixar de temer pela não execução dos objetivos propostos pelo PL, especialmente se consideramos o histórico de dificuldade de execução que apresenta o Estado em todos os níveis de governo. Logo em seguida à aprovação do Senado Federal, enquanto o projeto aguardava sanção presidencial, grupos da sociedade, gestores e parlamentares se mobilizaram e criaram o *Curso de formação: aplicação da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc*, buscando evitar que todo o esforço realizado até agora se perca por burocracias e dificuldades na operacionalidade da mesma.

Os recursos devem ser utilizados em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de:

I – renda emergencial mensal aos trabalhadores da cultura;

II – subsídios mensais para manutenção de espaços artísticos e culturais, micro e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e

III – editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos voltados à manutenção de agentes, espaços, iniciativas, cursos, produções, desenvolvimento de atividades de economia criativa e economia solidária, produções audiovisuais, manifestações culturais, bem como para a realização de atividades artísticas que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meios de redes sociais e outras plataformas digitais (BRASIL, 2020)

A experiência implementada pelo município de Niterói, anteriormente citada, nos permitiria presumir (ou ter esperanças) que assim que os recursos chegarem aos municípios, eles terão capacidade de proceder a execução das ações. Porém, tememos por essa real chegada dos recursos na ponta, nas mãos da maioria dos que deveriam ser seus beneficiários, tendo em vista o desconhecimento da realidade cultural local e a baixa capacidade operacional por parte das gestões municipais. Os municípios de maior porte e com um sistema municipal de cultura razoavelmente desenvolvidos provavelmente terão mais chances de concessão dos recursos, cumprindo as regras determinadas para sua utilização. A distribuição do montante dos recursos entre as três modalidades ficará a cargo do governo local, sendo que no mínimo 20% dos valores recebidos deverão ser utilizados nas atividades previstas no item III. A renda emergencial prevista no item I segue o valor e as regras destinadas ao conjunto dos trabalhadores pelo governo federal (o valor de R\$ 600,00).

O PL é de operacionalização razoavelmente simplificada e foi construído sob um

“guarda-chuva” significativamente abrangente, compreendendo, no artigo 4º, como trabalhadores da cultura: as pessoas que participam da cadeia produtiva dos segmentos artísticos, incluindo artistas, produtores, técnicos, curadores, oficineiros e professores de escolas de arte. No artigo 8º, são compreendidos como espaços culturais:

todos aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais (BRASIL, 2020).

Para validação das atividades das instituições, o PL arrola um rol de cadastros ao qual a instituição deverá estar inscrita (em um deles ao menos), inclusive cadastros estaduais que existam e não estejam nominalmente citados pelo PL, como é o caso dos mapas culturais que foram construídos por alguns estados e que deveriam estar integrados ao Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Estão excluídos do auxílio espaços culturais vinculados ou criados “pela administração pública de qualquer esfera”, os geridos pelo Sistema S, ou aqueles institutos e instituições criados ou mantidos por grupos de empresas.

Para fins de exemplificação, o PL lista alguns exemplos do que deverá ser considerado como espaço cultural que poderá demandar o auxílio emergencial. Temos, por exemplo, desde espaços tradicionais, como escolas de música, circos, museus, centros culturais, galerias de arte e fotografia, até aqueles ligados ao patrimônio imaterial e as culturas populares, como as

festas populares (carnaval, festa de São João etc.), feiras de arte e artesanato, pontos de cultura, cineclubes, espaços de povos e comunidades tradicionais.

Os benefícios deverão ser retroativos a 1º de junho de 2020, com previsão inicial de três meses de concessão. No caso dos espaços, empresas ou instituições, estes ficam obrigados a garantir como contrapartida, após o reinício das atividades, a realização de atividades gratuitas, preferencialmente em escolas públicas ou espaços públicos. O planejamento das atividades e monitoramento da sua efetivação serão realizados com a cooperação do órgão gestor de cultura local.

O PL também prevê a ampliação dos prazos de utilização de recursos das diversas leis de incentivo ou editais públicos por um ano, assim como estende pelo mesmo período o prazo da prestação de contas da aplicação dos recursos recebidos antes da pandemia. Ainda ficam asseguradas pelo decreto a manutenção de serviço essenciais para o funcionamento dos espaços (como água, luz etc.) e a paralização dos débitos tributários, enquanto durar a pandemia.

À guisa de conclusão

Podemos dizer que, de uma maneira geral, o governo federal tem sido pouco eficaz (ou negligente) na proposição e efetivação de medidas que minimizem os efeitos da pandemia sobre a classe trabalhadora em geral. A área da cultura, no conjunto das suas complexidades e diversidades, foi

completamente abandonada pelo Poder Executivo. Os trabalhadores da cultura e das artes não conseguiram ser incluídos sequer no grupo dos primeiros trabalhadores a receberem o auxílio emergencial de R\$ 600,00.

Somente o empenho e a mobilização dos integrantes do próprio setor foram capazes de fazer com que alguns dos representantes do Poder Legislativo encarnassem a causa da cultura, elaborando os primeiros projetos emergenciais que foram reunidos no PL aprovado. Entretanto não devemos perder de vista que já se passaram mais de sessenta dias do início da decretação do isolamento social na maioria das regiões do país. O projeto seguirá ainda para sanção presidencial e somente aí começarão a ser tomadas as providências para a descentralização dos recursos. O parágrafo 2º do PL prevê que o repasse aos outros entes federativos deverá ocorrer no prazo máximo de quinze dias após sua publicação. Haverá ainda o prazo de operacionalização pelos estados e municípios. A situação nesse momento já é muito grave e o governo se comporta como fosse possível a sobrevivência sem uma renda mínima e que não é grave o fechamento das atividades culturais, retirando qualquer possibilidade de sobrevivência desses trabalhadores.

As atividades de cultura e arte estão entre as primeiras que foram suspensas em todo o país. Ainda que alguns estados tenham implementado algumas ações emergenciais para a área, tendo por base o estado do Rio de Janeiro, podemos afirmar que elas estão longe de atender a um percentual significativo do setor. E este setor deverá ser o último a retornar à normalidade em toda a sua cadeia produtiva.

Enquanto os trabalhadores da cultura se mobilizam para garantir um mínimo de sustento, o governo bolsonarista segue no desmonte das instituições federais de cultura. Assistimos a esvaziamentos de diversas naturezas. Uma delas é a orçamentária, com cortes, com contingenciamentos, com bloqueios, que terminam por diminuir a já combalida capacidade de execução e cumprimento das atribuições mínimas das instituições. Mas a capacidade de cumprir as atribuições também está sendo esgotada e não só por problemas orçamentários. Ocorre uma rápida diminuição do quadro funcional, assim como a clara desqualificação técnica dos dirigentes e ocupantes de cargos comissionados que o governo tem constantemente nomeado para tais funções. Há ainda o fenômeno da perda da autonomia, que impede que atividades rotineiras sejam realizadas e que projetos, ações e políticas que vinham sendo desenvolvidos sofram com o desmantelamento e a descontinuidade.

Alguns estados e municípios vêm se empenhando em garantir níveis mínimos de sobrevivência para o setor cultural, mas também dentro das estruturas dos governos assiste-se à diminuição dos quadros de trabalhadores da área com, por exemplo, a dispensa de funcionários terceirizados dos teatros, centros e espaços culturais geridos pelo poder público.

O quadro que se apresenta para o período pós-pandemia é ainda muito nebuloso, pouco se pode nesse momento afirmar sobre como será o “novo estado de normalidade”. A cultura e a arte, que são, por natureza, atividades do encontro e das aglomerações, vivenciam um clima imenso de incerteza: quando efetivamente

as pessoas poderão se reunir em grandes quantidades? Quando as tradicionais festas populares vão poder voltar a ocorrer? No caso brasileiro os outros vírus sobre os quais nos referimos no início desse artigo – o da intolerância, do autoritarismo, do obscurantismo, do conservadorismo – também precisam ser combatidos e neutralizados. A arte e a cultura livres e democráticas, que têm o dom de nos manter vivos e são, precisarão ser objeto de luta e resistência em um futuro próximo ameaçado pelas sombras e pelo obscurantismo que teimam em nos ameaçar.

Em uma conferência em 2009, o professor Edgar Morin nos provocava ao afirmar que: “se a cultura é um feito humano de todas as civilizações é evidente que nunca se pode ver a cultura. A cultura é vista através das culturas diversas”⁵ (MORIN, 2009, p. 216, tradução nossa). Morin continua a discussão afirmando que a unidade humana é muito importante na cultura, mas essa unidade só pode ser traduzida pela diversidade. Para além da sobrevivência imediata, a pandemia do coronavírus, a sociedade brasileira, e não somente o setor das artes e da cultura, necessita lutar pela garantia, pelo fortalecimento da democracia e da diversidade cultural que nos traduz. ■

5 Do original “si la cultura es un hecho humano de todas las civilizaciones es evidente que nunca se puede ver la cultura. Le cultura se ve a través de las culturas diversas”.

[LIA CALABRE]

Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisadora e chefe do setor de políticas culturais da Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB) entre 2002 e 2019, coordenadora da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Gestão, professora dos Programas de Pós-Graduação: Memória e Acervos (FCRB) e Cultura e Territorialidade (UFF), autora de livros e artigos sobre políticas culturais.
E-mail: liacalabre@gmail.com

Referências

ALINHADA a Bolsonaro, Petrobrás revê patrocínios e deve se afastar da cultura. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 7 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3idBdpt>. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1.075, de 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, enquanto as medidas de isolamento ou quarentena estiverem vigentes, de acordo com a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, DF: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2YI6JDb>. Acesso em: 5 jun. 2020.

FESTIVAL Verão Sem Censura acolhe manifestações culturais censuradas e oprimidas. **Cidade de São Paulo**, São Paulo, 20 dez. 2019, 16:26. Disponível em: <https://bit.ly/3gcWwWz>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MARANHÃO, Maximiliano Salvadori (coord.). **TIC Cultura**: Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019.

MIRANDA, Eduardo. Desemprego à vista: Bolsonaro dá fim ao Petrobrás Cultural. **Jornal Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 21 fev. 2019, 10:56. Disponível em: <https://bit.ly/31wcJ4T>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MORIN, Edgar. Conferência. In: **Seminario Internacional el Sector Cultural Hoy**: Oportunidades, Desafios y Respuestas. Cartagena das Índias: Universidade Tecnológica de Bolívar: Ministério da Cultura. 2009.

O ARTE na rede vem aí! **Secretaria Municipal das Culturas**, Niterói, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3eeZtp2>. Acesso em: 30 maio 2020.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Atuação político-cultural da gestão Messias Bolsonaro. **Alteridade**, Cidade do México, [2020?]. No prelo.

OS PRECEDENTES DA TORMENTA: CRISE DO CAPITAL E A ASCENSÃO DO CONSERVADORISMO AO COMANDO DO ESTADO BRASILEIRO

[ARTIGO]

Frederico Daia Firmiano

Universidade do Estado de Minas Gerais, unidade Passos

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Do último pleito eleitoral ao mais alto posto de comando do Estado brasileiro saiu vitorioso o candidato ultraconservador Jair Bolsonaro, rompendo o relativamente longo período de disputa entre os mais importantes partidos políticos do pós-ditadura de 1964, num quadro de ampla ascensão das forças sociais mais conservantistas da sociedade brasileira. O objetivo deste trabalho é examinar a história brasileira recente em busca de algumas pistas que nos permitam identificar a escalada das forças mais conservantistas da sociedade ao comando do Estado. Para tanto, procuramos combinar a análise de conjuntura, como um retrato dinâmico de uma realidade que visa ir além de dados empíricos que se apresentam na urgência da quadra atual, à análise histórica de mais amplo espectro da estrutura da sociedade brasileira, a partir de alguns de seus importantes intérpretes.

Palavras-chave: Conservadorismo. Neoliberalismo. Neodesenvolvimentismo. Crise. Bolsonaro.

Ultraconservative candidate Jair Bolsonaro was victorious for the highest position in the Brazilian government during the most recent electoral process, breaking the relatively long period of dispute between the most important political parties of the post-dictatorship period (1964-1985) under a scenario where the most conservative forces of Brazilian society have gained influence. This paper searches recent Brazilian history for clues to identify the rise of the most conservative forces of society to rule the State. For such, we combine an analysis of the current scenario that goes beyond empirical data for dynamically portraying reality to a comprehensive historical analysis of the structure of Brazilian society, based on some of its important interpreters.

Keywords: Conservatism. Neoliberalism. Neodevelopmentalism. Crisis. Bolsonaro.

Desde las últimas elecciones hasta el puesto de mando más alto del Estado brasileño, el candidato ultraconservador Jair Bolsonaro salió victorioso, rompiendo el período relativamente largo de disputa entre los partidos políticos más importantes de la postdictadura de 1964, en un marco de amplio ascenso de las fuerzas sociales más conservadoras de la sociedad brasileña. El objetivo de este artículo es examinar la historia brasileña reciente en búsqueda de algunas pistas que nos permitan identificar la escalada de las fuerzas más conservadoras de la sociedad al mando del Estado. Así, buscamos combinar el análisis coyuntural, como un retrato dinámico de una realidad que pretende ir más allá de los datos empíricos que están presentes en la urgencia del momento actual, con el análisis histórico de un espectro más amplio de la estructura de la sociedad brasileña, desde algunos de sus importantes intérpretes.

Palabras clave: Conservadurismo. Neoliberalismo. Neodesarrollismo. Crisis. Bolsonaro.

Introdução

...Hoje, estou aqui, fortalecido, emocionado e profundamente agradecido a Deus, pela minha família, e aos brasileiros, que confiaram a mim a honrosa missão de governar o Brasil neste período de grandes desafios e, ao mesmo tempo, de enorme esperança. Governar com vocês. Aproveito este momento solene e convoco cada um dos congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e reerguer nossa pátria, libertando-a, definitivamente, do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica [...]

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas. [...]

Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos (LEIA..., 2019).

Em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2019, no Congresso Nacional, Jair Bolsonaro, reiterou o conjunto de compromissos que o levou da condição de um militar reformado com sete mandatos como deputado federal (por oito diferentes partidos políticos), ao mais alto posto de comando do Estado brasileiro, baseado na missão de “restaurar e reerguer a pátria”, “valorizar a família”, “combater a corrupção, a criminalidade, a ideologia de gênero” e “defender nossa tradição judaico-cristã” – plataforma, a bem da verdade, nenhum pouco distante

das mais variadas demonstrações de apreço pelo autoritarismo e pela ditadura e por inúmeros atentados contra os direitos humanos universalmente consolidados no ocidente, ao longo de toda sua vida pública.

Num contexto de crise econômica e política interna aguda e na esteira da ascensão da extrema-direita em importantes países do Norte Global (como na Espanha, França, Itália, Hungria, Alemanha, Finlândia, Grécia, Estados Unidos, entre outros), Bolsonaro rompeu o relativamente longo período de disputa entre os mais importantes partidos políticos do pós-ditadura (1964-1985) das direitas e das esquerdas, e sob um programa econômico ultraneoliberal e uma plataforma político moral conservantista-reacionária, alcançou os píncaros do poder executivo, pelo pouco representativo Partido Social Liberal, a quem legou dezenas de cadeiras no Congresso Nacional, e cuja agremiação deixaria onze meses depois de assumir a cadeira presidencial.

Sua escalada ao poder de Estado e as condições objetivas e subjetivas que possibilitaram o feito passaram, assim, a se constituir em importante objeto da reflexão das ciências sociais, naquilo que compartilha com a ascensão da extrema direita na Europa e nos Estados Unidos, e naquilo que se apresenta como particularidade histórica. Neste artigo, temos por objetivo examinar algumas dimensões da história brasileira recente em busca de pistas que nos permitam explicar sociologicamente a escalada de forças conservantistas e reacionárias da sociedade nacional ao comando do Estado. Para tanto, buscamos combinar a análise de conjuntura, como um retrato dinâmico de uma realidade que visa ir além dos dados empíricos que se apresentam imediatamente, conforme propõe Alves

(2008), à análise histórica de mais amplo espectro da estrutura da sociedade brasileira, a partir de alguns de seus importantes intérpretes (FERNANDES, 1981; IANNI, 1988, 2014; OLIVEIRA, 1998, 2003, 2010). Longe de pretendemos esgotar o tema, nosso trabalho visa contribuir com o debate teórico-político em torno da ascensão daquilo que alguns chamam de bolsonarismo, ou da extrema-direita, no Brasil (MILLIKAN, 2018; NICOLAU, 2018; NOZAK, 2018; PINHO, 2019; SILVA, 2019; SOUZA, 2018).

Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e crise

Na periferia do sistema do capital, a história tem sido pouco afeita às liberdades individuais e sociais e à organização pública, ao associativismo civil. Para Octavio Ianni (1988), em verdade, mesmo tendo realizado suas revoluções burguesas, os países latino-americanos nunca conseguiram consolidar a democracia; as experiências democráticas têm sido episódicas, interrompidas. Poucas vezes alcançamos o estatuto formal da liberdade, da igualdade e da fraternidade e, quando o fizemos, foi restrito a poucos setores sociais. Mas as virtuais debilidades da democracia brasileira nunca foram um obstáculo a ser superado no curso de seu progresso, mas a forma própria de sua realização, segundo as condições do nosso desenvolvimento truncado, dependente. Florestan Fernandes (1981) ofereceu a mais importante explicação sociológica sobre este processo, consagrando a fórmula da revolução burguesa sem revolução, sem ruptura, tendencialmente dirigida para a

conciliação, como forma alternada da ditadura – não é acidente histórico o país ter vivido quase trinta anos de ditadura em um único século, em mais de um momento.

Depois da última ditadura, o Brasil alcançou os “limites superiores do capitalismo” (OLIVEIRA, 1998) sem acertar as contas com o passado ditatorial (vide a Lei de Anistia, de 1979, e a Comissão Nacional da Verdade, instituída em 2011), a promessa do pacto social de 1988 não pôde se realizar, em face do descompasso entre o salto político-formal alcançado e as forças objetivas que moviam a sociedade brasileira. Isto quer dizer que assentamos as (relativas) conquistas políticas sobre terreno movediço: os direitos mal chegaram e foram imediatamente varridos pela reestruturação produtiva do capital, como expressão da crise do capital na periferia no sistema. Dito de outro modo, a Constituição Cidadã chegou junto com as “inovações do capital” e o receituário do Consenso de Washington, que renunciavam, como acertadamente definiu Francisco de Oliveira, à universalização dos direitos, ultrapassando “a soleira do totalitarismo” – em que pese a pouca capacidade explicativa deste conceito.

Progressivamente, o signo do “iluminismo”, ou a possibilidade de construção de uma nação soberana, capitalista, porém civilizada, de um “projeto integrador” – ou se quisermos, de uma “estratégia democrático-popular” – entre as classes em disputa, deu lugar ao signo da “reação”, do “conservadorismo” (OLIVEIRA, 1998), que se capilarizou na sociedade brasileira, promovendo, na prática, a ruptura do pacto social que se intentou construir no pós-ditadura de 1964 a 1985, no plano político-jurídico, antes mesmo que vingasse.

O primeiro governo eleito pelo sufrágio no Brasil depois de 21 anos de ditadura civil-militar iniciou a reorganização institucional do Estado já com um discurso e um programa político neoliberal, na esteira do Consenso de Washington, como a salvaguarda para a crise estrutural do capital. À crise econômica com a qual ingressamos a democracia, expressa na persistência da inflação e falta de solução para a dívida externa, Collor de Mello respondeu com um plano de congelamento de preços, modificações da moeda (que passou de cruzados novos para cruzeiros, sem qualquer alteração substancial); reforma ministerial; mudança na política cambial (que passou a ser flutuante com suposto controle do governo); amplo plano de privatizações (ou Plano Nacional de Desestatização, Lei nº 8.031, de 1990) – que teve início pela Rede Ferroviária Federal S/A; abertura do mercado brasileiro ao capital exterior, eliminando os subsídios governamentais à vários setores; e a medida antipopular da retenção da poupança para aqueles que tivessem aplicações igual ou superior a 50 mil cruzeiros e que deveria ser descongelada em 18 meses, a taxa de 6% ao ano – o que nunca aconteceu. Com o fracasso do Plano Collor I, veio o Plano Collor II, em 1991, a criação do Fundo de Aplicações Financeiras e da Taxa de Referência de Juros, entre outras medidas igualmente fracassadas em seu intento de conter a inflação e segurar os preços e a desvalorização do salário. Como é conhecido, nada funcionou. Collor tão pouco durou no posto de comando do Estado. Depois de um governo atabalhado e sob inúmeras denúncias de corrupção, caiu, dando lugar a Itamar Franco, o então vice-presidente (OLIVEIRA, 1992).

Com Itamar Franco, a partir de 1992, a operacionalização institucional

da conversão do país em plataforma de valorização financeira, na soleira do neoliberalismo, ganhou mais fôlego, via internacionalização do mercado brasileiro dos títulos públicos e da securitização da dívida externa – além da própria desregulamentação do mercado financeiro e da abertura do fluxo internacional de capital, muito importantes para o emergente padrão exportador de especialização produtiva. O “sucesso” do Plano Real e do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que deixou o cargo um mês após a entrada em vigor da mudança da moeda para se candidatar à presidência do país, produziu as condições para a ampliação das medidas políticas em favor dos novos rumos do país: seu ajustamento e ingresso a nova ordem global do capital (OLIVEIRA, 1998, 2003; PAULANI, 2008). Leda Paulani (2010, p. 122) sintetizou algumas das medidas mais importantes adotadas por FHC em seu primeiro mandato: 1. a aprovação da lei de responsabilidade fiscal, que sobreposição os direitos dos credores a quaisquer outros; 2. a completude do processo de abertura da economia, iniciada por Collor de Mello; 3. a privatização de empresas públicas de setores estratégicos, como da energia elétrica e das telecomunicações (com um detalhe: financiada pelos fundos públicos!); 4. a elevação da taxa real de juros a níveis estratosféricos (tendo, em algumas ocasiões, ultrapassado os 40%); 5. a aprovação de emenda constitucional isentando os recursos aplicados em bolsas de valores da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) (imposto hoje não mais existente); 6. a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de lucros e sobre a remessa de lucros ao exterior; e 7. a valorização da moeda até explodir a crise cambial, em 1999.

O crescimento dos passivos externos brasileiros, porém, explodiram em 1999. Nem mesmo o fluxo de capitais pode financiar a dívida, levando a uma desvalorização acumulada que, no primeiro trimestre daquele ano, fez evaporar US\$ 10,75 bilhões da economia brasileira. Foi justamente a partir daquele momento que a busca incessante pelo superávit primário passou a reger, institucionalmente, um conjunto articulado de medidas para a economia nacional, incidindo diretamente sobre a acumulação no campo, que já se organizava sob a forma dos chamados agronegócios (FIRMIANO, 2016).

Quando Lula da Silva assumiu, em 2003, prosseguiu na linha da reorganização do capitalismo e do Estado brasileiro desde Collor, mas desta vez legatário de um padrão exportador de especialização produtiva, justificado desde 1999 com a crise cambial, da “saída” via produção de superávit primário. Mais uma vez é Paulani (2010) quem apresenta a síntese das medidas adotadas por Lula da Silva que, já na largada do governo, promoveu: 1. a elevação do superávit primário de 3,75% para 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), acima das exigências do Fundo Monetário Internacional; 2. o aumento da taxa básica de juros de 22% para 26,5% ao ano; e 3. corte de liquidez. Ademais, na série histórica, por assim dizer, seu governo praticou: 1. a manutenção das taxas reais de juros mais elevadas do planeta; 2. o pagamento de um serviço da dívida que chegou a bater na casa dos 8% do PIB; 3. um superávit primário sempre próximo dos 5% do PIB; 4. uma reforma do sistema previdenciário que escancarou de vez as portas para os fundos de pensão; 5. uma lei de falências que torna gerentes da massa falida os que representam os interesses dos credores do sistema financeiro; e 6. a prática que passa a

ser corrente da autonomia do Banco Central (PAULANI, 2010, p. 123-124).

Com o caminho aberto pelos governos civis desde o fim da ditadura civil-militar, Lula da Silva dispôs de uma sólida reorganização institucional do capital que lhe permitiu seguir o caminho da *integração do Brasil para fora*, com uma imensa vantagem com relação a seus predecessores: condições externas favoráveis, com liquidez internacional, baixas taxas de juros e crescimento da economia chinesa. Em seu segundo mandato, o governo emplacou o Plano Plurianual (2004-2007) de valorização do consumo de massas e ampliação do mercado interno, estimulando alguma formalização (estruturalmente precarizada, é certo) do mercado de trabalho e promovendo uma espécie de inclusão social via crédito pessoal e programas de transferência de renda, em especial, o Programa Bolsa Família, que produziram importantes efeitos sociais, como a redução de 17,8% do índice de Gini. O país experimentou a fórmula do crescimento baseado no consumo, ancorado em fortes gastos de investimentos em infraestrutura. A crise financeira global, irradiada desde os EUA a partir de 2008, não se fez sentir imediatamente no Brasil, sendo protelada por políticas anticíclicas, baseadas na desoneração fiscal, ampliação dos gastos públicos e de recursos voltados para o seguro-desemprego, além de medidas de emergência voltadas para setores estratégicos, a exemplo do setor automotivo (CARLEIAL, 2015, p. 204-205).

A melhoria conjuntural significativa produzida pelo neodesenvolvimentismo, para alguns, significa, pois, que o país havia rompido com o Consenso de Washington, e passava a cumprir a promessa da igualdade, da justiça social, da equidade, da democracia,

ou como propusera Francisco de Oliveira (2010), como se Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores (PT) tivessem recuperado o “signo do Iluminismo”, a possibilidade de construção da soberania, do projeto nacional democrático-popular. Emir Sader (2003), por exemplo, chegou ao ponto de afirmar que aquele ano prometia “ser o ano mais importante para o continente latino-americano desde 1973 [...]... [quando] se consolidou a virada para a direção na sub-região do Cone Sul, com o fracasso das últimas tentativas de solução da esquerda para a crise hegemônica no continente”. E prosseguia o entusiasmo sociólogo, dizendo que em 2003 “se desenhará o significado do governo de Lula, o primeiro que assume como objetivo a saída do neoliberalismo” (SADER, 2003). Dez anos depois, o autor seguia otimista, afirmando que os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff estavam “recompondo relativamente o Estado, com aumento do emprego formal, melhoria dos salários dos trabalhadores, maior capacidade de investimento estatal” (SADER, 2008, p. 44, tradução nossa). Assim, a edificação do que se chamava de “pós-neoliberalismo” vinha se dando por meio da priorização de políticas sociais e segundo a reinserção internacional do Brasil (SADER, 2013, p. 141). E, para completar, já em 2014, dizia que: “para surpresa geral, no meio da era neoliberal, o país mais desigual do mundo passou a ser referência na luta contra a fome e o modelo de sucesso no combate à desigualdade”. E mais: “antes de tudo, às hostes neoliberais, cujos princípios são negados abertamente pelo Brasil, que faz residir nessa negação exatamente o seu sucesso” (SADER, 2014).

Por algum tempo, a política de continuidade/aprofundamento das transformações institucionais do capitalismo nacional

de Lula da Silva conseguiu promover o incremento do consumo popular e a expansão do mercado interno, com aumento do salário mínimo, do crédito consignado e crescimento do emprego. Mas tudo isso afiançado pela profunda erosão do mundo do trabalho, que a admissão como princípio intocável do receituário neoliberal promoveu – como mostrou Leda Paulani (2008) –, concomitante à reestruturação produtiva do capital, na direção absolutamente contrária àquela apontada pelo voluntarioso sociólogo do pós-neoliberalismo. Foi assim que com Lula da Silva assistimos: a reforma da previdência, de 2005; a instituição da Lei nº 11.718 de 20 de junho de 2008, que criou o contrato de trabalho por pequeno prazo; e a enorme expansão do emprego precário. Dos cerca de 21 milhões de empregos criados pelos governos do PT, 94,8% foram com rendimentos de até 1,5 salário mínimo mensal. A grande expansão das ocupações de salário de base se deu no setor terciário, seguido pela indústria extrativa (POCHMANN, 2012, p. 27).

Como afirmou Ricardo Antunes (2006, 2011), a reestruturação produtiva do capital tem lugar na economia brasileira, ainda nos anos de 1980, com a adoção, embora restrita, de novos padrões organizacionais e tecnológicos e novas formas de organização do trabalho, a partir da informatização produtiva, dos programas de qualidade total, da produção baseada em *team work*, entre outros. Nos anos de 1990, este processo se generalizou, com a intensificação da *lean production*, dos sistemas *just in time* e *kanban*, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho.

Às mutações organizacionais e técnicas do trabalho seguiu-se o enorme enxugamento da força de trabalho, combinados com

a flexibilização, terceirização e desregulamentação dos direitos sociais (ANTUNES, 2006, p. 19). Entre 1992 e 2002, para as famílias de baixa renda, a taxa de desemprego subiu de 9,4% para 13,8% e, para os segmentos com maior remuneração, o desemprego saltou de 2,6% para 3,9%. No primeiro caso, isto significou a passagem de 2,7 milhões, em 1992, para 4,8 milhões de desempregados, em 2003; no segundo caso, o contingente de 232 mil pessoas desempregadas, em 1992, saltou para 435 mil, em 2003 (ANTUNES, 2011, p. 22). A “explosão do emprego” dos anos 2000 não se sustentou no longo prazo – e hoje o país registra uma taxa de desemprego de 12,4% do total da população economicamente ativa (PEA)(DESEMPREGO..., 2019) – indicando a contradição existente entre um arranjo econômico neoliberal e a manutenção de quaisquer ganhos no plano dos direitos.

Com o aprofundamento da crise internacional deflagrada em 2008, o arranjo econômico que sustentava o “desenvolvimento realmente existente” dos anos 2000 revelou-se frágil (FIRMIANO, 2016). A começar pela redução do crescimento da China, que incidiu diretamente sobre a produção do superávit primário e sobre as contas externas brasileiras, não demorou até que houvesse desaceleração do consumo interno e, conseqüentemente, do crescimento econômico. Com Dilma Rousseff, as medidas anticíclicas perderam efeito, já que os nexos da dependência brasileira ao capital transnacional financeiro e a enorme fratura interna da desigualdade social nunca foram seriamente enfrentados pelos governos do PT (ou quaisquer outros). Ainda no final do primeiro mandato, a presidenta aumentou o estímulo ao investimento privado, desonerando a folha de pagamentos, substituindo a cota patronal da previdência por

contribuições variáveis sobre a receita bruta, de acordo com o setor, buscando manter o emprego e oferecer maiores condições para a competitividade das empresas. Houve, assim, uma tentativa de reduzir o custo do trabalho para o capital, sem reduzir a remuneração do trabalhador. Porém, no mesmo período, mantiveram-se os altos níveis de rentabilidade sobre o patrimônio líquido das empresas para o setor financeiro, com queda para a indústria de transformação. “Ou seja, em estruturas de mercado oligopólicas com presença de empresas multinacionais e sem cobrança explícita de contrapartida fica difícil induzir o setor privado a usar os recursos na direção esperada” (CARLEIAL, 2015, p. 207).

No primeiro trimestre de 2015 a economia recuou 0,6% em comparação com os três primeiros meses de 2014; e 0,9% com relação ao segundo trimestre de 2013. Com queda nos investimentos e retração do PIB, o Brasil entrou em crise. As quedas de 1,5% e 0,5%, respectivamente, na indústria e nos serviços ditaram, pois, o recuo do PIB à época (SOARES; VETTORAZZO, 2014). Apenas as exportações de bens e serviços impulsionadas pelas vendas de produtos da indústria extrativa mineral (petróleo e carvão), da metalurgia e da agropecuária registraram aumento (1,9%) em 2014, com relação ao segundo trimestre de 2013. Apesar disso, os investimentos em máquinas para a produção, em transporte, agropecuária, energia e construção civil, que indicam a capacidade de crescimento futuro por meio da capacidade produtiva e da infraestrutura, recuaram 5,3% na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2014 (SOARES; VETTORAZZO, 2014). O investimento público-estatal, que em 2010 representava 4,7% do PIB, passou para 4,4% em 2013; e entre 2010 e 2014 a

taxa de investimentos totais, público e privado, diminuiu de 19,2% para 16,5% (PATU; MANTOAN, 2014).

Antes mesmo de assumir seu segundo mandato, Dilma insistiu nas metas de superávit primário, elevando os juros, e promovendo cortes nas chamadas áreas sociais. Em maio de 2015, o governo anunciou o contingenciamento de R\$ 69,9 bilhões, dos quais, R\$ 25,7 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento – que marcou o ilusório período do neodesenvolvimentismo – e quase R\$ 7 bilhões do programa habitacional Minha Casa Minha Vida. Ministérios da Saúde e da Educação, respectivamente, sofreram cortes de R\$ 11,7 bilhões e R\$ 9,4 bilhões. Na ocasião, o governo também anunciou uma projeção de queda do PIB e corte de R\$ 65,1 bilhões na receita líquida esperada para 2015, como resultado da recessão da economia. O anúncio feito à época também dava conta da ampliação de R\$ 4,5 bilhões de previsão de gastos do Tesouro com a Previdência Social, em razão das desonerações da folha de pagamentos (VILLAYERDE, 2015) – o que se tornou, pouco tempo depois, a justificativa para a proposta que hoje ganha força de contrarreforma da previdência social, ainda em curso. O estopim “foi a evidência de um resultado nas contas públicas de R\$ 32,5 bilhões, o que corresponde a 0,6% do PIB, que foi magnificado pela mídia, apresentado como resultado do descontrole das contas públicas” (CARLEIAL, 2015, p. 209). Conforme Luiz Gonzaga Beluzzo, “se formos olhar a política fiscal em 2015, ela levou uma contração brutal da receita, porque a economia vinha desacelerando. É como pugilista que foi para o corner e, para reanimar, lhe dá um soco na cabeça” (JUNGBLUNT; BRESCIANI, 2016). Com isso, o “desajuste do ajuste”, como chamou Beluzzo, não foi capaz de atender a voracidade do capital.

Quando o neodesenvolvimentismo ruiu, as fragilidades do bloco de forças que compunham os governos do PT, decorrentes de arranjos políticos de toda sorte, levaram à rápida recomposição de um novo bloco, a fim de garantir a margem de viabilidade produtiva do capital que, pelas condições políticas internas, encontrou respaldo, temporariamente, no programa *Uma ponte para o futuro*¹ (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO; FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015). Assim logrou a queda da presidenta da República, levando por terra não somente o sistema político nacional que havia resultado do pacto de ruptura/continuidade do fim da ditadura civil-militar de 1964, mas o reluzente, e falso, signo do Iluminismo petista.

Na realidade, os governos do PT optaram pela linha de menor resistência, ampliando os mecanismos compensatórios da assistência social (RIDENTI, 2018) ou os “direitos das minorias” (PINASSI, 2013, p. 201), como o Programa Bolsa Família, Luz para Todos, Farmácias Populares, Minha Casa Minha Vida, Programa Universidade Para Todos, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego, entre muitos outros, provocando melhorias sociais – estas sim – no plano conjuntural, associadas à emergência do que Ridenti (2018, p. 47) chamou de “uma realidade política nova, a partir de mudanças culturais e simbólicas, por exemplo, com o aumento da escolaridade e o acesso à informática para a maior parte da população, incluindo setores mais pobres

¹ Trata-se do programa elaborado pelo então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), hoje MDB, e Fundação Ulysses Guimarães, em outubro de 2015, que estruturou o conjunto de políticas econômicas do governo golpista de Michel Temer.

e não brancos que passaram a partilhar um espaço antes exclusivo das classes médias e altas”. Mas a ausência de universalização dos direitos da cidadania, particularmente cristalizados pela Constituição Cidadã de 1988, produziu, pois, uma frustração, para Ridenti (2018, p. 47), sobretudo nos setores sociais médios com acesso ao ensino superior, “onde se pode detectar expectativa, insegurança e insatisfação com a situação nova criada”, mas também no âmbito das classes trabalhadoras que sentiram melhorias no âmbito imediato da reprodução da existência, sem que isso fosse acompanhado pela elevação da consciência em direção às contradições estruturais do país. O resultado não poderia ser pior: num contexto de esfacelamento das forças do trabalho, os governos do PT “não se limitaram a forjar as armas que lhe mataram; produziram também os homens que empunharam essas armas”².

Mobilizações país à fora, a deflagração da Operação Lava Jato e a hipótese da classe média escolarizada

A partir de 2012, o país passou a conviver com mobilizações frequentes que, no ano seguinte, passariam à história como

as maiores já registradas em centenas de cidades brasileiras desde a campanha das Diretas Já. Primeiro no Rio Janeiro, quando a tarifa do transporte público sofre reajuste de R\$ 0,25 e um conjunto de manifestantes realizou uma passeata na região central que culminou em violenta repressão pela Polícia Militar do estado, durante a abertura das portas de inúmeros ônibus para trabalhadores viajarem sem pagar – o que redundou em novas manifestações na cidade em torno da mesma pauta; depois em Natal, quando diante do aumento de R\$ 0,20, eclodiu o que ficou conhecido como “Revolta do Busão”, marcada por várias manifestações, igualmente reprimidas pela Polícia Militar, que terminaram com a revogação do aumento pela Câmara Municipal do município.

Em janeiro de 2013 foi a vez de Porto Alegre, quando, diante da possibilidade de reajuste da tarifa de ônibus, passaram a ocorrer manifestações contra a medida, que só se intensificaram após se confirmar o aumento. Pouco tempo depois, Natal voltou a experimentar protestos; desta vez, mais avolumados que no ano anterior; em seguida, Goiânia também registrou protestos sob a mesma pauta. Em junho, em mais de uma centena de cidades brasileiras – e praticamente todas as capitais – dezenas de milhares de pessoas foram às ruas, chegando a 1 milhão de manifestantes no dia 20 daquele mês.

Inúmeras são as interpretações sociológicas acerca das manifestações de junho de 2013, destacando sua composição social, a importância das redes sociais no processo de mobilização, a cobertura dada pela imprensa aos eventos em todo o país, o caráter político e eventuais rupturas com as formas tradicionais de organização popular, particularmente, via partidos

² Trata-se de uma paráfrase de uma conhecida passagem do *Manifesto Comunista*, de Marx, obra na qual ele diz: “A burguesia, porém, não se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que empunharão essas armas – os operários modernos, os **proletários**” (MARX, 2007, p. 46). Obviamente, guardamos as devidas distinções e níveis de análise entre nossa sugestão e o exame da dinâmica da luta de classes feito por Marx.

políticos e movimentos sociais e sindicais, as novas demandas por participação política e social. Algumas delas confluem na direção de indicar o profundo descontentamento social com o processo de mercantilização e precarização dos serviços públicos e dos direitos, consoante ao que poderíamos chamar de rebaixamento das condições de vida e existência, particularmente, das classes trabalhadoras e médias (ANTUNES, 2013; RIBEIRO; BOTELHO; OLIVEIRA, 2013; SCHERER-WARREN, 2013; SINGER, 2013).

No pós-Jornadas de Junho, em 17 de março de 2014, a Polícia Federal deflagrou a Operação Lava Jato, reunindo um conjunto de investigações de crimes financeiros e desvios de recursos públicos, inicialmente, envolvendo doleiros e proprietários de postos de combustível mas, rapidamente, se complexificou, alcançando e devastando a Petrobrás, avançando sobre as principais empresas dos setores de construção civil e agronegócios do país, virtualmente desbaratando um mega esquema de corrupção que englobava a quase totalidade dos partidos políticos brasileiros.

Em pouco tempo, as atividades da Lava Jato se tornaram parte de um folhetim diário espetacularizado pela comunicação midiática, tornando esta máquina³ a mais eficiente promessa de “moralização” e “limpeza” da política brasileira, a qual, aos olhos do conjunto da população, reúne toda a corrupção, desvio moral, em suma, fonte de todos os males da sociedade nacional. A salvaguarda

da vida política nacional personificou-se no juiz titular de primeira instância, da 14ª Vara de Justiça Federal de Curitiba, Sérgio Moro, erigido o símbolo da higienização da política e da limpeza moral da sociedade brasileira, em sua condição pública de “homem bom”, pela atuação (bastante questionável, inclusive no mundo jurídico) no processo de indiciamento de políticos e servidores públicos de distintos escalões, com especial destaque para o caso de Lula da Silva (PONSONI; FIRMIANO, 2018).

O magistrado, que viria a ser o paladino da Justiça, à frente do Ministério da Justiça do governo Bolsonaro, chegou até mesmo a ser eleito pela “opinião pública” como o candidato à presidência que melhor representava os anseios de uma população em busca de sua salvação – veja-se, por exemplo, a página *Dr. Moro para Presidente*, cujo objetivo declarado era “lançar a ideia para a população brasileira que está na hora de elegermos um herói nacional”, a fim de “dar um basta as opções viciadas que os partidos políticos nos oferecem [sic.]”⁴.

Construiu-se, assim: “a articulação entre Moro, a imagem discursiva de um juiz severo, sério, combatente das mazelas corruptivas do país, e o possível homem bom a ser presidente, [...] instando a população a reconhecer nesse sujeito o homem certo” mais por seus caracteres “de homem sério, combativo, rígido com os que devem receber a inquisição de sua mão pesada, sua mão de Torquemada, branco, formado, pós-graduado, de posição e condição de classe de Juiz que luta pelo lado certo da história” que por “qualidades

3 Entre março de 2014 e dezembro de 2017 foram realizadas 1.277 buscas e apreensões, 127 acusações criminais, 154 prisões preventivas e 124 prisões temporárias, 256 conduções coercitivas, 208 condenações, entre outros procedimentos policiais e judiciais (GONÇALVES; ANDRADE, 2019, p. 277).

4 Informação extraída do site www.moropresidente.com.br (PONSONI; FIRMIANO, 2018, p. 199).

e habilidades político-gestora, algo difícil de mensurar, dado que Moro em si nunca possuiu qualquer tipo de cargo de gestão política” (PONSONI; FIRMIANO, 2018, p. 206).

A construção progressiva do “homem bom” se deu vis-à-vis à paulatina condenação pública de Lula da Silva e do PT como sinônimos de corrupção e má gestão do patrimônio público. Em 7 de abril de 2018, Lula da Silva se entregou à Polícia Federal, condenado em primeira instância por Sérgio Moro e, em segunda instância, pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região a 12 anos e 1 mês de prisão, acusado de recebimento de propina da empreiteira OAS sob a forma de reserva e reforma de um apartamento triplex, no Guarujá, litoral paulista, num processo bastante controverso jurídica e politicamente.

Analisando pesquisas de opinião realizadas por cinco principais institutos especializados e o impacto da Operação Lava Jato na formação do eleitorado brasileiro – mensurado segundo uma fórmula de medição quantitativa das ações policiais e judiciais (como prisões, delações premiadas, indiciamentos, entre outras) da operação –, o cientista político Adriano Oliveira (2019) afirma que o ano de maior impacto da Lava Jato foi 2016, quando transcorre o processo de afastamento definitivo de Dilma Rousseff – ou, se quisermos, quando se consuma o golpe. Mesmo com o lulismo adquirindo algum fôlego depois disso, diz o autor, o antilulismo venceu. Com isso, para este autor, não haveria um fenômeno que pudesse ser chamado de bolsonarismo propriamente, senão como expressão do antilulismo. Ademais, conclui, a Operação Lava Jato teria impactado diretamente sobre o resultado do pleito presidencial de 2018 (OLIVEIRA, 2019).

O fato é que, depois das jornadas de junho de 2013, e com a Operação Lava Jato tendo se tornado um verdadeiro espetáculo com intensa capilaridade no cotidiano da vida dos brasileiros e brasileiras (PONSONI; FIRMIANO, 2018), as mobilizações de rua ocuparam o ano de 2015, sobretudo pela direita, contra o governo de Dilma Rousseff e na exaltação/elevação da Operação Lava Jato, como as ocorridas em 15 de março, 12 de abril, 26 de agosto e 13 de dezembro daquele ano, em diversas capitais brasileiras. Apenas naquele ano, Débora Messenberg (2017) registrou 18.923 publicações no Facebook, por representantes da direita, entre indivíduos e movimentos coletivos, tais como o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua e o Revoltados Online. De acordo com a autora, “o antipetismo é o campo semântico a reunir o maior número de emissões discursivas dos formadores de opinião [...], tanto em suas postagens no Facebook [...] quanto em seus sites, blogs, participações em entrevistas e hangouts”. Ademais, completa: “O Partido dos trabalhadores (PT) é, na visão desses atores sociais, o grande responsável por todas as mazelas que atingem o país” (MESSEMBERG, 2017, p. 634).

Apesar disso, não há consenso na literatura sociológica nacional acerca do sentimento antipetista como sendo o principal motor do resultado eleitoral. O ano de 2016, por exemplo, registra mobilizações pró e contra os governos do PT, como a ocorrida no 13 de março, identificada às pautas da “moralização da política”, da condenação de Lula e do PT, à exaltação de Sérgio Moro e dos valores mais conservantistas da sociedade, uma espécie de ufanismo nacionalista encarnado na farda da seleção brasileira de futebol (que curiosamente estampa o escudo de uma entidade bastante investigada pelos possíveis

envolvimentos com corrupção); e, poucos dias depois, em 18 de março, em defesa dos governos do PT de Dilma Rousseff, contra o golpe que se precipitava e pela democracia – em 12 de maio daquele ano, a presidenta foi temporariamente afastada de seu cargo, e em 31 de agosto, foi definitivamente afastada pelo Senado Federal, com a chancela do Supremo Tribunal Federal.

Ascendeu, pois, um amplo movimento de aparente polarização política entre direita e esquerda. Aparente, pois os governos do PT nunca se afastaram do receituário do Consenso de Washington, conforme indicaram Paulani (2008), Oliveira (2010), Pinassi (2013), entre outros. Na realidade, emergiram sob uma ampla movimentação social algumas das forças mais reacionárias da sociedade brasileira, oferecendo-se como alternativa política, conservadora nos valores e ultraliberal nas práticas econômicas, à *débâcle* do neodesenvolvimentismo⁵.

Ridenti (2018) apresenta interessante hipótese, apoiado pelos dados acerca da

composição social das manifestações ocorridas em São Paulo, a do dia 20 de junho de 2013, do dia 13 de março de 2016 (contra Dilma Rousseff) e a do dia 18 de março de 2016 (de esquerda, em resposta à do dia 13): a dinâmica da crise política brasileira é dada pelas lutas que mobilizam as classes médias escolarizadas independente de sua posição política. Em todas essas manifestações, cerca de 80% dos participantes cursaram ensino superior – à despeito de outras tantas distinções, como referentes a renda e idade. Para este autor, a chegada de mais de 8 milhões de pessoas ao ensino superior, em 2015, “está no centro das mudanças culturais e simbólicas que vêm abalando a sociedade brasileira, mesmo sem mudanças de fundo econômicas ou institucionais” (RIDENTI, 2018, p. 50). Soma-se a isto a ampliação do acesso a aparelhos de telefone celular e à internet – o autor também destaca o aumento do acesso ao transporte aéreo nacional – que ajudaria a compreender as mobilizações recentes, amplamente divulgadas pelas redes sociais. Ridenti (2018) cita dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística que afirmam que 62% dos participantes da manifestação do dia 20 de junho de 2013 tomaram conhecimento do evento pelo Facebook.

Para este sociólogo, a promessa da ascensão social via ensino superior e da inclusão pelo consumo de massas produziu expectativas, experimentadas de diferentes maneiras pelos distintos extratos sociais, que não se cumpriram. “Daí as grandes manifestações de rua de 2013 e as que se seguiram mobilizando sobretudo os setores mais escolarizados” (RIDENTI, 2018, p. 59). Do ponto de vista da juventude, pairam incertezas até quanto a manutenção das mesmas condições de vida e existência dos

5 O filme *Tropa de Elite*, de 2007, parece ser um indicador cultural de que o signo do conservadorismo nunca fora vencido no Brasil – o que vai se completar com a expansão da produção literária, fílmica, seriada, como não podia deixar de escapar à lógica da indústria cultural, como: o livro *Sérgio Moro: o homem, o juiz e o Brasil*, de Luiz Scarpino, de 2016; o filme *Polícia Federal: a Lei é para Todos*, de 2017; o seriado da Netflix, *O mecanismo*, de 2018, do mesmo diretor de *Tropa de Elite*, José Padilha, e baseado no livro *O Juiz Sérgio Moro e os Bastidores da Operação que Abalou o Brasil*, de Vladimir Netto, para citar apenas alguns poucos. Este processo, no entanto, ainda precisa ser investigado – uma referência para tanto é o trabalho de Jameson (2006) e sua proposta acerca da “virada cultural”. A pesquisa de Kamradt e Di Carlo (2018) mostra que, a partir de 2010, houve um crescimento de uma literatura sobre a “cultura do politicamente incorreto”, encontrando respaldo na retórica de Jair Bolsonaro.

país. No plano das “classes médias estabelecidas” há o risco de perda das posições historicamente ocupadas (do trabalho intelectual, público ou privado), frente aos “setores emergentes”, incluindo os não brancos. No que toca às “camadas intelectualizadas ascendentes”, a maior escolarização não garante elevação na posição social e o consumo massivo não se traduz em maior integração social. “Num contexto de recessão econômica, o temor de alguns de perder espaços de poder, prestígio e privilégios, uniu-se ao medo de outros de não conseguir ganhá-los”; estaria aí o fundamento das manifestações: “sonhos frustrados, os insatisfeitos foram às ruas, manifestaram-se na internet, agindo como podiam, abrindo possibilidades de ampliar a democracia e também para o autoritarismo frutificar” (RIDENTI, 2018, p. 60-61).

Parece, assim, que a melhora conjuntural promovida pelo neodesenvolvimentismo dos anos 2000, na melhor tradição conciliatória, escamoteou as forças reacionárias que vinham se escondendo desde o fim da ditadura civil-militar e que, depois de junho 2013, deram mostras de sua capilarização na sociedade, em meio às difusas manifestações nacionais. E na derrocada neodesenvolvimentista, a partir de 2014, concomitante à ascensão da judicialização/policialização da política brasileira, o fenômeno ganhou projeção, na justa medida da crise econômico-social, da insatisfação generalizada de mais de uma década de uma espécie de integração social via ampliação do consumo popular, políticas focalizadas contra a miséria, pelos vetores moralistas da religião, da justiça e da preservação da ordem – vetores que serão os sustentáculos ideo-políticos do governo Bolsonaro. Eis aí a escalada do bolsonarismo no Brasil, uma confluência

virtuosa entre a defesa enérgica de valores morais e religiosos conservantistas, práticas políticas mediadas pelo favor e pelo clientelismo, cultura de intolerância, receituário ultra neoliberal na economia, base social despolitizada pelo consumo e base política constituída na reificação das redes sociais. Ou, de outro modo, uma variante, a mais drástica até agora, do autoritarismo gestado no seio da crise estrutural do capital que penetra a sociedade periférica e dependente.

À guisa de considerações finais: o bolsonarismo no Brasil

As condições de desenvolvimento do bolsonarismo no Brasil não estão assentadas em qualquer forma contemporânea de fascismo ou nazismo, tampouco em um suposto excesso de uma “sociedade autoritária”. Elas são um momento histórico de síntese da justaposição entre democracia e ditadura, neoliberalismo e autoritarismo, ordem e progresso, que têm no “desprezo pela inteligência, na glorificação da intuição, na repulsa do progresso social, na mitomania” (LUKÁCS, 1972, p. 9), um estado de espírito permanente.

Por isso o programa ultraneoliberal do ministro Paulo Guedes, do Instituto Millenium, de destruição dos direitos trabalhistas historicamente conquistados, do sucateamento da educação pública, da saúde universal do Sistema Único de Saúde (SUS), da liberalização sem quaisquer restrições da exploração dos recursos ecológicos e naturais e da alta da indústria armamentista se funde à dura repressão contra qualquer forma de dissenso, da eliminação dos “ativismos” no

país, da defesa enérgica dos valores mais conservantistas da família, da propriedade e de Deus, do ataque a quaisquer expressões sociais, culturais, afetivas, sexuais de diversidade, chancelado pela democracia. Sua ascensão parece ser, pois, a ascensão de um tipo de irracionalismo que, como argumentou William Nozak, converteu-se em um “problema social e sociológico”, uma vez enraizado metastaticamente no interior no tecido social nacional, que incorpora componentes culturais, das mediações das redes sociais, do militarismo e do fundamentalismo religioso (NOZAK, 2018)⁶.

O terreno onde o fenômeno prospera parece ser o da esquizofrenia, nos termos empregados por Fredric Jameson (1984), a partir de Lacan, como a “desordem da linguagem”, o “distúrbio do relacionamento entre significantes”, segundo o qual o esquizofrênico não chega a conhecer a articulação linguística e sequer tem consciência da temporalidade da experiência vivida, permanecendo condenado num “presente perpétuo”, sem conexão com passado e ausente de qualquer projeção de futuro. E na produção deste, é preciso dizer, os governos petistas foram pródigos. É uma quase absoluta evasão do real, das

contradições societais. É aí que o bolsonarismo ganha força. No terreno da esquizofrenia não há argumentação racionalmente articulada capaz de promover a elevação da consciência, restando apenas a violência. ■

6 Em outra direção, André Peixoto de Souza (2018) assinala que a ascensão do bolsonarismo, teria se dado numa conjuntura mais curta, pós-golpe institucional contra Dilma Rousseff, mais propriamente, a partir da condenação e prisão de Lula da Silva, reunindo características como uma histeria coletiva decorrente de uma hipnose, igualmente coletiva, ao lado da passividade diante da conjuntura política. Mas é importante lembrar, como faz Jairo Nicolau (2018), que junto com a ascensão de Bolsonaro, vieram à cena também sujeito como João Doria, em São Paulo, o juiz Wilson Witzel, no Rio de Janeiro, Romeu Zema, em Minas Gerais, todos como rescaldo do bolsonarismo, com discurso ultra liberal e conservador, truculento.

[FREDERICO DAIA FIRMIANO]

Doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciência e Letras, Campus Araraquara da Universidade Federal Paulista (FCLar/Unesp); professor da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Passos, onde é líder do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Crise, Neodesenvolvimentismo e Direitos Sociais, do CNPq. E-mail: frederico.firmiano@uemg.br

Referências

ALVES, José Eustáquio Diniz. Análise de conjuntura: teoria e método. **Aparte: inclusão social em debate**, Rio de Janeiro, p.1-11, 1º jul. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3dPiEVD>. Acesso em: 15 maio 2020.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. **Observatório Social da América Latina**, Buenos Aires, ano 14, n. 34, p. 37-49, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3cCocT8>. Acesso em: 15 maio 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3fR09lu>. Acesso em: 15 maio 2020.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 201-214, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/362mqIB>. Acesso em: 15 maio 2020.

DESEMPREGO no país sobe para 12,4% e atinge 13,1 milhões de pessoas. **UOL**, São Paulo, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Lw33OJ>. Acesso em: 14 maio 2020.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GONÇALVES, Vinícius Batista; ANDRADE, Daniela Meirelles. A corrupção na perspectiva durkheimiana: um estudo de caso da Operação Lava Jato. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 271-290, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3cCpjCi>. Acesso em: 15 maio 2020.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

IANNI, Octavio. Raízes da anti-democracia na América Latina. **Lua Nova**, São Paulo, n. 14, p. 17-22, 1988.

JAMESON Frederic. Postmodernism or the Cultural Logic of Late Capitalism, **New Left Review**, London, n. 146, p. 1-12, 1984.

JAMESON, Fredric. **A virada cultural**: reflexões sobre o pós-moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

JUNGBLUNT, Cristiane; BRESCIANI, Eduardo. Belluzo defende Dilma e diz que ela fez 'despedalada fiscal'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 ago. 2016. Disponível em: <https://glo.bo/2WwY46D>. Acesso em: 14 maio 2020.

KAMRADT, João; DI CARLO, Josnei. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 55-72, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2LynHOg>. Acesso em: 15 maio 2020.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

LEIA a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no Congresso. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1º jan. 2019. Caderno Poder. Disponível em: <https://bit.ly/2WZ2vWG>. Acesso em: 14 maio 2020.

LUKÁCS, G. **El assalto a la razón**: la trayectoria del irracionalismo desde Shelling hasta Hitler. México, DF: Grijalbo, 1972.

MARX, Karl. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 621-648, dec. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3bF2DQv>. Acesso em: 15 maio 2020.

MILLIKAN, Brent. Trumpismo e Bolsonarismo: semelhanças alarmantes. **El País**, São Paulo, 28 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2WxdXdc>. Acesso em: 15 maio 2020.

NICOLAU, Jairo. O triunfo do bolsonarismo. **Piauí**, São Paulo, n. 146, nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3g2ogxQ>. Acesso em: 15 maio 2020.

NOZAK, William. Bolsonaro não controla mais o bolsonarismo. **Carta Capital**, São Paulo, 24 ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3dS8tjk>. Acesso em: 15 maio 2020.

OLIVEIRA, Adriano. **Qual foi a influência da Lava Jato no comportamento do eleitor?** Do lulismo ao bolsonarismo. Curitiba: CRV, 2019.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. **Collor**: a falsificação da ira. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO; FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro**. Brasília, DF, 29 out. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Z5oUV2>. Acesso em: 14 maio 2020.

PATU, Gustavo; MANTOAN, Victória. Investimento público empaca no país. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 31 ago. 2014. Caderno de Mercado. Disponível em: <https://bit.ly/2Zatvpf>. Acesso em: 14 maio 2020.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Estado de Sítio).

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In.: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 21-27.

PEREIRA, João Márcio Mendes; BELLO, Cesar. O que seria um governo Bolsonaro? In: BELLO, Cesar. **Blog do Cesar Bello**, [s.l.], 16 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3cCiaC6>. Acesso em: 15 maio 2020.

PINASSI, Maria Orlanda. Brasil: (neo)desenvolvimentismo ou luta de classes? **Herramienta Web**, Buenos Aires, n. 13, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3idfcap>. Acesso em: 15 maio 2020.

PINHO, Carlos Eduardo Santos. Ditadura militar e Bolsonarismo: política doméstica e relações internacionais. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2WAPHqQ>. Acesso em: 15 maio 2020.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PONSONI, Samuel; FIRMIANO, Frederico Daia. O eterno “homem bom” na política brasileira: uma análise do caso Moro. **Linguasagem**, São Carlos, v. 29, n. 1, p. 195-211, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2WxYCcw>. Acesso em: 15 maio 2020.

RIBEIRO, Guilherme; BOTELHO, Maurilio Lima; OLIVEIRA, Leandro Dias de. As Manifestações de Junho de 2013. **Revista Continentes**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 116-141, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2X3nasX>. Acesso em: 15 maio 2020.

RIDENTI, Marcel Siqueira. Mudanças culturais e simbólicas que abalam o Brasil. **Plural**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 45-62, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3fVgJ3w>. Acesso em: 15 maio 2020.

SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 135-144.

SADER, Emir. Não é a Copa, imbecil, são as eleições! In: **Blog da Boitempo**, São Paulo, 5 jun. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3bzPkRE> /. Acesso em: 15 maio 2020.

SADER, Emir. Os desafios do pós-neoliberalismo. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 1 fev. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3fSdwSm>. Acesso em: 15 maio 2020.

SADER, Emir. **Posneoliberalismo en America Latina**. Buenos Aires: Instituto de Estudios y Formación CTA, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3bFfiCZ>. Acesso em: 15 maio 2020.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos Cebrap**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2WBe4oo>. Acesso em: 15 maio 2020.

SOARES, Pedro; VETTORAZZO, Lucas. Economia recua 0,6% no 2º trimestre, e o país entra em recessão técnica. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 29 ago. 2014. Caderno Mercado. Disponível em: <https://bit.ly/2WR2qVa>. Acesso em: 14 maio 2020.

SOUZA, André Peixoto. Reflexões sobre o bolsonarismo. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 25 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2X3pj7Z>. Acesso em: 15 maio 2020.

VILLAYERDE, João. Governo federal anuncia corte recorde no Orçamento e freia investimentos do PAC. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22 maio 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3cz2kbs>. Acesso em: 14 maio 2020.

A CONTRIBUIÇÃO DA MISSÃO KEMMERER NA CONFIGURAÇÃO DOS ESTADOS LATINO- AMERICANOS: O CASO CHILENO (1930-1940)

[ARTIGO]

Vera Lucia Vieira

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Centro de Estudos de História da América Latina*

Tiago Santos Salgado

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Centro de Estudo de História da América Latina*

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Ao término das independências, vários países latino-americanos, imersos em contendas internas e com uma correlação de forças frágeis, representantes dos segmentos dominantes solicitam (ou se veem obrigados) a solicitar, assessoria dos Estados Unidos para organizar a estrutura econômica central do Estado. Tal assessoria veio através da denominada Misión Kemmerer. A missão, chefiada pelo Dr. Edwin Walter Kemmerer, professor de Economia na Universidade de Princeton constitui-se em uma das mais exitosas missões de toda a América latina. Através de instrumentos técnicos, estabilizou a economia dos países, agradando a praticamente todos os segmentos sociais, auxiliou na inserção de líderes sindicalistas no governo e subordinou o país definitivamente aos Estados Unidos. O objetivo deste artigo é analisar essa missão no Chile a partir da década de 1920 em face à crise do capitalismo que acirrava as contradições socioeconômicas e aos desdobramentos conjunturais que adentram a década de 1930, a partir de documentos que situam o sistema fiscal, monetário, bancário e a dívida contraída com os Estados Unidos.

Palavras-chave: Missão Kemmerer. Economia Dependente. Dívida Pública. Intervenção Norte-Americana.

At the end of independence, several Latin American countries, immersed in the internal agenda and correlation of weak forces, representatives of the dominant sectors request (or are obliged) to solicit, advice from the United States to organize a central state economic organization. This assessment came through the so-called Kemmerer mission. One mission, led by Dr. Edwin Walter Kemmerer, professor of economics at Princeton University, accomplished one of the most successful missions in all of Latin America. Through technical instruments, it stabilized the economy of the countries, pleased virtually all social segments, assisted in the insertion of union leaders in the government and subordinate in the country reserved for the United States. The objective of this article is to analyze this mission in Chile, from the 1920s, in case of capitalist crisis, as socioeconomic contradictions and conjunctural developments that enter the 1930s, from documents that are located in the fiscal, monetary system, banking and debt contracted with the United States.

Keywords: Kemmerer Mission. Dependent Economy. Public Debt. US intervention.

Tras la independencia de varios países latinoamericanos, inmersos en la agenda interna y la correlación de las fuerzas débiles, los representantes de los sectores dominantes pretendían (o debían) solicitar asesoramiento de los Estados Unidos para organizar una estructura económica central del estado. Este asesoramiento dio lugar a la llamada misión Kemmerer. La misión dirigida por el dr. Edwin Walter Kemmerer, profesor de economía en la Universidad de Princeton, realizó una de las misiones más exitosas de toda América Latina. Desde instrumentos técnicos, estabilizó la economía de los países, complació a prácticamente todos los segmentos sociales, ayudó en la inserción de líderes sindicales en el gobierno y sometió el país a los Estados Unidos. El objetivo de este artículo es analizar esta misión en Chile desde la década de 1920, ante la crisis capitalista que llevó a contradicciones socioeconómicas y repercusiones coyunturales que entran en la década de 1930, a partir de documentos que se encuentran en los sistemas fiscales, monetarios y bancarios, así como la deuda contraída con los Estados Unidos.

Palabras clave: Misión Kemmerer. Economía Dependiente. Deuda pública. Intervención de los Estados Unidos.

Introdução

O processo de independência na América Latina, no concernente às particularidades históricas e sociais de cada país, encetado a partir dos idos de 1810, seguiu, em linhas gerais, uma tônica semelhante e, conforme indica Miguel Arbiol Quezada (2010, p. 31, tradução nossa), optou-se por “uma evolução, pela manutenção geral das condições sociais e econômicas tradicionais, mesmo quando se admitiu uma mudança política, eminentemente ideológica, cosmo-visual ou explicativa”.

Dessa forma, após o processo de emancipação em relação às metrópoles europeias, em sintonia com as tendências ideológicas que marcaram o século XIX, instaurou-se um liberalismo com uma burguesia débil e sem as bases capitalistas que o geraram na Europa, incapaz, portanto, de proceder à sua revolução social, restringindo-se a uma evolução política conservadora, que se processa “pelo alto” (FERNANDES, 1975), com raras inserções de produtores e comerciantes locais. Concomitante a essa predominância, até fins do século XIX observa-se, em vários países, o desenvolvimento da manufatura, uma insipiente industrialização, exportação de matérias-primas e o crescimento do comércio, os quais atraem um fluxo imigratório.

Portanto, percebe-se que o processo de formação e consolidação dos Estados na América Latina responde a uma dinâmica particular. No caso brasileiro, por exemplo, as contradições entre as diferentes elites regionais se resolveram com a instauração de um regime monárquico, que foi baliçado pela autoridade do Imperador sob a

égide do Poder Moderador previsto pela Constituição de 1824, e, no caso de D. Pedro II, de um déspota esclarecido nos trópicos, atuou no sentido de manter estruturas coloniais, preservando os interesses das oligarquias, baseados em grande medida no latifúndio e na mão de obra escrava. Na América Espanhola, o processo se deu de forma diferente, uma vez que as diferenças entre caudilhos resultaram em uma série de revoluções e conflitos armados que fragmentaram o antigo império espanhol na América, que teve como resultado uma série de Repúblicas assoladas pelas disputas internas.

No caso chileno, Eder Sader (1982) aponta para a particularidade do país, uma vez que desde a independência o Estado conseguiu formar uma base social que o conferia certa legitimidade através de uma “república conservadora” liderada, desde 1830, por Diego Portales, que conseguiu formar, a despeito das características oligárquicas das elites locais, uma “estrutura política representativa”, racionalizando politicamente o poder político e econômico (SADER, 1982, p. 76).

O papel do Estado chileno vai se alterar de forma significativa após a Guerra do Pacífico (1879-1883), quando o Chile anexou territórios de Bolívia e Peru ricos em salitre, o que levou a uma corrida por partes das empresas estrangeiras pela exploração da região. Como o Estado não possuía a tecnologia necessária para realizar a exploração, esta foi aberta ao capital estrangeiro, em particular o inglês (SADER, 1982, p. 77). Com a intensificação da industrialização no início do século XX as contradições de classes foram se intensificando, levando ao surgimento e ao fortalecimento de partidos

e sindicatos combativos, que buscavam melhorias nas condições materiais de vida e, em alguns casos, a Revolução Social¹.

Nesse contexto, os Estados Unidos da América (EUA) aparecerem como um dos grandes interessados nas dinâmicas internas dos países latino-americanos, uma vez que, desde o final do período napoleônico se estabelece na região a Doutrina Monroe², que indicava que os EUA buscavam se consolidar como potência hegemônica na região, sendo que a primeira preocupação estadunidense era garantir que as potências europeias estariam fora do continente latino-americano, ao mesmo tempo em que os EUA consolidariam seus interesses comerciais na região (SCHOUTLZ, 2000, p. 19).

Assim, os EUA consideram que a América Latina é sua área de influência “natural” no contexto de corrida imperialista que marca a passagem do século XIX para o XX, entendida como fonte segura de matérias-primas e mercado consumidor. Para justificar sua postura imperialista, o Estado estadunidense constrói um discurso de que devem levar o progresso para os países atrasados latino-americanos, atuando de forma “paternalista”.

Os líderes políticos dos EUA obtinham a aquiescência do público alegando em

cada caso específico – nunca como um princípio geral – que as alternativas à dominação pelos EUA, quaisquer que pudessem ser, seriam piores. Os EUA tinham a responsabilidade moral de agir, não em interesse próprio, mas nos interesses do povo inferior que pretendiam dominar (SCHOUTLZ, 2000, p. 111).

Os EUA passaram a agir com o intuito de garantir a boa gestão financeira dos países latino-americanos, para que estes não prejudiquem os negócios estrangeiros – principalmente os estadunidenses – na região. É nessa perspectiva que nasce a Diplomacia do Dólar, onde é possível localizar a fusão entre o interesse privado, dos investidores nativos dos EUA e a atuação do Departamento de Estado na formulação da política externa. Portanto, os EUA agiam para manter a estabilidade na América Latina para garantir o retorno e a segurança de seus capitais, já que a Doutrina do Dólar:

embaçava a distinção entre o público-privado a ponto de torná-la irrelevante. Mas – e isto é crucial para a compreensão da Diplomacia do Dólar – cada caso começava com a intervenção do governo dos EUA, após a qual os funcionários do governo intermediavam o arranjo financeiro entre o governo latino-americano que havia sofrido a intervenção e o setor privado dos EUA. Que os banqueiros investiam na “isca” latino-americana não pode ser negado, mas quem estava segurando a “vara de pescar”. A resposta é o Departamento de Estado. Uma compreensão da Diplomacia do Dólar começa, então, com as motivações dos funcionários do governo dos EUA em direção à política externa para a América Latina (SCHOUTLZ, 2000, p. 239).

¹ O Partido Socialista Obrero é fundado em 1912, transformando-se em 1922 em Partido Comunista Chileno. Já o Partido Socialista é fundado em 1933.

² Izaure Peghim Merendi (2007) lista as doutrinas da política externa dos EUA desde o século XIX até meados do século XX: Doutrina Monroe (1820-1830), Primeira Conferência Pan-Americana (1889), Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe (1904), Diplomacia do Dólar, intervenções regionais de 1900 a 1930 e a Boa Vizinhança (1930 a 1945).

Nessa perspectiva, os EUA passaram a nortear sua política imperialista com o intuito de mediar conflitos internos e externos na América Latina com o objetivo de diminuir a influência europeia e a “auxiliar” os latino-americanos com seus problemas políticos e econômicos.

A consolidação dos EUA como principal potência global se consolida após a Primeira Guerra Mundial, quando seus concorrentes europeus se encontravam destruídos em função do conflito e com a economia em frangalhos. Nesse contexto, os EUA ampliam sua área de influência, antes basicamente restrita à América, para outras regiões do globo, em particular em função do acelerado crescimento econômico que marcou o país nos anos de 1920.

Por outro lado, os países da América Latina também passam por transformações importantes resultantes da Primeira Guerra Mundial, uma vez que se consolidam forças sociais e políticas de cunho nacionalistas que passam a defender uma industrialização através da adoção de uma política de substituição de importações, o que causa um desencontro entre os interesses desses agentes com as oligarquias rurais. Soma-se a este fato a emergência de movimentos operários, que passaram a ter na Revolução Russa um exemplo e uma fonte de inspiração para sua organização, em particular após a fundação dos Partidos Comunistas no continente.

Nesse contexto, imersos em contendas internas e com uma correlação de forças frágeis, representantes dos segmentos dominantes solicitam (ou se veem obrigados a solicitar) assessoria dos EUA para organizar a estrutura central do Estado. Tal assessoria veio através da denominada *Misión Kemmerer*. A missão,

chefiada pelo Dr. Edwin Walter Kemmerer, professor de Economia na Universidade de Princeton, constitui-se em uma das mais exitosas missões de toda a América Latina, já que, através de instrumentos técnicos, estabilizou a economia dos países (não apenas na América Latina)³, agradando a praticamente todos os segmentos sociais, auxiliou na inserção de líderes sindicalistas no governo e subordinou os países definitivamente aos EUA. Ao término da missão, a dívida dos países com os bancos norte-americanos, assim como o desenvolvimento dos países, passaram a depender totalmente do capital norte-americano.

Entre 1923 e 1931, o Dr. Edwin Walter Kemmerer, [...] remodelou os sistemas monetários, bancários e fiscais na Colômbia, Chile, Equador, Bolívia e Peru, além dos mesmos sistemas na África do Sul, Polônia e China. Com a anterioridade da existência de instituições financeiras internacionais, os governos andinos contrataram por sua conta equipes de assessores vulgarmente chamados de “Money Doctors”. (DRAKE, 2004, p. 31, tradução nossa).

Sarmiento Pavas (2004) coloca que, em todos os países da América Latina em que Kemmerer esteve, seu programa de reestruturação do Estado foi totalmente exitoso, sendo que passou a ser conhecido como *the money doctor*:

3 Entre a Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão, Edwin W. Kemmerer visitou os seguintes países: México (1917), Guatemala (1919, 1924), Colômbia (1923, 1930), Chile (1925), Polônia (1926), Equador (1926-27), Bolívia (1927), China (1929) e Peru (1931). Já Sir Otto Niemeyer neste período participou de missões financeiras na Nova Zelândia (1930), no Brasil (1931) e na Argentina (1933).

Pelo êxito de suas orientações foi chamado de médico internacional das moedas (the money doctor). Em sua autobiografia menciona que em 7 dos 10 países que havia sido assessor se requeria uma “completa revisão de seus sistemas de contabilidade, contas e controle fiscal”. (SARMIENTO PAVAS, 2014, p. 83, tradução nossa).

que permite a grande parte da população o acesso a serviços públicos como: saúde, habitação, transporte, educação, previdência, entre outros, mesmo com a existência da condição de pobreza e miserabilidade que afeta a maior parte dos segmentos das classes trabalhadoras. É neste cenário que emergem organizações de trabalhadores em luta por direitos e disputa de espaços políticos. Labarca traça em poucas palavras o perfil da sociedade chilena por volta de 1840.

A missão Kemmerer no Chile

No caso específico do Chile, em que pese o predomínio de uma estrutura política de base social latifundiária e comerciária, conforme enfatiza Eder Sader (1982, p. 76), de 1830-1879 o Estado chileno se consolida com as particularidades que o marcarão até a ditadura bonapartista pinochetiana (1973-1990) (DRAKE, 2004).

Até fins do século XIX observa-se no Chile o desenvolvimento da manufatura, a exportação de minérios e o crescimento do comércio, os quais atraem um forte fluxo imigratório, isto em que pese a grande instabilidade decorrente das três guerras: a primeira contra a Confederação Peru-Bolívia (1836-1839), a segunda contra a Espanha (1865 e 1866) e finalmente a Guerra do Pacífico, também denominada Guerra do Salitre (1879-1883).

Nesse sentido, frente ao avanço das relações sociais capitalistas no país, a função do Estado, da ordenação da coisa pública, vai resultar, gradualmente, de uma articulação entre a burocracia estatal, os empresários e o povo (ALMONACID AGUILA, 1997); tripé

sem um indício da classe média, sem indústrias vitais, com um comércio desordenado em todos os tempos, as leis serviram para consagrar o costume; aqui, em jejuns da cultura ambiental, os governantes tiveram que aprovar leis para criar costumes. Não foi difícil imitar a legislação mais perfeita de outros povos. O impossível era que eles poderiam ser realizados nessa sociedade, semelhantes às rochas teutônicas, levantadas por um cataclismo revolucionário, e nas quais séculos ainda não depositaram os sedimentos que os transformam em terras cultiváveis. Eles formaram nossos proprietários de terras da classe alta que exploraram suas propriedades através de capatazes e inquilinos (VIEIRA, 2016, p. 172-173, tradução nossa).

Os serviços públicos, nesse sentido, são vistos, como mercadorias, cuja regulação não competia ao Estado, mas ao consumidor. Em áreas fundamentais, como a educacional, por exemplo, a oferta advinha tanto do Estado, quanto da iniciativa privada, quanto de entidades confessionais (ALMONACID AGUILA, 1997). Assim, a lógica da competitividade, inerente ao capitalismo, se punha não apenas entre mercadorias advindas do mesmo setor econômico – industriais,

comerciantes, agricultores, mas também no provimento dos serviços públicos vinculados diretamente à área social.

Nesse sentido, o consumidor – pais, alunos, aposentados, usuários das redes de transporte público, dos serviços de saúde, ou os interessados em empréstimos para a aquisição de casas (populares) – poderia procurar atendimento onde recebessem melhores serviços baseado em uma escolha racional. Percebe-se que nessa situação, a perspectiva de cidadania se encontra esvaziada, o cidadão é antes de tudo um consumidor.

Tais serviços, sendo privados ou públicos, recebiam subsídios e se não fossem bem avaliados, ou seja, ocorrendo pouca procura da população daquela unidade, as verbas recebidas do Estado diminuía. Na particularidade educacional, por exemplo:

A partilha da responsabilidade pela educação entre o Estado e a sociedade na implantação e sustentação das escolas já vinha ocorrendo desde os primórdios da institucionalização do sistema educacional chileno, no século XIX. Esta dinâmica decorrer das necessidades sociais por educação e foi liderada pelos poderes nacionais e locais que, juntamente com diferentes segmentos da comunidade, proviam as condições físicas, materiais, financeiras e institucionais às escolas” (BARAONA apud KRAWCZYK; VIEIRA, 2013, p. 89).

Por outro lado, nos primeiros anos do século XX os trabalhadores chilenos foram conseguindo, através de suas organizações anarquistas, direitos trabalhistas reconhecidos por leis, consolidadas durante o governo de Arturo Alessandri (1920-1924), que foi obrigado a renunciar em 1924 e o poder

político ficou com o general Carlos Ibáñez, chefe do Exército, dando início a uma série de intervenções militares no país. Em março de 1925 Alessandri retoma seu mandato até as eleições que aconteceriam no mesmo ano. Até lá, o governo era tutelado pelos militares, chefiados por Ibáñez.

A consolidação de tais leis, ou seja, da legalização das relações entre capital e trabalho, devem ser entendidas no contexto de formação e articulação das centrais sindicais e movimentos operários que aconteceu por volta de 1910, como a *Federación Obrera de Chile* (FOCH) de caráter nacional (EL MOVIMIENTO..., 2008) e, ao longo da década de 1920. Tal instituição teve sua liderança disputada pelo Partido Democrático, de caráter socialdemocrata, e pelos que defendiam ideais revolucionários, como o Partido Obrero Socialista.

As lutas sociais renderam a promulgação do Código do Trabalho (1925-1931) e, a partir daí, as tendências entre os trabalhadores oscilaram entre os que consideravam que deveriam defender tais leis (como os empregados do setor estatal e das grandes empresas que cumpriam as leis) e os que mantiveram o “discurso classista e revolucionário”, dividindo-se entre três grandes organizações: a FOCH, ligada ao partido comunista, a “CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), de inspiração anarquista e CNS (Confederação Nacional dos Sindicatos), de origem socialista” (EL MOVIMIENTO..., 2008, tradução nossa).

Não por acaso, no ano de 1924, militares chilenos viajam para os Estados Unidos e se articulam com o Departamento de Estado norte-americano, onde organizaram uma missão de especialistas capaz de colocar em

ordem a economia chilena, a semelhança do que já havia acontecido em outros países latino-americanos. As razões de tal articulação, segundo Drake (2004), decorreram, de um lado, da desconfiança interna na capacidade dos próprios chilenos de ordenarem o Estado, particularmente porque muitos deles, embora filhos das famílias mais ricas do país, compunham, agora na política, os intelectuais influenciados pelo liberalismo europeu e pelas ideais de desenvolvimento social e democracia que ali grassavam. Por outro lado, pela pressão norte-americana, pois o Chile era seu principal exportador de minérios. Desde sua chegada àquele país os membros da Missão:

receberam um endosso insensível de todos os setores políticos e sociais. Em algumas ocasiões, multidões nas ruas saudaram o Kemmerer como “o segundo salvador do Chile”. Ninguém se opôs abertamente à Missão, embora muitos banqueiros, grandes proprietários de terras e cidadãos ingleses residentes não estivessem entusiasmados. (EL DIARIO ILUSTRADO, 1925 apud DRAKE, 2004, p. 40, tradução nossa).

Tal apoio não impediu que o governo, subsumido aos militares desde os golpes bonapartistas que ocorreram no país na década de 1920, fizesse questão de demonstrar o apoio das forças armadas à chegada da assessoria norte-americana: “A presença de todo aquele pessoal militar na estação é como um aviso para todo o país de que eles não permitiriam obstruções ao progresso do grande financiador” (LA NACIÓN, 1925 apud DRAKE, 2004, p. 40, tradução nossa).

Tais assessores deram as diretrizes e acompanharam a instauração dos

fundamentos econômicos do Estado chileno, definindo as regras para o funcionamento do sistema financeiro, fiscal, contratual, contábil, normas para exportação e importação e regras contratuais entre o Estado e empresas nacionais e estrangeiras e entre si, muitas das quais integravam as leis pétreas da Constituição.

A Missão Kemmerer, que visitou o país pela primeira vez em 1923, deixou uma marca profunda na estrutura institucional do Estado. Entidades como o Banco da República, a Superintendência Bancária e a Controladoria Geral da República são o resultado de suas recomendações, aplicadas anteriormente em outros países da América Latina (SARMIENTO PAVAS, 2014, p. 79, tradução nossa).

Poucas foram as vozes que se levantaram contra tal assessoria alertando, por exemplo, para fatos como o da contratação de um norte-americano para integrar o Banco Central serviria para “ajudar os banqueiros norte-americanos” a “tornar o Chile economicamente dependente dos Estados Unidos da América, uma semicolônia disputada pelos ingleses e ianques imperializados” (DRAKE, 2004, tradução nossa).

A argúcia de Kemmerer, principal nome da missão, é destacada por Drake (2004, p. 45) quando relata que ele, impressionado com a força do sindicato chileno, tratou de entabular negociações com suas lideranças, atendendo às suas demandas e, inclusive, nomeando para integrar a diretoria do Banco Central um trabalhador, embora na Colômbia, “menos urbanizada e politizada” os tivesse deixado de fora: “Muitos dos líderes trabalhistas viram sua inclusão como evidência adicional e que Kemmerer

e seu programa de nacionalização atendiam aos interesses das classes trabalhadoras” (DRAKE, 2004, p. 45, tradução nossa).

Portanto, é sob a égide da subsunção do governo civil aos militares que ocorre a incorporação de trabalhadores na partilha do poder do Estado, em que pese a vigência, naquele momento, de um sindicalismo combativo e de partidos de orientação revolucionária, como o Partido Socialista Chileno (PSC) e o Partido Comunista (PC). Portanto, lado a lado com os militares e a missão norte-americana.

Tal perspectiva assumida pelas lideranças dos trabalhadores era corroborada pelo fato de que as medidas sociais incentivadas pela assessoria norte-americana estavam sendo efetivadas à revelia dos interesses dos conservadores latifundiários e detentores do poder econômico. Estes expressaram em vão seus temores ante tal inserção trabalhista, mas foram refutados por Kemmerer que saiu em defesa dos trabalhadores.

De fato, observa-se que o crescimento das organizações sindicais e as políticas de inserção destes nas hostes estatais permitem a aplicação de políticas das massas populares e investimentos em infraestrutura, possibilitados pela crescente industrialização e a continuidade do acesso ao crédito, também incentivado pela assessoria norte-americana, que visava consolidar as bases da expansão capitalista dependente no país, que necessitava de um exército de mão de obra controlado e de mercado consumidor, tudo isso sem a ameaça de insurreições sociais que colocassem tal processo em risco.

Tomando-se como exemplo os serviços educacionais, esfera a que se refere Amanda

Labarca, educadora e feminista, no início do século XX, o Estado fixa em lei um Fundo de Subvenção (1920) às escolas. Em 1929 atrela a este fundo, por decreto, a exigência de que deveria haver uma escola em cada comunidade e mais, que estas deveriam estar sediadas em propriedades rurais, definidas pela facilidade de acesso da população. Seus proprietários e os donos de empresas industriais eram obrigados a estabelecer tais escolas, assim como estavam “Igualmente obrigado a conservar, ampliar e melhorar os prédios escolares cuja construção haviam financiado” (LABARCA apud VIEIRA, 1937, p. 293; SANTA CRUZ, 2007).

Labarca expressa seu entusiasmo por tais perspectivas através de seu relato sobre os avanços para a inserção social da promulgação de leis como a de “Instrução primária obrigatória, que aumentou a matrícula em quase 80.000 crianças em um único ano. Entre 1925 e 28, os professores tiveram o poder de pressionar os pais e monitorar as matrículas e a participação, usando a polícia” (LABARCA apud VIEIRA, 2016, p. 179). Paralelamente, a formação dos professores em nível universitário passa a ocorrer fora do Chile, com incentivo do governo para que professores se aperfeiçoassem no estrangeiro e, ainda conforme essa autora, “em 1927 se enviou para os EUA, Suíça e Alemanha por três anos” (LABARCA, 1937 apud VIEIRA, 2016, p. 170). Mas, alerta a autora argutamente, tais políticas públicas inclusivas não expressavam a vigência da democracia.

De fato, conforme a historiografia chilena aponta, na segunda metade da década de 1920, o “Chile experimentou uma sensação de prosperidade econômica, estimulada por uma forte expansão dos gastos públicos pelo governo de

Carlos Ibáñez del Campo (1927-1931) e com o objetivo de modernizar a infraestrutura produtiva do país”, o que foi proporcionado pela entrada massiva de capitais advindos, em especial dos Estados Unidos. Sem dúvida, “esse auge teve origem em um alto endividamento externo, produto dos créditos em dólares provenientes de Nova York, que se impunha como a nova capital financeira do mundo” (EL IMPACTO..., 2008).

Embora a historiografia enfatize as medidas políticas adotadas pelos governos que se sucediam naqueles idos da década de 1920, observa-se que o enfrentamento da maior crise pela qual passava o país, ou seja, o problema da depreciação monetária, foi encabeçado pela Missão que aí concentrou seus esforços. As informações constantes no site oficial do Banco Central chileno, ainda hoje, reconhecem a importância dessa missão na estabilização monetária daquele país nos anos de 1920. Segundo informam, o enfrentamento de tal questão e a organização burocrática do banco, assim como o estabelecimento das metas que foram fixadas pela *Ley Orgánica* de 1925, foram de iniciativa dos integrantes da Missão. Tal lei fixou os objetivos e as principais funções do Banco, estabelecendo como metas

a moeda e a regulamentação da taxa de juros, o monopólio da emissão de papel-moeda, o portador e os conversíveis em demanda; a taxa de câmbio e o regime monetário, o padrão qualificado de troca de ouro (taxa de câmbio fixa para ouro qualificado: Lei Monetária), definia que caberia ao Banco Central regular a quantidade de ouro e operações de crédito interno sem contrapartida direta nas reservas. Renda: 50%. • Taxas de desconto e redesconto. Regra de taxa

máxima padrão. • Operações de câmbio e outras funções. Garanta conversibilidade em ouro ou letras. • Autonomia legal: estrutura de capital e composição do Conselho de Administração. Ações A, B, C e D: Estado, nacionais, acionistas estrangeiros, público em geral. • Supervigilância e transparência. Submetido à Superintendência de Bancos. Administração. Presidente e Vice-Presidente eleitos pelo Conselho e elegíveis novamente (MARCEL, 2017, p. 16, tradução nossa).

Metas como a do padrão ouro pelo Banco Central e conferindo à administração pública financeira uma tal estabilidade que atraiu inversões estrangeiras diretas, que contribuíram para a estabilização monetária e, conseqüentemente, política e social. Para tanto, contou com o total apoio da Junta Militar que, em 1924, “notifica o Governo de que qualquer medida recomendada pela Missão Kemmerer deve ser aceita sem emendas”, o que levou à renúncia imediata de Alessandri, assumindo Emiliano Figueroa Larraín (1925-1927), seguido de Carlos Ibáñez del Campo que “governou com altos empréstimos externos e prosperidade até a Grande Depressão em 1931” (MARCEL, 2017, p. 12-13).

A economia chilena se voltou totalmente para os mercados internacionais. A proporção da soma das importações mais as exportações em relação ao PIB, que passou de 43,7% em 1923 para 47,28% em 1925, deu um salto radical em 1926 quando atingiu 59,99% e depois estabilizou em torno de 50% nos quatro anos seguintes [...]. A dependência da economia chilena nos altos e baixos da economia internacional se aprofundou durante

esses anos. Os produtos primários continuaram sendo a principal fonte de recursos. A participação das exportações de mineração como porcentagem do total permaneceu muito alta. O cobre e o salitre continuaram sendo os principais produtos de exportação para o Chile, embora o salitre estivesse perdendo destaque nos mercados internacionais devido ao surgimento de substitutos sintéticos [...]. As exportações cresceram quase 38% no período 1925-1929 [...]. No caso das importações, apesar do comportamento ser mais instável, a taxa de crescimento no mesmo período foi de 32% (DUARTE RIVERA, p. 9, 2019, tradução nossa).

Apesar desse salto na área social, no caso da educação, objeto de análise de Labarca, essa se mantivera sob a égide da diferença de classes e, no limiar da década de 1930, já não vigorava no país nenhum sentimento genuíno de democracia, ou de igualdade social, pelo contrário, a desigualdade havia aumentado, apesar da inserção social.

A classe média, desenvolvida desde a Guerra do Pacífico, e cuja influência como entidade político-social aumentou nas últimas décadas, mostrou até recentemente uma inclinação decididamente aristocrática. Ele resistiu ao envio de seus filhos para a escola fiscal e procurou as escolas secundárias para os meninos e as meninas, o prestígio social e dedicado das escolas das freiras (LABARCA 1937 apud VIEIRA, 2016, p. 173-174).

Ou seja, embora o desenvolvimento econômico estivesse em um ciclo virtuoso, em 1930, a quebra da bolsa de Nova York abala estruturalmente o país que:

[...] em meio às queixas vociferantes de agricultores, industriais e comerciantes, as reservas de bancos comerciais, depósitos e empréstimos contraídos de 1929 a meados de 1931 [...]. Muito mais do que os grandes capitalistas, os trabalhadores sofriam da depressão, especialmente nos centros de mineração e nas cidades. [...] Reduzidos primeiro pela ação política e depois pelo colapso econômico, os sindicatos desmoronaram (DRAKE, 2004, p. 54).

Em que pesem tais medidas socializantes, a participação dos trabalhadores na gestão do poder público e a manutenção do Estado Docente, em 1930 a quebra da Bolsa de Valores de Nova York abala o país de forma estrutural, assim como abalará outros países latino-americanos inseridos na mesma lógica, evidenciando-se a dependência estrutural ao capital norte-americano e internacional. Os analistas chegam a uma conclusão sobre o impacto de tal crise nos países que haviam adotado o sistema Kemmerer, semelhante à que aponta Almeida para o caso do Equador

A “receita” para combater a inflação desencadeou uma crise deflacionária nos anos trinta, a administração do Banco Central ajudou a incubar a deflação internacional no país. Um remédio universal “padronizado”, adotado sem hesitação e a longo prazo, causou um mal pior que a doença (ALMEIDA, 1994, p. 140, tradução nossa).

No contexto de crise que assola a América Latina após a quebra da Bolsa em 1929, em 1931 o Chile, que vivia sob o governo do presidente eleito Juan Esteban Montero (1931-1932), enfrenta uma rebelião popular cívico-militar que derruba o governo e proclama “a república socialista

do Chile”, dissolvendo o Congresso Nacional e exigindo a devolução dos recursos confiscados da Caixa de Crédito.

Acirramento das contradições de classe durante a crise de 1929

A crise de 1929, que tem início nos EUA, logo se espalha pelo mundo, atingindo os outros países de capitalismo central e, também, os periféricos, o que abre espaço para o aumento das atividades revolucionárias que acontecem em vários países do mundo e se alinhando às mais diversas ideologias. Na América Latina, em geral, a crise de 1929 deu o impulso que colocou fim aos governos oligárquicos. No Brasil, por exemplo, a Revolução de 1930 dava início ao período de domínio de Vargas, que vai até 1943. No Chile, como vimos, se instalou uma curta experiência socialista. Um dos líderes dessa tentativa de instauração de um governo socialista no Chile, o médico Jorge Grove Vallejo (1933, p. 10, tradução nossa), assim relata a situação:

Eles viviam sob o regime da República de O'Higgin. Os privilégios e interesses criados ao seu redor haviam se multiplicado de tal maneira que apenas uma classe social podia reivindicar o comando supremo. Nenhuma das classes assalariadas poderia alcançar a moeda [...]. Uma mudança de regime tornou-se imperativa, o ambiente fluiu de sua necessidade. A República dos Trabalhadores teve que ser fundada, a justiça social e o respeito a todos os direitos foram impostos.

A capacidade de mobilização da população chilena se manifestou novamente nestes tempos de crise, emergindo movimentos de ajuda mútua. Na área educacional, sociedades de pais e mestres intervêm nas escolas, fornecendo vestuário, merenda, assistência médica e dental. Labarca registra tal solidariedade, mas, para ela, isso não extirparia as causas da desqualificação do ensino que ela reputava serem de responsabilidade dos próprios desvalidos:

[...] Salários baixos, demissão das massas populares, ignorância, alcoolismo, instabilidade civil e moral da família, número crescente de filhos ilegítimos ou abandonados pelo pai e cujas mães mal são suficientes com seus próprios esforços, para sustentá-los na vida e na Saúde (LABARCA 1937 apud VIEIRA, 2016, p. 175, tradução nossa).

Os trabalhadores, embora em mobilização crescente, são premidos pela situação de pauperização e, incapazes de organizar coligações suficientes para interferir no governo, seus dirigentes socialistas se submetem às forças armadas, lideradas pelo general Bartolomé Blanche, que chama novas eleições presidenciais.

Arturo Alessandri é novamente eleito, iniciando um segundo governo (1932 a 1938) que, aparentemente se apoia tanto “nos radicais e democratas, como nos conservadores e liberais que aceitaram sua proposta de governo de unidade nacional” (HOEHN, 2012, p. 183, tradução nossa). No entanto, em meio à crise econômica (a dívida pública alcançava a ordem de \$ 4.000.000.000) e à mais completa desordem social, é incentivado o crescimento das milícias republicanas (1932),

criadas em 1932 para defender a República de qualquer intento de tirania.

Tais milícias, controladas por partidos de direita, contavam com um efetivo de 50 mil homens em 1933, recebendo subvenção do fundo Lo Herrea de Nos⁴ e “tinha armas e aviões, era uma força palamiliária, pode ser comparada aos Civic Lairs criados por Diego Portales no século 19, o objetivo desse organismo era muito semelhante às milícias republicanas” (GONZÁLEZ, 2002, p. 1), que era o de defender o sistema republicano com as armas e que atuavam com o respaldo da “Lei de Segurança Interna do Estado” (1937) (GONZÁLEZ, 2002). Tal aparato paramilitar somou forças ao recém-fundado Partido Nazi Chileno e com a Falange Nacional. O impacto de tal violência sobre a sociedade chilena é assim descrito por Labarca, expressando seu liberalismo:

A crise econômica de 1931-1933 veio a agravar esse período experimental. A educação tributária chilena saiu de ambas com cicatrizes que os anos apagaram. As linhas de sua ascensão e progresso foram quebradas em 1928 e um período em declínio começou. A confusão social, o desemprego dos anos pobres, a desordem na disciplina doméstica, a falta de ideais da juventude foram atribuídos à dívida própria, sem entender que a educação é o trabalho e o reflexo da sociedade que a sustenta (LABARCA, 1937 apud VIEIRA, 2016, p. 265, tradução nossa).

4 Referência à subvenção advinda do Senador Don Eliodoro Yafiez que, em 1923 possuía uma das maiores fazendas do departamento de La Victoria (Nos), região perto de Santiago e sua abundante produção se mantém por mais de 50 anos, quando então começa a mecanizar-se, incorporando força motriz e ampliando sua capacidade de exportação (BENGOA, 1990).

Com poderes bonapartistas, Alessandri decretou a Lei de Segurança Interior do Estado, “que controlava e proibia assembleias e manifestações políticas e até suspendeu o Congresso Nacional” (HOEH, 2012, p. 183, tradução nossa).

As medidas repressivas do governo aumentaram, tanto em quantidade quanto em tenacidade. Assim, por exemplo, no ano de 1934, em Ranquil, uma área camponesa de Alto Biobío, membros dos Carabineros foram chamados para reprimir uma revolta local limitada de camponeses e trabalhadores, os quais enfrentaram sendo mortas centenas deles, prendendo outros 500 para processá-los em Temuco. No entanto, apenas 23 detidos chegaram ao seu destino, 477 deles foram baleados na “jornada” (HOEHN, 2012, p. 185, tradução nossa).

No entanto, nem toda a repressão impediu que os trabalhadores reagissem e, em meio à crise governamental que se instaura no governo, em 1936, em um Congresso denominado da Unidade Sindical, fundam a *Confederación de Trabajadores de Chile* (CTCH). O marco no fortalecimento dessa confederação foi reunir as diferentes organizações dos trabalhadores que foram surgindo no limiar do século XX. Assim, contou com a *Federación Obrera de Chile* que, foi fundada em 1919, e que, em 1934, se reorganizaria após a repressão de Carlos Ibáñez del Campo e a grande crise, com a *Confederação Geral dos Trabalhadores* (CGT, criada em 1931), de tendência anarco-sindicalista e com a *Confederación Nacional de Sindicatos* (CSS) composta pelos “sindicatos legais”

A tendência de usar a legalidade para promover o sindicalismo crescia. “Em

1932, havia 421 uniões legais com 54.801 membros; em 1936 já havia 670 com 84.699 membros.” Após 7 ou 8 anos de existência do CTCH, 19 em 1942, havia 1.593 sindicatos que agrupavam 194.049 trabalhadores (GARCES; MILOS, 1988 apud SAMANIEGO MESÍAS, 2016, p. 27, tradução nossa).

Esse agrupamento organiza, em contraposição às Milícias Republicanas, as Milícias Socialistas, vinculadas ao partido socialista, que tinha entre suas fileiras Salvador Allende⁵ (LABARCA, 1937 apud VIEIRA, 2016, p. 172).

A CTCH se integra a outros segmentos da sociedade civil chilena, formando a Frente Popular, que contava com apoio do Partido Comunista Chileno, e que elegeu o radical Pedro Aguirre Cerda nas eleições presidenciais de 1938, expressando a rearticulação dos diferentes segmentos sociais e a incorporação da sociedade civil em defesa da liberdade pública. Expressando a tendência de que das divisões partidárias a associações, como a de professores, por exemplo, não podiam agir diferente.

Assim é que em 1932, a *Asociación General de Profesores* dividiu-se, surgindo, de um lado, a Federação de tendências comunistas, de outro a Associação anarco-sindicalista e uma Confederação que se colocava apolítica. Estes vão se unificar novamente em 1935, constituindo-se a União dos Professores do Chile, que atuava

também em outra mobilização, na Frente Econômica dos trabalhadores, por melhores salários. Mas, *pari passu* a tal mobilização, o governo passou a se aproximar mais dos segmentos conservadores e a fortalecer as forças repressivas.

importantes posições ministeriais foram concedidas a políticos de direita [...]. Da mesma forma, o governo contou com o apoio dos grupos paramilitares de extrema direita, as Milícias Republicanas, com o objetivo de alcançar um objetivo fundamental: “A restauração da ordem e a segurança interna”. O início da década de 1930 foi caracterizado por uma enorme polarização e frequentes confrontos entre grupos de esquerda e extrema direita, como as “tropas de assalto nazistas” (LABARCA, 1937 apud VIEIRA, 2016, p. 172).

Os trabalhadores integram o governo até 1940, quando as divisões internas na Frente Popular, as quais refletiam as contradições socioeconômicas daquele país, permitiram que Gabriel González Videla (1946 a 1952), um candidato apoiado pela direita, assumisse o poder. Uma vez no governo, Videla promulga a *Ley de Defensa de la Democracia*, alcunhada pelos trabalhadores de “Lei Maldita”, que, apoiada na disseminação do medo ao comunismo, adentra à lógica da Guerra Fria (EL MOVIMIENTO..., 2008).

A política do medo, conforme Burgos Pinto (2014), é iniciada após a tentativa da esquerda de instaurar a denominada República Socialista mediante um golpe de estado em 1932 e, embora tenham decidido participar do processo de restabelecimento institucional do governo, via eleições, o receio de sua inserção na política,

5 Allende foi eleito presidente em 1970 pela Unidade Popular e tinha como objetivo a construção de uma via chilena ao socialismo. A experiência foi abortada em 1973 em virtude do golpe de Estado liderado por Augusto Pinochet em 1973.

à semelhança do que acontecera nos tempos de Kemmerer, assombra novamente os segmentos de direita que, recebendo apoio do partido de centro, dão a tônica de um novo momento na história chilena. Mas, em que pesem toda essa dinâmica, a configuração do “coração do Estado” não se altera, conforme vaticinara o norte-americano no início de sua missão àquele país.

Considerações finais

Como buscamos demonstrar, a constituição do Estado na América Latina, após as independências no século XIX, em particular no Chile, expressa a forma periférica do desenvolvimento do capitalismo na região, uma vez que os parâmetros legais que regulam a vida social em diversos países do continente foram instituídos sem relação direta com as demandas sociais locais, sendo que a participação das classes trabalhadoras na formulação de políticas públicas foram lidas pelas elites como uma ameaça à própria existência do capitalismo.

O caso da Missão Kemmerer é ilustrativo, uma vez que os EUA se colocaram como fiadores das políticas econômicas dos países latino-americanos, tratando de criar um arcabouço jurídico e normativo, que se coadunava aos interesses econômicos dos EUA e do capital internacional.

De um lado, o Estado, controlado pelas elites (oligarquias) vinculadas ao capital estrangeiro, tratou de reprimir os movimentos sociais organizados e, de outro, essas mesmas elites utilizavam o poder

político para, em nome do liberalismo, conseguir atender aos seus interesses imediatos em detrimento dos interesses coletivos. Ou seja, na América Latina, o Estado se manifesta como um demiurgo soberano no que tange à correlação de forças internas enquanto é submisso aos interesses dos países capitalistas centrais.

Os EUA, por sua vez, desde a década de 1830, se coloca como potência imperialista na América, entendendo a América Latina como sua área “natural de influência”. A Doutrina Monroe, que tinha como principal lema “A América para os americanos”, tinha como objetivo se contrapor aos interesses das antigas metrópoles no continente, ou seja, era uma forma de consolidar sua hegemonia na região. Assim, desde o início do processo emancipacionista na América, os EUA adotam a mesma política externa, não importando qual partido político ocupe a presidência no país. Em outras palavras, a política externa estadunidense é movida pela defesa de seus interesses internos, mesmo que para isso seja necessário apoiar ditaduras ou até mesmo auxiliar na estruturação dos Estados na América Latina (SCHULTZ, 2000).

É essa a trilha que a política externa dos EUA segue em relação à América Latina, se colocando como defensores e promotores da civilização e do progresso em um continente marcado por disputas territoriais e revoluções. É ainda no século XIX que as políticas da Doutrina Monroe, que incentivaram os processos emancipatórios latino-americanos entram em contradição com a própria formação dos Estados Nacionais no continente. Em meio a disputas entre as elites oligárquicas, entre setores populares e nativos, em

meio a discussão acerca de reformas como a agrária e a urbana, a autonomia nacional dos países latino-americanos passa a ser entendida como uma ameaça pelos EUA, já que interesses e propriedades de empresas e cidadãos estadunidenses estavam em risco de serem estatizados (SALGADO, 2019, p. 79).

A chegada da *Missão Kemmerer* teve como objetivo auxiliar na resolução das crises financeiras e na estruturação do Estado de diversos países da América Latina. Durante as décadas de 1920-1930, mesmo que cada país possuísse suas particularidades, de forma geral, o continente passou por intensas transformações econômicas, sociais e políticas, em particular em função da industrialização, da chegada de imigrantes, do avanço de partidos e sindicatos de esquerda. Como forma de organizar e possibilitar a reprodução capitalista, a *missão* buscou construir um aparato legal, administrativo e de articulação com os trabalhadores organizados em sindicatos, que desse segurança aos investimentos estrangeiros naquele país (e nos outros em que esteve), apesar dos contínuos golpes de Estado e da instabilidade política que os configurava.

Sob a égide de regulamentos, as massivas inversões estrangeiras no Chile possibilitaram um período de “bonança” à população chilena, em que pese a inflação e o crescente endividamento. Quando a crise de 1929 explode no crack da Bolsa de New York, o Chile será um dos países mais afetados, reacendendo as tensões classistas e o temor das burguesias que se apoiam no espectro do comunismo para desencadear violenta repressão e reordenar a excelência socioeconômica. Naquele país, a breve experiência socialista entre 1931

e 1932 é exemplo das tensões decorrentes dessa crise capitalista e do avanço, de um lado, dos regimes totalitários nazifascistas, e de o outro, do avanço dos comunistas sob a influência da Revolução Russa de 1917.

O período, marcado por grande tensão social, leva parcelas da burguesia a se alinhar e a engendrar golpes que, sob a égide de militares, instauram ditaduras que promovem as mudanças necessárias à nova dinâmica do capitalismo “pelo alto”, pois, subordinada à dinâmica externa do capital, não têm interesse e nem condições de impulsionar internamente a ruptura com os países imperialistas e levar a cabo a constituição de um capitalismo autônomo. Nessas condições, o “coração do Estado” chileno, conforme implantado pela *Missão Kemmerer*, não sofrerá mudanças radicais até os tempos do governo de Salvador Allende (1970 a 1973). ■

[VERA LUCIA VIEIRA]

Doutora em História pela PUC-SP (1998).

Atualmente é professora assistente da PUC-SP, Coordenadora do Cehal/PUC-SP.

E-mail: vevivevi.vieira@gmail.com

[TIAGO SANTOS SALGADO]

Doutor e mestre em História pela Pontifícia

Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

e graduado em História pela Universidade

Estadual Paulista (Unesp). Centro de Estudos de

História da América Latina (Cehal/PUC-SP).

E-mail: tiago_salgado1986@hotmail.com

Referências

ALMEIDA, Rebeca. **Kemmerer en el Ecuador**. Quito: Flacso, 1994. (Série Tesis: Historia). Disponível em: <https://bit.ly/3dR8QdX>. Acesso em: 14 maio 2020.

ALMONACID AGUILA, Claudio. **El empresariado chileno como actor educativo**. 1997. Tese (Doutorado em Ciencias de la Educación) – Pontificia Universidad Catolica de Chile, Santiago, 1997.

ARBIOL QUEZADA, Miquel Angel. **Chile 1810-1830**. Chile: Ariadna, 2010.

BENGOA, Jose. **Haciendas y campesinos**. Santiago: Ediciones Sur, 1990. (Coleção Estudios Históricos. Série Historia social de la agricultura chilena, t. 2).

BURGOS PINTO, Raul. Aproximaciones a la construcción del anticomunismo en la derecha política conservadora en Chile, 1941-1948. **Estudios Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 258-276, 2014.

DONOSO, Ricardo. **Recopilación de la Ley, Reglamentos y Decretos relativos a los servicios de la enseñanza publica**. Santiago: Imprensa Oficial del Estado, 1937.

DRAKE, Paul W. La misión Kemmerer a Chile: consejeros norteamericanos, estabilización y endeudamiento, 1925-1932. **Revista de Estudios Históricos**, Santiago, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2T62fnK>. Acesso em: 14 maio 2020.

DUARTE RIVERA, Cesar Francisco. El patrón oro y la Gran Depresión en Chile: 1925-1935. **America Latina en la Historia Economica**, México, DF, v. 26, n. 2, p. 1-20, 2019. DOI 10.18232/alhe.915.

EL IMPACTO de la Gran Depresión en Chile (1929-1932). **Memoria Chilena**, [s. l.], 8 jun. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3byYCgH>. Acesso em: 14 maio 2020.

EL MOVIMIENTO obrero (1909-1953). **Memoria Chilena**, [s. l.], 8 jun. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3dJcy97>. Acesso em: 14 maio 2020.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GONZÁLEZ, Luiz. Historia de Chile. Hitos importantes. 1936-1990. **Centro de Estudios Miguel Enríquez**, [s. l.], p. 1-39, 1 fev. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2WP1NeA>. Acesso em: 14 maio 2020.

GROVE VALLEJO, Jorge. **Descorriendo el velo**: episodio de los 12 días de la República Socialista. Valparaíso: [s. n.], 1933. Disponível em: <https://bit.ly/3dMD6qg>. Acesso em: 14 maio 2020.

HOEHN, Marek. Gran Depresión, inestabilidad política y legados ibañistas: el desafío de la restauración del orden institucional en el segundo período presidencial de Arturo Alessandri Palma. In: RIVERA, Filipe; VÁSQUEZ, David. **Alessandri y su época**: vida, política y sociedad. Santiago: Biblioteca del Congreso Nacional, 2012. p. 169-189.

KRAWCZYK, Nora; VIEIRA, Vera Lúcia. **Uma perspectiva histórico-sociológica da Reforma Educacional na América Latina**: Argentina, Brasil, Chile e México nos anos 1990. Brasília, DF: Liber Livro, 2013.

MARCEL, Mário. **El Banco Central y la Misión Kemmerer**: origen, impacto, y legado: 92 años de Institucionalidad Económica en Chile. Santiago: Banco Central de Chile, 25 out. 2017. Apresentação para Power Point. Disponível em: <https://bit.ly/2xZ4qll>. Acesso em: 14 maio 2020.

MERENDI, Izaura. **Justificando intervenções**: a política externa norte-americana e a América Latina. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

SADER, Eder. **Um rumor de botas**: ensaios sobre a militarização do estado na América Latina. São Paulo: Polis, 1982. v. 11.

SALGADO, Tiago Santos. **Em nome da democracia**: a intervenção branca dos EUA na Venezuela chavista. 2019. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

SAMANIEGO MESÍAS, Augusto. **Unidad sindical desde la base La Central Única de Trabajadores**: Chile 1953-1973. Santiago: Ariadna, 2016.

SARMIENTO PAVAS, Daniel. La misión Kemmerer y el control estatal. **Apuntes Contables**, Bogotá, n. 12, p. 70-90, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2T5ibqq>. Acesso em: 14 maio 2020.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos**: poder e submissão uma história da política norte-americana em relação à América Latina. Bauru: Edusc, 2000.

VIEIRA, Vera Lucia. As contradições da sociedade chilena sob o olhar da feminista Amanda Labarba (fins do século XIX e início do XX). In: AVELINO, Yvone Dias; MONTEIRO, Arlete Assumpção; FLÓRIO, Flávio (ed.). **Tecituras das Cidades**: história, memória e educação. São Paulo: Paco, 2016. p. 167-189.

DITADURA
RECALCITRANTE?
A MORTE DO
REITOR DA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SANTA
CATARINA, PROF.
DR. LUIZ CARLOS
CANCELLIER DE
OLIVO, SOB A ÓTICA
DOS DIREITOS DA
PERSONALIDADE

[ARTIGO]

Marcelo Negri Soares

Instituto Cesumar de Ciências, Tecnologia e Inovação

Isabela Brasil

Centro Universitário de Maringá

Ellaysse Braga

Centro Universitário de Maringá

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

A partir do caso da morte do reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pretende-se propiciar um debate em torno dos conceitos de governança, governabilidade e situação jurídica (e social) atual, para posteriormente analisar o impacto desses elementos no fato analisado. Constatou-se por meio da metodologia hipotético-dedutiva que, embora a Constituição Federal tenha sido promulgada em 1988 e vigore (em tese) um estado democrático de direito, o modo de governança atual se assemelha ao de um estado ditatorial, uma vez que normas penais e civis (incluindo as que versam sobre os direitos da personalidade) são desrespeitadas e o princípio da dignidade humana é suprimido.

Palavras-chave: Governança. Mídia. Direito à Imagem. Dignidade Humana.

Based on the death of the rector of the Federal University of Santa Catarina (UFSC), this article intends to provide a discussion on the concepts of governance and the current legal (and social) situation, so that later, we shall analyze what effect these elements had on the case. By using the hypothetical-deductive methodology it was found that whereas the Federal Constitution was promulgated in 1988 and (theoretically) a democratic state law is in force, the current form of governance resembles a dictatorial state, since criminal and civil rules (including those which comprehends personality rights) are not respected and the principle of human dignity is suppressed.

Keywords: Governance. Media. Image Right. Human Dignity.

Motivado por el caso de la muerte del decano de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), este artículo objetivó proporcionar un debate sobre los conceptos de gobernanza, gobernabilidad y la situación legal (y social) actual, para analizar qué impactos estos elementos tuvieron en el caso analizado. Se verificó, por medio de la metodología hipotética-deductiva, que, aunque se promulgó la Constitución Federal en 1988 y prevalece (en teoría) un estado de derecho democrático, el modo actual de gobierno se parece al de un estado dictatorial, ya que no se respetan las normas penales y civiles (incluidas las relativas a los derechos de la personalidad) y se suprime el principio de dignidad humana.

Palabras clave: Gobernanza. Los Medios. Derecho a la Imagen. Dignidad Humana.

Introdução

Não há dúvidas sobre as vivências, angústias, percalços e perplexidades do período sombrio das ditaduras militares vividas em toda a América Latina nas décadas de 1960 a 1980, que também tiveram sua versão no continente europeu, replicada em diversos modelos. Esses foram períodos duros que serviram para forjar o estado democrático de direito que se tem atualmente no Brasil.

O contexto em que os fatos são contados tem pouca relevância. Brasileiros já foram presos por escreverem canções “indevidas”, assim como homens e mulheres saíram de casa e simplesmente não voltaram, por terem ensinado algo “diverso do correto” aos seus alunos, não havendo em alguns casos, qualquer rasto de seus corpos.

Corrupção, desvio e peculato ocupam quase diariamente os noticiários, mas a prisão de inocentes é produzida em nome da justiça, por pessoas que não anteveem o estrago que podem causar na vida alheia ou por aquelas que conscientemente querem prejudicar e utilizam os noticiários como escada política.

No dia 2 de outubro de 2017, mais uma tragédia foi anunciada. A morte de Luiz Carlos Cancellier de Olivo, doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que assumira a menos de um ano a reitoria dessa universidade. No afã de fiscalizar administrações anteriores, com fortes indícios de desvio de verbas dos cursos de ensino à distância, o Ministério Público pediu a prisão do reitor, para garantir a investigação e a persecução penal.

Vexame, desonra e uma afronta a um homem de bem, que não se presta a essa humilhação. Permaneceu detido por um dia e, no dia seguinte, cometeu “suicídio”. Suicídio mesmo? Ou trata-se de mais um produto de um reinventado estado ditatorial e inquisitivo? Banalizar a prisão, que historicamente é reservada ao bandido e ao malfeitor, seria o caminho? Esse “acontecido” pode ser fruto de alguns “donos do poder” em busca de seus cinco minutos de fama midiática. Pode ser resultado, ainda, de uma má condução processual e carreamento de “pseudo-provas” que apontavam um inocente como, aparentemente, culpado.

Seja como for, no Brasil não se vive um verdadeiro estado democrático de direito. Mas o ceticismo não pode se sobrepor a esperança, afinal, diante das barbáries que se vê na condução das políticas públicas, é de se perguntar quem o estado está protegendo. Protege-se o direito de quem? E para quem? O cidadão de bem não se sente protegido. Talvez pessoas despreparadas estejam no exercício de poder. Por vezes vemos também pessoas muito bem preparadas, mas que utilizam seus conhecimentos para cometer injustiças.

Essas e outras questões são objeto do grande “tema governo, governança e governabilidade”. Com esteio na análise das hipóteses constatadas (a partir de pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais) e nas deduções retiradas a partir delas, pretende-se debater nesse pequeno ensaio, sob o enfoque jurídico, o prisma da observância do princípio da dignidade humana e do sistema ditatorial, que é notoriamente indesejável.

Governo, governança e governabilidade

O debate em torno de um novo estado encontra motivos nos campos da política, sociedade e direito, cujos operadores encontram-se consternados pelos últimos acontecimentos e repensam novas alternativas para adotarem uma governança e governabilidade em limites aceitáveis.

Os dilemas são muitos e os desafios instigantes. Os termos “governabilidade” e “governança” encampam essas preocupações, muito embora sejam palavras ambíguas e possam abranger realidades distintas. Então, o requisito primeiro é que haja um bom governo, que deve ser igualitário e protetivo, ou seja, que utilize estratégias para conceber a democracia em sua plenitude.

A governabilidade refere-se à capacidade estatal. Já a governança tem a ver com o *modus operandi* das políticas governamentais, seus financiamentos e alcance de todos, em especial, ao que interessa a esse artigo, os respectivos processos decisórios descentralizados, remetendo ao funcionamento eficaz do estado.

O Brasil está em busca da governança, mas a governabilidade está falhando, o implemento das políticas de ajuste é demorado e os cidadãos sofrem com desmandos. Por exemplo, em áreas de unidades de pacificação no Rio de Janeiro temos confrontos armados quase diariamente. Assim, quando se tem uma pausa nessa verdadeira guerra civil, o que se vê é uma política de acordo com os traficantes e bandidos, verdadeiros governantes do território dito pacificado.

A administração pública é deficiente e os locais onde ela não consegue entrar e administrar, são alvo fácil para o crime organizado.

É importante constatar que a governança extrapola os limites puros de operacionalização de uma política partidária, da ideologia eleita. Deve ser articulada e fruto de cooperação dos agentes sociais, políticos, associações, empresas e instituições em geral, formais ou informais, sabedores de que devem reconhecer e mapear o problema, para implementarem soluções conjuntas.

Capacidade governativa e processo decisório

A capacidade governativa abrange características operacionais de eficiência da máquina administrativa do estado, tais como sua capacidade de mudança e reinvenção diante de problemas que não se solucionam, e deve estar a par de medidas implementadas que se mostravam como soluções, mas que na prática eram apenas paliativas. Desse modo, essa capacidade pode assumir características das coalizões de sustentação do governo e até exercitar um processo decisório participativo, entre os três níveis de governo, incluindo também o Judiciário como agente político, com seu poder de liderança e coordenação de políticas próprias do governo.

Então, as relações Executivo-Legislativo-Judiciário, não necessariamente nessa ordem, em atuações singelas ou plurais, mas em cooperação e com o mesmo foco conjunto, são de suma importância para se

atingir os fins do estado. Também haverá espaço para a participação de grupos sociais, especialmente os diretamente afetados pelas políticas públicas. Há interação do estado com o próprio estado e do estado com a sociedade, bem como da sociedade com ela mesma, em seus diferentes níveis, instituições e órgãos. Isso porque formular e implementar políticas governamentais envolve um processo decisório, que sempre precede sua motivação, ou seja, normalmente o pressuposto de uma boa decisão é a capacidade de ouvir em um maior grau.

O erro não está na capacidade de implementação nem no número de decisões tomadas, pois incompetentes também tomam decisões aos montes e as implementam, está na qualidade das decisões, suficientes e eficazes para enfrentar os problemas a que se dispõem. Qualquer política pública de ajuste tem o gargalo, não na capacidade de implementação, mas em uma fase anterior, no planejamento, na construção do processo de sua implementação.

Em resumo, a capacidade governativa envolve operações participativas dos três poderes, dos diversos níveis decisórios e da sociedade, para que haja qualidade na governabilidade e na governança. Então, deve-se diferenciar o momento de formulação daquele típico de implementação das políticas governamentais, demandando maior rigor no planejamento, sem se descuidar da interação de todos os agentes, em exercício pleno do estado democrático de direito.

No caso em comento, a ideologia, o planejamento de tudo se deu primeiramente no gabinete do Ministério Público que, desconhecendo o cabedal cultural do reitor, profundo conhecedor das lições de

Habermas, fez certamente uma leitura errônea das reuniões e diálogos tidos durante o último ano, sendo confundido com alguém que pretendia obstruir a Justiça. Longe disso, Luiz Carlos Cancellier tinha trabalho destacado perante a Comissão de Constituição e Justiça justamente pela sua capacidade de articulação e diálogo em situações conflituosas e pela construção de soluções dialogadas. Tanto é que foi preso e solto logo no dia seguinte, mas a humilhação já tinha produzido seus efeitos psicológicos nefastos, o que o levou a tirar a própria vida. A decisão de pedir a sua prisão foi errada, a decisão de deferir sua prisão foi errada. O erro não teve como ser retificado a tempo. Não houve o direito de defesa prévio e necessário em situações como esta. Foi ferido o princípio da dignidade da pessoa humana.

Evolução da dignidade da pessoa humana como princípio

Antes de ser adotada pelo direito positivo, a dignidade da pessoa humana já estava presente na antiguidade, no sentido de que era variada para cada o cidadão, tendo em vista a classe social. Mas uma informação é comum entre os doutrinadores, desde a antiguidade, sabe-se que ela nasce no seio familiar. Neste sentido, para Gustavo Tepedino (1994, p. 326), “à família é atribuída proteção especial na medida em que a Constituição entrevê o seu importantíssimo papel na promoção da dignidade humana”.

Em épocas remotas, os romanos e os gregos já possuíam a ideologia de que a política era uma figura de ética do cidadão, ou

seja, a personalidade só era exercida dentro do estado e a favor deste, de modo que apenas a participação do indivíduo na política definia seu grau de respeito perante a sociedade e sua dignidade propriamente dita.

Todavia, também havia o pensamento histórico, que considerava a dignidade da pessoa humana um atributo próprio de todos os indivíduos, sem qualquer distinção dos seres humanos. A dignidade da pessoa era designada para quem fosse filho de Zeus, sendo considerado possuidor de direitos congênitos e idênticos a todos.

Neste sentido, cabe lembrar que o pensamento sobre o real conceito da dignidade começou a surgir, podendo ser comparada à ideologia adotada por José Ferreira Borges (2005, p. 16):

A dignidade da pessoa humana não depende de estado nem de outros qualificativos jurídicos, não nasce de um contrato nem de declaração de vontade, não está ligada aos papéis ou atividades que a pessoa desempenha, não tem relação com a capacidade. [...] a dignidade da pessoa humana independe, inclusive, do nascer com vida, pois o nascituro, mesmo sem ainda ter nascido, possui a qualidade de humano.

Gradativamente, com o passar dos anos, as nações da Antiguidade notaram que todos os seres humanos sentiam necessidade de liberdade, no sentido de que a defesa de seus próprios interesses era cada vez mais inevitável. Ainda que fosse adotada, a escravidão começa a ser antagônica à evolução natural dessa ideologia. Assim, a validade dessa restrição foi desaparecendo até ser extinta da sociedade.

Além disso, a doutrina de Cristo, com certa relevância, semeia a igualdade entre as pessoas, visto que sempre preconizou a ideologia contrária à escravidão. Isso resultou, no decorrer do tempo, na extinção e na quebra desse instituto, atribuindo a necessária dignidade aos escravos. Fábio Comparato (2005, p. 18) destaca que

essa igualdade universal dos filhos de Deus só valia, efetivamente, no plano sobrenatural, pois o cristianismo continuou admitindo, durante muitos séculos, a legitimidade da escravidão, a inferioridade natural da mulher em relação ao homem, bem como a dos povos americanos, africano e asiático colonizados, em relação aos colonizadores europeus.

Ao ser empregada a ideia de importância da existência da aplicabilidade da dignidade igualitária para toda coletividade com a finalidade de harmonizar a sociedade dentro do plano do estado, gradativamente os bens materiais deixam de ter tanto valor perante os direitos básicos do homem. Ainda na Antiguidade, o afligimento com a dignidade humana ganhou tanta relevância que houve uma positivação nos diplomas legais garantidores da proteção dos indivíduos. São eles: O Código de Manu e o Código de Hamurabi.

Apesar da dignidade não ser mencionada de maneira expressa no Novo Testamento, uma interpretação ampla deve ser aplicada ao analisar que, segundo ele, o ser humano possui um valor essencial e importante, já que sua criação é baseada na imagem de Deus. Portanto, não há de se falar em ausência dessa ideologia. Reconhecido esse conceito de dignidade pela ideologia dos pensamentos antigos

ocidentais, o cristianismo e a filosofia começam a pregar que todos os homens devem ser reconhecidos como um ser individual, portador de direitos e vontades próprias e plenamente capaz de fazer escolhas de acordo com seus respectivos objetivos, independentemente da política adotada.

Nesse sentido, segundo Fábio Comparato (2005, p. 20), “se iniciou a elaboração do princípio da igualdade essencial de todo ser humano, não obstante a ocorrência de todas as diferenças individuais ou grupais, de ordem biológica ou cultural”. Assim, com base nesse pensamento humanista, o homem deixou de ser encarado como um mero indivíduo integrante da sociedade e tornou-se, perante os olhos do mundo, um ser humano individual, livre dos princípios impostos pelo estado, devendo ser respeitado pelas suas individualidades, em razão da autonomia e da dignidade.

Alberto Romano e Ruggiero Tenenti, citados por Luiz Koshiya (2000, p. 236):

O humanismo pretende substituir o sistema mental hierárquico da sociedade medieval com uma perspectiva que, se bem que individualista, tende a uma união fraterna e sem desigualdades substanciais entre todos os homens. Sua reivindicação da dignidade do indivíduo se refere e corresponde, com efeito, à afirmação do valor universal da humanidade.

Com a obtenção dessa autonomia e liberdade trazidas pela adoção da dignidade, há o início da admissão e aplicabilidade dos direitos fundamentais, diferenciando assim o conceito e definição de “estado” e “direito”, já que a vida social de cada indivíduo não pode ser confundida com o estado.

Aliás, Alexandre Cunha (2005, p. 88) chega a afirmar que, em verdade, trata-se da

igualdade na atribuição da dignidade. Na medida em que a liberdade no exercício da razão prática é o único requisito para que um ente se revista de dignidade, e que todos os seres humanos gozam dessa autonomia, tem-se que a condição humana é o suporte fático necessário e suficiente à dignidade, independentemente de qualquer tipo de reconhecimento social.

Esse pensamento baseado no cristianismo, empregado na época do estado aristocrático vigente, colaborou para uma ideologia fundamentada na transferência do direito do indivíduo pelo próprio estado. Mas direito individual e a política não se confundem: a dignidade é advinda do cidadão e não do estado.

É importante evitar que o ensinamento do assunto seja exposto de forma superficial. Portanto, de acordo com os ensinamentos de Fábio Konder Comparato (2005), o sentido do ideal a respeito da igualdade pregada pelo cristianismo era considerada apenas uma teoria, tendo em vista que na prática nem sempre eram aplicadas, por conta do vício de adoção das discriminações no âmbito das relações sociais, como, por exemplo: a desvalorização da figura da mulher perante o homem, a permissão legal da existência da escravidão, a superioridade dos europeus em relação aos demais povos.

Algum tempo depois, iniciou-se o denominado “Século das Luzes”, baseado na ideologia dos movimentos iluministas e chamado também de período humanista, que mudou o foco do pensamento. A dignidade deveria ser baseada na religiosidade,

suprindo o fundamento de sua existência em razão do homem.

É após essa época que se concede maior foco no desenvolvimento dos direitos individuais e uma aplicabilidade menos arbitrária (e mais democrática) do poder. Conforme os ensinamentos de Fábio Comparato (2005, p. 20), baseados na ideologia de fraternidade e igualdade, “se iniciou a elaboração do princípio da igualdade essencial de todo ser humano, não obstante a ocorrência de todas as diferenças individuais ou grupais, de ordem biológica ou cultural”. Assim, o cidadão começa a ser encarado com dignidade, independente e não proveniente do estado ou da religião.

Carlos Guimarães (2001), explica que, para Sócrates,

o homem é a sua alma – psyché, porquanto é a sua alma que o distingue de qualquer outra coisa, dando-lhe, em virtude de sua história, uma personalidade única. E por psyché Sócrates entende nossa sede racional, inteligente e eticamente operante, ou ainda a consciência e a personalidade intelectual e moral.

O principal resultado do rompimento com a Igreja foi à adoção do racionalismo, ideologia advinda da filosofia a qual interpreta que o fundamento de qualquer forma de pensamento deve ser baseado em fatos. Cabe lembrar que Descartes foi o instituidor desta ideologia “penso, logo existo” (MAGEE, 1999, p. 86-87).

Em contrapartida, a fim sustentar o pensamento de que é por meio dos sentidos que se alcança a real sabedoria, o instituto denominado Empirismo – criado por John

Locke (1986, p. 318) – defendia que o homem é “um ser pensante, inteligente, dotado de razão e reflexão, e que pode considerar-se a si mesmo como um eu, ou seja, como o mesmo ser pensante, em diferentes tempos e lugares”.

Na época do florescimento da ideologia do cristianismo, a qual defendia que o homem era uma criação baseada nas características de Deus, fortaleceu-se o pensamento de igualdade, tendo em vista que Deus é uma figura única, e se cada ser tem sua semelhança, não há de se falar em diferenças entre os iguais, especialmente perante o estado. Ainda, os movimentos iluministas quiseram afastar a religiosidade do alcance do direito, pautando-se no justo e no positivismo. Então, por que não se dar a chance de defesa ao acusado, como no caso em comento?

Na verdade, o princípio da igualdade, e com ele o da dignidade humana, deve ser observado em qualquer cenário, dentro do estado democrático de direito, não cabendo transgredir, sob qualquer pretexto, o artigo 1.º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, no papel de direito fundamental.

Direitos da personalidade: direito à honra e à imagem (reputação)

Os termos “honra” e “imagem”, não raro são trazidos de volta ao mesmo núcleo significativo, mas, como toda palavra diferente, têm (ou devem ter) cada qual um conteúdo semântico diferente. A distinção às vezes é obscurecida pelo uso de expressões semelhantes, como fama, decoro e crédito, dificultando a visualização pura dos termos, em meio a

uma rastreabilidade de termos diferentes do núcleo conceitual da dignidade humana.

Além disso, no direito civil brasileiro, como no inglês, falta uma reflexão sistemática sobre a noção e o significado de honra e imagem. A construção jurídica dos dois conceitos era, de fato, competência exclusiva do direito penal. Nas normas penais que puniam a lesão e a difamação é que foram encontradas em primeiro lugar os conceitos de imagem e honra, tanto a honra subjetiva (que consiste na percepção da ofensa pela própria pessoa) quanto a objetiva (relativa à sua reputação perante os demais indivíduos). Então, no surgimento de uma noção autônoma civilista, a prevalência do direito penal pesou bastante, o que o tornou em grande parte um tributo às figuras criminais consoladas de ferimentos da personalidade e difamação (BITTAR, 2015, p. 160).

No entanto, embora tenha sido formada uma literatura conspícua do direito penal sobre honra e imagem, nenhuma definição dos dois termos foi elaborada no campo puramente civilista, como se fosse inútil insistir no valor semântico e no escopo conceitual das duas palavras para esse ramo.

Com o tratamento dos institutos pelo direito civil, a honra incorpora dois componentes: um subjetivo, identificável no sentimento de que cada indivíduo tem sua própria dignidade; e um objetivo, reconhecível na opinião que os outros têm sobre cada indivíduo, uma espécie de patrimônio. Nesse componente objetivo, deve-se reconhecer a essência conceitual da reputação que requer necessariamente a opinião de outras pessoas e, conseqüentemente, o posicionamento do indivíduo em um ambiente social. A honra, entendida em seu sentido

mais amplo, requer a avaliação dos relacionamentos da personalidade individual, com base em julgamentos de valor e decorrente de uma percepção inata do indivíduo ou de uma construção subsequente baseada em opiniões e julgamentos expresso por terceiros (MALUF; MALUF, 2018, p. 216-222).

Assim, a tese de que a honra é a consideração que cada indivíduo tem de si mesmo (noção de seu próprio valor) é aceitável; enquanto imagem (reputação) é a estima de que o sujeito desfruta entre seus pares, ou seja, o valor da pessoa como declarado na comunidade social em que vive e trabalha.

A imagem, diferentemente da honra – que representa um valor inato de cada indivíduo –, é um patrimônio socialmente adquirido, derivado da consideração dos outros. Portanto, para a configuração da imagem, é necessário um julgamento de outrem, que já pode existir e ser prejudicado pela disseminação de acusações prejudiciais por conta do indivíduo, ou não existir anteriormente e ser formado precisamente após essas comunicações (DINIZ, 2010, p. 145-150).

Do ponto de vista ontológico, a imagem é, portanto, uma ideia relacional que pressupõe a colocação ideal do indivíduo no centro de um complexo de relações interpessoais fundamentado em julgamentos de valor, assumindo importância como estima moral, profissional e intelectual, e inserindo um indivíduo num dado momento histórico. A imagem deve ser avaliada com referência ao conteúdo da opinião do grupo (ou roda de amigos ou de colegas de trabalho) em que o indivíduo está inserido.

Se o relacionamento social é a pedra angular em torno da qual o escopo

conceitual da imagem gira, é necessário avaliar a relação que o sujeito estabelece com as diferentes comunidades ou grupos em que atua, bem como o relacionamento que o vincula a um ou mais trabalhos realizados no exercício de seu trabalho (MALUF; MALUF, 2018, p. 217). Embora seja, portanto, um elemento objetivo, a reputação varia em relação ao grupo referido e ao status específico coberto pelo indivíduo dentro dele. Desse modo, a reputação, do ponto de vista semântico, é o resultado de uma avaliação baseada em dois elementos: a fama, entendida como um julgamento (independentemente de seu caráter positivo ou negativo) consolidado ao longo do tempo; e o crédito, entendido como uma qualidade relevante no campo das relações econômicas *latu sensu*.

Da mesma forma, o decoro, referido no artigo 140 do Código Penal, onde, além da honra, é objeto de proteção específica, consiste na demonstração fora da avaliação de que cada um tem sua própria dignidade por meio da caracterização de comportamentos, cuja lesão afeta negativamente o sentimento de si. Então, o reconhecimento de uma proteção específica da imagem e de seus possíveis componentes de fama e crédito, como na esfera do direito privado a proteção da personalidade, longe de poder ser exaurida, atesta que a proteção da esfera moral se estende à social. Além disso, a esfera social do indivíduo é protegida em suas possíveis e diferentes manifestações. A regra do artigo 87 da Lei que regulamenta os direitos autorais, qualificando-a como sintomática dessa adaptabilidade da proteção legal às várias manifestações da ação humana, também reconhece a proteção mesmo de uma única obra autoral. A fama e o crédito, como apontado anteriormente,

estão frequentemente ligados à imagem, mas na realidade esse último conceito constitui uma especialização do conceito maior, a honra. Tanto a honra quanto a imagem são o resultado de uma avaliação que identifica o valor ético-social no qual está ancorado o reconhecimento da proteção legal.

Contudo, a imagem não é o resultado de caminhos autônomos definidos pelo indivíduo, mas o resultado da opinião do grupo social em que o indivíduo está inserido e, como tal, assume uma conotação de autonomia em relação à honra, como um componente da personalidade do sujeito, que pode ser prejudicada sem afetar necessariamente a opinião que o indivíduo tem de si mesmo. Na perspectiva descrita, as noções de honra e reputação no campo do direito civil assumem um significado conceitual maior em relação ao que acontece na esfera criminal, uma vez que no sistema civil a proteção da honra e da reputação é liberada da necessidade de uma conexão com os valores sociais aceitos como garantia de segurança jurídica, assumindo, ao contrário, a conexão com valores individuais pertencentes à esfera pessoal do sujeito em questão, ainda que mediados pelo veículo da relação social.

A consistência do patrimônio jurídico através do reconhecimento do direito à reputação na esfera civil, portanto, escapa ao contexto dentro de limites rígidos: consequentemente, a proteção pode abranger múltiplos aspectos da personalidade, mesmo limitados a objetos ou atividades individuais, e modelar-se em relação ao indivíduo cuja esfera de reputação é diferente da de outro sujeito.

Em síntese parcial, se quisermos tirar uma conclusão da construção aqui realizada,

podemos dizer que honra e imagem (reputação) são alguns dos componentes da personalidade do indivíduo, que se expressa em elementos objetivos e subjetivos (SCHREIBER, 2011, p.191). A demarcação entre os objetivos e os subjetivos que compõem a personalidade de um indivíduo nem sempre parece clara.

Então, também não é sempre claro que o objeto da proteção é o resultado de uma mediação que calibra o componente subjetivo no relatório. No entanto, é evidente que o núcleo conceitual dentro do qual os diferentes componentes da personalidade podem ser rastreados é a dignidade, um valor que cada indivíduo possui, independentemente das atividades que pode realizar e das comunidades e classes sociais particulares em que está inserido. Portanto, relacionamento e dignidade representam os conceitos unificadores. A dignidade é a base da construção dos direitos da personalidade. O relacionamento é o instrumento pelo qual a personalidade é revelada. Mas não pode haver proteção da personalidade sem proteger a dignidade.

Lembranças da ditadura militar, mera coincidência?

O século XX foi marcado por crimes pavorosos. As frustrações de amizade eram resolvidas a bala e, no plano internacional, com o desenvolvimento da bomba atômica, o estrago foi sem precedentes. Tudo fomentado por uma elite acostumada à irresponsabilidade de qualquer ordem.

A corrupção também não poupou ninguém, adentrou o período da Guerra Fria,

no ideal do desarmamento, atingindo a América Latina e os países pobres em geral, o chamado terceiro mundo, que viveu o paradoxo da riqueza armamentista e da pobreza alimentícia. Milhões gastos em armamento pesado e milhões de pessoas morrendo de fome.

Essas crises invadiram os anos de 1960, e o sistema positivista viu surgir o Estatuto do Advogado e o Estatuto da Mulher, grandes conquistas vanguardistas para a época. Em 1964 o governo constitucional Goulart foi deposto, instalando-se o governo militar, que prometia acabar com a corrupção e a subversão comunista, o que perduraria por longos 21 anos (até 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves). Sob pretexto de implantar a doutrina de segurança nacional, perseguiram-se intelectuais, pessoas ligadas ao regime deposto e a classe estudantil. O AI-5 mostrou as faces da ditadura, sem nenhum disfarce e sem vergonha.

Como não havia crime contra os perseguidos, pessoas eram presas sob a acusação de portarem panfletos subversivos, muitas vezes plantados no local da captura. A defesa negava a autoria e, ainda, informava que não houvera circulação do tal panfleto. Muitas vezes a justiça determinava a soltura, mas o estrago já estava feito.

O homem de bem, submetido a torturas para confissão, ou ainda que apenas preso, nunca mais seria o mesmo. Viveria para sempre um misto de ódio, medo e terror. Muitas vezes, o advogado enviado pela família ao cárcere, para visita ao preso, era visto por este com desconfiança. Desacreditava-se nas instituições. Assim, para iniciar o seu trabalho, o advogado tinha que passar muitas informações enviadas pela família, para

ganhar a confiança do detento. Nessa época já estava em funcionamento o Departamento de Ordem Política e Social (Dops), órgão de fichamento de subversivos.

Antonio Carlos da Gama Barandier (RELATOS..., 1997, p. 419), sobre esses tempos sombrios, narrou que:

Tivemos as prisões de 900 (novecentos) estudantes que participavam do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, São Paulo. Amigos e parentes correm para os escritórios dos advogados. Tício Lins e Silva e eu impetramos *habeas-corpus* para o pessoal do Rio e, quebrada a incomunicabilidade deles, testemunhamos a alegria dos parentes aflitos. Muitos dos presos, que exibiam sorrisos, uma vez fechadas as esperanças de abertura, se encaminharam para a luta armada. Suportaram as prisões dos *aparelhos*, as do sistema, as torturas, a clandestinidade e o exílio, sem falar nos que iriam morrer ou desaparecer para sempre.

Ocorre que, naquela época, antes do encerramento do período militar, o governo João Baptista Figueiredo tratou de editar a Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979, chamada Lei da “anistia”, a aqueles que se envolveram em delitos apoiados pela ditadura. Então a Arguição de Descumprimento do Preceito Federal 153/DF (BRASIL, 2010) foi proposta para que, ao menos, a anistia não abrangesse delitos comuns perpetrados por agentes da repressão durante o regime militar contra desafetos ou opositores políticos. Afinal o Brasil vivia a abertura política ao princípio democrático e republicano, as famílias das vítimas tinham direito à verdade e a ocultação das informações e a obstrução de punição dos culpados acaba por ofender o princípio da dignidade da

pessoa humana. Não surpreendendo, a ação foi extinta, sem garantir os direitos humanos dos envolvidos. A impunidade foi descarada pelos poderes constituídos.

Hoje vemos os movimentos nas comunidades de ostentação de meliantes do tráfico e armas em punho, o que faz atrair jovens para as teias das organizações criminosas. Vemos promotores e juízes mais motivados para aparecer na mídia que preocupados com os resultados de sua atuação profissional. Podemos fazer uma correlação com o caso do professor Luiz Carlos Cancellier ou é mera coincidência com o que acontecia naquela época?

Infelizmente, não se trata coincidência. A população brasileira se encontra sob outra ditadura, que igualmente incrimina e pune inocentes. O pavor do comunismo e da corrupção foi outrora pretexto para justificar a instalação da ditadura militar. O comunismo já foi desmistificado, com alguns governos de esquerda no Brasil, mas a corrupção atinge patamares sem precedentes e continua a assombrar, novamente perpetrando a barbárie e equívocos em nome da Justiça.

Conclusão

Após os horrores vislumbrados durante o período obscuro da ditadura militar, uma nova constituição foi elaborada. Por meio da Constituição Federal de 1988, os princípios e leis infraconstitucionais (e constitucionais) começaram a ter que observar o princípio da dignidade humana, elemento basilar da Carta Magna.

Este documento surgiu para que houvesse o reconhecimento (e a proteção) do indivíduo como um ser singular, que possui valor essencial, e isso deve ser resguardado em qualquer caso concreto. Mas, diante dos percalços evidenciados nos dias de hoje, é possível dizer que a dignidade humana está sendo protegida como pretendido inicialmente na elaboração da Constituição Federal? A conclusão deste estudo nos encaminha para um resposta negativa.

No caso analisado, a imagem do professor Luiz Carlos Cancellier foi defasada pela mídia perante a sociedade, sob a alegação de que ele havia cometido um crime. Assim, o sentimento dele sobre a sua própria pessoa (a sua honra subjetiva) foi devastado.

Um indivíduo que possuía ilibado e notório caráter se viu diante do total desrespeito com os seus direitos da personalidade, em específico, com o sufrágio ao seu direito de intimidade (vida privada) e de imagem. Por ter sido considerado (e amplamente divulgado) culpado antes de poder exercer o contraditório e a ampla defesa, princípios constitucionais também foram desrespeitados. Sob qualquer ótica que se analisa o caso, verifica-se que a dignidade humana do professor foi estilhaçada.

No Brasil, a criminalidade é bastante difundida: nas cidades (pelo criminosos); por aqueles encobertos pela farda militar (a chamada milícia); ou ainda pela representação no planalto (com os políticos). Mesmo assim, não se pode (e não se deve) utilizar o processo penal para punir inocentes, sob o discurso da urgência em encontrar os inimigos. Um processo penal que atua de forma inquisitória e seletiva desrespeita a dignidade intrínseca ao homem.

A tragédia do “suicídio” praticado pelo professor, que em uma análise ampla parece ter sido impactado mais por elementos externos do que internos, demonstra que a sociedade deve refletir sobre o tema e sobre o modo como a governança e a justiça está sendo feita. O modo de governar deve servir como um impulso para que as garantias constitucionais sejam observadas e situações como essa não se repitam. ■

[MARCELO NEGRI SOARES]

Orientador e pesquisador pelo Instituto Cesumar de Ciências, Tecnologia e Inovação. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fez pós-doutorado pela Universidade Nove de Julho, São Paulo e também pela Universidade de São Paulo. Especialista pela Universidade Mackenzie, São Paulo. Curso extensão universitária em Harvard, Berkeley e MIT, nos Estados Unidos da América. Professor Titular Visitante na Universidade de Coventry, Inglaterra – Faculdade de Direito, Administração e Negócios, Programa de pós-graduação. Professor de Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário de Maringá. E-mail: negri@negrisoares.com.br

[ISABELA BRASIL]

Graduada pelo Unicesumar. Mestranda em Ciências Jurídicas pelo Unicesumar. E-mail: isabelabrasil@negrisoares.com.br

[ELLAYSSE BRAGA]

Graduada pelo Unicesumar. Mestranda em Ciências Jurídicas pelo Unicesumar. E-mail: layh.braga@gmail.com.

Referências

- BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- BORGES, José Ferreira. Crise, ataraxia e experiência. **Eito Fora**, Trás-os-Montes, n. 11, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2M56qwc>. Acesso em: 27 maio 2020.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153**. Relator Ministro Eros Grau. Brasília, DF: STF, 28 abr. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/36AThEA>. Acesso em: 27 maio 2020.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- CUNHA, Alexandre dos Santos. **A normatividade da pessoa humana**: o estudo jurídico da personalidade e o Código Civil de 2002. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 2.
- GUIMARÃES, Carlos Antonio Fragoso. **Sócrates e a descoberta de que o homem é a sua psichê**. [S.l.: s.n.], 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3eBCT9W>. Acesso em: 28 maio 2020.
- KOSHIBA, Luiz. **História**: origem, estruturas e processos. São Paulo: Atual, 2000.
- LOCKE, John. **Ensayo sobre el entendimiento humano**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- MAGEE, Bryan. **História da filosofia**. São Paulo: Loyola, 1999.
- MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Introdução do direito civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- RELATOS de um advogado na ditadura: Antônio Carlos da Gama Barandier. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 19, p. 417-421, 1997.
- SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade**. São Paulo: Atlas, 2011.
- TEPEDINO, Gustavo. Novas formas de entidades familiares: efeitos do casamento e da família não fundada no matrimônio. In: TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 384-386.

DECOLONIZAÇÃO DA VIVÊNCIA RELIGIOSA COMO ESTRATÉGIA COMUNICACIONAL

[ARTIGO]

Denise Rodrigues Soares

Universidade Federal de Goiás

Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença

Suzete Aparecida Gomes Silva (in memoriam)

Universidade Federal de Goiás

Faculdade de História

Luciene de Oliveira Dias

Universidade Federal de Goiás

Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Na medida em que grupos populares vivenciam suas religiões, trilham caminhos que perpassam pelo controle, silenciamento e, inclusive, apagamento conduzido por instituições que construíram, ao longo da História, um espaço de poder no Ocidente e, assim, tentam reproduzir e manter uma lógica de hegemonia branca e cristã. Propomos aqui discutir vivências e religiosidades de pessoas que elaboram suas existências no interior do país e de pessoas negras que encontram na religião a possibilidade de viver seu corpo e sua ancestralidade, entendendo que tudo isso implica em repensar os próprios processos comunicacionais. As mediações tecidas no âmbito do que chamamos de cultura popular envolvem códigos muito específicos e configuram-se como verdadeiras estratégias comunicacionais. Chegamos, assim, à conclusão que perceber a comunicação como objeto vivo nos faz retomar discussões caras para a compressão do contexto social contemporâneo.

Palavras-chave: Comunicação. Religião. Catolicismo. Candomblé. Cultura Popular.

When popular groups experience their religions, they follow paths that run through control, silence, and even erasure. These processes are conducted by institutions that have built, throughout history, a space of Western power. Thus, they reproduce and maintain a logic of white and Christian hegemony. We discuss the experiences and religiosity of people who live in the countryside and of black people who find in religion the possibility of living their body and their ancestry, understanding that this implies rethinking their own communication processes. The mediation occurring in the context of what we call popular culture involve very specific codes and configures itself as true communication strategies. Thus, we conclude that perceiving communication as a living object makes us resume pertinent discussions for the compression of the contemporary social context.

Keywords: Communication. Religion. Catholicism. Candomblé. Popular Culture.

A medida que los grupos populares experimentan sus religiones, siguen caminos que pasan por el control, el silencio e incluso el olvido conducidos por instituciones que han construido, a lo largo de la historia, un espacio de poder occidental y, así, intentan reproducir y mantener una lógica de hegemonía blanca y cristiana. Proponemos discutir las experiencias y religiosidades de las personas que elaboran sus existencias en el interior del país y de las personas negras que encuentran en la religión la posibilidad de vivir su cuerpo y su ascendencia, entendiendo que esto implica repensar sus propios procesos de comunicación. Las mediaciones tejidas en el contexto de lo que llamamos “cultura popular” involucran códigos muy específicos y se configuran como verdaderas estrategias comunicativas. Llegamos a la conclusión de que percibir la comunicación como un objeto vivo nos hace reanudar discusiones costosas para la comprensión del contexto social contemporáneo.

Palabras clave: Comunicación. Religión. Catolicismo. Candomblé. Cultura Popular.

Introdução

Para abrir esta escrita, fazemos a ressalva de que os dados e levantamentos aqui trabalhados são resultado de pesquisas realizadas nos âmbitos do Mestrado em Comunicação, mestrado em performances culturais e também no interior do Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença –, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Esses três espaços de pesquisa na Universidade Federal de Goiás envolvem as três autoras deste artigo. Ressaltamos que os dados não são, e não têm a pretensão de ser, conclusivos, uma vez que se trata de campo aberto nos estudos de comunicação e performances culturais. Contudo, o que buscamos fortalecer aqui são estudos acerca do sistema comunicacional que abarca todos os seres humanos.

Campo social de culturas que sustentam processos comunicacionais, as religiões vivenciadas por grupos chamados populares expressam modos de vida e (re) existem frente a relações de controle e silenciamento que forçam um exercício hegemônico do poder, desconsiderando a pluralidade de vozes. Neste artigo, partimos das relações construídas nos âmbitos do catolicismo popular e do candomblé para, mais que pensar sincretismos, refletir sobre as redes de sociabilidade que envolvem as pessoas e suas religiosidades. Nossa hipótese é a de que, ao acionar e pensar sobre estas redes, os grupos aqui trabalhados constroem verdadeiras estratégias comunicacionais direcionadas à vida e à dignidade.

Para tanto, apreendemos o conceito de comunicação em seu aspecto vivido,

semelhante ao que Martín-Barbero (1997) propõe quando descreve os movimentos populares, a cultura de bairro e a construção de identidades. Logo, entendemos que a comunicação se estabelece pelas interações entre quem estabelece o processo de sociação. Para Simmel (1983), quando a interação ocorre entre o que ele categoriza como iguais, dá-se uma espécie genuína de sociabilidade, pois compreende uma proximidade referente aos valores sociais que servem como pontos de conexão entre sujeitos.

Esse sistema comunicacional, que pressupõe dialogicidade e troca, pode fazer parte do que se entende por cultura popular. Entretanto, há de se ter o cuidado de diferenciar esses sistemas simbólicos da folclorização. A crítica de Arantes (1982) acerca do ponto de vista do “folclore” orienta o olhar para os elementos que se perdem quando o argumento de uma das manifestações de determinada cultura se demarca em um tempo fixo e dependente de uma concepção hegemônica e hierárquica de “tradição”. Isso não significa negar a existência de aspectos tradicionais nas culturas populares, pelo contrário, pontua que não são apenas esses elementos que as constituem.

As características valorativas (ARANTES, 1982) obtidas por uma apreensão superficial do que seja cultura popular reforçam a existência de uma hierarquia entre as diversas existências possíveis em grupos humanos e desconsideram as conjunturas sociais que as movimentam. O popular não remete simplesmente a um conjunto de “tradições”, mas a conjuntos simbólicos que tanto existem pela apropriação e afirmação de modos de vida

quanto persistem politicamente, posicionando-se de forma a contrapor uma lógica sistêmica que não contempla e, por vezes desagrada, em múltiplos níveis e aspectos, um grupo social.

Se as culturas populares podem ser entendidas assim, na pluralidade, evidenciam um movimento que parte dos sujeitos envolvidos pela sociabilidade na intermediação dos interesses estruturais e conjunturais, isso porque, ao contrário do que a folclorização aponta ser, esses sistemas simbólicos são vivos e estão em constante transformação, ora causada por elementos internos, ora externos. Acerca dessa mediação entre culturas, Arantes (1982) fala sobre os reflexos de uma imposição homogeneizadora que simula uma ilusão de unidade e com isso argumenta que existem mecanismos “resistentes” a essas investidas, que entendemos fazer parte das culturas populares.

Ainda de acordo com Arantes (1982), existem duas situações que evidenciam o processo de resistência desses grupos. A primeira é a capacidade de interpretar de formas diferentes símbolos semelhantes e de, por consequência, reproduzir essa reinterpretação. A segunda situação mergulha nas relações que se constroem no grupo, pois mesmo no interior de um campo considerado relativamente homogêneo existem diferenças. Segundo Arantes (1982, p. 46), nesses grupos “recriam-se formas de sociabilidade, modos de organização e expressam-se interesses que podem se contrapor aos padrões e interesses dominantes”.

Apoiadas nessa apreensão e na analogia com a cultura de bairro de

Martín-Barbero (1997), torna-se evidente que as redes de sociabilidade formadas nesses grupos populares não partem de uma lógica que postula oficialidade no sentido de delegar propriedade, mas de vivência em conjunto. Delimitando o campo social das culturas populares para a prática religiosa do catolicismo popular e do candomblé pensamos a comunicação a partir da cultura, o que “significa romper com a segurança proporcionada pela redução da problemática da comunicação à das tecnologias” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 285).

Tão logo, a crítica do semiólogo ao modo como a televisão “odeia” as diferenças e, por isso, as ridiculariza pelo cômico, propomos neste texto entender os processos constitutivos que engendram e alimentam noções hierarquizadas que pulverizam uma concepção – ilusória – de uma existência única ou correta. Esse posicionamento considera a simbiose do campo midiático com a cultura hegemônica e, através do recorte do campo simbólico das religiões, busca pensar a ação de pessoas pela cultura popular em contraposição ao acionamento de elementos que dialogam com relações de poder institucionais e racistas.

Por concordar que a comunicação transforma, uma vez que “primeiro ousamos nos conhecer e, na medida em que nos conhecemos, conhecemos também os nossos outros” (DIAS, 2014, p. 329), apostamos nesta enquanto condição de humanidade. A comunicação social organiza não somente o que chamamos de acontecimentos, mas sobretudo os sentidos destes acontecimentos, o que nos coloca em um lugar teórico de estranhamentos

sistemáticos. Daí intentarmos aqui provocar reflexões sobre o pensamento decolonial acerca de religiões de matrizes cristã e africana.

Colonização branca e cristã

Uma das consequências do projeto de dominação colonial é a inserção do catolicismo no Brasil que se relaciona com as estruturas de poder construídas ainda nos processos de ascensão da burguesia europeia e que desembarcaram com os colonizadores em terras latinas. A noção de uma civilidade religiosa e cristã (ELIAS, 1993), resultado das interações entre o clero e a corte, define os comportamentos e posicionamentos esperados da sociedade e, com isso, age de forma a impor e construir uma unidade ilusória.

Como explica Limeira (2011), embora o liberalismo – ou o seu ideal – fosse difundido, o Estado, em vias de independência, se uniu com a igreja católica por meio da Constituição de 1824, que tornava o catolicismo a religião oficial brasileira. O artigo 5º previa que as demais religiões deveriam ser cultuadas somente no âmbito doméstico e ficariam impedidas de terem templos. Além disso, de acordo com a Constituição Brasileira de 1824 (BRASIL, 1824), somente os “homens” que professassem a religião do Estado estavam aptos a votar e serem votados.

Contudo, a presença cristã no país foi historicamente demarcada pela ação de jesuítas (SANTOS, 2008), o que conferiu

um movimento de romanização católica na aproximação da igreja com o Brasil Imperial, pois existia a vontade do aspecto clerical se sobrepôr ao que era considerado laico. Também durante o Império, o ultramontanismo¹, que havia surgido em meados do século XI na Europa (LIMEIRA, 2011), travava uma disputa interna e externa que modulava a doutrina e as correntes liberais como o protestantismo e a maçonaria.

Ainda que houvesse divergências nesses processos, a intenção conservadora era semelhante e, por consequência, colocava a religiosidade praticada pelas pessoas, sobretudo as que residiam em lugares mais interioranos e afastados dos centros de controle da Igreja, em um lugar de subalternidade, mesmo que reproduzisse signos católicos. O exercício do catolicismo do padroado² possuía caráter leigo segundo Santos (2008) porque os “homens” que lideravam essas ações não eram celibatários e se ocupavam de assuntos mundanos de modo que os assuntos de seu ofício eram colocados em segundo plano e os leigos liderassem as funções de catequese.

De modo semelhante, as pessoas colonizadas pelo trabalho dos jesuítas no interior do país incorporavam suas tradições culturais aos elementos cristãos, fazendo surgir um modo peculiar do exercício da religiosidade. Santos (2008) aponta que a

¹ O ultramontanismo foi um termo utilizado pelos italianos que defendiam o pleno poder papal e posições tradicionais da Igreja Católica. Para mais detalhes, ver Limeira (2011).

² Tratado entre a Igreja Católica e os reinos, principalmente Portugal e Espanha. Esse acordo dava aos reis o poder de decisão sobre os assuntos da religião. No Brasil esse sistema funcionou até a Proclamação da República.

ausência de representantes da Igreja foi fator circunstancial para a consolidação do catolicismo popular. Contudo, essa questão não impediu que o movimento de romanização deixasse de criticar as práticas populares. No trabalho de Abreu (1996) sobre a historicidade das folias do Divino Espírito Santo no país, ela exemplifica a descrição valorativa do período com trechos do jornal *O Apóstolo*, que circulou entre os anos de 1866 e 1893. O periódico católico era produzido na Corte Imperial, no Rio de Janeiro, mas podia ser acessado em quaisquer províncias brasileiras (LIMEIRA, 2011).

Entre os discursos abordados no jornal, Abreu (1996) cita o termo do carnaval como uma arma contra o catolicismo, publicado em 1875, porque as manifestações carnavalescas provocavam o rompimento de regras pré-estabelecidas socialmente como, por exemplo, mulheres se vestindo como homens e vice-versa. Enquanto instrumento utilizado pela romanização do catolicismo, *O Apóstolo* servia, inclusive, como elemento de manutenção de uma hegemonia cultural em que pensamentos liberais que ecoavam em outros países eram desestimulados e demonizados a partir de uma valoração estabelecida institucionalmente. Por meio das produções de *O Apóstolo* percebe-se a construção de um sistema da obediência pautado na rejeição dos processos que poderiam ocasionar transformações. Dentre eles, Abreu (1996, p. 352) menciona:

o progresso, a crença em que todo o poder emana do povo, o monopólio leigo da educação, a equivalência de todas as religiões, a concepção de que as sociedades modernas podem prescindir da religião, a criação de instituições laicas,

como o registro e o casamento civil, a separação Estado-Igreja, o primado do poder civil sobre o religioso, a liberdade de culto e expressão.

De todo modo, os elementos rejeitados pela proposta de reforma do catolicismo evidenciam uma sequência de dilemas enfrentados naquele período que também denotam a resistência de grupos populares na defesa e manutenção de seus modos de vida. Bem como as negociações ou atravessamentos (re)existentes que decorrem desse projeto histórico de dominação e imposição religiosa. A romanização do catolicismo recebia o reconhecimento de sua legitimidade pelo povo, porém, por não fazer sentido com a trajetória local, essas pessoas não deixavam de viver sua fé do modo como se construíram nas relações culturais estabelecidas localmente (SANTOS, 2008).

Pessoas negras, mesmo que libertas, enfrentavam em Goiás uma dominação religiosa que as colocavam sob “a pena de deixarem de existir” (SANTOS, 2008, p. 124) e, como consequência de uma adesão forçada, desenvolveram uma manifestação própria diante da realidade brasileira. A miscigenação, atualmente estudada por meio dos sincretismos, comprova a violência e a tentativa de apagamento das religiosidades de matrizes africanas e indígenas.

No caso goiano, o catolicismo se consolidou pelo padroado nas colônias que tinham por característica serem rurais, isoladas, iletradas e submetidas ao sistema econômico capitalista (SANTOS, 2008). Entretanto, o catolicismo popular praticado em Goiás se compõe do contexto mais amplo do mundo rural que indica influências culturais indígenas e africanas, o que não

significa a existência de uma consciência antirracista no período. Ainda na relação da condição de colônia, a prática popular do catolicismo reproduziu a matriz portuguesa de aceitação social da escravização e, como explica Santos (2008), contribuiu para a construção de um discurso que desumanizava pessoas negras implicando às mesmas a condição de objeto e de mão de obra escravizada.

A primeira leva de pessoas africanas escravizadas por portugueses chegou ao Brasil em 1538, trazida em navios negreiros, aportados principalmente na Bahia e no Rio de Janeiro. Essas embarcações traficavam pessoas negras que foram retiradas à força de suas regiões para serem usadas como força de trabalho em um regime de escravidão. Essa violência atingiu diversas etnias e locais, porém, sistematiza-se a existência de dois grupos principais. Segundo Ligiéro (1996, p. 18), eram “os bantus, compreendendo os do Congo, Angola e Moçambique; e os sudaneses, englobando os iorubás, jejes e haussás”.

Além do comércio ilegal e das condições subumanas, esses grupos escravizados partilhavam ancestralidades e religiosidades específicas. Distantes de sua terra, por tradição, essas religiões se fortaleciam pela oralidade, recorrida na memória e, por vezes, nas pessoas que voltaram ao continente africano e retornaram ao Brasil, agora na condição de sacerdotes. Nas culturas negras, os velhos são respeitados como “guardiões da memória e detentores da sabedoria” (EVARISTO, 1996, p. 120) e, por isso, especialmente nas casas de axé e terreiros de Candomblé, essas figuras são esperadas, reverenciadas e a elas são reservados os melhores lugares.

A formação de novas sociabilidades surge, portanto, da necessidade de resistir e se fortalecer frente ao cruel processo de sucessivas manifestações racistas. No caso específico das interações com os mais velhos e a troca feita por meio da partilha de memórias, a sociação se assemelha com o aspecto de conversação levantado por Simmel (1983), em que se reconhece a oferta de uma dádiva particular para o coletivo na relação de contação de histórias.

A diáspora africana fez com que, nesse campo cultural, as pessoas retiradas de seu lugar de origem e escravizadas, sustentassem as religiões originárias como modo de enfrentamento diante das relações de controle, silenciamento e apagamento conduzidas pelas religiões cristãs, que insistiam (e continuam insistindo) em uma hegemonia branca. Os laços emocionais e espirituais entre os grupos de diferentes etnias foram recriados e fortalecidos ao longo dos anos. E atualmente, o culto aos Orixás não nega a diversidade que aglutina e resgata uma ancestralidade roubada pelo projeto de dominação colonial.

Para a Igreja Católica, as pessoas negras só passaram a ser reconhecidas como pessoas com alma, portanto, seres humanos, a partir de 1741, quando o papa Bento XIV atestava que negros poderiam ser convertidos, como todas as outras raças, ao catolicismo. Pelo racismo construído no imaginário social, que inclusive negava a condição humana às pessoas negras, a Igreja não cogitava que a fé daqueles povos se fundamentasse em uma religião que se consolidava. Na concepção dessa vida em religiosidade havia uma leitura específica sobre alma e sobre culto. Pesquisadores como Ligiéro (2011) explicam que o culto

aos Orixás, Voduns e Inquices, divindades africanas, começou desde que pessoas negras chegaram ao Brasil.

As diferentes nuances das culturas das diversas etnias tornaram-se visíveis na construção das primeiras casas de candomblés através das várias sínteses religiosas designadas pelo nome dos povos de onde teriam vindo os seus fundadores e entidades cultuadas. Assim, surgiram as diferentes nações – candomblé Angola, candomblé Congo, candomblé Gêge-Nagô, etc. Essa proliferação de celebrações afro, calcada em modalidades específicas de batuque-dança-canto, com suas linguagens, deuses e ancestrais próprios, possibilitou a perpetuação de muitas tradições (LIGIÉRO, 2011, p. 142).

A origem do candomblé no Brasil se correlaciona com o poder exercido pela igreja católica, até em função do desejo hegemônico da religiosidade cristã. Assim, negros escravizados, articulando-se através das sociabilidades construídas pela resistência, criaram as irmandades de pretos que, assentadas em santos católicos, cultuavam suas divindades. Nunes (2017), ao estudar os terreiros de candomblé da Bahia, concluiu que essa estratégia servia, inclusive, para proteger os espaços conquistados pela comunidade das investidas e violência policial.

Conforme explica, muitos terreiros de candomblé associavam nomes de santos católicos ou vinculavam-se a Centros Espíritas em suas constituições jurídicas na intenção de abrandar as investidas policiais, uma vez que burocraticamente as casas reproduziam o cristianismo. O Terreiro do Bate Folha, de acordo com o Estatuto

do Centro Beneficente e Recreativo Santa Bárbara, publicado em 21 de dezembro de 1931 no *Diário Oficial do Município de Salvador*, serviria para “distrair seus associados e exercer a caridade segundo os preceitos da religião cristã” (NUNES, 2017, p. 101).

É na ideia de sincretismo com o catolicismo e na utilização de santos cristãos que surge o primeiro candomblé, conhecido como Casa Branca, matriz para outros terreiros que foram fundados no século XIX. O uso do imaginário cristão servia apenas como um disfarce para o culto aos Orixás, uma vez que a igreja não se importava com suas manifestações religiosas desde que fossem batizados e adorassem os santos católicos.

Decolonização em construção

O candomblé reúne tradições milenares que foram adaptadas e incorporadas à cultura brasileira. Seu entendimento é dinâmico e pode ser visto enquanto música, ritmo, instrumentos, expressão cultural, arte do movimento da dança, drama e relação com o público, pela constituição dos Orixás. Essa religião foi transportada via Atlântico e reelaborada nas “condições adversas da escravidão”, de modo a desenvolver um “novo modelo de culto adaptado às circunstâncias encontradas no Brasil” (SANT’ANNA, 2003, p. 3).

Conceição Evaristo (1996) avança nessa discussão e defende que o candomblé, enquanto organização religiosa negra, fornece, desde o período de dominação

colonial, um espaço de vivência do corpo negro. A autora aponta a relevância da convivência e do sentir-se parte de um coletivo, por isso a sociabilidade negra pode ser entendida como fundamentada em uma autoafirmação como meio de resistência e sobrevivência em um contexto de sofrimento racial. O candomblé, para Conceição Evaristo (1996, p. 97), representa a retomada da organização religiosa e social africana que perpassa o culto aos Orixás e os ritos até a ocupação de corpos negros nas “casas de axé e de toda comunidade de terreiro que por ali transita, formando a família extensiva, unida pelos laços míticos. A vivência mítica negra é antes de tudo um modo de vivência do corpo”.

As formas de sociabilidade que são possíveis nos terreiros de candomblé estruturam o respeito à ancestralidade e, consequentemente, os meios pelos quais a religião tem sua continuidade. Os conhecimentos e ensinamentos são passados pela tradição oral e pela inserção nas Casas e Terreiros, quando se frequenta diariamente ou em momentos de festas. É pela convivência entre famílias de terreiro, famílias de santo, que se conhece a religião.

Quem se inicia no candomblé passa a vivenciar uma nova comunidade, uma nova família, onde terá pai, mãe, irmãos e irmãs. Através do corpo, o iniciado se conecta com essa rede de sociabilidade e acessa a religião. Santos (2007, p. 26) entende que no caso do candomblé o corpo é “o maior arquivo das tradições performáticas afro-brasileiras”, pois se comunica pela música, som, canto, dança, possessão, gestos, posturas e cores. Viver esse corpo também indica um processo de decolonização e recuperação da autonomia e da identidade.

Quando o corpo negro foi considerado *res*, coisa escrava, para o negro foi **ser corpo e não ter corpo**. É pela conservação e retomada de uma cultura que tem no corpo e em seu gestual formas de vivência de sua cosmogonia, que o corpo negro não esqueceu, não se apagou apesar das mortes muitas e muitas. Foi pela memória mesmo esfacelada, mesmo remendada, que se cuidou e se cuida desse corpo como indivíduo e como coletivo. E o corpo caminhou buscando refazer a certeza de si pela vivência religiosa e social negras (EVARISTO, 1996, p. 107, grifo da autora).

As questões levantadas pela autora demonstram as consequências da escravidão e apontam como caminhos de autonomia o reconhecimento da ancestralidade e ocupação desses corpos negros. Ao falar sobre cuidar do corpo como “indivíduo e coletivo” fica evidente a noção de uma coletividade que surge como resposta a um sistema opressor que silenciava violentamente pessoas negras, suas culturas, religiões, ritos e vivências.

Todos esses povos que desembarcaram no Brasil e os que foram para países como Haiti e Cuba trouxeram celebrações originais como uma forma de recuperar parte do que foram forçados a abandonar. Por aqui criaram-se o candomblé e suas várias denominações, a exemplo o tambor de mina, no Maranhão, e o batuque, na região Sul. Já no Haiti passaram a cultuar o vodu e em Cuba a santeria. Outros exemplos de reproduções culturais, que fizeram readaptações junto ao catolicismo, seriam as congadas, as folias de santos, tambor de crioula, catira, lundu, curraleira e bumba meu boi. “No afã de recuperar rituais e celebrações antigas

são criadas novas e vigorosas tradições, genuinamente africanas, mas miscigenadas dentro do próprio processo formador do país” (LIGIÉRO, 2011, p. 136).

A dispersão de sacerdotes católicos para o interior do país fez com que as cerimônias regidas dentro da igreja se tornassem uma ferramenta de unificação da conduta. Embora o número de clérigos atuantes não tenha sido expressivo, os fiéis vivenciavam um imaginário do catolicismo popular que, apesar de híbrido, acreditava em um Deus monoteísta e tolerante com ritos que surgiram do sincretismo religioso. Em razão desse conjunto de fatores, e da ausência de um rigor institucional, a vivência dessa religiosidade se tornou mais possível, especialmente “por meio de festas religiosas como as do Divino, Procissão do Fogaréu, Romaria do Muquém e Cavalhadas” (SANTOS, 2008, p. 129).

O processo de aceitação de ritos no catolicismo popular que haviam sido incorporados de outras religiões não deixou de ser reestruturado. Como evidenciam os trabalhos de Santos (2008) e Abreu (1996), a igreja católica se viu obrigada a incorporar essas manifestações na tentativa de assumir uma posição de controle. Os elementos que evidenciavam a identidade de um povo ao mesmo tempo massageavam o ego do Império ao trazer símbolos da realeza, como a figura de Imperador na festa do Divino Espírito Santo e, por consequência, tornava difíceis retaliações mais duras por parte do clero brasileiro em meados do século XIX.

Porém, o refúgio que alguns grupos encontraram no catolicismo popular não sustentava diferentes formas de viver a fé. Ao longo dos anos, pessoas não-cristãs e que

eram de religiões de matriz africana foram perseguidas pela Igreja, e pelo Estado, na figura da polícia, mas a religião sobreviveu e se multiplicou culturalmente no Brasil.

O direito de cultuar suas divindades e seus ancestrais africanos, parcialmente tolerado pelas autoridades, permitiu que cada grupo étnico, valendo-se da tradição oral, recorresse à memória dos mais antigos para restabelecer, em solo brasileiro, a base de suas performances religiosas (LIGIÉRO, 2011, p. 142).

As cosmologias e as tradições africanas não estavam fechadas às mudanças ou transformações. De caráter pragmático, elas se adaptavam às situações e às realidades da vida nas sociedades em que se apresentavam. No Brasil, as cosmologias foram ressignificadas e recriadas como estratégia para poderem continuar cultuando seus Orixás, com várias adaptações e influências da igreja católica e indígena. Como era inexistente a presença de um corpo doutrinário centralizado e uniforme, como o encontrado em algumas das religiões monoteístas, isso fez com que as cosmologias africanas convivessem com interpretações diferentes de suas leituras de mundo, sem que isto caísse em ruptura ou desagregação.

Mas por serem ancoradas na matriz africana, o candomblé, a umbanda e suas variações sofreram racismo e intolerância religiosa ao longo dos séculos. Ainda hoje há uma intensa discriminação, destruição de templos e ataques físicos a iniciados dessas religiões. Especulam-se duas explicações, sendo que a primeira remonta ao período colonial, com a rotulação de tais religiões pelo fato de serem de origem africana. Já a segunda é acionada pela ação de

movimentos neopentecostais, que nos últimos anos teriam se valido de preconceitos para demonizar e insuflar a perseguição a umbandistas e candomblecistas. O relatório e balanço sobre intolerância religiosa no Brasil (SANTOS et al., 2016) evidencia o aumento de casos de intolerância no país, associando este crescimento com a retomada de um movimento de conservação da prática religiosa monoteísta e cristã.

A Constituição Federal homologada em 1988 traz, em seu artigo 5º, a laicidade do Estado Brasileiro. Além disso, a promulgação da Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997 (BRASIL, 1997) alterou os artigos 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (BRASIL, 1989), tornando crime praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Dez anos mais tarde, foi instituído pela Lei nº 11.635, de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), o dia 21 de janeiro como o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Porém, para as religiões de matriz africana o termo mais adequado e utilizado por autores que se debruçam sobre o tema é de racismo religioso. As religiões negras sofreram atravessamentos constantes.

Podemos perceber tais atravessamentos tanto no sincretismo religioso quanto no preconceito ao culto dos Orixás. Somente no Rio de Janeiro, o Centro de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (Ceplir) registrou entre julho de 2012 e setembro de 2015, 1.080 denúncias, sendo que desse montante, 71,15% eram ameaças a religiões afro-brasileiras, representando o segmento de maior vulnerabilidade (SANTOS et al., 2016). Cabe ressaltarmos que nem todos os casos de violência e racismo religioso são denunciados pela plataforma Disque 100,

canal criado para registro de denúncias de violação dos Direitos Humanos.

Para além dessa questão, resiste por parte dos órgãos fiscalizadores e recenseadores do Estado, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a tipificação dos segmentos religiosos de matriz africana, fazendo com que as estatísticas de candomblé e umbanda sejam a mesma, ainda que se trate de religiões diferentes. Esses mecanismos que ora reconhecem, ora promovem o apagamento das religiões negras demonstram as dificuldades enfrentadas para a superação do racismo estrutural que reverbera, inclusive, no exercício da fé.

Mecanismos de opressão

Tradição celebrada há 273 anos, a festa da Lavagem do Bonfim, em Salvador, na Bahia, reúne pessoas de diversas religiões e, por isso, é considerada a segunda maior manifestação popular baiana. Contudo, essa celebração em louvor ao Senhor do Bonfim evidencia mais um sincretismo entre as religiões de matriz africana e o catolicismo, uma vez que o santo que nomeia a festa é conhecido na umbanda e no candomblé como o Orixá Oxalá. No período de dominação colonial, as pessoas negras escravizadas participavam desse evento cantando e dançando. As baianas, tipicamente trajadas, carregavam água de cheiro em potes de cerâmica, utilizados para lavar a escadaria e o adro da Igreja do Senhor do Bonfim.

Embora a abolição tenha ocorrido em 1888, as consequências da escravização e a

ausência de instrumentos de acolhimento das pessoas negras que foram colocadas em situação de exploração reforçaram uma lógica racista de não-aceitação das práticas religiosas de origem africana em território brasileiro. Na Bahia, entre 1920 e 1950, os jornais *A Tarde*, *Diário de Notícias* e *O Estado da Bahia* registravam intensos conflitos raciais e sociais (NUNES, 2017).

Porém, a repressão que repercutia nos espaços midiáticos não pode ser considerada um elemento superado ou que ficou estagnado em um período histórico. A imprensa baiana acolheu a perseguição aos candomblés e, com o surgimento de novos meios de comunicação, desenvolvidos por tecnologias que mediavam pelo rádio e pelo cinema falado, uma nova forma de apagamento se construiu. Segundo Nunes (2017, p. 84), a percepção da época era de que “tais modelos não podiam coexistir com os traços das ‘coisas antigas’ e da ‘ignorância’ dos antepassados africanos, a exemplo da prática de feitiçaria. Apreender, bater, varrer, varejar e fechar Candomblés são alguns verbos que ainda persistiam”.

Pensando a partir das construções de tradições que sofrem ou não discriminação racial e social, podemos recuperar a discussão existente entre o catolicismo institucional e o catolicismo popular. Durante o período de romanização da conduta católica, no século XX, os clérigos também encontraram elementos que podem ser interpretados como pertencentes ao que o cristianismo reconhecia como “feitiçaria”. “Havia, então, este esforço em direcionar as representações religiosas populares rumo às práticas litúrgicas, combatendo os bailes, os fogos, as penitências, as promessas e o comércio” (SANTOS, 2008, p. 208). Contudo,

ao perceber a relação de identidade que os praticantes possuíam com as celebrações populares, o clero optou por controlar ao invés de extinguir as manifestações.

No entanto, essa relação gerou atrito, especialmente em Goiás, onde a identidade do catolicismo popular fazia com que o ultramontanismo encontrasse o que chamavam de “máculas” nos rituais religiosos populares. A solução encontrada pela igreja foi, segundo Santos (2008), subsistir às divergências realizando festividades populares. De modo especial, a festa do Divino Espírito Santo preocupava especialmente os líderes religiosos porque sua celebração, no contexto popular, estava envolta em “banquetes, danças, folias, as citadas cavalhadas e pelo fato de sua renda não se dirigir para as paróquias, mas para o financiamento de novas manifestações profanas” (SANTOS, 2008, p. 209-210).

Além disso, havia uma disputa pelo protagonismo da festa em que a igreja propunha substituir a figura do imperador, uma pessoa comum, por um padre. As investidas da campanha de romanização não surtiram o efeito na dimensão esperada. Santos (2008) pontua que o clero teve que se adaptar e se inserir na identidade católica local para conseguir dialogar e providenciar sacramentos da liturgia considerada oficial pela igreja.

Ainda na contemporaneidade esses elementos são possíveis de serem verificados, como no caso da folia do Divino Espírito Santo realizada em Formosa, interior de Goiás. No decorrer de uma incursão em campo, realizada para produção de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, foi observado que a Diocese, local detém o

controle, organização e sistematização da festa urbana e “da roça”. Porém, paralelo a isso, foliãs e foliões realizam folias de promessa, folias que reproduzem tanto os elementos populares que foram incorporados, como os cantos e as danças, como aqueles que o catolicismo oficial não reconhece, como o benzimento conduzido por mulheres consideradas pela igreja como leigas.

O gerenciamento e organização dessas folias de promessa não pertencem à Diocese, porém, os foliões devem recorrer a ela para pedir autorização de giro de folia. Embora alguns foliões mais velhos demonstrem descontentamento com esse controle institucional, existe um consenso de que esse controle deve ser respeitado. Diante dessa hierarquia social, fica evidente que a tomada do protagonismo tenta encobrir redes de sociabilidade baseadas na troca, na manutenção da memória coletiva e dos símbolos locais. Esse movimento coloca os grupos menores e populares nas periferias do tecido social, onde distante do olhar vigilante, mantêm rituais tradicionais.

Ainda cabe mencionarmos similaridades entre os modos de festejar a folia do Divino Espírito Santo e a afro-brasilidade. As danças de catira, curraleira, lundu e congadas são exemplos dessas aproximações por similaridade. A questão de terem sido apropriadas pelo catolicismo suscita uma discussão que ultrapassa o propósito deste artigo, mas que deve ser pontuada porque revela, mais uma vez, a naturalização do racismo religioso e os consequentes embranquecimentos das culturas e religiões negras.

Em outra esfera de poder, os veículos de comunicação tiveram – e ainda têm –

uma função importante na manutenção do pensamento colonial e hegemônico, pois incorporaram ameaças e agressões verbais. Atualmente, facilmente se encontram nas redes sociais agressões e reações que atravessam a vida social, íntima, política e cultural. Como discutimos até aqui, as condições que contribuíram para essa formação partiram da cultura racista e da hegemonia cristã que durante décadas não reconheceram as religiões afro-brasileiras e atribuíram a elas significações preconceituosas.

Assim, podemos inferir que a situação não mudou muito do início do século até aqui. Esse estado permeia a cultura midiática com a reprodução de um imaginário de pessoas negras em lugares que a lógica capitalista e cristã considera de subalternidade. Para Guimarães (1995, p. 34), a ordem escravocrata foi apenas substituída por outra ordem hierárquica. A “cor” passou a ser uma marca de origem, um código cifrado para a “raça”.

As pessoas negras de pele escura sofrem inteiramente a discriminação e o preconceito que era reservado ao africano, já os mestiços podem usufruir, dependendo do tom de pele, de alguns privilégios que são reservados aos brancos. Assim, para o autor, uma análise sobre o racismo brasileiro deve considerar três processos históricos. Primeiro, o processo de formação da nação brasileira e seu desdobramento atual; segundo, o entrecruzamento discursivo e ideológico da ideia de “raça” com outros conceitos de hierarquia como classe, *status quo* e gênero; terceiro, as transformações da ordem socioeconômica e seus efeitos regionais (GUIMARÃES, 1995).

Ainda segundo o autor, nosso processo de formação de nação foi imaginado como uma conformidade cultural em termos de religião, raça, etnicidade e língua que implicava em um ideal de homogeneidade. Porém, essa negação de diferenças não significa que o racismo universalista seja necessariamente um racismo disfarçado. O pensamento racista brasileiro adaptava o racismo científico porque as doutrinas racialistas pretendiam demonstrar a superioridade da raça branca. A ideia de embranquecimento ou mestiçagem é o que especifica o pensamento racista no país.

A nacionalidade imaginada, sustentada no mito da democracia racial, se manifestava como uma defesa cínica que ignorava o racismo que havia se estruturado na formação social brasileira. Essa ideia de nacionalidade veio da Academia, um espaço que até pouco tempo era dominado por pessoas brancas e, justamente por não ter sido um resultado das lutas populares, mas sim de projetos elitistas, a nacionalidade não estendeu o imaginário da cidadania a todos os brasileiros, especialmente os negros. Esse imaginário elitista aspirava uma raça mestiça que incorporasse negros e índios e concedesse a não-negros e não-índigenas um status de superação dos crimes cometidos pela escravização sem a devida reparação histórica.

Considerações

Com base nos materiais levantados aqui, podemos dizer que o racismo religioso

perpassa a religião e atinge a vida social em todas as suas esferas, na escola, na rua, no trabalho. Usualmente, se uma pessoa negra se veste de branco, a chamam de macumbeira e, assim, reafirmam a intolerância diante das religiões que não cultuam um Cristo branco. Mas, onde estão as pessoas negras? A pergunta não é mais tão simples. Existem negros ocupando espaços que historicamente foram utilizados para oprimi-los, entretanto, muitos outros não alcançam esses lugares porque o racismo faz com que vivam segregados, nas periferias dos espaços de poder onde a escola, emprego e profissionalização são elementos escassos.

As políticas de ações afirmativas no Brasil começaram no século XXI, o que representa um avanço. Mas, mesmo categorizado como crime, o racismo se reproduz diariamente em livros didáticos, nos meios de comunicação social, nos corredores de escolas e universidades, nas ruas e demais lugares por onde circulam pessoas. Consequentemente, essa exposição afeta as religiões afro-brasileiras. A formação de terreiros, em sua dimensão metafórica e simbólica, ainda diz da resistência e da vontade de que o corpo negro exista por meio da sociabilidade com os seus e da ocupação e vivência nos diversos espaços, do mesmo modo que foliões defendem e vivem a prática de seu catolicismo popular. Está é uma prática comunicacional que emancipa sujeitos e entende a comunicação como “condição de humanidade”, como defende Luciene Dias (2014).

Concordamos, por fim, com Conceição Evaristo (1996, p. 113), quando esta nos ensina que sempre que observamos “a resistência da tradição cultural

negra e a sua reelaboração, a sua reterritorialização no Brasil e outros países da diáspora africana, percebemos o caráter pessoal e coletivo da memória como possibilitador da construção de uma identidade”. Recuperamos, assim, para os grupos populares e negros a criação de narrativas próprias e que dizem de si. ■

[DENISE RODRIGUES SOARES]

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Integrante do Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença.
E-mail: denisesoaresdrs@gmail.com

[SUZETE APARECIDA GOMES SILVA]

Mestranda em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás. Especialista em História e Cultura Africana e Afro-Brasileira pela Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

[LUCIENE DE OLIVEIRA DIAS]

Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília. Professora da Universidade Federal de Goiás, vinculada aos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e de Pós-Graduação em Performances Culturais. Coordenadora do Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença.
E-mail: luciene_dias@ufg.com

Referências

ABREU, Martha Campos. **O império do divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro: 1830 – 1900. 1996. Tese (Doutorado em de História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura popular?** São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1824. Disponível em: <https://bit.ly/2yGS95Z>. Acesso em: 23 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997**. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Brasília, DF: Presidência da República, 1997.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, 1989.

BRASIL. **Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007**. Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.

DIAS, Luciene de Oliveira. Desatando nós e construindo laços: dialogicidade, comunicação e educação. In: VIDAL, Rose; MELO, José Marques de; MORAIS, Osvando J. (org.). **Teorias da comunicação**: correntes de pensamento e metodologia de ensino. São Paulo: Intercom, 2014. p. 328-350.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 1.

EVARISTO, Maria da Conceição. **Literatura negra**: uma poética da nossa afro-brasilidade. 1996. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 43, p. 26-44, 1995.

LIGIÉRO, Zeca. **Iniciação ao candomblé**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Era, 1996.

LIGIÉRO, Zeca. Batucar-cantar-dançar: Desenhos das performances africanas no Brasil. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 133-146, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3gGqZNM>. Acesso em: 9 jun. 2019.

LIMEIRA, Aline de Moraes. **Jornal O Apóstolo (1866 – 1893):** ações católicas na imprensa e na educação. São Paulo: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2zEbOE0>. Acesso em: 30 set. 2019.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Tradução: Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

NUNES, Erivaldo Sales. **Contribuição para a história do candomblé congo-angola na Bahia: o terreiro de Bernardino do Bate Folha (1916 – 1946).** 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SANT'ANNA, Márcia. Escravidão no Brasil: os terreiros de candomblé e a resistência cultural dos povos negros. **Iphan**, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3gwJELJ>. Acesso em: 20 fev. 2018.

SANTOS, Babalawô Ivanir dos; NASCIMENTO, Maria das Graças O.; CAVALCANTI, Juliana B.; GINO, Mariana; ALMEIDA, Vítor. (org.) **Intolerância religiosa no Brasil:** relatório e balanço. Rio de Janeiro: Klíne, 2016.

SANTOS, Eufrazia Cristina M. **Religião e espetáculo:** análise da dimensão espetacular das festas públicas de candomblé. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS, Leila Borges Dias. **Ética da súplica:** catolicismo em Goiás no final do século XIX. Goiânia: UCG, 2008.

SIMMEL, Georg. **Sociologia:** coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1983.

JORNALISMO E HUMANIZAÇÃO: HERANÇAS EUROCÊNTRICAS NO PENSAR E NO FAZER JORNALÍSTICOS

[ARTIGO]

Jorge Kanehide Ijuim
Universidade Federal de Santa Catarina

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho, de caráter ensaístico, traz à discussão a influência de heranças eurocentristas na formação do pensamento e no fazer jornalísticos. Como a imprensa trata o indígena e o negro? A partir deste questionamento, desenvolvo um debate a respeito de traços socioculturais incorporados pela população desde a colonização e, conseqüentemente, por profissionais do jornalismo. Ao percorrer a história da construção de uma identidade nacional, seleciono alguns fenômenos que incidem sobre o comportamento da imprensa: a dominação do índio e a escravidão africana. Por meio do diálogo com referências da antropologia, da sociologia e do jornalismo, esta reflexão me permitiu constatar uma postura que compromete os preceitos dos direitos humanos, que desumanizam o jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo e Sociedade. Modelos Jornalísticos. Epistemologia. Humanização.

This essay discusses the influence of Eurocentric legacies in the formation of thinking and making journalism. How does the press treat Indian and Black people? From this question, I analyze the sociocultural traits that have been incorporated by the population and journalists since the colonization. In tracing the history of the construction of a national identity, this paper verifies some phenomena that affect the press: Indian domination and African slavery. With an interdisciplinary approach involving Anthropology, Sociology and Journalism, this reflection allows to see conducts that compromises human rights precepts, and can dehumanize journalism.

Keywords: Journalism and Society. Journalistic Models. Epistemology. Humanization.

Este ensayo reflexiona sobre la influencia de herencias eurocéntricas en la formación del pensamiento y del quehacer periodísticos. ¿Cómo la prensa ha tratado al indígena y al negro? A partir de este cuestionamiento, desarrollaremos un debate acerca de los rasgos socioculturales incorporados por la población desde la colonización y, consecuentemente, por profesionales del periodismo. Al recorrer la historia de la construcción de una identidad nacional, seleccionaremos algunos fenómenos que inciden sobre el comportamiento de la prensa: la dominación del indígena y la esclavitud africana. Por medio del diálogo con referenciales teóricos de la Antropología, de la Sociología y del Periodismo, se constata una postura que compromete los preceptos de los derechos humanos, que deshumanizan el periodismo.

Palabras clave: Periodismo y Sociedad. Modelos Periodísticos. Epistemología. Humanización.

Oh, musa do meu fado,
 Oh, minha mãe gentil,
 te deixo consternado
 no primeiro abril.
 Mas não sê tão ingrata!
 Não esquece quem te amou
 e em tua densa mata
 se perdeu e se encontrou.
 Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal:
 Ainda vai tornar-se um imenso Portugal!

“Sabe, no fundo eu sou um sentimental.
 Todos nós herdamos no sangue lusitano
 [uma boa
 dosagem de lirismo (além da sífilis, é
 [claro].
 Mesmo quando as minhas mãos estão
 [ocupadas em
 torturar, esganar, trucidar, o meu
 [coração fecha os
 olhos e sinceramente chora...”
 [...]
 Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal:
 Ainda vai tornar-se um império colonial!
 (Chico Buarque)

Ideário de um império colonial

Nos versos escritos para *Calabar* no teatro, em 1973, em plena ditadura militar, certamente Chico Buarque se referia, no subtexto e no contexto daquele momento histórico, a outro império e a outros mecanismos imperialistas. A riqueza e o teor crítico do texto, no entanto, com a devida licença poética, são fiéis às narrativas de homens lúcidos, como de seu pai, Sérgio Buarque de Holanda. E, por isso mesmo, inspira a abertura deste trabalho.

O descobrimento do Brasil, ou a invasão, ou o “achamento” do Brasil, como preferia dizer Darcy Ribeiro (1995), plantou aqui uma semente do pensamento eurocentrista que definiu a maneira como se constituiria uma identidade nacional. Tal ideário se manifesta em pleno Século XXI de várias maneiras – em nossa visão de mundo, em nossa ideia de nação. Manifesta-se especialmente nas formas de nosso relacionamento com o outro. Se a imprensa é fatia do mesmo bolo social que ela serve e, por isso, reflete o pensamento de expressiva parcela desta sociedade, como nos lembra Alberto Dines (2008), seu produto pode tanto elevar o nível de consciência de sua audiência como pode conservar (ou até amplificar) estigmas e preconceitos. Diante dessa preocupação, lanço aqui uma questão inicial: como a imprensa trata o indígena e o negro?

Proponho neste trabalho, de caráter ensaístico, um debate a respeito de traços socioculturais eurocentristas incorporados pela população desde a colonização e, consequentemente, por profissionais do jornalismo. Ao percorrer a história da construção de uma identidade nacional, seleciono alguns fenômenos que incidem no comportamento da imprensa: a dominação do índio, a escravidão africana. Por meio do diálogo com referências da antropologia, da sociologia e do jornalismo, especialmente com Ribeiro (1995), Santos (2002, 2009) e Medina (2008), esta reflexão visa a compreender uma postura de setores conservadores da imprensa (*mainstream*) que, em princípio, tem comprometido os preceitos dos direitos humanos, que desumanizam o jornalismo.

Como o pensamento moderno incide sobre o pensar e o fazer jornalísticos? Como o colonizador e seu projeto colonial/

imperialista atuaram para a construção de uma noção de país? Que marcas esses fenômenos deixaram para a constituição de um pensamento nacional, que interferem no comportamento da imprensa brasileira?

Terra de Santa Cruz

Para entender o sentido do Brasil, é interessante especular nossas origens, como fez tão bem Darcy Ribeiro (1995):

Os índios perceberam a chegada do europeu como um acontecimento espantoso, só assimilável em sua visão mítica do mundo. Seriam gente de seu deus sol, o criador – Maíra –, que vinha milagrosamente sobre as ondas do mar grosso. Não havia como interpretar seus desígnios, tanto podiam ser ferozes como pacíficos, espoliadores ou dadores. Provavelmente seriam pessoas generosas, achavam os índios. Mesmo porque, no seu mundo, mais belo era dar que receber. Ali, ninguém jamais espoliaria ninguém e a pessoa alguma se negava louvor por sua bravura e criatividade (p. 42).

Neste excerto de *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, Ribeiro descreve de maneira lapidar o palco em que seria, ao longo dos séculos, encenada a história de dominação e apropriação da Terra de Santa Cruz.

A bula do Papa Nicolau V, de 1454, já autorizara (e estimulava) a “invadir, conquistar, subjugar a quaisquer sarracenos e pagãos, inimigos de Cristo, suas terras e bens, a todos reduzir à servidão e tudo praticar em

utilidade própria e dos seus descendentes” (Baião, 1939 apud Ribeiro, 1995, p. 40). No mesmo sentido, Boaventura de Sousa Santos lembra que, diante da questão – “o índio tem alma?”, “o Papa Paulo III respondeu afirmativamente na bula *Sublimis Deus*, de 1537, fê-lo concebendo a alma dos povos selvagens como um receptáculo vazio, uma *anima nullius*” (SANTOS, 2009, p. 29). Santos complementa que isso era muito semelhante a *terra nullius*, o conceito de vazio jurídico que justificou a invasão e ocupação dos territórios indígenas. Autorizados pelo Vaticano e incentivados pelas venturas (e aventuras) de D. Manuel, os navegadores portugueses não tiveram quaisquer pruridos para a implantação do projeto colonial na nova *terra nullius* – terra de ninguém –, tanto em nome das novas cruzadas pela salvação de almas como em prol da grandeza de Portugal.

O projeto colonial, por um lado, foi um empreendimento do governo colonial aliado a particulares, que comercializavam com vários portos europeus; de outro, a universalização da cristandade como alternativa para a expansão europeia. A presença dos jesuítas teve papel relevante nos esforços para o estabelecimento de cativos indígenas, sob a justificativa da catequização dos nativos. A publicação *Brasil: 500 anos de povoamento*, editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), estima que, no momento do descobrimento, a população era de 2,4 milhões de índios. Alguns autores discordam da informação oficial e lançam, como diz Ribeiro (1995), uma “estimativa possível” de que, no ano de 1500, este contingente era de quatro a cinco milhões (CARVALHO, 2015; RIBEIRO, 1995). O censo populacional de 2010, do mesmo IBGE, dá conta de que este número estava em torno de 890 mil pessoas – 0,47% da população total do país.

Apenas a presença do europeu já teria sido fator fundamental para dizimar grande parte dessa população. Frágeis, ingênuos, sem noção da força desproporcional que enfrentavam e nada imunes às pestes que os portugueses já haviam experimentado, muitos morriam de doenças pelo simples contato com o europeu. Gripe, sarampo, rubéola, varíola (além da sífilis, é claro). As próprias missões religiosas, que reuniam centenas de cativos, foram fornecedoras de indígenas para o trabalho escravo. Cidades como Rio de Janeiro e a vila de São Paulo foram levantadas pela mão de obra de índios escravizados. Os que recusavam a servidão estavam fadados ao extermínio.

A ambição pelo lucro associada ao fato de a imigração ser predominantemente masculina fez o colonizador contar com o indígena como “objeto” em dois sentidos: o braço do índio para o trabalho e o ventre da índia para sua satisfação e procriação. Os filhos dessa “união”, os mamelucos, mais que miscigenação, geraram conflitos. Esse mestiço não era aceito nem em sua tribo original, nem entre os colonos, e se estabeleceu ali a primeira crise de identidade entre os novos brasileiros. No afã de terem reconhecimento e algum destaque, como eram exímios conhecedores das selvas, muitos se tornaram exploradores, decisivos nos esforços para a expansão da colônia. Hoje homenageados com nomes de logradouros e rodovias, como Raposo Tavares, Fernão Dias, Domingos Jorge Velho, a rigor foram “caçadores de índios”, que se deslocaram a partir de São Paulo para invadir missões, capturar refugiados e eliminar os hostis¹. Conhecidos na história contada

pelos vencedores como os bandeirantes, ao assumirem a brutalidade do invasor, tiveram extrema importância no alargamento do projeto colonial – além de Tordesilhas – e por dominar outros milhares de indígenas para serem repostos como força de trabalho.

A dizimação dos povos indígenas, portanto, teve ao longo dos séculos o estigma estabelecido nos primeiros contatos. Como narra Darcy Ribeiro (1995):

Aos olhos dos recém-chegados, aquela indiada louçã, de encher os olhos só pelo prazer de vê-los, aos homens e às mulheres, com seus corpos em flor, tinha um defeito capital: eram vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestança. Que é que produziam? Nada. Que é que amalhavam? Nada. Viviam suas fúteis vidas, como se neste mundo só lhes coubesse viver (p. 45).

A essência dessas ideias, ao que parece, foi preservada ao longo do tempo e permeia fortemente os discursos atuais de políticos, empresários, produtores rurais, empreendedores em nome da ordem e do progresso – muitas vezes reproduzida e enaltecida pela imprensa.

Escravidão

Da exploração inicial do pau-brasil, o interesse do colonizador se expandiu para a cultura da cana-de-açúcar – produto emergente em vários países da Europa – e o mercado de minérios. Para tanto, precisava de mais mão de obra, o que elevou à vocação portuguesa de uma economia escravocrata.

¹ Vale lembrar que a sede do Governo paulista leva o nome de “Palácio dos Bandeirantes”.

Conforme relatos de José Murilo de Carvalho (2015), calcula-se que até 1822 tenham sido introduzidos no país cerca de três milhões de negros africanos. Segundo estudos de Ribeiro (1995), suas origens eram bastante variadas, desde as culturas sudanesas, passando por Gâmbia, Serra Leoa, Costa do Marfim e Nigéria, alcançando Angola e Moçambique.

Após longas viagens em condições precárias, eram desembarcados e comercializados como gado, selecionados propositalmente para serem distribuídos às fazendas – nunca dois da mesma origem numa propriedade. Essa escolha impedia a comunicação entre eles e dificultava qualquer possibilidade de organização. Num processo que Ribeiro chamou de “moinhos de gastar gente”, assumiram trabalhos pesados e eram castigados sistematicamente – por eventual rebeldia ou por penas preventivas. Sob o signo do parasitismo imperialista, no dizer de Abdias do Nascimento, “ele [negro africano] plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca” (NASCIMENTO, 1978, p. 48).

Por estarem concentrados em áreas de intensa atividade mercantil, onde o índio escasseava, o negro exerceu papel preponderante na formação da sociedade local. Darcy Ribeiro (1995) descreve aquele ambiente de forma contundente:

Seu normal era aquela anomalia de uma comunidade cativa, que nem existia para si nem se regia por uma lei interna do desenvolvimento de suas potencialidades, uma vez que só vivia para outros e era dirigida por vontades e motivações externas, que o queriam degradar moralmente e desgastar fisicamente para usar seus membros homens como bestas de

carga e as mulheres como fêmeas animais (RIBEIRO, 1995, p. 117-118).

Neste contexto, o homem escravizado tinha baixa expectativa de vida, a mulher, a exemplo das índias, além de trabalhos pesados, no campo ou na “casa grande”, servia aos prazeres do senhor. Além de amamentar seus filhos mulatos, muitas vezes tornavam-se “mães de leite” dos outros filhos do patrão. Alguns autores são mais incisivos sobre a exploração da mulher negra:

São suficientemente conhecidas as condições históricas nas Américas que construíram a relação de coisificação dos negros em geral e das mulheres negras em particular. Sabemos, também, que em todo esse contexto de conquista e dominação, a apropriação social das mulheres do grupo derrotado é um dos momentos emblemáticos de afirmação de superioridade do vencedor. [...] Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados... Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (CARNEIRO, 2011).

O costume de manter prostitutas negro-africanas como meio de renda, comum entre os escravocratas, revela que, além de licenciosos, alguns se tornavam também proxenetas [cafetões] (NASCIMENTO, 1978, p. 61).

Com a dificuldade de comunicação entre si, os negros escravos, por esforços continuados, foram reconstruindo suas virtualidades de ser cultural pelo convívio de africanos de diversas procedências com a gente da terra. “O negro transita da condição de boçal – preso ainda à cultura autóctone e só capaz de estabelecer

uma comunicação primária com os demais integrantes do novo contorno social – à condição de *ladino* – já integrado na nova comunidade e na nova cultura” (RIBEIRO, 1995, p. 116). Boçal porque ainda não falava o português e, por isso, era tratado como ignorante. Ladino porque seu empenho e iniciativa o fizeram a aprender o idioma para poder se comunicar. Por isso mesmo, ao dominar a língua, as técnicas de trabalho do colonizador, as normas e os valores próprios da subcultura a que se via incorporado, o negro se transformou num importante agente de europeização no país.

Sobre esse longo processo de desumanização, Darcy Ribeiro (1995, p. 118) critica e lamenta: “O espantoso é que os índios como os pretos, postos nesse engenho deculturativo, consigam permanecer humanos. Só o conseguem, porém, mediante um esforço inaudito de autorreconstrução no fluxo do seu processo de desfazimento”.

Tanto Abdias do Nascimento como Sueli Carneiro refutam com veemência o “mito da democracia racial” do Brasil:

Há o reconhecimento geral do povo de que a raça negra foi prostituída, e substituição de baixo preço. Já que a existência da mulata significa o “produto” do prévio estupro da mulher africana, a implicação está em que após a brutal violação, a mulata tornou-se só objeto de fornicação, enquanto a mulher negra continuou relegada à sua função original, ou seja, o trabalho compulsório. Exploração econômica e lucro definem, ainda outra vez, seu papel social (NASCIMENTO, 1978, p. 62).

No que diz respeito à mulher, em particular, Sueli Carneiro é enfática:

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto (CARNEIRO, 2011).

Assim, mesmo em pleno Século XXI, grande parcela da população não reconhece a mesclagem étnica, social e cultural do povo brasileiro. Tampouco tem a empatia para reconhecer e respeitar as crueldades do processo de dominação. Não reconhece as heranças e as contribuições de índios e africanos para a constituição do nosso país. O brasileiro não se reconhece como fruto dessa árvore típica e inédita, consequência de estratégias de exploração e, como argumenta Nascimento (1978), vitimada pelo genocídio físico, moral e cultural. E, por isso mesmo, o indígena e o negro ainda são estranhos a grande parcela da população.

Dos direitos do cidadão às práticas da imprensa

O sociólogo inglês Thomas Humphrey Marshall (1967) caracteriza a cidadania como o pleno exercício dos direitos civis, políticos e sociais. Carvalho (2015, p. 56) enfatiza que, com a proclamação da república, os direitos civis foram concedidos aos negros apenas “na lei”, pois, após a abolição, “aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos”.

Para compensar a ausência da mão de obra escrava, houve grande incentivo à imigração europeia. Assim, desembarcaram no país, a partir de 1850, contingentes expressivos de italianos, alemães, espanhóis e árabes; em 1908 tem início a imigração do Oriente. Como revela Renato Ortiz (2003, p. 31), “a política migratória, além de seu significado econômico, possui uma dimensão ideológica que é o branqueamento da população brasileira”. O mesmo autor salienta que, no princípio do século XX, instituiu-se entre a intelectualidade o que chama de “mito das três raças” (Ibidem, p. 39). Para ele, essa fábula é puramente simbólica, é linguagem, e não celebração.

Abdias do Nascimento (1978) também rejeita o “mito do africano livre”. A atirar os negros africanos e seus descendentes para fora da sociedade, “a abolição exonerou de responsabilidades os senhores, o estado, e a Igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem” (Ibidem, p. 65). Assim, a supremacia “branca” prevalece pelas décadas seguintes. Por quê?

Boaventura de Sousa Santos nos lembra que o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Este consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis são estabelecidas por linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos. A divisão é tal que o “outro lado da linha” desaparece enquanto realidade – torna-se inexistente – e é mesmo produzido como inexistente. O autor enfatiza que “inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível” (SANTOS, 2009, p. 23). A principal característica do

pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha, pois, para além da linha, há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não dialética.

No mesmo sentido, em *Sociologia das ausências e das emergências*, Santos (2002) sublinha que a geração de não existência foi acentuada na modernidade ao desenvolver uma razão indolente. A indolência está em impor ao todo o que é característica de uma das partes, ou seja, os interesses do homem ideal – europeu, branco, letrado, rico, dominador. Assim, essa razão gera distinções e hierarquias ao estabelecer monoculturas: do *saber*, que consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética; do *tempo linear*, impõe a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos, quais sejam, progresso, modernização, desenvolvimento, crescimento e globalização; da *classificação social*, que assenta na monocultura da naturalização das diferenças e consiste na distribuição das populações por categorias que naturalizam hierarquias; da *escala dominante*, que entende que a escala adotada como primordial determina a irrelevância de todas as outras possíveis escalas, privilegia o universal e o global; a *lógica produtivista*, que se assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista. Por isso, qualquer pessoa fora do padrão é invisível, não existe e, no caso do indígena e do negro, não precisa ser ouvido e respeitado.

Por essas razões, ao que parece, no desenvolvimento de um pensamento brasileiro prevaleceu a supremacia branca, como já alertou Ortiz (2003). O peruano Aníbal Quijano (2009) destaca que o eurocentrismo não é exclusivamente a perspectiva

cognitiva dos europeus, mas também do conjunto dos educados sob sua hegemonia.

Ainda que o contingente indígena reúna hoje cerca de 890 mil (IBGE, 2010), ainda que o número de negros e pardos (autodeclarados) tenha alcançado quase 70 milhões (47,5%) em 1991, a média da população mantém estigmas e preconceitos com “gente do seu próprio povo”. As políticas de promoção de igualdade racial do Ministério dos Direitos Humanos, desenvolvidas especialmente entre 2003 e 2016, por exemplo, foram vistas com desconfiança por boa parte dos brasileiros. Os programas de ação afirmativa, que visa a inclusão social por meio de reserva de vagas no ensino superior para negros, indígenas e pessoas de família em estado de vulnerabilidade social, têm sido alvo de questionamentos preconceituosos. A justificativa desses programas como medida para saldar uma dívida social não é aceita por tantos cidadãos educados sob a hegemonia eurocentrista. A lei supõe a socialização de um direito social (educação), a ampliação de oportunidades a uma parcela expressiva a quem sempre este direito foi negado. Mas a postura reacionária de tantos ainda é discriminatória e carregada de preconceitos. Esta “negação”, aliás, tem se intensificado nos últimos dois anos. Não à toa, um candidato à presidência, em 2018, fez manifestação nefasta e preconceituosa sobre “eventual” visita a um quilombo². Este mesmo político, já empossado presidente, afirmou que, “enquanto for presidente, não tem demarcação de terra indígena”³.

² Disponível em: <https://bit.ly/2MFzY3Y>. Acesso em: 30 maio 2020.

³ Disponível em: <https://bit.ly/2XMVIRK>. Acesso em: 30 maio 2020.

E como esse estado de coisas reflete na imprensa? Os estigmas e os preconceitos perpassam a mente de grande fatia da sociedade e, por consequência, pelo pensamento de muitos profissionais de imprensa. É bom lembrar que a imprensa moderna, como a conhecemos, teve suas bases alicerçadas no pensamento predominante positivista (europeu). Naquele período eram propostas “gramáticas presentes tanto na metodologia da pesquisa do conhecimento científico quanto na de captação e narrativa da contemporaneidade que se difunde nos meios de comunicação social” (MEDINA, 2008, p. 18). Um grande contributo da revolução científica vivida na Europa desde o século XVII foi um estado de espírito em que o saber é sinônimo de razão científica a serviço do progresso. Assim, os modelos jornalísticos ali germinados incorporaram tanto essa razão científica como uma visão de mundo divisionista em linhas abissais, como denuncia Santos.

Nas práticas jornalísticas, os influixos positivistas tiveram grande importância. Como aponta Cremilda Medina (2008, p. 26), “a reportagem jornalística recupera a experiência humana e traz a cena viva em contraponto à abstração das ideias ou a vã erudição”. O rigor científico se traduz nas salas de redação em trabalho de apuração e checagem de dados, com ganhos em precisão, entre outros benefícios. Por outro lado, essa racionalidade científica promoveu “efeitos colaterais” (igualmente incorporados aos modelos jornalísticos), como a ética da explicação a que Edgar Morin se contrapõe. Para o autor, a realidade é complexa e requer uma ética da compreensão (MORIN; LE MOIGNE, 2000).

Ora, as narrativas jornalísticas não podem se restringir ao relato de fatos e explicações de acontecimentos, mas necessitam de compreensão de fenômenos sociais. A compreensão exige contextualização – histórica, social, econômica, ecológica. Ao mesmo tempo, os esforços de compreensão proporcionam oportunidades de reflexão sobre aspectos morais de qualquer fenômeno social em foco.

Como nos ensina Nelson Werneck Sodré (1977), desde o *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, passando pelos folhetins da colônia, e os jornais republicanos do Século XIX, a imprensa brasileira demonstrava um tom progressista. O sonho pela independência e, mais tarde, os movimentos abolicionista e republicano foram exemplos do empenho de jornalistas comprometidos com a emancipação social. A relação mais estreita com intelectuais e jornais da França e dos Estados Unidos da América – países que passaram naqueles tempos por grandes transformações – influenciaram a postura combativa e uma tendência à formação de opinião, como era comum aos jornais portugueses e franceses. Ao longo do século XX, no entanto, a assimilação do modelo norte-americano, fortemente embasado no direito à informação, fez predominar um jornalismo mais ágil, compacto, que privilegia mais a explicação que a compreensão. Em especial setores conservadores da Imprensa, que vêm sendo chamados de mídia *mainstream*, com raras exceções⁴, têm adotado uma postura que merece ser examinada de forma crítica. Diante dessas reflexões,

⁴ Entre as poucas exceções, podemos citar como bons exemplos Rubens Valente, repórter especial da *Folha de S. Paulo*, e Eliane Brum, que se afastou da grande imprensa e tem publicado artigos na edição brasileira do *El País*.

cabe retomar nossa questão inicial: como a imprensa trata o indígena e o negro?

O país recebeu um grande fluxo de refugiados nos últimos anos, por questões políticas ou por dificuldades econômicas em seus países de origem. Santa Catarina abrigou pelo menos dez mil haitianos dos 85 mil que vieram ao Brasil após o terremoto que abalou o Haiti em 2010. As notícias sobre esses imigrantes vão desde a superexploração no trabalho e o desrespeito às leis trabalhistas, o choque cultural, o preconceito porque passam, até sobre crimes comuns. Em vários casos, é possível verificar a estranheza com que são tratados. Vale a pena tentar imaginar o que passou pela cabeça do repórter que redigiu a matéria a seguir:

[Figura 1]

G1 Santa Catarina, 7 jan. 2015



Haitiano mata companheira com golpe de faca em Chapecó

Crime ocorreu na noite desta terça-feira (6), por volta das 22h30.

Homem aguardou a PM em frente à casa e não reagiu à prisão.

Um **haitiano**, morador de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, esfaqueou sua esposa na noite desta terça-feira (6), no bairro Efapi. Por volta das 22h30 a Polícia Militar do município recebeu a ligação de um vizinho do casal relatando o ocorrido. A mulher de 41 anos morreu no local antes da chegada dos policiais. Segundo a PM, o homem de 53 anos esperou os policiais em frente à casa onde morava com a esposa, também do Haiti, e não esboçou nenhum tipo de reação. O **haitiano** contou à polícia que os dois discutiam quando a mulher tentou agredi-lo com a faca. Em defesa, o marido tomou a arma e revidou o golpe. Conforme relato do suspeito, apenas um golpe foi desferido sob a vítima. O **haitiano** foi encaminhado à Delegacia de Chapecó (*G1 Santa Catarina*, 7 jan. 2015, grifos meus)⁵.

Parece muito improvável que alguém tenha lido alguma matéria em que um europeu ou norte-americano fosse citado tantas vezes. Note-se que o termo “haitiano” se repete quatro vezes no texto desde o título. As técnicas jornalísticas recomendam que uma fonte seja qualificada – nome, ocupação, eventualmente origem, características particulares. Ora, haitiano poderia constar apenas uma vez, ao caracterizar o personagem, mas não necessariamente no título. Esta repetição exagerada denota a intenção de esclarecer que o homem não é catarinense (catarinense não cometeria um crime?), mas, além disso, devo especular por conotação que, no fundo da mente desse repórter, está o

estigma de o “haitiano é negro”. O outro, o diferente que deve estar à margem.

Luiz Fernando Menezes, em projeto de iniciação científica no curso de Jornalismo da UFSC⁶, desenvolveu trabalho interessante que, depois, foi apresentado no *Intercom Júnior*, em 2016. O acadêmico, além de observar situações mais evidentes como este aqui citado, constatou sutilezas linguísticas entre o material que analisou. Seguem alguns títulos de reportagens e a ilustração de uma delas:

[Figura 2]

G1 Santa Catarina, 28 jun. 2015



Mais 27 haitianos desembarcam em Florianópolis neste domingo (*G1 Santa Catarina*, 28 ago. 2015, grifo meu)⁷.

⁵ Disponível em: <https://glo.bo/3f1FuKv>. Acesso em: 30 maio 2020.

⁶ Sob minha orientação.

⁷ Disponível em: <https://glo.bo/2Y47t5h>. Acesso em: 30 maio 2020.

Santa Catarina receberá **mais** 10 imigrantes haitianos até o fim de semana (*Diário Catarinense*, 24 jun. 2015, grifo meu)⁸.

Prefeitura de Florianópolis vai **protestar** contra envio de imigrantes (*G1 Santa Catarina*, 24 maio 2015, grifo meu)⁹.

É perceptível que a ênfase do “mais 27 haitianos” e “mais 10 imigrantes” leva à audiência uma noção de sobrecarga, de saturação, mas também conota indignação do jornalista diante da necessidade de conviver com “mais” estranhos. No terceiro título, o “protestar” supõe a concordância do repórter com a necessidade de “dar um basta” nesse processo migratório. Situações como estas me fazem acreditar que o brasileiro estende seu preconceito com nosso afrodescendente a outros negros, como os haitianos. E setores da imprensa têm se encarregado de reforçar e amplificar tais preconceitos.

Sobre os indígenas, tenho observado – e registrado em outros trabalhos¹⁰ – o mesmo tom discriminatório em reportagens. Notem-se as mesmas sutilezas linguísticas nos títulos a seguir:

Índios **invadem** mais 12 fazendas e criam novo foco de tensão no Estado (*Campo Grande News*, 26 out. 2013, grifo meu)¹¹.

⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3cvT5rt>. Acesso em: 30 maio 2020.

⁹ Disponível em: <https://glo.bo/30aczE>. Acesso em: 30 maio 2020.

¹⁰ A exemplo do artigo “Imprensa, indígenas versus ruralistas: as tensões entre o modelo desenvolvimentista e o bom viver (tekove porã)”, um estudo em parceria com Antônio Hilário Aguilera Urquiza e Moema Guedes Urquiza (2016), publicado na revista *Extraprensa*.

¹¹ Disponível em: <https://bit.ly/3eR82WY>. Acesso em: 30 maio 2020.

Índios **invadem** mais 2 fazendas em Japorã e ateiam fogo em uma delas (*Campo Grande News*, 27 out. 2013, grifo meu)¹².

Índios **invadem** mais uma fazenda; já são 14 e PF vai ao local para negociar (*Campo Grande News*, 27 out. 2013, grifo meu)¹³.

Índios **invadem** fazendas e provocam tensão em MS (*Correio do Estado*, 27 ago. 2015, chamada de 1ª página, grifo meu)¹⁴.

Indígenas **invadem** nove fazendas e ameaçam ocupar mais propriedades (*Correio do Estado*, 27 ago. 2015, Caderno Cidades, p. 15, grifo meu)¹⁵.

[Figura 3]

Campo Grande News, 26 out. 2013



¹² Disponível em: <https://bit.ly/371jaOx>. Acesso em: 30 maio 2020.

¹³ Disponível em: <https://bit.ly/303DRrk>. Acesso em: 30 maio 2020.

¹⁴ Disponível em: <https://bit.ly/2ML1htN>. Acesso em: 30 maio 2020.

¹⁵ Disponível em: <https://bit.ly/2ML1htN>. Acesso em: 30 maio 2020.

Em conflitos entre ruralistas e índios no Mato Grosso do Sul, em 2015, a imprensa regional publicou de maneira intensa os episódios que culminaram com a morte de uma liderança indígena. Observa-se em todos esses títulos a persistência na noção de “invasão” à propriedade privada. Em tais reportagens – nada equilibradas –, os produtores rurais são tratados como vítimas da barbárie de “invasores”.

As estratégias desses jornais são surpreendentes para representar ao leitor a ideia de “justiça”. O trecho desta reportagem exemplifica essa ênfase:

Proprietário retoma fazenda e índio morre em confronto

Antônio João – Batalha na Fazenda Barra, ontem à tarde, teve um índio morto e ao menos dez feridos.

A disputa por terra entre índios e fazendeiros, no município de Antônio João, teve ontem seu episódio mais grave. Um grupo de aproximadamente 100 pessoas ligadas aos proprietários rurais retornou a Fazenda Barra ocupada, até então, por centenas de índios. Ambos os lados estavam armados, havia espingardas e pistolas e arco e flecha. No confronto, morreu Simeão Vilhalva, um dos líderes guarani kaiowá, atingido por um disparo na cabeça. Ao menos outros dez indígenas ficaram feridos no confronto (*Correio do Estado*, 30 ago. 2015, chamada de 1ª página)¹⁶.

¹⁶ Disponível em: <https://bit.ly/2ML1htN>. Acesso em: 30 maio 2020.

[Figura 4]
Correio do Estado, 30 ago. 2015



O repórter trata de maneira acrítica o fato de a ação ser praticada por “100 pessoas ligadas aos proprietários rurais”, em outros termos, “pistoleiros” que fizeram justiça com as próprias mãos. A matéria principal, nas páginas internas, também não elucida o que quer dizer “ambos os lados estavam armados, havia espingardas e pistolas e arco e flecha”. Quem dispunha de espingardas e pistolas? Quem portava arco e flecha?

Tanto no caso dos negros como no dos indígenas, percebem-se repórteres e editores diligentes para informar e explicar fatos. Em nenhum deles aqui mencionados há o mínimo esforço para a compreensão de fenômenos sociais. O tom preconceituoso e o olhar restrito amplificam as diferenças em vez de procurar trazer compreensão. Não há quaisquer questionamentos sobre os direitos negados a humanos – negros ou índios.

Considerações finais: contrapontos possíveis

Casos e situações aqui apresentados mostram uma postura acrítica, desequilibrada

e preconceituosa em reportagens sobre indígenas e negros, seja pelo modelo de jornalismo praticado por órgãos de imprensa, seus repórteres e editores, seja pelo pensamento predominante entre a população de Santa Catarina e do Mato Grosso do Sul, onde esses episódios foram relatados. Esta reflexão me faz acreditar, no entanto, que mais que modelos e técnicas jornalísticos adotados pela imprensa, está o cenário desenhado pelo ideário eurocentrista que herdamos.

Darcy Ribeiro (1995, p. 120), em seu primoroso estudo *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, salienta:

Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os suplicou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria.

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista.

Creio que, enquanto grande parcela da população não tiver a mínima consciência sobre o que somos – gente sofrida pela brutalidade e o próprio bruto que tortura –, este quadro terá pouco a se alterar. Enquanto grande parcela do povo brasileiro não reconhecer que corre em nossas veias o sangue

do português, do índio, do negro, setores conservadores da imprensa (*mainstream*) também não cumprirão seu papel educativo de promover e estimular os direitos humanos. E continuarão a desumanizar o jornalismo.

Este cenário, no entanto, permite contrapontos. Justamente num momento em que os órgãos de comunicação passam por transformações em razão das inovações tecnológicas – internet rápida, equipamentos modernos individuais –, como salientam Charron e Bonville (2016), estes perdem espaço de assinantes e de publicidade, e são obrigados a reorganizar seus modelos de negócios. Porque essas tecnologias fazem sobressair o noticiário por meios eletrônicos, acessados em computadores, *tablets* e *smartphones*. Nesse mesmo quadro conturbado dos veículos tradicionais, emergem portais alternativos à mídia *mainstream*. Ganha importância (e visualizações) uma imprensa contra-hegemônica, a exemplo da imprensa alternativa nos anos 1970, como foram *O Pasquim*, o *Coojornal* e tantos outros.

Um sem número de novos títulos constituídos por coletivos de jornalistas tem conquistado audiência e colaboradores. Caracterizados como opções ao discurso hegemônico, esses portais têm focado as aspirações de minorias e abordagens diversificadas. Minorias não como uma fusão gregária mobilizadora, como massa, a multidão ou ainda um grupo, mas, como sublinha Muniz Sodré (2005, p. 11), “principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica”. O próprio autor estabelece características fundamentais que definem minorias: vulnerabilidade jurídico-social, identidade *in status nascendi*, luta contra-hegemônica e estratégias discursivas.

Assim, não só têm surgido portais focados em causas feministas, questões de gênero, indígenas, questões étnico-raciais, como aqueles que superam o discurso e as práticas dos meios tradicionais. Com a licença de citar apenas três, entre tantas iniciativas relevantes, ressalto aqui a *Agência Pública*, o *Brasil de Fato* e o portal *Desacato*, que abordam com frequência os assuntos tratados neste artigo. Pode-se observar nesses veículos não só o enfoque nos temas muitas vezes considerados tabus nos meios tradicionais, mas também sua postura de apresentar a “outra informação” sobre os fatos.

Boaventura de Sousa Santos, em *Sociologia das ausências e das emergências*, ao discorrer sobre a indolência da razão moderna – noções já mencionadas neste artigo – argumenta que a alternativa à sociologia das ausências e das emergências está o que nomeia de *razão cosmopolita*. Por esta, no seu entender, se estabelece uma “zona de contato” pela qual se realiza um *trabalho de tradução*. A tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, que incide tanto sobre os saberes como sobre as práticas (e seus agentes).

Alberto Dines (2008), em seu *Papel do jornal*, já alertava que o jornalista não pode ser “nem torcedor, nem *partisan*”¹⁷. Percebo, no entanto, que optar por um trabalho de tradução, como propõe Santos, não se trata de

assumir a postura de um torcedor ou de um *partisan*. Mas ampliar visões de mundo, ter maior abertura para ver e visibilizar o Outro. Alain Touraine (1998) assevera que não basta reconhecer o diferente, tampouco respeitar esse diferente; para ele, a alteridade consiste em se comunicar com o Outro, esse diferente. Comunicação, empatia, solidariedade.

[Figura 5]

Agência Pública, 1 out. 2019



[Figura 6]

Brasil de Fato, 2 abr. 2020



¹⁷ *Partisan* era um membro de uma tropa irregular formada para se opor à ocupação e ao controle estrangeiro de determinada área. O termo ficou conhecido durante a Segunda Guerra Mundial para se referir a certos movimentos de resistência à dominação alemã, principalmente no Leste Europeu.

O comportamento que a imprensa contra-hegemônica tem adotado, me parece, persegue esse esforço de tradução a que se refere Santos. Ao desvencilhar-se do manto

da objetividade, neutralidade e isenção, como salienta Fabiana Moraes (2019), pode se superar a ideia de um profissional vazio, que apenas relata os fatos, e almejar um jornalismo que integre subjetividade. Esta não como

antônimo da objetividade, mas como desafio do “deslocamento dos dogmas e reducionismos da visão de mundo para formas complexas que integram o sentir, o pensar e o agir” (MEDINA, 2006, p. 53).

[Figura 7]
Portal Desacato, 29 abr. 2020



Assim, a exemplo do que vem ocorrendo com boas referências dessa imprensa contra-hegemônica, se esta consciência for ampliada para mais profissionais, haverá expectativas promissoras de se alcançar um jornalismo que respeite e valorize a dignidade humana. Empatia, alteridade e solidariedade entre humanos poderão humanizar seu trabalho, como poderão contribuir para a humanização de sua audiência. ■

[JORGE KANEHIDE IJUIM]

Jornalista, doutor em Ciências da Comunicação/
Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da USP, realizou estágio pós-doutoral em Jornalismo na Universidade de Coimbra. Professor aposentado/voluntário do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: ijuimjor@gmail.com

Referências

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, São Paulo, 6 mar. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2zQmgsh>. Acesso em: 17 maio 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação no jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**: uma releitura. São Paulo: Summus, 2008.

IJUIM, Jorge Kanehide; URQUIZA, Antônio Hilário Aguilera; URQUIZA, Moema Guedes. Imprensa, indígenas versus ruralistas: As tensões entre o modelo desenvolvimentista e o bom viver (tekove porã). **Extraprensa**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 53-70, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3gTS8gc>. Acesso em: 27 dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2AVitK8>. Acesso em: 27 dez. 2017.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MENEZES, Luiz Fernando. Seja bem-vindo, mas não se esqueça de ir embora: como a mídia catarinense retrata quem vem de fora. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO INTERCOM, 39., São Paulo, 2016. **Anais** [...]. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3dMlr2c>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo íntegro e integral. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3cxv7MJ>. Acesso em: 17 maio 2020.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-118.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 63, out. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/307I2Cl>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-72.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (org.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 11-22.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade**: o sujeito democrático. Bauru: Edusc, 1998.

CRISES ATRAVÉS DOS TEMPOS: UM DISCURSO CRÍTICO DE ERNESTO SÁBATO

[ARTIGO]

Carla Fatio

Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O objeto desta análise é compreender o papel da crítica de arte, na visão de Ernesto Sábato, ao elencar sua contribuição ao Simpósio da I Bienal Latino-Americana de 1978. Evidenciamos sua concepção de mundo, ao comparar a vida baseada na idolatria da técnica e na exploração pelo homem. Consideramos as variabilidades ético-morais e a atualidade de seu pensamento, voltada ao questionamento psicossomático do homem, sua eterna busca e transcendência, diante de crises sociopolíticas e morais. Avaliamos seu discurso crítico, os processos míticos evidenciados nas reflexões dialéticas sobre a arte e a identidade dos diversos movimentos filosóficos narrados.

Palavras-chave: Crítica de arte. Arte. Interrelações Sociais. Crise Ocidental. Fundação Bienal de São Paulo.

This paper analyzes how the relevance of art criticism under the perspective of Ernesto Sabato after submitting his contribution to the Symposium of the First Latin American Biennial of 1978. We describe his world view when comparing life based on the worship of technique and that based on the exploration caused by man. We verify the ethical-moral variations and the significance of his critical thinking focused on the psychosomatic process of humans and their endless search and transcendence in the face of socio-political and moral crises. We evaluated his critical discourse, the mythical processes evidenced in his dialectical reflections on art, and the identity of the various philosophical movements described.

Keywords: Art criticism. Art. Social Interrelations. Crisis in the Western Hemisphere. São Paulo Biennial Foundation.

El objetivo de este análisis es comprender el papel de la crítica de arte, desde la perspectiva de Ernesto Sábato, al enumerar su contribución al Simposio de la I Bienal Latinoamericana de 1978. Destacamos su concepción del mundo, al comparar la vida basada en la idolatría de la técnica y en la exploración por el hombre. Consideramos las variabilidades ético-morales y la actualidad de su pensamiento centrado en el cuestionamiento psicossomático del hombre, su eterna búsqueda y transcendencia, frente a las crisis sociopolíticas y morales. Analizamos su discurso crítico, los procesos míticos evidenciados en las reflexiones dialéticas sobre el arte y la identidad de los diversos movimientos filosóficos narrados.

Palabras clave: Crítica de arte. Arte. Interrelaciones sociales. Crisis occidental. Fundación Bienal de São Paulo.

O contexto histórico

A I Bienal Latino-Americana aconteceu na sequência de quatro Bienais Nacionais, e no ano subsequente à morte (1977) do então diretor-presidente, Francisco Matarazzo Sobrinho, “Ciccillo”. No contexto histórico, a Fundação Bienal de São Paulo designou um novo Conselho de Arte e Cultura para colocar em andamento vários temas que abrissem possibilidades e peculiaridades que emergissem dos países latino-americanos. E com o intuito de desenvolver os propósitos de seu fundador, votaram por trazer ao público um de seus sonhos: a execução de uma bienal de origem unicamente latino-americana. Houve, primeiramente, a designação de grupos de trabalho para o levantamento de uma pesquisa territorial brasileira sobre arte e artistas da cultura de raiz. Em sequência, um planejamento às indicações diplomáticas à Mostra Expositiva da edição. E, no sentido de alinhar estudiosos da arte, surgiu o Simpósio, em prol de decodificar e valorizar a arte e a identidade latino-americana, fomentar o papel da crítica de arte, bem como identificar o futuro das bienais, seu sentido crítico e funcional para as novas gerações, entre outros tópicos.

O Simpósio da I Bienal Latino-Americana representou um marco divisor na forma de se experienciar o papel da crítica de arte, aos ditames da época. Imbuiu-se de uma função construtiva para exercer um diálogo latino-americano entre aqueles que de fato queriam propor (mesmo que idealisticamente) um novo patamar à perspectiva formativa (no sentido cultural) de valorização de uma “arte autêntica” das sociedades da América Latina e Caribe, bem como instituir

um projeto cultural nacional, e retirar possíveis denominações das elites dominantes do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Outro ponto a considerar, era o fato de que as obras dos artistas do continente viam-se preteridas nos processos artísticos de premiação, diante dos modelos europeus e dos próprios ditames hegemônicos norte-americanos. E diante dessa crise de ordem moral e cultural, e com a possibilidade de gerar novos conceitos críticos, foram convidados a participar desse desafio jornalistas, críticos de arte, pesquisadores da arte africana, indígenas, entre outros. A Fundação Bienal de São Paulo foi o palco tanto para essas estratégias como para crises que se instalaram.

Ernesto Sábato foi um dos 33 críticos presentes ao Simpósio. Apresentou a tese intitulada: *Anotações sobre a crise ocidental e a desmistificação* (1978) escrita em espanhol. A versão original, composta de dezessete folhas datilografadas (em máquina de escrever), encontra-se no Arquivo Wanda Svevo da Fundação Bienal de São Paulo.

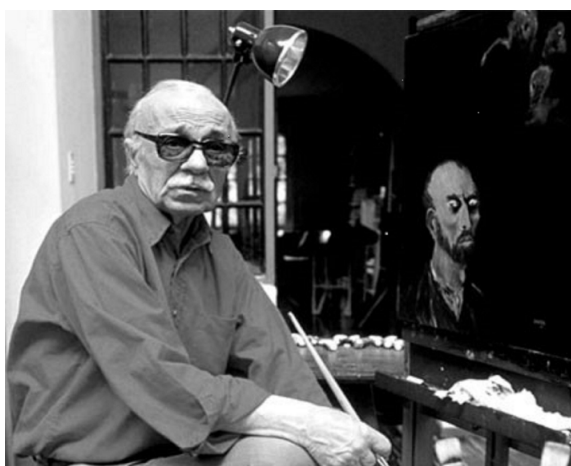
Quem foi Ernesto Sábato?

Ernesto Sábato (1911-2011), foi escritor argentino e professor da Universidade Nacional de La Plata, desenvolveu uma narrativa existencialista em suas obras. Seu trabalho objetivou aprimorar temas que envolvessem a depressão humana, as relações e interrelações pessoais no campo emocional e sociopolítico.

Dedicou-se a desvendar o medo que abatia a civilização moderna de forma

contínua e ascendente. O autor teve apenas quatro romances, entre os vários livros publicados ao longo de sua vida: *El túnel* (1948), *Sobre héroes y tumbas* (1961), *Abaddón el exterminador* (1974) e *El dragón y la princesa* (1995), que corroboraram nas temáticas de depressão, crise, e angústia, as quais a humanidade sempre insistiu em mergulhar. Suas obras foram prestigiadas com prêmios internacionais e estão traduzidas em vários idiomas. Sua produção tornou-se estritamente literária. A pintura foi também outra de suas paixões, ao longo de seus 99 anos.

[Figura 1]
Ernesto Sábato



Fonte: <https://bit.ly/37W8vVs>

A Argentina ficou subjugada à ditadura militar de Juan Perón por mais de dez anos. Ernesto Sábato por não acreditar nesse sistema, abandonou a carreira por publicar artigos contra o regime do presidente. O reconhecimento internacional, entretanto, acabou transformando o autor em um tipo de formador de opinião da sociedade argentina. Ao assumir esse papel, paradoxalmente, passou a se afastar da atividade literária. Ernesto Sábato foi considerado como um dos autores mais importantes do boom da literatura

hispano-americana dos anos de 1960. Em sua tese, o autor evidenciou o tempo em que a realidade era regida pela razão pura, e simultaneamente, pelo realismo mágico do continente latino-americano.

Brindou-nos com reflexões dialéticas sobre a arte e a identidade, baseadas nos diversos movimentos filosóficos a que se propôs eleger em um processo narrativo e mítico. Sua pesquisa estava em consonância ao tema “Mitos e Magia” da I Bienal Latino-Americana de São Paulo, que esteve fundamentada sobre três vértices: “mitos e magia na arte latino-americana”, “problemas da arte no continente”, e “propostas para as próximas bienais latino-americanas”.

Anotações sobre a crise ocidental e a desmistificação

Apresentou-nos um mundo ocidental vivendo sob a pressão do Existencialismo, aproximando um marco paralelo entre o real e o irreal. Ernesto Sábato explicou que quando essa mentalidade nos levava a uma crise mais profunda da História, os países, em pleno desenvolvimento, deveriam fazer um “alto” para avaliar as virtudes e defeitos do progresso material. Suscitou que deveríamos não destruir o avanço técnico, e reexaminar certos fundamentos de diferentes correntes, fixar as direções que deveríamos seguir, para a salvação do homem desumanizado.

Vivia-se um momento de dialogismo entre os participantes do Simpósio. Os estudiosos da arte se concentravam em

princípios ligados às bases existencialistas versus uma realidade ditatorial imposta por governantes que, de maneira funesta, não se interessavam com a preservação à simbologia regional e cultural. Explicamos que esses movimentos políticos imperavam por uma pretensa destruição de valores fundamentais às sociedades latino-americanas comprometidas com a família e a religião. A arte era manifestada em prol de um mundo mais justo, para uma sociedade mais humana, como uma ferramenta política.

Nessa longa e precisa tese, apresentada a mais de 42 anos, temos um tema tão atual para a contemporaneidade. Ao descrever tantas crises que assolaram o homem, em suas diferentes culturas, em seus valores ético-morais, mostrou o quanto o homem já viveu vários “abismos” em sua história, de diversas ordens, sociais, econômicas, morais, entre outras.

Com esse pequeno artigo propomos o pareamento das ações engendradas pelo próprio homem ao seu mundo psicossomático e a compreensão de como esses conceitos, desde a doutrina do Existencialismo até a Fenomenologia, reverberaram nas interrelações sociais. Ernesto Sábato nos apresentou uma perspectiva crítica, ao falar sobre as questões culturais, em um comparativo entre a mentalidade do europeu e a do latino-americano. Mostrou-nos sua percepção em relação aos movimentos que integravam o homem em suas diferentes e complexas relações, tanto ao lidar e saber compreender a realidade, como as possibilidades imanentes em sua vida diária. Trouxe grandes filósofos para embasar sua teoria, e, ao buscar a essência do homem, colocou-nos diante do mundo contemporâneo, assolado por crises e perigos.

Para Ernesto Sábato seria legítimo recordar tanto o pensamento de Schopenhauer como o de Nietzsche, ao mencionar que esse filósofo retomou em seu livro *Aurora*¹ o caráter contraditório e ambíguo dos fenômenos do espírito. Mencionou que muitas das ideias expostas nessa tese foram abordadas em seu ensaio “Hombres y Engrenajens” (SÁBATO, 1951). Nesse aspecto, Sábato propôs retomar, de uma maneira simples, uma questão relevante ao espírito humano. Citou:

Aqui não posso dar plenos fundamentos às minhas ideias. Proponho aproximações de um renegado da ciência, que investigou na obra fictícia o homem físico, em vez do sensato e/ou o mito-poético, que foi esfacelado por um racionalismo cego, e por uma mentalidade nem científica e técnica, e sim tecnocrata. São aproximações apaixonadas e discutíveis, de provável fertilidade (LIVRO..., 1978, p.2, tradução nossa).

Desenvolveu sua tese em dez tópicos e começou validando a questão da *tripla paródia do Renascimento*, tema esse que se caracterizou como uma engrenagem de uma “gigantesca máquina anônima”. Explicou que os impulsos que evidenciaram a mentalidade moderna foram a racionalidade, a objetividade e a quantificação. Ernesto Sábato descreveu que jamais, em nenhuma outra cultura, nem em nenhuma outra parte do mundo, se produziu um acontecimento parecido. Elucidou que foi necessária a conjunção de muitos fatores que nunca se deram, a não

¹ Livro *Aurora* (1881) é uma obra de Friedrich Nietzsche. O livro foi composto por 575 aforismos divididos em cinco livros. O próprio Nietzsche o resumiu em um prefácio datado de 1886.

ser na Europa Renascentista. Enumerou, primeiramente, o término do processo racionalista que vinha desde Sócrates. Depois, foi o impulso da Ciência Positiva nas cidades italianas, e por fim, o desenvolvimento simultâneo do Capitalismo.

Sábato nos explicou que essas três forças se lançaram à conquista do mundo exterior, mediante a máquina, que se tornou a “filha preferida e inevitável dessa conjunção”. Trouxe o filósofo existencialista Nikolai Berdiaev para categorizar os caminhos desse homem em busca de seu sentido existencial, e para embasar seu próprio questionamento. Evidenciou que esse filósofo caracterizou o Renascimento como produto de três paródias. Narrou que esse processo promoveu duas potências, dinâmicas e “amorais”. A primeira foi com a “razão do capital”. E a segunda foi o homem quando conquistou o poder secular. Sábato (LIVRO..., 1978, p. 2) pontuou: “Aí estava a raiz do triplo paradoxo, a conquista se fez à custa da abstração”. E nesse sentido, mostrou-nos quando havia iniciado o processo de desumanização do homem no sentido universal. Em sua ótica crítica, Ernesto Sábato descreveu o feitio de uma História tortuosa e a dificuldade em se colocar datas precisas. Exemplificou a Primeira Cruzada, mediada por uma obra da fé cristã e do espírito aventureiro, que poderia mostrar o quanto aquele mundo cavaleiro, estava subjugado ao mundo senhoril. Indicou que havia o exército servindo ao ressurgimento mercantil da Europa, e que viria a lograr o poderio comercial das comunas italianas e a nova classe profana e “utilitária”.

Sabemos que essas lutas e seu ascenso provocaram acontecimentos de largo alcance. Segundo o autor, a Ciência

Positiva nasceu naquelas “comunas”, como instrumento de dominação do mundo, que serviria aos propósitos de uma burguesia. Analisamos o quanto era pragmática sua sugestão de estabelecer o que era necessário a um projeto humano que servisse de ideal e permitisse reconstruir sua unidade perdida. Ao revalorizar as velhas sabedorias e culturas, chamou-as de “arrogâncias europocêntricas e primitivas”. (LIVRO..., 1978, p.2). O autor nos elucidou que essas sabedorias e culturas nunca depreciaram o lado obscuro dos elementos emocionais e alógicos do espírito humano.

Evidenciou-nos que, ao contrário, nessas condições, os países periféricos puderam ser “resultados úteis” a toda a humanidade, porque seus “defeitos” se revelaram dialeticamente em virtudes preciosas para a ressacralização da pessoa. Era o tempo em que a Ciência Positiva convivia em paralelo com a proscrição do pensamento mágico.

Com o nascimento da Ciência Positiva, surgia uma realidade que se faria quantitativa, e a burguesia tomaria partido em sua intenção de dominar o mundo. Esclareceu-nos que quando irrompeu a mentalidade “utilitária”, tudo se quantificou. Era um contraponto ao mundo Feudal qualitativo, no qual a jornada se media pelo tempo da lua e do sol, entre o dia e a noite. Indicou que com o surgimento dos relógios mecânicos em pleno século XIV, o tempo passou a ser divisível, de modo a favorecer o espaço a ser quantitativo, com o início das viagens intercontinentais, longínquas, em busca de possíveis riquezas. Foi uma reviravolta. O intercâmbio cultural com o Oriente veio a introduzir as ideias de importantes filósofos, como misticismo numerológico de Pitágoras, considerado como o matemático

da Antiguidade, ao celebrar o matrimônio de conveniência com os florins². Exemplificou que nada demonstrava melhor a natureza desse matrimônio do que a obra de Luca Pacioli, que descreveu considerações sobre a “‘Divina Proporção’ até as ‘Leis da Contabilidade’” (LIVRO..., 1978, p. 4). Para Ernesto Sábato, aquele homem moderno conhecia as forças que governavam o mundo natural e as colocava ao seu serviço. Identificou que queriam, talvez, saber como funcionava esse misterioso mecanismo.

O segundo tópico foi “a superstição da Ciência”. Essa questão permeava o universo social, reiterada pela nova doutrina do Positivismo que nascia no Cientificismo e no Materialismo mais primários. Converteram-se em uma calamidade, ao longo dos séculos XVIII e XIX. O autor considerou que o avanço da técnica originou o dogma do “progresso geral ilimitado”, com a doutrina do “melhor e maior”. A ciência havia se convertido em uma nova magia, e o homem da rua começou a acreditar muito mais nela, quanto menos a compreendia.

Essa mentalidade só fez crescer ainda mais o pensamento mítico. Ernesto Sábato narrou que essa mentalidade não desapareceu, apesar do grande movimento filosófico antipositivista. Pelo contrário, foi sendo incrementada no espírito popular, fascinado pelos ciclótrons, e pelas viagens à lua. Citou que, mesmo na base da Filosofia, encontraram-se novas formas sofisticadas que migraram da Psicologia Behaviorista até o Empirismo lógico, vertendo modelos ao

Estruturalismo. Para Sábato nada mudou quanto à atitude diante do pensamento mágico. Reafirmou: “Até o ponto em que um espírito como Paul Valéry, tal como poderia fazer um filósofo da Ilustração, argumentou que a reversão de mitos era uma das funções primordiais do intelecto” (LIVRO..., 1978, p.5).

Como terceiro ponto, trouxe a questão do “homem e a intempérie”. Para o autor, era um momento de ação combinada entre o capital e a Ciência Positiva que responderiam ao mundo como um todo. Envolvia a economia, a concentração da indústria e o capital financeiro, pleno de abstrações, levando o homem a esse patamar. Valiam-se de números e máquinas, a ponto desse homem ser além de uma mera peça da engrenagem, ser também um modelo estandardizado, massificado em qualquer tipo de aspiração. Isso estava impregnado tanto no Capitalismo como no Socialismo. Descreveu que a Ciência Positiva conduziu a um fantasma matemático, e, desse modo, a economia moderna produziu uma sociedade de “homens abstratos”. Ernesto Sábato esclareceu que a Ciência dispunha dos meios de comunicação, como o jornal, o rádio, a televisão e a propaganda. Mencionou que os homens, nos países mais avançados, eram obscuros e apenas engrenagens impotentes. Exemplificou novamente autores como Blake, Dostoiévski, Kierkegaard e Nietzsche, que intuíram que algo trágico estaria se gestando em meio ao otimismo universal.

Ernesto Sábato citou o pensamento do filósofo Martín Buber. Referendou sua teoria em relação ao homem concreto e emocional, no sentido de compreender como esse homem se posicionava diante dos novos tempos, sua relação aos ritos e símbolos, e diante da morte e de Deus. Tanto Sábato

² Nome dado a moeda corrente no Sacro Império Romano-Germânico, que depois foi atribuído à unidade monetária principal dos Países Baixos, e substituída subsequentemente pelo euro.

como Buber possuíam objetivos similares de reconhecer e pesquisar a trajetória desse homem frente às expectativas de um futuro incerto. Explicou que a natureza se converteu apenas em uma simples matéria para ser explorada. E o corpo do homem, por pertencer à natureza, também foi profanado, terminando por ser considerado como um objeto a mais, aumentando sua solidão.

Sábato defendeu que não havia como o homem existir “sem o diálogo e a comunicação” e que ambos eram impossíveis sem que houvesse uma interação entre as pessoas. Citou que seria ilusório haver telefones prontos para responder aos suicidas e aos drogados. Fez uma menção sem nomear, que o país onde a comunicação eletrônica era a mais perfeita, era também o país onde havia a maior solidão humana. Fica subentendido que seria os Estados Unidos da América, indicado pela teoria do *bigger and better* citado pelo autor. Era o século XX. Sábato manifestou que a crise que viviam não era uma crise do sistema capitalista: “É uma crise da concepção de mundo e da vida baseada na idolatria da técnica e na exploração do homem” (LIVRO..., 1978, p. 7).

Como quarto ponto, citou as “fúrias invencíveis”. Para o autor, o movimento do Romantismo foi crucial contra a mentalidade técnica, como uma sorte do misticismo profano que defendeu os direitos da emoção e da fantasia. O que equivaleria a proteger o homem concreto contra a abstração científica. Era o momento de enaltecer as sociedades secretas. Citou os filósofos Blaise Pascal e Giambattista Vico, que abriram os caminhos por onde Jean-Jacques Rousseau proclamaria os “direitos do coração”, sendo um dos principais filósofos do Iluminismo e um precursor do Romantismo.

Para Ernesto Sábato, o intermédio das sociedades secretas, fosse mediante charlatões e taumaturgos ou não, veio a prevalecer. Apresentou o resultado da ‘proscrição’. Seria, ao seu entender, “a catástrofe espiritual como consequência da desintegração do homem, operada pela razão analítica, com a separação do homem e do Cosmos, ao sentimento geral de frustração” (LIVRO..., 1978, p. 9).

Em seu quinto ponto de análise retomou a questão sobre o “Romantismo Alemão”. Tornava-se um paradoxo o fato de que a Alemanha vivia como um povo predisposto mais que nenhum outro ao Romantismo. Nesse sentido, buscava combater o próprio Racionalismo nacionalista em sua metrópole.

O autor identificou que o desencantamento da cultura por obra do Racionalismo provocou o surgimento do “mágico” como atributo central do movimento Romântico. Valorizou que o Romantismo germânico viu na poesia e na música o caminho do conhecimento autêntico, revivendo, em certo modo, as doutrinas iniciáticas da Antiguidade e enfrentando as raízes do Espiritismo Socrático e do pensamento burguês. Pelo exposto, observamos que se considerava o Romantismo Alemão não como um mero movimento na arte, e sim uma vasta e profunda rebelião contra as bases da própria Filosofia racionalista. As coisas foram além, para depois retroceder. Estávamos diante de consequências relacionadas às essências das coisas versus a existência do homem.

Como sexto ponto de análise, Sábato trouxe a questão do “homem contra os sistemas”. O autor colocou que o sistema se fundia nas essências universais, e se

tratava de existências particulares e concretas. Fez um paralelo, entre seu próprio pensamento e o de Nietzsche, ao questionar se “a vida deveria dominar sobre a ciência ou a ciência deveria dominar sobre a vida” (LIVRO..., 1978). Sábato narrou que frente a essa interrogação de Nietzsche, a qual se tornara protagonista daquele tempo, afirmou sua empatia à “preeminência” da vida. Para o autor era vasta a insurgência que despontava. Citou que, tanto para Nietzsche como para Kierkegaard e Dostoiévski, a vida do homem não poderia ser regida pelas “razões abstratas da cabeça, e sim, pelas razões do coração”. Segundo Tanto para Sábato como para esses autores “a vida desbordava os esquemas racionais, e estava indissoluvelmente vinculada ao irracional e ao mitológico” (LIVRO..., 1978, p. 10).

Ernesto Sábato (LIVRO..., 1978) mencionou que era necessário separar os tipos possíveis de existências. Esclareceu que, a rigor, na teoria de Hegel existia elementos da negação. Valorizou, entretanto, aspectos do pensamento desse grande filósofo ao ponderar sobre esse homem como ser histórico, pertencente a uma sociedade, capaz de se desenvolver e se aprimorar como indivíduo oriundo desse universal.

Esse sentido histórico provocou uma reação genuína de seu discípulo, Karl Marx, contra o Racionalismo extremo. Nesse processo, segundo Sábato, o Socialismo, ou melhor, a doutrina Marxista converteu a criatura humana em um fenômeno social, e em uma consciência social. Confessou que o repúdio pelo pensamento mítico era em razão de acreditar que, um dia, o pensamento científico predominaria. Falava-se em uma alienação do homem em relação a si mesmo. Subsistia a mecanização de uma

vida inteira, a robotização de uma sociedade. Em virtude da exploração também de classes que se estendia além do capitalismo, até uma sociedade socialista, baseada na técnica e na concentração industrial, tornava-se a vida uma forma mecanizada.

Como sétimo ponto analisou a questão da “reinvidicação do mito”. Explanou que a rebelião romântica se constituiu de uma reaproximação ao mito. Citou: “O pensamento ilustrado do homem progredia à medida que se aleijava do estado mito-poético” (LIVRO..., 1978, p. 12). Pensadores e psicanalistas como Sigmund Freud e Carl Jung despontaram nesse processo de trazer justificativas às perdas emocionais do homem, em sua eterna busca de si mesmo. Em um plano dialético maior, permitiam-se o ingresso ao pensamento racional ao lado do pensamento mágico.

Na análise do oitavo ponto, tornou-se necessário compreender a distinção entre “desmitificar e desmistificar” e o real valor que esses verbos emanavam no inconsciente coletivo. Explanou o pensamento de Sigmund Freud, ao citar o quanto esse autor foi um gênio poderoso, mas “bifronte”. Justificou que por um lado havia a intuição e a consciência que não emparentavam com os pensadores do Romantismo Alemão, e de outro lado, aquela formação positivista da medicina de seu tempo. Sábato citou uma síntese da obra “Dialética do Concreto” de Karel Kosik (1976). Surpreendeu-se ao comprovar que esse mesmo filósofo tcheco dava valor absoluto à arte. Não pensava, entretanto, no mito como um devaneio que pertencia ao mesmo universo da arte e cedia às mesmas características da “totalidade concreta”. Era a forma do absoluto para o Marxismo, como para o Existencialismo.

Enalteceu o quanto o filósofo Giambattista Vico havia também observado o parentesco do mito com a poesia. Tornara-se evidente que o espírito do artista seguia sendo mitopoético. Explicou que o mito não era teórico, e era necessário concordar com Ernest Cassirer. Sábato ao se referir ao mito, citou:

Sua lógica é incomensurável com nossas concepções da verdade científica. Mas, a filosofia racionalista nunca quis admitir semelhante bifurcação, e sempre esteve convencida de que as criações míticas devem ter um sentido inteligível; o mito a oculta, traz todos os gêneros de imagens fantásticas e símbolos, e a tarefa do filósofo é “desmascará-lo”. Momento em que o vocabulário “des-mitificar” é a menudo convertido a “des-mistificar” (LIVRO..., 1978, p. 13, tradução nossa).

A arte tornava-se aliada nessa vasta incompreensão dos sentidos e, coligado a ela, poderia se relacionar à realidade puramente sentida e observada, em que o mito provocava todas as camadas do pensamento racional. Com Cassirer, passamos a compreender a importância tanto do filósofo ao desmascarar o mito oculto, como ao artista, ao empoderar essas imagens. Ernesto Sábato analisou que o mito, a arte e o sonho tocavam ao fundo de certos elementos permanentes da condição humana, ao custo do processo social e econômico. Esses elementos se constituíram como representações especiais através das épocas e culturas.

Como nono ponto de análise, temos o estudo sobre a “totalidade concreta do homem”. Em sua observação, Ernesto Sábato nos mostrou o quanto o homem caminhava em direção a uma bifurcação

e a um profundo aparelhamento dos conceitos. Mencionou que para o fenomenologista Maurice Merleau-Ponty, a Metafísica estava reduzida pelo Kantismo ao sistema de princípios, em que a razão empregava a constituição da ciência e do universo moral. Citou: “No melhor dos casos, porque se supõe que a dialética marxista desqualifica definitivamente qualquer intento da Metafísica, e desde logo, é uma afirmação de índole metafísica” (LIVRO..., 1978, p. 14). Explicou que a palavra “índole metafísica” foi empregada no sentido que Sartre deu “ao Ser e ao Nada”, como resultado dos estudos dos problemas individuais que deram origem a esse mundo do homem como totalidade concreta.

Em seu papel de crítico de arte, Ernesto Sábato confessou que vacilou em afirmar que talvez pudesse sê-lo mediante a atividade total do espírito humano, e muito, especialmente, pela obra artística. O autor esclareceu que Platão foi pelo menos um entre aqueles filósofos racionalistas que precederam ao Existencialismo e puderam advertir ao mesmo impulso. Pontuou que Platão recorreu à poesia e ao mito para poder complementar a descrição do movimento dialético em relação às ideias. Os valores inerentes ao homem já estavam implícitos, e esses atributos, ainda que fossem manifestados no homem concreto, ou seja, histórico e social, possuíam a “permanência” do homem de todos os tempos. Era o motivo pelo qual, ainda que desaparecessem as sociedades, surgiriam, de alguma maneira, as manifestações apaixonadas, que, segundo o autor, seguiriam nos moldes dos dramas de Sófocles.

Ernesto Sábato mencionou que, por mais que tratasse sobre a totalidade concreta, categoria fundamental também do

Marxismo, não parecia jamais alcançar o pensamento puro. Justificou que o ponto de vista metafísico era o único que permitia conciliar a totalidade concreta do homem. Em particular, era a forma isolada de se conciliar o psicológico com o social. Estavam implícitos a sua ânsia do absoluto, a vontade do poder, o impulso à rebelião e a angústia diante da solidão e da morte.

Como décimo e último ponto de sua análise, trouxe o “sentido transcendente das ficções”. Via-se dois lados ambíguos: tanto a miséria humana como a possibilidade de sua grandeza. E nesse espectro, havia os artistas como decodificadores da condição humana. Pontuou que não foi mediante conceitos puros, senão, mediante símbolos ambíguos e significativos, mitos *polissêmicos* e precisos. Para o autor, os grandes romancistas escreviam por seu puro pensamento racional e no intuito de mostrar o mito em uma condição inerente ao mundo apocalíptico da condição humana. Sábato citou: “Havia a possibilidade de sacudir os homens alienados, donos de suas “tremendas verdades”, com seu áspero humanismo”. Complementou que não somente descreveriam o “drama desse ser”, e sim mostrariam as entranhas do mundo tecnocrata em que estávamos imersos. Ernesto Sábato finalizou sua proposição ao dizer que “esse homem não era somente corpo, mesmo que pertencêssemos apenas ao reino da zoologia. Tão pouco ao espírito puro, mesmo que fosse nossa aspiração divina” (LIVRO..., 1978, p. 17). Observamos que diante desse viés, temos o Existencialismo Fenomenológico, que não foi considerado nem a pura objetividade e nem a pura subjetividade da ciência. Estávamos diante dos extremos da miséria humana, e ao mesmo tempo, de sua grandeza.

Considerações finais

Ao ler a tese de Ernesto Sábato, percebemos que o autor compartilhou de uma visão acima de qualquer julgamento, como deveria ser a qualquer crítico em sua posição. Para ele, esse período foi caracterizado como de “angústia” para a humanidade e associado à consciência moderna.

Ernesto Sábato nos apresentou uma das chaves para a compreensão do paradigma contemporâneo, ao evidenciar que, na perspectiva dos europeus, tudo que não era compreendido em termos de “cultura” tornava-se “primitivo”. Brindou-nos com filósofos que exerceram grande influência nas ciências sociais, e deixaram um legado para a pós-contemporaneidade. Nesse sentido, e através das reflexões sobre a arte e a identidade, validou-nos dialeticamente com a apreciação da “diferença” nas culturas periféricas. Colocou-se e posicionou-se diante de uma plateia de estudiosos da arte latino-americana no Simpósio da I Bienal Latino-Americana de 1978, ao identificar a arte, com a capacidade de exercer o melhor grau positivo na essência do homem.

O autor soube também valorizar que os grandes romancistas daquele tempo (1978) não escreviam nem por puro jogo e nem pelo simples prazer da beleza. Escreviam para indagar e descrever, mediante o pensamento racional, e mais, colocar o mito na condição do homem, em um mundo apocalíptico. Buscava-se uma contribuição à sua salvação espiritual no meio da sinistra estrutura da sociedade tecnocrata. Era a oportunidade que sinalizava possibilidades. O caminho permanecia ainda no embasamento filosófico, que nutria a valorização ao empenho

de um espírito puro, e a possibilidade de manter o tão cobiçado e eterno “universo platônico”, invulnerável aos poderes da era. E facilitar a esses autores e artistas poderem encontrar seu espaço, entre o mito e a ficção. Mostrou-nos que ao se depararem com cataclismas ou crises de quaisquer situações, os artistas puderam registrar e revelar tais condições humanas.

Recordar as guerras humanas, as pestes e crises que avassalaram anteriormente o homem de nada adianta. Tempos que foram e retornaram em uma velocidade literalmente globalizada. O homem sofre e, quando passa a crise, esquece. No século passado, tantas dominações políticas, tantas guerras, tantos genocídios, tanta fome e ausência de saneamento. Vários paradigmas expostos para explicar ao próprio homem aquilo que sempre se negou em aceitar: sua pequenez diante de um universo maior, de uma natureza infinita de possibilidades.

Ao se observar as crises mundiais, entretanto, vemos um caminho da humanidade sempre em vias de colapso socio-político, engendrando o campo emocional. E não tiramos a razão do autor, ao citar as questões do século passado relacionadas à violência diante da droga, do abuso sexual, da criminalidade perversa, do desequilíbrio coletivo e de tantas enfermidades psicossomáticas, passando a assolar cada vez mais ao homem urbanizado.

O século XX ainda contabilizou duas grandes guerras mundiais, onde o armamento bélico prescindiu ao homem. O crítico caracterizou o tempo (1978) em que viviam. Guerras que persistiam, com desumana mecanização, ditaduras totalitárias engessando o homem, destruições catastróficas

da natureza, neuroses coletivas e histeria generalizada. Duas grandes nações dividindo o mundo em dois blocos. Assistia-se a uma quebra total da democracia. Era o abismo do homem. A fenda emocional havia dragado o homem em seu próprio território ambíguo. Para Ernesto Sábat, esse tempo se constituiu em um momento de abandono do homem por si mesmo, desaparecendo a sensação de segurança que se tinha diante daquilo que poderia ser familiar.

Com um aspecto semelhante às crises narradas pelo autor, fomos além de seu discurso crítico. Justificamos essa extensão, por caracterizar uma pandemia global na saúde, com desdobramentos terríveis para a economia, suscitando uma outra crise, a de ordem ético-moral na política. E nesse centro, temos o homem, em colapso, em diferentes níveis de sobrevivência: social, emocional, espiritual, financeira. O processo passa a ser experiência. E esse ponto de convergência nos leva a um contraponto. Temos a desestrutura psíquica, em que o medo, a indiferença ao outro, mostram-nos um diagnóstico de desumanização. E do outro lado, o homem em busca de si mesmo, na possibilidade de se reconhecer e se colocar aberto à oportunidade. Vemos solidariedade e a intelectualidade em busca de soluções para conter o flagelo humano.

Segundo Mascaro (2020), “precisamos ter em mente que o teto das reações à crise deve necessariamente estar acima de vacinas cujos anticorpos são produzidos pelo próprio sistema exatamente em função da finalidade de lhe dar sobrevida”. O jurista nos propõe compreender a trajetória humana, em múltiplas crises transformadas em revoluções, ao exemplificar os alvoroços políticos

provocados por uma “burguesia” em prol de ideais de busca por esse homem humanizado.

Diante de uma perspectiva global, várias crises estão em ação. Vivemos um período de diversidade e complexidade sociocultural e político-financeira. Na História temos tantos paradigmas, tanto de tanto. E o momento presente?

Temos situações paupérrimas em que a fome, a sujeira, a falta de água potável, a ausência de tratamento de esgoto e a depressão emocional pelo isolamento mostram sua realidade feroz. O mundo parou. O coronavírus (vírus causador da Covid-19) nos mostra outro aspecto. Seria o lado desumano, ou uma resiliência, que estaria em uma busca coletiva para um mundo melhor? Teremos a opção de nos tornar menos ambiciosos em modelos de consumo consciente? Ernesto Sábató estaria avidamente comentando.

Vemos e vimos as políticas de esquerda, de direita e de centro-direita, em busca de seu espaço de dominação, não de redemocratização, não de constituição humana por um mundo melhor. Seria novamente uma mera utopia?

A arte continua a nos mover e a nos sensibilizar, como estruturas simbólicas, como conexões e fenômenos, à essência do pensamento social e emocional. Todos os movimentos de mudanças significativas, sejam econômicas, sociais ou mesmo simbólicas, se repetem a cada novo ciclo do homem. Não importa mais contar e recontar nossa História e a influência de seus respectivos movimentos filosóficos, citados pelo autor. Porque a própria redemocratização ou o fortalecimento de movimentos

sociais, princípios democráticos morais, ou mesmo, a criação de uma moeda europeia única, o alinhamento de blocos econômicos em prol de objetivos comuns, e tantos outros fatores exercidos pelos governos, no sentido do avanço progressista, não poderiam curar o homem dos sintomas psicossomáticos que atravessamos.

Curvamo-nos diante daquilo que acreditamos, e a maioria acredita em um Deus maior, onipresente e onipotente. Pode até ressignificar um retorno às origens, aos costumes mais conservadores. Como os povos antigos, em seus ritos, voltamos a olhar para o sol, para a lua, para as estrelas, para o movimento da natureza. Passamos a observar essa “magia de vida” pulsar em nossas células, com gratidão. O momento atual nos nivela novamente, e as perspectivas tornam-se incógnitas. Diante da formação moral de cada ser, busca-se, no vazio, entender se a perspectiva atual será um abismo ou uma nova possibilidade. Voltamos ao mito da caverna de Platão? Somente as próximas gerações poderão dar a resposta a essas consequências. ■

[CARLA FATIO]

Pós-Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina (Prolam) da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Ciências pelo Prolam/USP (2012), com ênfase em crítica e produção cultural. E-mail: carlafatio@gmail.com

Referências

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, 128 p. Disponível em: <https://bit.ly/3hXpgUE>. Acesso em: 17 jun. 2020.

LIVRO: simpósio v. 1. **Fundação Bienal de São Paulo**, São Paulo, 1978. Disponível em: <https://bit.ly/2B3ySwv>. Acesso em: 10 jun. 2020.

MASCARO, Alysson. **Crise e pandemia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SÁBATO, Ernesto. **Hombres y engranajes**. Madrid: Alianza Editorial, 1951. Disponível em: <https://bit.ly/3fUTrtN>. Acesso em: 29 maio 2020.

INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS DE INFORMAÇÃO NO RÁDIO E NA VEICULAÇÃO MUSICAL

[ARTIGO]

Marcos Júlio Sergi

Universidade Santo Amaro

Karen Helena Bueno Lanfranchi

Universidade Santo Amaro

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Com o surgimento da internet houve um deslocamento no processo de veiculação musical, antes restrita ao universo radiofônico e televisivo. Propomos uma reflexão acerca dessa descentralização possibilitada pelas Redes Sociais de Informação (RSI). Objetivamos identificar o papel delas no lançamento de novos artistas e na veiculação e recepção musical. Trabalhamos com pesquisa bibliográfica a fim de responder à questão: qual a relação das RSI com a veiculação e recepção musical no cenário brasileiro atual? Chegamos à conclusão de que as RSI revolucionaram o mercado musical, desde o momento da concepção da canção, até o processo de retroalimentação do compositor, proporcionado pela reação dos usuários.

Palavras-chave: Radioweb. Informação. Veiculação Musical. Recepção. Internet.

The process of musical broadcasting, previously restricted to radio and television universe was transformed with the emergence of Internet. We propose a reflection on this decentralization enabled by the Social Networks of Information (SNI). We aim to identify their role in the launch of new artists, as well as in dissemination and reception of music. We worked with bibliographic research to answer the question: What is the relationship between SNI and musical reception in the current Brazilian scenario? We concluded that SNI revolutionized music market, from song conception to the composer's feedback process, provided by the reaction of users.

Keywords: Radioweb. Information. Musical Broadcasting. Reception. Internet.

El surgimiento de la Internet ocasionó un cambio en el proceso de transmisión musical, anteriormente restringido al universo de la radio y la televisión. Proponemos una reflexión sobre esta descentralización que hacen posible las Redes Sociales de Información (RSI). Nuestro objetivo es identificar su papel en el lanzamiento de nuevos artistas y en la transmisión y recepción musical. Aplicamos la investigación bibliográfica para responder a la pregunta: ¿Cuál es la relación entre las RSI y la transmisión y recepción musical en el escenario brasileño actual? Llegamos a la conclusión de que las RSI revolucionaron el mercado de la música, desde el momento de la concepción de la canción hasta el proceso de retroalimentación del compositor, proporcionado por la reacción de los usuarios.

Palabras clave: Radioweb. Información. Transmisión Musical. Recepción. Internet.

Introdução

Uma das características mais marcantes do século XXI é a constante transformação tecnológica resultante da internet, a Rede Mundial de Computadores (RMC), criada no final da década de 1950 para fins militares e amplamente divulgada e utilizada a partir da década de 1990.

A sociedade atual, denominada *sociedade digital*, utiliza tecnologias de interconexão mundial de computadores (internet) para se comunicar em tempo real a qualquer distância geográfica. A internet foi agregada ao cotidiano das pessoas, definindo a chamada *era digital* (MARTINO, 2015).

Este novo tempo é marcado por inovações e criatividade em nível global, proporcionadas pela internet. Há um anseio dos povos em transmitir seus conhecimentos, experiências e seus modos de vida. Foram desenvolvidos aparelhos e elaborados protocolos de comunicação, resultando na denominada *cultura digital*, também conhecida como *cibercultura* (LÉVY, 2010).

A cibercultura abriga um conjunto de técnicas, práticas, atitudes, modos de pensar e valores desenvolvidos no ciberespaço, meio surgido na internet. Ele define a infraestrutura da comunicação digital, o universo de informações, a navegação dos internautas e a constante retroalimentação desse universo, em contínua expansão e modificação (LÉVY, 2010). Com a globalização, cada nova invenção é rapidamente difundida no ciberespaço, mundo virtual repleto de informação, arte, lazer e cultura.

No contexto do universo radiofônico, o surgimento da internet possibilitou “desde o transporte do modelo sistêmico do rádio para a web até experiências sonoras acompanhadas de legendas em verbal-escrito e de imagens visuais estáticas” e a convergência das diversas mídias por meio das Redes Sociais de Informação (RSI) – Facebook, Instagram, Twitter – e da internet móvel – *smartphones*, *tablets*, *notebooks*, não se limitando o rádio mais às frequências tradicionais, se alojando cada vez mais na internet (TABOADA, 2012, p. 5).

A internet é vista como suporte quando serve de veículo de divulgação para outras mídias, um novo tipo de distribuição dos produtos originais da imprensa, do rádio ou da televisão, processados em linguagem digital. Enquanto meio de comunicação e informação, ela é o resultado da convergência de várias tecnologias digitais, unindo ferramentas e características próprias, como a hipertextualidade, a comunicação multimídia e a comunicação de massa individualizada (DELARBRE, 2009).

A internet tem sido considerada a maior novidade para o rádio, pois, independentemente de qualquer autorização governamental, amplia a possibilidade de transmissão para as emissoras tradicionais e permite distribuição de áudio exclusivo, tornando-se um recurso fundamental para novos entrantes.

A RMC representa uma possibilidade real de mudança da lógica tradicional de dependência do Estado, notadamente para os grupos que não possuem concessões. Nesse caso, as rádios on-line e as rádios virtuais, ou *radioweb*, são a saída.

As tecnologias da informação (TIC) estabeleceram, multiplicaram e fortaleceram as possibilidades de participação proativa no processo democrático, educacional, social e cultural, uma vez que, por meio da internet, com essas ferramentas qualquer pessoa pode se transformar em provedor de conteúdo.

Ocorre nesse processo uma alinearidade temporal da escuta proporcionada pelo uso de aplicativos móveis, conforme afirmam Santaella e Lemos (2010, p. 62): “a conexão é tão contínua a ponto de se perder o interesse pelo que aconteceu dois minutos atrás.” O poder de divulgar ideias e conceitos está ao alcance de todos e compositores e intérpretes se valem dessa tecnologia para divulgar sua produção musical.

A internet

Hoje, a programação radiofônica não é disponibilizada mais somente pelas frequências tradicionais. A informação é processada a partir de diversas fontes que interagem. Não podemos deixar de considerar que a internet vem constantemente se popularizando no país, e o acesso, antes restrito às camadas mais ricas da sociedade, hoje integra os hábitos de grande parte da população, sendo utilizado em metrô e trens suburbanos, nos restaurantes, nas ruas, cinemas e igrejas, havendo quase uma onipresença dele em todos os lugares públicos e privados.

Uma das características mais marcantes e peculiares da internet é a possibilidade

de interatividade por ela proporcionada. O conceito de interatividade adapta-se de forma perfeita ao campo da informática. Os computadores tornaram-se cérebros eletrônicos digitais.

Esta interatividade possibilitada pelas novas tecnologias aponta a internet como a principal mídia interativa, pois mídias específicas da RMC, como as rádios e TV web, blogs (sites que permitem atualização constante por meio de acréscimo de conteúdo) e RSI, acabam por modificar o papel do rádio enquanto mediador e editor de conteúdo, pois ele e a televisão digital interativa encontram muitos desafios para sua implantação definitiva.

Convergência das mídias

O modelo de comunicação proposto por Harold Dwight Lasswell, sociólogo norte-americano, no qual um emissor emite uma mensagem a um receptor por meio de um canal e com um efeito, a partir do conceito de convergência, processo de integração das mídias a partir de um suporte, precisa ser renomeado, pois agora a comunicação percorre por diversos canais, com efeitos múltiplos, considerando a heterogeneidade da audiência em cada suporte.

Nelson Sirotsky (2006) situa a convergência como um processo iniciado há alguns anos, quando as mídias deixaram de ser alógicas e foram se digitalizando e sendo transformadas com a adição de novas aplicações a seus serviços.

Nesse percurso, o processo de evolução dos meios de comunicação e informação possibilitou um fenômeno de cruzamento com as mídias tradicionais, resultando em uma sobreposição e mistura delas em uma malha cada vez mais complexa de plataformas e meios. O exemplo mais palpável desse processo de convergência em um único suporte é o celular. Modelos 3G e 4G são capazes de agrupar mídia telefônica, televisiva, radiofônica, internet e ainda conteúdos multimídia do proprietário ou baixados da internet.

Os conceitos de convergência das mídias e convergência digital representam a fusão da tecnologia com a informática e as comunicações. Não podemos analisar convergência das mídias sem interligá-la à convergência digital, pois ambas caminham juntas.

Existem diversas definições para tratar de conceitos que se integram e fundem a atual realidade midiático-digital, dentre eles: 1. Multimídia – segundo Pierre Lévy (2010), é aquilo que emprega diversos suportes ou veículos de comunicação; 2. Ciberespaço – cunhado pelo mesmo autor, consiste no local virtual, o espaço de comunicação interconectado com computadores em todo o mundo. Notamos nessa última definição uma importância dada à internet e às suas possibilidades enquanto veículo de comunicação e informação. É exatamente nesse aspecto que seguiremos nossa análise de convergência.

Nair Prata (2009) afirma que ocorreu uma mudança significativa no campo das comunicações, pois a televisão, que se manteve durante cinquenta anos no ápice de audiência, atualmente perde sua hegemonia

para a web e que os brasileiros ficam três vezes mais tempo acessando *smartphones* do que assistindo televisão, apesar de ainda ser mais determinante nos modos de consumo de nosso país, aspecto que em breve também pode ser revertido.

O rádio no universo midiático

A afirmação de que o rádio seria ouvido por meio de outra mídia, além de um receptor fixo, poderia ser considerada loucura na década de 1950, mas essa leitura tem sido constantemente modificada devido aos avanços tecnológicos que o atingem. Atualmente, os ouvintes adaptam seu hábito de ouvir rádio às suas necessidades. Cumpre diferenciarmos aqui o rádio analógico do rádio digital. Renato Ávila (2008, p. 39) define:

Uma rádio *web* difere de uma rádio tradicional pelo fato de realizar suas transmissões via Internet, isso essencialmente significa que você poderá ter acesso à sua estação de rádio apontando seu navegador para o endereço em que se encontra a referida estação, ou através da utilização de programas específicos para esse fim, como o *Real One Player*, *Winamp*, *Windows Media Player*, entre outros.

Nair Prata (2012) complementa sobre a *radioweb*: “tem uma *homepage* na internet por meio da qual podem ser acessadas as outras páginas da emissora. Na *homepage* aparece o nome da emissora, geralmente um slogan que resume o tipo de programação e vários hiperlinks para os outros sites

que abrigam as diversas atividades desenvolvidas pela rádio” (PRATA, 2012, p. 59).

Quando se fala em navegador, podemos usar o termo *browser*, que é o portal de entrada da internet para qualquer site, e para acessar uma *radioweb* não é diferente.

A partir da *homepage*, página inicial ou página de entrada de um site da internet, são acessados os diversos links por navegadores, como o Internet Explorer, Netscape, Communicator, Firefox etc.

O ouvinte de *radioweb* deve ter um computador com equipamentos, hardwares específicos. Para se obter um bom resultado, é necessário possuir os seguintes periféricos: caixas de som, placa de som, um processador acima de 200 MHz, memória 32 MB RAM, e um modem de 33.600 Kbps (PRATA, 2012).

A convergência digital resultou em novos suportes, que levaram alguns ouvintes a se interessar por outros formatos, muitas vezes distantes da própria linguagem radiofônica. Hoje o ouvinte pode, além de ouvir rádio, entrar no portal, interagir com os locutores, baixar *podcast*, arquivo de áudio digital, geralmente em formato MP3 ou AAC, com imagens estáticas e links, e escutar a programação de rádio em tempo real pela RMC.

O rádio, que hoje pode incluir imagens, textos e gráficos, e não só o tradicional áudio, perdeu sua definição de mídia sonora e está em jogo a própria noção do que ele é. O display, mostrador que apresenta informação, de modo visual ou tátil, adquirida, armazenada ou transmitida, de um receptor doméstico ou de um automóvel, pode exibir

várias informações complementares, como títulos de canções, nomes de intérpretes musicais, cotação do dólar, localização geográfica, previsão do tempo e informações de trânsito.

Tornam-se viáveis mensagens personalizadas de áudio, os *radio-mails*, sistemas de envio de conteúdo sem a necessidade de fios, em alta velocidade, permanentemente atualizados, com serviços de valor adicionado, convergindo rádio, telefone celular e internet.

Segundo Marques (2010), Nélia Del Bianco corrobora com a ideia de que os profissionais do rádio devem estar atentos para a realidade de que para continuar a existir ele deve se adequar às tecnologias que surgem constantemente.

O que se observa é o crescimento dos modelos convergentes, multimídia e interativos. Uma sinergia entre rádio, Internet e celular, vínculos da programação síncrona da rádio analógica com o tempo real da Internet. A produção da mídia tradicional, desenhada para ser difundida e comercializada em uma única plataforma não tem futuro. É preciso avançar para transformá-la na produção de conteúdos transversais capazes de serem distribuídos e comercializados em unidades de tempo diversas e através de diferentes plataformas (MARQUES, 2010, p. 7).

Álvaro Bufarah (2003, p. 3-4) Júnior também enfatiza a importância desse novo processo de fusão entre a Internet e o rádio:

Ao analisarmos os novos suportes para a transmissão de áudio, não podemos deixar de lado os avanços trazidos ao rádio pelas

tecnologias da Internet. Nesse contexto, percebemos que houve uma potencialização de ambos nessa fusão onde o rádio ganha o suporte multimídia e a Internet o imediatismo do veículo de massa.

A expansão das possibilidades de inserção de todo tipo de conteúdo na RMC e, conseqüentemente, nas plataformas radiofônicas, em formatos e tempos que mudam constantemente, obrigou os coordenadores dos cursos de Rádio e Televisão a ampliar a oferta de disciplinas na grade curricular de tal forma que algumas delas, antes consideradas pilares fundamentais da radiofonia, com carga horária significativa, tais como sonoplastia, roteiro e produção radiofônica, perderam espaço para outras mais próximas à criação e produção em novos suportes, nos quais a dualidade áudio/imagem se fundiu; e, regras relativas a cada um deles, tais como definição ideal do enquadramento da imagem e linguagem clara e concisa no áudio, foram colocados em segundo plano. O fundamental é o exotismo, a diferença, o experimental e a ousadia para atrair seguidores.

Devemos estar atentos para os conceitos a respeito de rádios on-line e off-line, definidos por Maria Lígia Trigo de Souza (2002). As emissoras off-line não disponibilizam o som ou veiculam programação na internet; a RMC serve apenas como portal para os ouvintes, eventualmente disponibilizando informações e serviços em texto ou imagens. Elas podem oferecer algum tipo de recurso em áudio, como vinhetas, trilhas ou mesmo músicas, mas não possuem programação específica para a RMC, por falta de estrutura.

Também não retransmitem o conteúdo em tempo real por *streaming*, tecnologia que

possibilita a transmissão de áudio e vídeo pela internet, sem precisar fazer download, ou seja, baixar um arquivo e copiá-lo para o HD do computador.

Elas possuem sua frequência, ou seja, originalmente existem no dial. A manutenção de um site, mesmo que sem veicular seu áudio para outros públicos, garante uma presença inicial na RMC e serve para divulgar o nome da emissora, sua proposta e, claro, oferecer serviços para os internautas.

As emissoras on-line disponibilizam sua programação na RMC em tempo real. No caso de emissoras com existência anterior no dial e que além de seu sinal normal buscam desenvolver uma programação específica para a web, devemos pensar em uma hibridização de meios, quer pela combinação deles, pelo condicionamento estabelecido pela mudança de suporte ou pelas características da nova mídia.

Há dois tipos de rádios on-line: 1. emissoras que transmitem sua programação em frequências e utilizam a internet como extensão, com propostas de conteúdos específicos para a rede; 2. emissoras pensadas e que só existem no contexto da internet, são as chamadas rádios *internet-only*, *webradio*, *netradio*, *rádios virtuais*.

Jornais, revistas e demais empresas de mídias tradicionais também têm apostado na utilização das *radioweb*, pela possibilidade de ser mais um canal de informação com outras possibilidades de exibição de conteúdo. Desta forma, as mídias tradicionais ganham muito mais espaço para estender a programação e interagir com seu público.

A internet está servindo como cobaia no processo de transição das rádios e TV analógicas para digitais. Ele serve como teste para as emissoras nas formas de interatividade que advirão dessa mudança.

Luiz Arthur Ferrareto (2008) aponta a subutilização do som como característica das emissoras de rádio na internet, por trabalharem com uma interface hipertextual, com predominância de textos e imagens e a disponibilização de transcrições das entrevistas em emissoras de rádio on-line, enquanto o mais simples seria disponibilizar a própria entrevista em áudio para que o ouvinte pudesse baixar por *podcasting*.

Muitas emissoras já se atentaram para essa possibilidade e disponibilizam não apenas o áudio, como também conteúdos audiovisuais do próprio estúdio de rádio, enquanto a programação é veiculada.

Como é natural em toda fase de transição, há divergência de opinião em relação ao futuro das emissoras de rádio diante do ciberespaço. O jornalista Heródoto Barbeiro (2001, p. 34) profetizou a morte da estrutura radiofônica no início do século XXI ao afirmar que “com o advento da Internet, os aparelhos de rádio passarão para o computador. É nele que as atuais emissoras de rádio e TV vão ser ouvidas e assistidas”.

Isso não aconteceu e temos emissoras migrando para o sistema digital e outras já transmitindo integralmente nesse sistema, que permanecem no dial, com extensão para diversas plataformas, mas com predominância do som (BARBEIRO, 2001).

Os celulares, em suas constantes atualizações, têm se transformado como uma forte tendência na escuta de emissoras de rádio, de forma similar aos antigos radinhos de pilha. Daniel Marques (2010) mostra por meio da pesquisa realizada em Salvador no ano de 2009, quantificada no relatório *Ouvintes de rádio: perfil, hábito e preferências*, da Potencial Pesquisas, que 15,3% da audiência de rádio na cidade já ouvia sua emissora preferida pelo celular. Com certeza, este índice já foi ultrapassado, pois é uma tendência em contínuo crescimento.

O acesso do rádio pelo celular, pela diversidade de características dos usuários nesta mídia, mostra que é necessário adequar o processo de criação de programas, o tempo da e a própria programação para esse novo público, mais seletivo e inconstante. Luiz Ferrareto, em depoimento a Daniel Marques (2010, p. 7), chama a atenção para outro dado fundamental: “com o celular à mão, o ouvinte passou também a produzir informação e enviar às rádios”.

Isto exige um novo pensamento na produção dos programas quanto à sua estrutura, em particular no aspecto da interação. O ouvinte, com informações inéditas direto das cenas dos acontecimentos, deve ter prioridade em relação a estruturas engessadas, e entrar no ar no momento de sua ligação. Isto resulta em programas mais flexíveis e na necessidade de locutores com amplas possibilidades de improvisação.

Como a segmentação continua a ser fator determinante para a fidelidade do ouvinte, a interação e a convergência são definidas em função dessa fidelização. Tendo o jovem como público-alvo desta nova forma de recepção, é preciso investir

em novas formas de fazer um rádio direcionado e incentivador na colaboração do ouvinte/usuário/produtor.

Cinthia D'Auria (2008), diretora de atendimento da área de pesquisa customizada de mídia, conteúdo e tecnologia da Ipsos Marplan Media CT, em parceria com o Grupo de Profissionais de Rádio de São Paulo, realizou uma pesquisa qualitativa com profissionais de agências de publicidade a respeito das características do rádio e das perspectivas futuras junto ao mercado publicitário, considerando o contexto de transformação das mídias e de seus consumidores e, segundo Bufarah (2009, p. 8), chegou à seguinte conclusão:

O material levado ao ouvinte através de vários suportes (AM, FM, celulares, MP3/4 e 5, players, Internet, Internet móvel, games *on line*, etc.) também poderão ser acessados em formato *on demand*, *podcast*, programa de compartilhamento de músicas, comunidades de rádios levando à criação de ouvintes-produtores de conteúdo interagindo diretamente com a emissora e com outros ouvintes [sic.]. Com isso, o modelo de negócios estabelecido no mercado de radiodifusão brasileiro e mundial terá de ser repensado e alterado para atender às novas demandas desse ouvinte-usuário.

De qualquer forma, o rádio continuará existindo independentemente dos novos formatos, se souber se adaptar às mudanças decorrentes das novas tecnologias da informação, segundo teóricos como Eduardo Meditsch (2001, p. 229):

Se não for feito de som não é rádio,
se tiver imagem junto não é mais rádio,

se não emitir em tempo real [...] é fonografia, também não é rádio. É uma definição radical, mas permite entender que o rádio continua rádio (como meio de comunicação) mesmo quando não transmitido por ondas de radiofrequência. E permite distinguir uma web rádio (em que ouvir som basta) de um site sobre rádio (que pode incluir transmissão de rádio) ou de um site fonográfico. Minha aposta é que o rádio assim definido – um meio de comunicação que transmite informação sonora, invisível, em tempo real – vai continuar existindo, na era da Internet e até depois dela, e irá se aperfeiçoando pelas novas tecnologias, que estão por aí e inda por vir, sem deixar de ser o que é.

Devemos considerar, a partir da tendência atual de ouvirmos rádio pela internet, que as distâncias geográficas passam a não ter mais importância, inserindo-se assim o rádio no contexto global de aniquilamento do espaço pelo tempo. Uma guerra travada no outro lado do planeta é transmitida em tempo real, como se estivesse acontecendo à nossa frente. Neste contexto, é aplicado o conceito da desterritorialização, a partir do qual fazemos parte do espaço planeta Terra, sem fronteiras.

Outro aspecto fundamental diz respeito às possibilidades de conteúdos, pois o rádio deixa de ser um meio de comunicação exclusivamente sonoro, invisível e que emite som em tempo real (MEDITSCH, 2001). Novas possibilidades, como programação por demanda, *podcasts* e gravações em vídeo do estúdio de rádio são outras formas de conteúdo que o rádio expande para a RMC, já presentes nos portais das grandes emissoras do país.

Com os suportes tecnológicos que possibilitam as pessoas registrarem conteúdos em áudio e audiovisual de pequenos celulares e transmitirem em tempo real pelo sistema *wireless*, rede de computadores sem a necessidade do uso de cabos ou fios, a internet pode ser tão ou até mais imediata que o rádio, que perde o status neste quesito.

Letícia de Oliveira Fernandes Silva (2009) escreve sobre o uso da internet no site da rádio Jovem Pan FM de São Paulo, criado em 2000, com cerca de 60 milhões de visualizações por mês. Por meio de seu endereço eletrônico¹, observamos que se trata de uma emissora on-line. Links e *hot-sites* possibilitam o acesso à TV do Portal Vírgula, aos blogs dos locutores e membros do programa Pânico e às informações sobre o mundo do entretenimento.

O site apresenta as atrações: 1. Informação: sobre a equipe, locutores, paradas, lançamentos e o cenário musical e entretenimento; 2. Banco de áudio: com músicas para ouvir e comprar, programas e paradas, com a possibilidade de o usuário optar por uma programação própria; 3. Transmissão da programação ao vivo: por meio de Internet; 4. Vídeos: com entrevistas diárias, shows e clipes diversos.

Ao entrarmos na *homepage* da emissora, encontramos em sua parte superior os links, conexões de um recurso da web para outro, que funcionam a partir de duas extremidades, denominadas âncoras. A conexão é iniciada na âncora fonte para a âncora destino, que pode ser qualquer um dos recursos

da internet, como imagem, videoclipe, slogan, programa, documento etc.

Os links da emissora funcionam como guias para o usuário navegar, e estão divididos em: 1. Entretenimento: inclui agenda de eventos (cinema, teatro e shows) da cidade São Paulo, promoções da emissora, interatividade (o ouvinte pode solicitar músicas que deseja ouvir na Jovem Pan), e o “Fique ligado” – link direto com os blogs, Twitter e sites oficiais dos membros do Pânico; 2. Música: com artigos sobre as novidades musicais e a possibilidade de ouvir quantas vezes quiser a “conexão Pan”, quadro sobre o mundo do entretenimento musical; 3. Na balada: espaço com promoções e conteúdo interativo reservado para os interessados na noite paulistana; 4. Na Pan: informações sobre novidades e bastidores musicais; 5. Pânico: com vídeos, entrevistas e programas gravados no “Semana em Pânico”; 6. Programação: informativo com a grade de programação semanal; 7. Promoção: informa as promoções da emissora; e 8. TV: sobre o programa Pânico, segundo dados obtidos em Silva (2009).

Ao navegarmos no site da rádio Jovem Pan FM de São Paulo, comprovamos que, neste caso, a mídia radiofônica deixou de ser apenas sonora. Temos a sensação de estarmos em um ambiente imagético que utiliza muitas cores, fotografias, áudios e vídeos, com soluções que nos levam a acreditar que a emissora tem a participação de profissionais de design, de vídeo e de outras plataformas sonoras e imagéticas em seu quadro de funcionários, pois a produção do site é interna. Esta análise comprova a fase de transição que o rádio enquanto meio atravessa.

1 Disponível em: www.jovempanfm.com.br. Acesso em: 15 jun. 2020.

Letícia Silva (2009, p. 32) afirma que o ouvinte tem participação ativa neste novo formato, atuando como usuário consumidor que pode opinar na estrutura da grade de programação da emissora:

Em um processo de intercâmbio através dos fóruns de discussão, salas de bate papo, correio eletrônico, votações, comentário de notícias etc., os recursos multimidiáticos possibilitam a interação do público com a estação e vice-versa, transformando o papel do ouvinte, que passa a fazer parte da construção dos programas e coprodutor da comunicação.

A veiculação musical

Paralelamente ao desdobramento do rádio para outros objetos midiáticos, vemos uma nova situação sobre seu domínio em relação à informação e à veiculação musical. A influência dos novos suportes possibilita uma análise na mudança de gosto nos ouvintes e novas oportunidades para os músicos. Frith (2006, p. 59-60) deixa claras as novas relações resultantes dos avanços tecnológicos.

A terceira revolução, a atual, está relacionada ao desenvolvimento e à aplicação da tecnologia digital ao universo musical. Essa tecnologia amplia a definição de proprietário de um produto musical – desde a obra em si (partitura), passando pela interpretação (disco), bem como pelos sons empregados (a informação digital) – e as possibilidades de roubo e pirataria. Além disso, ao mudar

a composição digital desde a criação até o processamento – tornando o ato de criação musical uma prática multimídia –, intensifica a crise da noção de autoria, tornando mais difícil distinguir os papéis de músico e engenheiro, ou mesmo de criador e consumidor. Esta tecnologia afeta também a circulação e comercialização, produzindo o fenômeno da “desintermediação” (facilitando o contato direto do músico com o público).

Nair Prata (2012, p. 44-45) complementa, afirmando a independência dos artistas em relação à indústria fonográfica:

A radiofonia sempre foi o meio tradicional para divulgação dos artistas e suas canções. Com a internet, porém, os músicos estão criando e distribuindo suas obras numa relação de independência com a indústria fonográfica que vê, a cada dia, surgirem novos selos virtuais. Este movimento está determinando, inclusive, o fim do CD, já que boa parte da produção musical da maioria dos artistas pode ser facilmente baixada da web por download pirata ou via pagamento.

Neste novo processo, as grandes produtoras perderam seu monopólio na distribuição musical. Herschmann (2010, p. 169) afirma que,

analisando as estratégias desenvolvidas pelas *majors* nas últimas décadas – é que para obterem êxito ou menos fracasso, elas vêm estabelecendo parcerias com as *indies*, a mídia, formadores de opinião e fãs. Se, por um lado, constantemente nos deparamos com matérias jornalísticas que nos lembram que há uma crise da indústria da música, por outro, é

possível constatar sem muito esforço que a música – ao vivo e gravada – é onipresente no cotidiano da sociedade contemporânea. Atualmente, a música gravada, em especial, acentuou sua capilaridade na vida social, e crescentemente vem sendo veiculada nos mais diferentes suportes analógicos e digitais, sendo comercializada não apenas como produto final, mas também como insumo para a composição de mercadorias ou na forma de produtos e serviços que são oferecidos direta e indiretamente aos consumidores.

Como as *majors*, gravadoras multinacionais de grande porte, que dominam 70% do mercado fonográfico mundial, divididos entre a Universal, a Warner, a EMI e a Sony-BMG, e as *indies*, gravadoras de médio e pequeno porte, também denominadas independentes, trabalham em parceria, na qual estas “descobrem” os novos artistas e as *majors* assumem aqueles “que tem potencial para fazer sucesso em uma escala massiva, (o que significa um amplo controle e exploração, por parte dessas empresas, das etapas de promoção, difusão e comercialização)” (HERSCHMANN, 2010, p. 170).

Um perigo que vem sendo apontado por estudiosos e profissionais da indústria fonográfica é a pirataria, que alterou a lógica do mercado e da distribuição de CDs, cuja queda na vendagem foi da ordem de 50% em um semestre, conforme afirmação de Aloysio Reis (EMI/Virgin). Esse novo cenário obrigou as *majors* a repensar todo o processo de distribuição de música pela internet (SANCHES, 2001; BALLOUSSIER, 2009).

As redes sociais de informação e a música

É fundamental incluirmos o advento das mídias sociais no processo de criação e veiculação musical. A música apoderou-se dos espaços virtuais conectados, fato que motivou os internautas a explorar as RSI, agrupamentos sociais on-line caracterizados por interesses comuns e que possibilitam o estabelecimento de relacionamentos interpessoais por meio das mídias digitais, como o Facebook, o Twitter e o LinkedIn, entre outras, para apreciação e promoção de novos artistas.

Nas mídias digitais são criadas subculturas, nas quais as pessoas compartilham dos mesmos gostos, crenças, valores, códigos e ideias e podem espalhar sua cultura para outros indivíduos conectados às RSI. Dessa maneira, elas alavancam o trabalho de novos artistas no cenário musical, pois integrantes da subcultura virtual, com a qual o artista se afina, partilham sua produção musical. Assim, o artista se populariza conforme outras subculturas virtuais compartilham os valores de melodia e estilo musical de sua subcultura.

Atualmente na cadeia produtiva musical, que compreende o ciclo da pré-produção (criação da música), da produção (gravação), pós-produção (*mixagem* e *masterização*), da divulgação (apresentação do produto), da distribuição (disponibilização no mercado) e da comercialização (consumo), existe uma intensa utilização das tecnologias.

O consumo musical e a consequente popularização de novos talentos, que antes

era determinado em ciclos temporais prolongados, hoje, potencializado e difundido nos diversos espaços digitais conectados, como as RSI, passa a ser determinado pela disseminação em rede, que pode alcançar grandes proporções em questão de minutos. Para Lévy (2010, p. 141),

A dinâmica da música popular mundial é uma ilustração do universal sem totalidade. Universal pela difusão de uma música e de uma audição planetárias; sem totalidade, já que os estilos mundiais são múltiplos, em via de transformação e de renovação constantes.

A facilitação no processo da produção musical em um estúdio digital comandado por um computador pessoal resultou na multiplicidade de gêneros e estilos musicais e de artistas na era digital.

Para realizar esse processo de produção, é necessário um sequenciador para a composição, *sampler* para a digitalização do som, programas de mixagem e arranjo e sintetizador, que cria sons com base em instruções. Consequentemente, o artista controla o conjunto da cadeia de produção musical e expõe seus produtos nas RSI, quando, onde e como quer, segundo as suas potencialidades técnicas e digitais (LÉVY, 2010).

Isso tem levado os artistas que produzem e circulam fora do eixo São Paulo/Rio de Janeiro a construir estúdios em suas cidades, descentralizando a produção física da indústria fonográfica. “Jovens artistas [...] investem cada vez mais em aparelhos e capacitação profissional para oferecer gravações, mixagens e produções de alta qualidade [...], com o intuito de diminuir a

procura por estes serviços em outros estados” (SANCHES, 2003).

A recepção é imediata e circula rapidamente entre os diversos grupos sociais virtuais. Dessa forma, “cada músico ou grupo de música funciona como um operador em um fluxo em transformação permanente em uma rede cíclica de cooperadores” (LÉVY, 2010, p. 144).

Portanto, o músico é transformado em ator principal na produção e veiculação de sua composição musical, e os ouvintes, elementos dos agrupamentos sociais virtuais, identificam-se com o trabalho do artista presente na sua subcultura virtual.

Do músico, não se espera que apenas componha e/ou execute música, além de marcar presença no rádio e TV divulgando seu trabalho. Os ouvintes o procuram no Twitter, Facebook e outras redes sociais, acompanham suas publicações em blogs e sites; se apropriam da sua música em vídeos amadores e manipulações sonoras como remixes, *mashups* ou simplesmente incorporando seus fonogramas em páginas pessoais ou disponibilizando suas gravações em sistemas p2p ou plataformas de compartilhamento (LIMA, 2011, p. 14).

Os músicos devem fidelizar os ouvintes, importantes catalisadores no processo de divulgação. Lima (2011) afirma que a popularização do acesso à banda larga permitiu a facilidade no compartilhamento de arquivos de vídeo e áudio e, juntamente com ações promovidas pelos músicos nas RSI, seu trabalho tende a ficar mais conhecido.

Para prolongar a relação com os fãs, o artista deve ter um blog, com uma página atrativa, na qual deve divulgar novos trabalhos e shows, lançar videocliques, disponibilizar as letras das músicas e as mais diversas possibilidades de interação, que são quase infinitas.

Enfim, deve manter os fãs interessados em acompanhar constantemente suas atualizações. Apenas disponibilizar um álbum no ciberespaço não garante o sucesso. É preciso criar maneiras “de chamar atenção” do consumidor. Lembramos que somente no MySpace há mais de cinco milhões de bandas disputando espaço nas mídias digitais, conforme destaca Pinheiro (2009).

A disseminação das obras pelos artistas nas RSI e da pirataria no mundo inteiro, sobretudo após a popularização do MP3, leva Herschmann a acreditar que elas são uma resposta do público que não aceita pagar o montante exigido pelos fonogramas distribuídos pelas *majors*.

A música gravada, portanto, parece ter perdido valor, e a indústria até o momento tenta de alguma forma reagir a esta situação e sair da “crise”, adotando estratégias de intensa repressão aos sites peer-to-peer (P2P), que oferecem trocas e downloads gratuitos de música, e ao mercado ilegal de venda de CDs – aliadas ao emprego de ferramentas de controle de circulação e reprodução dos fonogramas, oferecidas pelas novas tecnologias. Apesar dos esforços das gravadoras em mobilizar diversas entidades em vários países, o mercado ilegal de música continua a crescer: estima-se que de cada três CDs vendidos no mundo um é pirata, totalizando, em 2004, aproximadamente

1,2 bilhão de unidades. No caso dos downloads gratuitos, o levantamento é muito impreciso, mas trabalha-se com a estimativa de que, em 2004, existiam 870 milhões de arquivos de música circulando na Internet [...]. Ao mesmo tempo, de acordo com a IFPI, o Brasil figura entre os países que mais praticam a pirataria no mundo (está na categoria daqueles países em que a atuação ilegal já domina mais do que 50% do mercado), o que tem levado diversas entidades a se empenharem em minimizar este quadro. Curiosamente, mesmo as bandas e os cantores não parecem se opor muito a que a pirataria seja praticada (HERSCHMANN, 2010, p. 174-175).

Isto ocorre porque eles sabem que a RMC é fundamental para que sua obra fique conhecida e também porque ao tornarem conhecidas suas músicas, o público vai a seus shows, que é o que realmente dá lucro nos dias de hoje. Artistas, como Caetano Veloso, mantêm uma agenda de shows, mas espaçam cada vez mais o lançamento de CDs. Algumas gravadoras já inserem como cláusula obrigatória nos contratos a participação dos artistas também nos shows.

Outra forma de divulgação aberta ocorre com a Banda Calypso. O grupo nunca assinou um contrato com companhia discográfica, e graças a essa independência consegue vender milhões de discos a um preço extremamente baixo.

A própria banda incentiva a venda de seus CDs e DVDs nas ruas (9 milhões de CDs e 2 milhões de DVDs veiculados a partir de 1999), em um processo em que “pirateia os próprios discos. Os vendedores que correm ruas e praias do Norte-Nordeste com

sistemas de som armados sobre carrinhos estimulam o público a ir aos seus shows, que são onde de fato Joelma e Chimbinha ganham a vida” (DAPIEVE, 2009, p. 33).

Em particular, artistas e bandas independentes, em início de carreira, que não possuem vínculo com grandes patrocínios e/ou gravadoras e assumem o comando das despesas de seu trabalho, desde a produção até a distribuição de suas músicas, usam a internet como meio de divulgação.

Basta criar uma página gratuita e fazer upload de suas músicas, utilizando sites como MySpace, Trama Virtual, Palco MP3, Bandas de Garagem, Last FM, entre outros. Nestes sites, o próprio cantor, ou grupo, é responsável por todo o material e formas de divulgação. O melhor é que o link pode ser divulgado por toda a RMC.

Muitos optam pela inserção de vídeos de suas apresentações ao vivo e cantando em casa no YouTube. O site Trama Virtual lançou o projeto Download Remunerado, cuja mecânica consiste no pagamento aos artistas de acordo com o número de downloads de suas faixas, cerca de R\$ 0,10 por download, dinheiro investido por patrocinadores como a Volkswagen, Kildare e ABN Amro.

Além dessas páginas e perfis das RSI, aumenta cada vez mais o número de rádios na internet que tocam somente músicas independentes, a exemplo da 100 jabá Web Rádio. Nestes sites encontram-se todos os estilos musicais, sem restrição quanto a gênero ou segmentação.

Nesse contexto, as rádios perderam seu monopólio de divulgação musical.

O chamado “jabá”, depois substituído pelo “contrato de veiculação” perde espaço para a veiculação das músicas na internet, uma vez que nesta não é preciso pagar para que suas canções se transformem em sucesso, ainda que em determinada fase da carreira, todos os artistas precisem pagar o jabá (SANCHES; MATTOS, 2003).

Um dos exemplos mais significativos é Mallu Magalhães. Em 2007, ao completar 15 anos, recebeu R\$1.500,00, que usou para gravar quatro canções de sua autoria em inglês e colocou em um perfil na rede social MySpace. Em seis meses registrou mais de 850 mil acessos às suas músicas e em três meses teve mais de 1 milhão de visitas no seu perfil.

Em janeiro de 2008, Mallu Magalhães abriu o show do grupo mato-grossense Vanguard em São Paulo. Impulsionada por jornalistas presentes no show, “ganhou destaque nos principais jornais, revistas e sites noticiosos do país” (ANTENORE, 2008, p. 73).

Saiu do anonimato para a fama em curto espaço de tempo, sendo convidada para tocar em festivais de música independente, como o Jambolada, Eletronika, MADA, Coquetel Molotov, Gig Rock e o Planeta Terra, de cunho comercial. Então, recebeu propostas para gravar um álbum de estreia das transnacionais Warner, EMI, Sony-BMG, Universal e o selo independente brasileiro Deckdisc, mas não aceitou (ANTENORE, 2008).

Ela optou por seguir um caminho próprio, gravando e divulgando suas músicas de forma independente. Produziu um CD, editando ela própria as composições e fechou

um acordo com a operadora de telefonia móvel Vivo, disponibilizando as faixas do álbum *Mallu Magalhães* para os usuários do sistema. Em 20 de outubro de 2008, o jornal *Folha de S. Paulo* noticiou o acordo.

a cantora lançou seu primeiro disco em uma ação de marketing com uma operadora de celular, que está vendendo cada faixa por R\$1,99 em seu site. Além disso, cinco modelos de telefone estão sendo lançados com o álbum completo armazenado na memória. Em novembro, o CD chega às lojas (ESPINELLI, 2008).

É interessante observar que, ao lado dessa estratégia, ela fez circular um CD de forma tradicional. A Vivo ainda utilizou uma das canções como trilha sonora de um comercial de telefones pré-pagos.

Em 2009, lançou um novo CD vinculado à Sony Music, em parceria com a gravadora independente Agência de Música, que havia produzido seus discos. Ou seja, a cantora partiu de uma produção independente para, após ser reconhecida, ingressar no sistema tradicional de divulgação. O grupo Autoramas e a banda Cansei de Ser Sexy (CSS) também utilizaram a internet no início da carreira.

O radialista, crítico musical e pesquisador Fabian Décio Chacur (2001) cita o exemplo de vários artistas e grupos que se valeram da veiculação musical na internet para alavancar suas carreiras.

Ao disponibilizar uma composição ou disco na internet, evitam a intermediação. Outros tipos de comércio direto entre artistas, tais como vendas em sites próprios, na porta de shows e consórcio

de ouvintes, entre outros, também têm se mostrado muito viáveis.

O lançamento do sétimo CD do grupo Radiohead, *In Rainbows*, comprovou mudanças radicais na forma de comercialização ao disponibilizar o disco inteiro em sua página na internet, com diversas opções de preço e kits. “O fã poderia pagar o que quisesse, a partir de nada. Se, no entanto, pagasse 40 libras (cerca de R\$ 130,00 hoje), recebia em casa uma edição especial com *In Rainbows* em CD e em dois LPs de 45 rpm, mais um CD de faixas-bônus e dois encartes” (DAPIEVE, 2009, p. 28).

A possibilidade de venda direta, sem a cara intermediação da gravadora, aliada à questão de servir como teste de aceitação da música por parte dos internautas, aponta para novas possibilidades de veiculação, muito mais lucrativas. Alguns compositores, a exemplo de Leoni, no Brasil, têm lançado regularmente suas composições em seus sites. Se bem aceitas, vão fazer parte do novo CD. A opção de anexar faixas interativas e jogos de realidade virtual tornam a internet ainda mais atrativa.

Considerações finais

A partir da década de 1990, o rádio ampliou sua capacidade de armazenamento de informação e de transmissão em outros objetos midiático-tecnológicos, como celulares e computadores, nos quais já é possível o acesso pela internet, com interação e comunicação ativa em termos de sistemas de comunicação. Ocorre uma

convergência desses sistemas, em uma rede global que adapta qualquer interface ou linguagem.

Isso se mostra uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento do rádio, que permite a transmissão de som, ao vivo ou gravado, com baixo custo, podendo ser transmitido de qualquer parte para qualquer parte do planeta. A internet propõe assim uma democracia virtual que não podemos ter no ambiente real. E vai além, pois permite a qualquer indivíduo com um conhecimento técnico básico em web construir, independente de autorização estatal, uma interface virtual radiofônica, com acoplamento de conteúdos do tipo texto e imagem.

São as possibilidades de acesso e a facilidade que o indivíduo tem para construir um meio independente que faz esse universo da tecnologia da informação e da comunicação ser extraordinário. A estrutura de produção não deixa de ser fundamental para a qualidade dos programas. A mesma configuração é usada para construção, edição e veiculação.

Muitos autores defendem que o rádio está em extinção. Porém, a prática aponta para o percurso de que a internet vem para agregar possibilidades, viabilizando novas formas de transmissão e recepção. Alguns radialistas defendem a manutenção de arquivos físicos como forma de preservação histórica, a exemplo de Márcio de Paula, coordenador do Núcleo de Pesquisa Fonográfica e da Discoteca da Rádio Gazeta (ARTUNI; BASÍLIO, 2019).

Entre as desvantagens, citamos a pirataria descontrolada que vagueia por

esse meio, com poucas expectativas de descobrir de onde vem determinada rádio pirata dentro do espaço virtual; e, também, a perda de imaginação que as pessoas têm em relação ao rádio analógico. Por não haver imagem pronta, a imaginação ficava por conta do ouvinte. Com as rádios digitais, as imagens são produzidas e transmitidas de forma engessada.

Para os compositores, intérpretes e produtores musicais, a internet, e particularmente a *radioweb*, mostrou ser um terreno fértil e democrático, no qual todos podem expor seu trabalho, sem as rígidas regras impostas pelas gravadoras. Para obter sucesso, dependem exclusivamente da aceitação dos usuários/receptores/produtores. O velho tripé produção-veiculação-comercialização intermediado por uma gravadora tornou-se extremamente caro, fora das possibilidades financeiras de quem inicia uma carreira.

Por outro lado, a internet facilitou o acesso, democratizou a produção e a troca de informações. Utilizando as ferramentas adequadas, o artista pode disponibilizar suas músicas gratuitamente para serem compartilhadas com todos os demais usuários, sem ter que pagar os custos fixos para as gravadoras e os custos móveis para as mídias massivas e as RSI têm se mostrado o espaço ideal para estabelecer a ligação entre ele e o consumidor.

Houve uma mudança nos paradigmas sociais e comerciais nas RSI utilizadas pelas bandas de MPB, na interação entre ouvir, gostar e comprar. Esse processo torna o fã tanto um consumidor, quanto um divulgador das bandas. Logo, nas RSI, a divulgação e a veiculação se retroalimentam.

Nos dias de hoje, com a pandemia e a consequente quarentena, sem possibilidade de realização de shows ao vivo, os artistas e empresários estão se valendo das lives, em uma nova construção simbólica da música como fator de reconexão social, de uma “aproximação” virtual com os vizinhos por meio da performance caseira. Vários artistas já começam a discutir a questão de como “vender” suas lives (LIVES..., 2020). Esse novo espaço de resignificação pode ser outra possibilidade de monetarização, forçando a indústria fonográfica e as mídias a repensar todo o processo da veiculação musical no espaço virtual. ■

[**MARCOS JÚLIO SERGL**]

Pós-Doutor em Comunicações pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro (Unisa).
E-mail: mj.sergl@uol.com.br

[**KAREN HELENA BUENO LANFRANCHI**]

Mestre pelo Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro (Unisa).
E-mail: khbueno@yahoo.com.br

Referências

ANTENORE, Armando. Revolucionária aos 16 anos. **Bravo**, São Paulo, n. 134, p. 73-78, 2008.

ARTUNI, Henrique; BASÍLIO, Larissa. Chega de saudade: acervo da Rádio Gazeta, um dos mais completos do country, preservar preciosidades da indústria fonográfica. **Cáspes**, n. 28, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2N1CX6K>. Acesso em: 3 jun. 2020.

ÁVILA, Renato Nogueira Perez. **Streaming**: aprenda a criar e instalar sua rádio ou tv na Internet. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.

BALLOUSSIER, Anna Virgínia. Pirataria vs. Indústria: quem dá mais? **Rolling Stones**, São Paulo, 12 dez. 2009, 14:35. Disponível em: <https://bit.ly/2Y5i8xB>. Acesso em: 3 jun. 2020.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de radiojornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BUFARAH JUNIOR, Álvaro. Rádio na internet: convergência de possibilidades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica, 2003. p. 1-15.

BUFARAH JUNIOR, Álvaro. O rádio diante das novas tecnologias de comunicação: uma nova forma de gestão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., 2009. **Anais** [...]. Curitiba: Universidade Positivo, 2009. p. 1-15.

CHACUR, Fábio Décio. **Os ídolos do pop/rock**. São Paulo: Event, 2001.

DAPIEVE, Arthur. Qual o futuro da música? **Bravo**, São Paulo, v. 11, n. 139, p. 35-50, 2009.

D'AURIA, Cinthia. **Pesquisa nas ondas do rádio**. São Paulo: Instituto Ipsos Marplan, 2008.

DELARBRE, Raúl Trejo. Internet como expressão e extensão do espaço público. **Matrizes**, São Paulo, ano 2, n. 2, p. 71-92, 2009.

ESPINELLI, Daniela. Aos 16, Mallu Magalhães estréia disco como adulta. **Uol**, São Paulo, 20 out. 2008, 8:36. Disponível em: <https://bit.ly/2Y6aPWp>. Acesso em: 7 jun. 2010.

FERRARETTO, Luiz Arthur. Desafios da radiodifusão sonora na convergência multimídia: o segmento musical jovem. **Conexão**, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 147-156, 2008.

FRITH, Simon. La industria de la música popular. In: FRITH, Simon; STRAW, Will; STREET, John (org.). **La otra historia del rock**. Barcelona: Robinbook, 2006. p. 53-86.

HERSCHMANN, Micael. Revalorização da música ao vivo e reestruturação da indústria da música. In: GUERRINI JUNIOR, Irineu; VICENTE, Eduardo. **Na trilha do disco**: relatos sobre a indústria fonográfica no Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2010. p. 165-180.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

LIMA, Tatiana Rodrigues. Redes sociais e circulação musical. In: SIMPÓSIO EM TECNOLOGIAS DIGITAIS E SOCIABILIDADE, 2011, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011. p. 1-15. Disponível em: <https://bit.ly/2CaN9aZ>. Acesso em: 30 mar. 2020.

LIVES de hoje: Dennis DJ, Michel Teló, Skank, David Guetta e mais shows para ver em casa. **G1**, Rio de Janeiro, 30 maio 2020, 00:01. Disponível em: <https://glo.bo/2AGp9fx>. Acesso em: 3. jun. 2020.

MARQUES, Daniel. Ouvintes utilizam cada vez mais o celular para sintonizar suas rádios preferidas. **A Tarde**, Salvador, 7 jul. 2010. Caderno 2, p. 7.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais**: linguagens, ambientes, redes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MEDITSCH, Eduardo. **O rádio na era da informação**. Florianópolis: Insular, 2001.

PINHEIRO, Duda; GULLO, José. **Comunicação integrada de marketing**: gestão de elementos suportes às estratégias de marketing e de negócios de empresa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PRATA, Nair. A web rádio e a geração digital. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO, 2009, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Universidade Positivo, 2009. p. 1-15.

PRATA, Nair. **WEBradio**: novos gêneros, novas formas de interação. Florianópolis: Insular, 2012.

SANCHES, Marcelo. Músicos investem em estúdios e produção musical em Campo Grande. **Primeira Notícia**, Campo Grande, 16 jul. 2013, 18:49. Disponível em: <https://bit.ly/2zD6ErP>. Acesso em: 3. jun. 2020.

SANCHES, Pedro Alexandre. Indústria fonográfica reclama da pirataria e prevê extinção do mercado. **Folha de São Paulo**. 25 jul. 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3etmVyH>. Acesso em: 3 jun. 2020.

SANCHES, Pedro Alexandre; MATTOS, Laura. O preço do sucesso. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 21 maio 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3hBZipB>. Acesso em: 3. jun. 2020.

SANTAELLA, Lúcia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais**: a cognição conectiva do Twitter. São Paulo: Paulus, 2010.

SILVA, Letícia de Oliveira Fernandes. **As extensões das emissoras de rádio na Internet**. 2009. Trabalho de Conclusão (Graduação em Rádio e TV) – Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação, São Paulo, 2009.

SIROTSKY, Nelson. Convergência das mídias e o futuro dos veículos. **ESPM**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 45-50, 2006.

SOUZA, Lígia Maria Trigo de. Rádios.Internet.br: o rádio que caiu na rede... **Revista USP**, São Paulo, n. 56, p. 92-99, 2002.

TABOADA, Arlete Aparecida. **Radioweb**: outra rádio, diferentes processos de produção, roteirização e edição. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

UM ANO SEM
MARIELLE
FRANCO: MARCAS
NARRATIVAS
NA IMPRENSA
BRASILEIRA

[RELATÓRIO DE PESQUISA]

Gabriela Santos Alves

Universidade Federal do Espírito Santo

Sthefany Duhz Cavaca

Universidade Federal do Espírito Santo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa sobre marcas narrativas em jornais regionais brasileiros de destaque sobre o crime emblemático de Marielle Franco. Tendo o jornalismo como uma das principais ferramentas da sociedade para a garantia da democracia, a questão norteadora do artigo é: quais são as marcas narrativas dos jornais capixabas *A Gazeta* e *A Tribuna* produzidas sobre o caso de Marielle Franco no dia 14 de março de 2019? Pretende-se examinar, por meio da análise crítica de discurso feminista, as marcas narrativas produzidas pelos referidos jornais na data em que o crime completou um ano. Espera-se contribuir para teoria feminista e para a visibilidade da história e memória que se constrói sobre a vereadora na imprensa brasileira.

Palavras-chave: Marielle Franco. Representatividade. Marcas Narrativas. Jornalismo. Análise Crítica de Discurso Feminista

This work presents partial results from research on narrative marks in prominent Brazilian regional newspapers about the emblematic crime of Marielle Franco. As journalism is one of the society's main tools for ensuring democracy, the guiding question of this article is: what are the narrative marks of the newspapers *A Gazeta* e *A Tribuna* regarding the Marielle Franco's case on March 14, 2019? Based on a feminist speech, this article aims to analyze narrative marks produced by the newspapers *A Gazeta* e *A Tribuna* one year after the crime. Studying the online and printed news on the case we expect to contribute to the feminist theory and also contribute to the visibility, history and memory that have been built on the Brazilian congresswoman.

Keywords: Marielle Franco. Representativeness. Narrative marks. Journalism. Critical Analysis of Feminist Discourse.

Este trabajo presenta los resultados parciales de investigaciones sobre las marcas narrativas en prominentes periódicos regionales brasileños acerca del crimen emblemático de Marielle Franco. Considerando el periodismo como una de las principales herramientas de la sociedad para garantizar la democracia, la pregunta importante del artículo es: ¿cuáles son las marcas narrativas de los periódicos *A Gazeta* y *A Tribuna* producidas sobre el caso de Marielle Franco el 14 de marzo de 2019? El propósito de este artículo es analizar, a partir del análisis crítico del discurso feminista, las marcas narrativas producidas por los mencionados periódicos en la fecha en la cual el crimen ha completado un año. Esperamos contribuir a la teoría feminista y también a la visibilidad de la historia y la memoria que se construye sobre la concejala en la prensa brasileña.

Palabras-clave: Marielle Franco. Representatividad. Marcas Narrativas. Periodismo. Análisis Crítico del Discurso Feminista.

Introdução

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa sobre marcas narrativas a respeito de Marielle Franco na imprensa brasileira e pretende identificar essas marcas em dois jornais regionais capixabas de destaque, *A Gazeta* e *A Tribuna*. Desse modo, examina por meio da análise crítica de discurso feminista¹, as publicações nos jornais impressos e no portal on-line do dia 14 de março de 2019, data em que o assassinato de Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, completou um ano.

Em 2016, Marielle foi eleita vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com 46.502 votos, a quinta maior votação de vereança no município. De acordo com pesquisa da organização Gênero e Número, as vereadoras eleitas no Brasil autodeclaradas pretas somam 328 mulheres, representando 0,6% do total de 57,8 mil eleitos em 2016; já as pardas somam 2.546 mulheres, 4,4% do total. Juntas, estas mulheres negras representam apenas 5% da vereança no país (MULHERES..., 2018).

Eleita para atuação em 2017-2020, Marielle exerceu a presidência da Comissão da Mulher da Câmara e integrou uma comissão com mais dezessete pessoas, para monitorar a intervenção federal no Rio de Janeiro. Ela foi escolhida como uma

de quatro relatores da comissão, em 28 de fevereiro de 2018, quinze dias antes de seu assassinato (VEREADORA..., 2018).

Quando vence a eleição e ocupa um cargo público e de poder, como de vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco é brutalmente assassinada, em 14 de março de 2018. Já se passaram dois anos do crime político que a levou à morte junto de seu motorista, Anderson Gomes, mas o caso está ainda sem solução. Há muitas divergências, perguntas sem respostas e até o momento são dois os acusados de serem os executores, entretanto ainda não há respostas que levem ao mandante do crime.

O território político-partidário é um espaço de poder, majoritariamente e tradicionalmente ocupado por homens, tendo a participação feminina bem restrita. Hoje, apesar das mulheres constituírem a maioria de eleitores no Brasil, 77 milhões de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 2019), o que corresponde a 52,5% do total de eleitores, 147,5 milhões, não são a maioria representativa em cargos públicos e de poder, como os cargos políticos. Nas Eleições de 2018, por exemplo, do total de eleitores, apenas 9.204 (31%) mulheres concorreram a cargos eletivos. Destas, 290 foram eleitas, o que corresponde a apenas 3,15%. Marielle Franco fazia parte da minoria parlamentar feminina que alcança o território político da sociedade democrática brasileira.

Em contexto mundial, segundo o relatório “Women in national parliaments in 2019”, da União Interparlamentar (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2019), o Brasil ocupa 134^a posição no

¹ A análise crítica de discurso feminista se propõe a questionar as relações desiguais, a discriminação de gênero. Analisar o contexto que faz parte do discurso, as estruturas que perpassam o objeto, as relações de poder, visibilizando também o discurso das minorias, dos sujeitos marginalizados. Sobre essa análise, ver também Freitas e Mendes (2017).

ranking de participação de mulheres no Congresso, tendo 77 mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados, com 513 assentos, e apenas doze para o Senado, com 81 cadeiras. Em porcentagens, equivale a 15% da Câmara dos Deputados e 14,8% do Senado com representação feminina.

Marielle Franco é fruto de um movimento feminista de inserção no território político e luta pelo direito à vida, à representatividade social e à ocupação de espaços negados a mulheres, à população negra, à comunidade LGBT e a tanto grupos vulneráveis e marginalizados historicamente.

Nas sociedades democráticas, como é a brasileira, a imprensa e os veículos de comunicação, de modo geral, são ferramentas que levam informação à população e contribuem para a formação da opinião pública, para a construção da memória e história de um povo. Segundo Marcos Palacios (2010), o jornalismo ocupa um duplo lugar, desde os tempos da Modernidade:

Espaço vivo de produção da Atualidade, lugar de agendamento imediato, e igualmente lugar de memória, produtor de repositórios de registros sistêmicos do cotidiano, para posterior apropriação e (re)construção histórica. E, nesse sentido, pode ser tão importante para a (re)construção histórica aquilo que se publica nos jornais e se diz no rádio e na TV, como aquilo que não se publica, que não se diz: o *dito* e o *interdito* (PALACIOS, 2010, p. 40).

Diante do exposto, a questão norteadora é: quais são as marcas narrativas de jornais regionais capixabas sobre o caso de Marielle Franco publicadas no dia 14

de março de 2019, data em que o crime completou um ano? Nossa hipótese é que, como veículos de informação e ferramentas para a garantia da democracia na sociedade, os jornais constroem seus discursos embasados na diversidade e pluralismo de vozes, temas e perspectivas, elementos importantes para a democracia, como afirma Montipó (2018). Desse modo, temos a expectativa de contribuir para a teoria feminista, bem como para a visibilidade, história e memória que se constrói sobre a vereadora na imprensa brasileira.

Método: identificando e delimitando a pesquisa: territórios de Marielle Franco

“Mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré” era como se descrevia Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco. Mulher negra, bissexual e oriunda da periferia, ela movimentou o território político-partidário e mobilizou debates de questões das minorias sociais nas estruturas de poder. Por essa razão, sofreu uma tentativa de silenciamento de sua voz mediante o crime político. Segundo Angélica Caporal e Fernanda Lima (2018, p. 15), a morte de Marielle Franco foi tanto uma violência aos direitos humanos “quanto para o movimento feminista negro, e para a sociedade democrática que anseia por um novo parâmetro normativo de justiça capaz de garantir a igualdade material e a justiça social”.

O caso de Marielle Franco repercutiu em todos os cantos do Brasil, bem como

mundialmente, o que se deve à representatividade que ela exerceu. Como disserta Caporal e Lima (2018, p. 3), o sujeito político coletivo Marielle Franco representa “toda a população historicamente excluída da política na luta pela concretização dos direitos humanos e fundamentais”.

A representatividade de Marielle, em nome da população vulnerável e invisibiliza, questiona os espaços sociais dados como legítimos e exclusivos de grupos privilegiados, problematizando os territórios políticos, sociais, econômicos, culturais e intelectuais que excluem as minorias que a vereadora se propôs representar. Segundo Caporal e Lima,

Marielle Franco se lançou como vereadora pelo Partido do Socialismo e Liberdade – PSOL no ano de 2016 com intuito de dar voz a toda a população historicamente excluída da política, sua campanha tratava da luta pelo reconhecimento dos espaços de hegemonia, hierarquia e privilégio econômico, político e social, cultural e intelectual, dentre outros campos do poder dos quais usufruem histórica e cotidianamente a voz e o pensamento branco, masculino e eurocêntrico (2018, p. 8).

Para exemplificar a representatividade política da vereadora, vamos demonstrar a seguir alguns projetos de lei de sua autoria apresentados à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Marielle propôs dez projetos hoje leis ordinárias promulgadas no município, dos quais destacamos cinco, que demonstram sua preocupação, reconhecimento e luta pelos direitos da população vulnerável e excluída socialmente.

São elas, conforme o portal da Câmara de Vereadores do Rio:

- Lei nº 6.419, de 13 de novembro de 2018: cria o Programa de Espaço Infantil Noturno (Atendimento à Primeira Infância) no município do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2018b). De autoria de Marielle Franco e Tarcísio Motta (PSOL), institui o programa de acolhimento às crianças no período da noite, enquanto seus responsáveis trabalham ou estudam, pois é essencial, para conquistar igualdade entre homens e mulheres, permitir que mães com dupla jornada continuem seus estudos ou permaneçam em seus empregos. Por meio dessa lei, Marielle atende à demanda de mães cariocas que precisam do acolhimento a seus filhos enquanto estudam e trabalham.
- Lei nº 6.415, de 4 de outubro de 2018: cria a Campanha Permanente de Conscientização e Enfrentamento ao Assédio e Violência Sexual no município do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2018a). A campanha tem seus princípios no artigo 2º, incisos IV e V, que estabelece como dever do poder municipal a garantia dos direitos humanos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, no sentido de resguardá-las de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Além disso, visa assegurar às mulheres condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania,

à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Esses pontos são nitidamente posicionamentos da luta de Marielle Franco.

- Lei nº 6.614, de 13 de junho de 2019: institui a assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda e dá outras providências (RIO DE JANEIRO, 2019c). As pautas sociais e de classes também foram representadas por Marielle, que veio da favela da Maré e considerava fundamentais políticas públicas que atendessem demandas advindas de comunidades. De autoria de Marielle Franco, essa lei foi sancionada pelo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos).
- Lei nº 6.389, de 27 de agosto de 2018: institui o dia 25 de julho no calendário oficial do Rio de Janeiro como o “Dia de Tereza de Benguela e da Mulher Negra” (RIO DE JANEIRO, 2019a). Tereza de Benguela foi líder quilombola durante o século XVIII no Brasil. A pauta feminista foi muito presente na vida política de Franco, principalmente a representatividade do feminismo negro. Essa lei é de autoria de Marielle Franco e foi sancionada pelo prefeito carioca.
- Lei nº 6.394, de 4 de setembro de 2018: cria o Dossiê Mulher Carioca, cujo objetivo é coletar e elaborar estatísticas periódicas sobre as mulheres atendidas pelas políticas públicas do município do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2019b). A luta pela vida das mulheres

era uma pauta diária de Marielle, que trouxe como política pública a coleta, tabulação e análise de dados em que conste qualquer forma de violência que vitime a mulher. O Dossiê Mulher Carioca também foi sancionado pelo prefeito do Rio, Marcelo Crivella.

Método: feminismo e análise crítica do discurso feminista

Nas ações e posicionamentos de Marielle Franco, eram muito presentes ideais feministas como igualdade de gênero, inserção da mulher no mercado de trabalho, medidas de enfrentamento à violência de gênero e, principalmente, contribuições às mulheres negras da sociedade carioca, que era o âmbito em que a vereadora atuava.

Sua prática política estava de acordo com que a cientista política Anne Phillips afirma em sua reflexão acerca da presença feminina e do ideal feminista. Para a autora, o papel político democrático é desempenhado a partir da consistência com o que denomina “política de presença” e das ideias. De acordo com Phillips,

[...] quando a política das ideias é tomada isoladamente do que eu chamarei política de presença, ela não dá conta adequadamente da experiência daqueles grupos sociais que, por virtude de sua raça, etnicidade, religião, gênero, têm sido excluídos do processo democrático. A inclusão política tem sido cada vez mais – eu acredito acertadamente – vista em termos,

o que pode ser concretizada somente por política de presença (PHILLIPS, 1996, p. 146 apud BIROLI; MIGUEL, 2012, p. 276).

Uma sociedade mais democrática, com ampla participação das mulheres, principalmente as negras, era o que Marielle sempre afirmava em seus discursos e atuações políticas. Na ciência política contemporânea, Birolí e Miguel (2014, p. 33) afirmam que “[...] o feminismo mostra, assim, que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática”.

Com o conjunto de representatividades de Marielle e a nossa afinidade enquanto pesquisadoras e feministas, nossa metodologia é resultado de todo esse contexto. Optamos pela análise crítica de discurso feminista por problematizar, principalmente no campo da ciência, o viés masculino hegemônico de produção. A metodologia possui grandes contribuições no campo da Teoria Feminista, justamente por ter “por objetivo inter-relacionar a linguística com as ciências sociais, favorecendo a operacionalização dos discursos das minorias frente à hegemonia branca, burguesa, ocidental e masculina” (GABRIELLI, 2007).

Consideramos o patriarcado² um sistema complexo tão enraizado no sistema

2 Sobre patriarcado, consideramos as contribuições de Bell Hooks, que define patriarcado como o sexismo institucionalizado e leva em consideração fatores de gênero, raças, sociais, culturais, políticos e econômicos. “O sexismo institucionalizado – ou seja, o patriarcado – formou a base da estrutura social americana bem como o imperialismo racial” (HOOKS, 2014, p. 14).

social-político-cultural brasileiro que é posto muitas vezes de forma sutil. Marlise Matos (2015, p. 28) sustenta que

O patriarcado está lá no acúmulo de papéis, de atribuições e de funções das mulheres (que, como vimos, estudam, trabalham e cuidam – praticamente sozinhas – dos afazeres domésticos e de crianças e idosos nas famílias) que torna a jornada da participação e do ativismo político das mulheres de um custo altíssimo para elas (que mesmo assim têm se disposto a “pagar” esse preço, pois o número de mulheres candidatas vem aumentado exponencialmente não longo dos anos, à revelia mesmo de seu insucesso eleitoral).

Matos (2015, p. 28) ainda afirma que o patriarcado também está “nas mentalidades e sensibilidades do eleitorado conservador (homens e mulheres) que julga, além do mais, que as mulheres não estão capacitadas para exercer o poder no país”.

Consideramos importante contextualizar o patriarcado no sistema político e social, para apontarmos também o seu viés no campo da ciência e justificarmos nossa escolha metodológica. A análise crítica de discurso feminista é uma das abordagens que propõe questionar todo o fazer científico masculinizado, trazendo como parte da metodologia a aproximação do sujeito-objeto-contexto. Desse modo, aproxima o pesquisador/ a pesquisadora do objeto e busca entender as relações de poder que envolvem o objeto pesquisado. Assim, propõe-se a questionar as relações desiguais, a discriminação de gênero, analisando todo o contexto que faz parte do discurso,

as estruturas que perpassam o objeto e as relações de poder, e visibilizando também o discurso das minorias, dos sujeitos marginalizados (FREITAS; MENDES, 2017).

Para a análise crítica de discurso feminista das cinco matérias selecionadas, identificamos e analisamos as marcas narrativas que os jornais produziram sobre o caso Marielle Franco no dia em que a morte da vereadora e de seu motorista, Anderson Gomes, completou um ano. Como já afirmamos, nossa hipótese norteadora é que os jornais, como veículos de informação e ferramentas para a garantia da democracia na sociedade, constroem seus discursos embasadas na diversidade e pluralismo de vozes, temas e perspectivas, elementos importantes para a democracia, como afirma Montipó (2018).

Resultados: Marcas narrativas dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* no dia 14 de março de 2019

As matérias foram coletadas manualmente. Pesquisamos em todas as notícias dos portais *A Gazeta* e *A Tribuna* no dia 14 de março de 2019. Conseguimos acesso à versão digital do periódico impresso *A Tribuna*, porém *A Gazeta* não disponibiliza seu acervo gratuitamente. Como a pesquisa é feita de maneira voluntária, sem nenhuma bolsa para a pesquisa, não obtivemos acesso à versão impressa e/ou digital do dia 14 de março de 2019 de *A Gazeta*, mesmo tendo pesquisado em outras fontes, como colegas trabalho e estudos, grupos de pesquisa.

Localizamos cinco matérias com menções a Marielle Franco nos dois jornais: quatro matérias on-line de *A Gazeta*, e uma menção à Marielle Franco no jornal impresso *A Tribuna*. No portal on-line *A Tribuna*, não encontramos nenhuma menção à vereadora, o que de antemão verificamos como um apontamento de posicionamento do jornal em não mencionar e não veicular nenhuma matéria sobre o assunto nesse canal.

Resultados: *A Tribuna*: “Bolsonaro quer rapidez no caso do Ministro”

A notícia localizada do jornal impresso *A Tribuna*, na editoria de política, “Bolsonaro quer rapidez no caso do Ministro” (BOLSONARO..., 2019, p. 28) é sobre questionamentos relacionados ao atual presidente do país, Jair Bolsonaro. Na época, ele e o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, supostamente envolvimento com candidaturas laranja, comentaram sobre Marielle Franco, mudança de embaixadores e o veto a Ilona Szabó a conselho do Ministério da Justiça.

Segundo o jornal, o presidente comentou em café com jornalistas não se lembrar do sargento reformado da Polícia Militar Ronnie Lessa, preso sob suspeita de matar Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. Preso no dia 12 de março, dois dias antes de completar um ano da morte de Marielle, Lessa residia no condomínio do presidente. Na matéria, ele ainda é indagado sobre o seu filho, Jair Renan, ter namorado

pois, apesar de ser a matéria de maior destaque, essa notícia divide espaço com uma coluna do *Estadão* e mais três submatérias relacionadas à política (Figura 1).

[Figura 1]



A única matéria que menciona Marielle contempla pouquíssimo o caso. Não há desdobramentos na editoria de Política nem em qualquer outra do jornal. Não há também uma reportagem especial

ou mesmo uma pequena notícia abordando o crime. Na capa, local de destaque em que jornais escolhem as notícias de maior relevância, não há sequer menção a Marielle, nem mesmo uma nota (Figura 2).

[Figura 2]

Reprodução da capa do jornal A Tribuna, 14 de março de 2019



Fonte: A Tribuna

Entendemos que, no dia anterior, 13 de março de 2019, ocorreu o “massacre de Suzano”, em que dois ex-estudantes da Escola Estadual Professor Raul Brasil atiraram em muitos alunos e mataram cinco estudantes e duas funcionárias da escola. Entretanto, o não destaque na capa do jornal, nem ao menos de uma nota sobre Marielle, aponta marcas narrativas do posicionamento da Rede Tribuna de Comunicações.

Resultados: A Gazeta

Já no jornal on-line A Gazeta foram localizadas reportagens com o foco no caso Marielle Franco, inclusive, o que nos chamou atenção, todas com menção à vereadora na manchete, o que diverge do jornal A Tribuna (Figura 3).

[Figura 3]
Reprodução das manchetes do portal A Gazeta, 14 de março de 2019



Fonte: A Gazeta

Resultados: A Gazeta: “Atos cobram respostas sobre mandante da morte de Marielle e Anderson”

A reportagem “Atos cobram respostas sobre mandante da morte de Marielle e Anderson” menciona manifestações por todo o Brasil e o mundo em favor da memória de Marielle Franco (ATOS..., 2019). Cita também a prisão do policial militar reformado Ronie Lessa e o caso ex-policial militar Êlcio Vieira de Queiroz, suspeito de assassinar a vereadora e seu motorista.

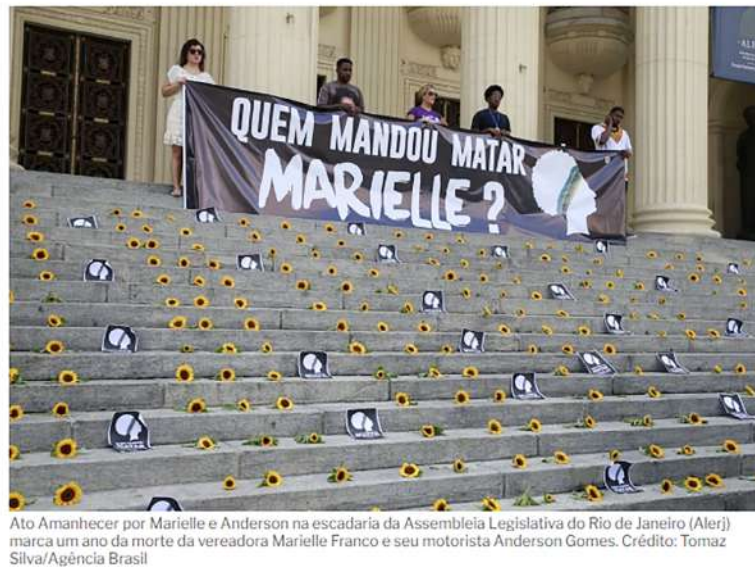
A reportagem comenta a declaração do então delegado titular da Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro, Giniton Lages, que disse à época, em coletiva de imprensa, que as investigações do caso ainda estavam no início, mas que a segunda fase já estava deflagrada, com a expedição de ao menos

34 mandados de busca e apreensão que visavam determinar se havia mandantes para o crime e qual seria a motivação. Na mesma entrevista, o governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), declarou que Lessa e Queiroz poderão receber uma oferta para fazerem delação premiada.

A reportagem apresenta declaração da viúva de Marielle Franco, Mônica Benício, que “considera a operação um passo importante nas investigações, mas lamenta que ainda não haja respostas a respeito de eventuais mandantes” (ATOS..., 2019). Em toda reportagem, Marielle Franco é mencionada dezoito vezes: na chamada, na linha fina “A pergunta que se espalhou por cidades do Brasil e do exterior agora é ‘quem mandou matar Marielle?’” e no corpo todo da reportagem. Há também uma foto sobre o ato na escadaria da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Figura 4).

[Figura 4]

Reprodução da imagem da reportagem “Atos cobram respostas sobre mandante da morte de Marielle e Anderson”, portal *A Gazeta*, 14 de março de 2019



Fonte: *A Gazeta*

Verificamos a apuração do jornal em trazer entrevistas com várias fontes, como autoridades – o delegado responsável e o Governador do Rio – e a viúva de Marielle. A reportagem se propõe a trazer elementos para a discussão da investigação do caso.

Resultados: *A Gazeta*: “Deputados usam cachorros para atrapalhar ato por Marielle na Câmara”

A matéria “Deputados usam cachorros para atrapalhar ato por Marielle na Câmara” aborda a manifestação em homenagem à Marielle Franco na Câmara dos Deputados e o posicionamento de oito deputados federais, entre eles Daniel Silveira (PSL-RJ), que rasgou a placa com o nome de Marielle, que

se posicionaram a poucos metros com caixas de som que emitiam latidos (Figura 5).

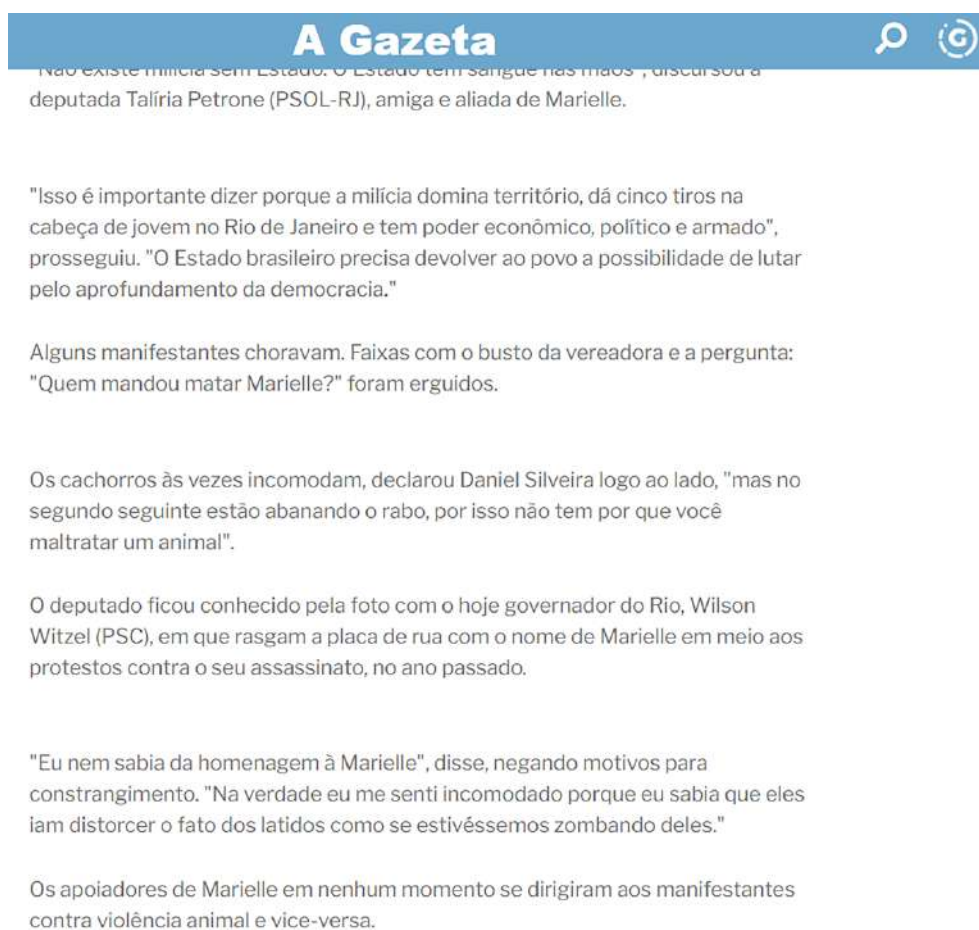
O texto afirma que, na terça 12 de março de 2019, dois dias antes do crime completar um ano, dois suspeitos da execução foram presos e a política investiga o eventual mandante. Nesse mesmo dia, o PSOL marcou o ato no Salão Verde e o divulgou em redes sociais e na Câmara.

A deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ) comenta “Não existe milícia sem Estado. O Estado tem sangue nas mãos” e ainda destaca:

Isso é importante dizer porque a milícia domina território, dá cinco tiros na cabeça de jovem no Rio de Janeiro e tem poder econômico, político e armado [...]. O Estado brasileiro precisa devolver ao povo a possibilidade de lutar pelo aprofundamento da democracia (DEPUTADOS..., 2019).

[Figura 5]

Reprodução parcial da matéria “Deputados usam cachorros para atrapalhar ato por Marielle na Câmara”, portal *A Gazeta*, 14 de março de 2019



Fonte: *A Gazeta*

A *Gazeta* retrata o posicionamento do outro ato. Daniel Silva declarou “Eu nem sabia da homenagem à Marielle. Na verdade eu me senti incomodado porque eu sabia que eles iam distorcer o fato do latido como se estivéssemos zombando deles” (DEPUTADOS..., 2019). É do perfil do jornal *A Gazeta* manter a imparcialidade, procurando dar voz às partes envolvidas.

A reportagem inteira é sobre esse ocorrido e Marielle é mencionada doze vezes: na manchete, na linha fina “Oito deputados federais, entre eles Daniel

Silveira (PSL-RJ), que rasgou a placa com o nome de Marielle, posicionaram-se a poucos metros com caixas de som que emitiam latidos”, por aliados e opositores. Sobre o fato, a situação entre opositores e companheiros de partido de Marielle, observamos a disputa de narrativas que ocorre em Brasília, na Câmara dos Deputados, no dia 14 de março de 2019, quando o crime completava um ano e opositores definiam outras manifestações.

A *Gazeta* retrata de forma direta e breve o ocorrido, sem muitos desdobramentos,

por exemplo, sobre a pauta do ato a favor de Marielle, a menção à milícia e o deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), que rasgou a placa com o nome de Marielle. Este último é mencionado na linha fina da notícia, que é um local de destaque, porém o jornal não aprofunda essas questões.

Resultados: A Gazeta: “Suspeitos de matar Marielle e Anderson chegam ao IML para perícia”

A matéria “Suspeitos de matar Marielle e Anderson chegam ao IML para perícia” relata desdobramentos da investigação dos suspeitos do assassinato de

Marielle e Anderson. O jornal expõe a saída dos suspeitos da Delegacia de Homicídios do Rio, com destino ao Instituto Médico Legal, para exame de corpo e delito (Figura 6).

O jornal cita os dois suspeitos dos disparos, que estavam presos desde o dia 12 de março de 2019, quando a Polícia Civil e o Ministério Público deflagraram uma operação para cumprir 34 mandados de busca e apreensão e as duas prisões. Também comenta sobre a polícia ter encontrado peças para a montagem de 117 fuzis na casa de Alexandre Motta, que afirma guardar as caixas a pedido do amigo Ronnie Lessa. A defesa dos três suspeitos alega que eles são inocentes. Nessa matéria, que é objetiva e aborda os últimos acontecimentos da época em relação aos acusados, Marielle foi mencionada quatro vezes.

[Figura 6]

Reprodução parcial da matéria “Suspeitos de matar Marielle e Anderson chegam ao IML para perícia”, portal A Gazeta, 14 de março de 2019

Médico-Legal, no centro, para exame de corpo de delito. Após a perícia, eles serão encaminhados para a Cadeia Pública em Benfica, na zona norte, onde devem passar por audiências de custódia.



Quer Levantar a Papada Flácida?
(Faça Isso Todas as Manhãs)

Ronnie Lessa, suspeito de efetuar os disparos, e Élcio Vieira de Queiroz, suspeito de ter dirigido o carro que seguiu a vereadora, estavam detidos na delegacia desde terça-feira (12), quando a Polícia Civil e o Ministério Público deflagraram uma operação para cumprir 34 mandados de busca e apreensão e as duas prisões.

No cumprimento dos mandados, a polícia encontrou peças para a montagem de 117 fuzis na casa de Alexandre Motta. Ele afirma que apenas guardava as caixas a pedido do amigo Ronnie Lessa. Motta foi preso em flagrante e passará por audiência de custódia. A defesa do suposto atirador nega que os armamentos e as munições sejam dele. As defesas dos três suspeitos afirmam que eles são inocentes e negam as acusações.

> Deputados usam cachorros para atrapalhar ato por Marielle na Câmara

marielle franco

rio de janeiro

Fonte: A Gazeta

Resultados: A Gazeta: “Justiça converte flagrantes em prisões preventivas no caso Marielle”

Na última reportagem do jornal analisada, “Justiça converte flagrantes em prisões preventivas no caso Marielle”, relata-se a prisão preventiva dos suspeitos de serem

os assassinos, na terça-feira, 12 de março de 2019.

No início da matéria há uma foto no formato 3 × 4 dos dois suspeitos. O policial reformado Ronnie Lessa e do ex-policial militar Élcio Vieira de Queiroz. Nessa reportagem, também é mencionado Alexandre Mota a sua prisão preventiva por porte e posse de arma de fogo de uso restrito (Figura 7).

[Figura 7]

Reprodução parcial da reportagem “Justiça converte flagrantes em prisões preventivas no caso Marielle”, portal *A Gazeta*, 14 de março de 2019

A Gazeta

Ao cumprir o mandado de busca e apreensão na casa de Alexandre Mota, no mesmo dia, os policiais localizaram caixas contendo munições, silenciadores e peças para 117 fuzis, apreensão que é considerada a maior da história do estado. Diante da descoberta, Alexandre foi preso em flagrante, e também passou a pesar sobre ele e Ronnie o flagrante de posse de arma de fogo de uso restrito.

Apesar de Alexandre alegar que desconhecia o conteúdo das caixas, e Ronnie confirmar sua versão e confessar que era o proprietário das armas de uso restrito, a Justiça decidiu que não parece crível esse desconhecimento, uma vez que os dois declaram ser amigos há mais de 20 anos, e Alexandre inclusive realizava operações bancárias de Ronnie. Alexandre declara ainda que ofereceu seu nome para que Ronnie registrasse uma lancha e uma vaga na marina de um condomínio de luxo.

A juíza de custódia destacou que o material apreendido é de alto poder destrutivo e que havia fortes indícios de que ele seria ilegalmente comercializado para outras práticas ilícitas.

No caso de Elcio, os policiais que cumpriram o mandado de prisão pelo caso Marielle encontraram duas pistolas e munição de fuzil dentro de seu guarda-roupa. Também havia munição de fuzil no veículo em que Elcio estava quando foi flagrado ao tentar fugir. Desse modo, houve flagrante por porte de arma de fogo de uso restrito, prisão que foi convertida em preventiva.

assassinato

marielle franco

Fonte: *A Gazeta*

Alguns desdobramentos do caso são relatados, como Alexandre alegar que desconhecia o conteúdo das caixas e Ronnie confirmar sua versão, confessando que era o proprietário das armas de uso restrito. A Justiça decidiu que esse desconhecimento não parece crível, visto que eles declararam ser amigos há mais de vinte anos. Na matéria, a juíza de custódia destacou que o material apreendido é de alto poder destrutivo, havendo fortes indícios de que ele seria ilegalmente comercializado para outras práticas ilícitas.

Ainda na reportagem, sobre o caso do ex-policial militar Élcio Vieira de Queiroz, referiu-se que os policiais que cumpriram o mandado de prisão no caso Marielle Franco encontraram duas pistolas e munição de fuzil dentro de seu guarda-roupa.

Há seis menções à Marielle em toda a reportagem, inclusive nas *hashtags*. Não há fotos ou imagens dela, porém os acusados e envolvidos no crime são abordados e é feita certa construção do crime. Apontamos como um registro e contribuição ao caso da vereadora e de seu motorista, entretanto breve e com poucas informações.

Discussão e considerações finais

Até o momento, verificamos distintos posicionamentos dos jornais diante do caso. Em *A Tribuna* percebemos a escolha ao não posicionar, não mencionar e não abordar com destaque o crime. Já *A Gazeta* se posiciona com objetividade e marcas narrativas

de imparcialidade – por exemplo, ao dar voz a opositores e aliados –, entretanto não há desdobramentos consistentes. Há breves e poucas informações sobre o crime e sobre a própria Marielle.

Como afirma Montipó (2018, p. 1) “o jornalismo deve colaborar para que diversidade e pluralismo de vozes, temas e perspectivas – considerados elementos que incorporam a democracia como um valor – sejam concretizados”. O que observamos é uma falta de perspectivas plurais, desdobramento e continuidade do caso de Marielle Franco e de sua representatividade.

O jornalismo, enquanto ferramenta social para garantia da democracia, deve entregar à sociedade um pluralismo das vozes. A sua função de comunicar a história da vida humana mediante um conjunto de informações apuradas, interpretadas e analisadas – e transmitidas a partir desse processo – tem como base a visão crítica jornalística. No entanto o que percebemos é um distanciamento dessa função em ambos os jornais.

Podemos destacar também que, até o momento, encontramos em nossa análise baixa produção de conteúdo e posicionamentos sobre o caso Marielle Franco. Os jornais, revistas e os veículos de comunicação têm a função de informar, comunicar a um grande número de pessoas.

Em *A Tribuna*, considerado maior jornal de circulação e número de leitores no estado do Espírito Santo, a única matéria localizada que menciona Marielle contempla brevemente o caso. Não há desdobramentos dessa matéria, seja na editoria de

Política, seja em outra editoria do jornal. Não há também uma reportagem especial, ou mesmo uma pequena notícia abordando o crime contra Marielle e Anderson, nem descrição da vida de ambos, localizando a atuação da vereadora carioca. Verificamos ainda que, na capa, local de destaque em que jornais selecionam as notícias de maior relevância, não há sequer menção a Marielle, ou mesmo uma nota, como demonstramos.

Observamos um silenciamento diante do caso Marielle. Uma rede de comunicações é também uma fonte de história e memória social e o local em que buscamos informações, não só nós pesquisadoras e pesquisadores, mas toda a sociedade civil. Assim, não encontrar nenhuma menção a Marielle na capa e no interior do jornal aponta o posicionamento em que ele se coloca diante do caso conhecido não só no país, como também mundialmente. Ainda na única matéria, a menção à vereadora é pelo presidente do país, que dentre outras questões mencionou Marielle, ou seja, o crime contra a vereadora e seu motorista não foi o foco do jornal. O registro de sua história e memória não foi a escolha de destaque do jornal.

Um caso tão emblemático como é o crime contra Marielle, uma mulher que representa tantos grupos minoritários, não ser divulgado em massa aponta, cientificamente, as marcas narrativas de um silenciamento diante do caso, contrariando a nossa hipótese inicial. ■

[GABRIELA SANTOS ALVES]

Docente do Departamento de Comunicação Social e do programa de pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Coordenadora do curso de Cinema e Audiovisual da Ufes. Tem pós-doutorado em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Realizadora audiovisual. Áreas de interesse acadêmico: cultura audiovisual, teoria feminista, cinema, memória e gênero. E-mail: gabriela.alves@ufes.br

[STHEFANY DUHZ CAVACA]

Discente do curso de Comunicação Social – Jornalismo na Ufes. Segundo ano de iniciação científica sobre Marielle Franco. Áreas de interesse acadêmico: teoria feminista, mídia, memória, política e gênero. E-mail: duhzcavaca@gmail.com

Referências

ATOS cobram respostas sobre mandante da morte de Marielle e Anderson. **A Gazeta**, Vitória, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2NRXOW1>. Acesso em: 29 mar. 2020.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014. 164 p.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Teoria política e feminismo**: abordagens brasileiras. Vinhedo: Horizonte, 2012. 290 p.

BOLSONARO quer rapidez no caso do ministro. **A Tribuna**, Vitória, p. 28, 14 mar. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014. **Comunicação [do] TSE**. Brasília, DF, 8 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37wpJbK>. Acesso em: 23 abr. 2020.

CAPORAL, Angélica Azeredo Garcia; LIMA, Fernanda da Silva. Direitos humanos e feminismo negro: Marielle presente. In: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 14., 2018, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2018. p. 1-19.

DEPUTADOS usam cachorros para atrair apoio por Marielle na Câmara. **A Gazeta**, Vitória, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3g3BOYW>. Acesso em: 29 mar. 2020.

FREITAS, Lúcia; MENDES, Isadora Costa. Abordagens feministas de análise de discurso: a formação de um campo. In: REIS, Marlene Barbosa de Freitas; LIMA, Sostenes (org.). **Pesquisas em educação e linguagem**. Anápolis: Editora UEG, 2017. p. 415-432.

GABRIELLI, Cassiana Panissa. 2007. Análise crítica do discurso e teoria feminista: diálogos frutíferos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL MULHER E LITERATURA, 3., 2007, Ilhéus. **Anais [...]**. Ilhéus: Uesc, 2007. p. 1-7. Disponível em: <https://bit.ly/3e4GWvf>. Acesso em: 8 abr. 2020.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **Women in national parliaments**. Geneva: IPU, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/38gqEgT>. Acesso em: 6 abr. 2020.

MATOS, Marlise. Democracia, sistema político brasileiro e a exclusão das mulheres: a urgência em se aprofundar estratégias de descolonização e despatriarcalização do Estado. **Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**, Brasília, DF, ano 5, n. 7, p. 24-37, 2015.

MONTIPÓ, Criselli. Jornalismo e democracia: tensionamentos não democráticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2018, Joinville. **Anais** [...]. Joinville: Univille, 2018. p. 1-15.

MULHERES pretas, como Marielle, são menos de 1% nas câmaras de vereadores do Brasil. **Gênero e Número**, Rio de Janeiro, 21 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3fsATBc>. Acesso em: 23 abr. 2020.

PALACIOS, Marcos. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história. **Matrizes**, São Paulo, n. 1, p. 37-50, 2010.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 6.389, 27 de agosto de 2018. Inclui o Dia da Tereza de Benguela e da Mulher Negra no Calendário Oficial da Cidade do Rio de Janeiro consolidado pela Lei nº 5.146/2010. **Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 29 ago. 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/2UIopNK>. Acesso em: 17 abr. 2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 6.394, de 4 de setembro de 2018. Cria o Dossiê Mulher Carioca na forma que especifica e dá providências. **Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 6 set. 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3hxxz5bK>. Acesso em: 17 abr. 2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 6.415, de 4 de outubro de 2018. Cria a Campanha Permanente de Conscientização e Enfrentamento ao Assédio e à Violência Sexual no Município do Rio de Janeiro. **Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 5 out. 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2Y3OY25>. Acesso em: 17 abr. 2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 6.419, de 13 de novembro de 2018. Institui o Programa de Espaço Infantil Noturno – Atendimento à Primeira Infância no âmbito do Município do Rio de Janeiro. **Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 14 nov. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/3frswWj>. Acesso em: 17 abr. 2020.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 6.614, de 13 de junho de 2019. Institui a assistência técnica pública e gratuita para projeto e construção de habitação de interesse social para as famílias de baixa renda e dá outras providências. **Diário Oficial Eletrônico do Município do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 14 jun. 2019c. Disponível em: <https://bit.ly/3fp26Ve>. Acesso em: 17 abr. 2020.

VEREADORA Marielle Franco fiscalizava intervenção federal do RJ. **Veja**, São Paulo, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2UNt4y2>. Acesso em: 7 abr. 2020.

CIÊNCIA,
TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E
ÉTICA NOS TEMPOS
DA COVID-19 NA
AMÉRICA LATINA:
ENTREVISTA COM
EFRAIN PANTALEÓN
MATAMOROS E
FELIPE CHIBÁS ORTIZ

[ENTREVISTA]

Wania Torres

Universidade de São Paulo

Rachel Fischer

Centro Internacional de Ética da Informação, Unesco

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Aborda-se através dos olhares de um cientista social e outro das ciências naturais, ambos cubanos, residentes no Brasil, temas complexos como são os da comunicação da ciência, a utilização da tecnologia e a inovação de forma ética no combate à pandemia da Covid-19 no contexto da América Latina. Analisam os métodos utilizados em Cuba, os aplicativos desenvolvidos por eles, o enfoque da Alfabetização Midiática e Informacional, assim como o futuro do combate às pandemias nas cidades nessa perspectiva.

Palavras-chave: Inovação. Comunicação. Ética. Covid-19. Tecnologia Informacional. América Latina. Alfabetização Midiática e Informacional.

Complex issues such as science communication, use of technology and innovation in an ethical-manner in the struggle against the COVID-19 in the Latin American context are analyzed through the eyes of two scientists, one from social sciences and the other from natural sciences, both Cuban. They analyze the methods used in Cuba, the applications developed by them, the focus of Media and Information Literacy, as well as the future of fighting pandemics in cities in this perspective.

Keywords: Innovation. Communication. Ethics. COVID-19. Latin America. Media and Information Literacy.

Desde las miradas de un científico social y un científico de las ciencias exactas o naturales, ambos cubanos, residentes en Brasil, se abordan temas complejos como la comunicación científica, el uso de la tecnología y la innovación de una manera ética en la lucha contra la pandemia de Covid-19 en el contexto de América Latina. Se analizan los métodos utilizados en Cuba, las aplicaciones desarrolladas por ellos, el enfoque de la alfabetización mediática e informacional, así como el futuro de la lucha contra las pandemias en las ciudades desde esta perspectiva.

Palabras clave: Innovación. Comunicación. Ética. COVID-19. Tecnología de la información. América Latina. Alfabetización mediática e informativa.

Dois reconhecidos cientistas e professores cubanos, que chegaram ao Brasil no final do século passado, fizeram seus doutorados na USP e ampliaram suas conquistas profissionais no país, compartilham de uma forma descontraída seus conhecimentos e experiências sobre Ciência, Tecnologia, Comunicação e Ética nos tempos da Covid-19 na América Latina. Um deles, da área das Ciências Exatas, Efrain Pantaleón Matamoros; e o outro, das Ciências Sociais, Felipe Chibás Ortiz. O olhar desses dois pesquisadores latino-americanos – que já escreveram artigo juntos anteriormente sobre a Gestão de Inovação – fala agora desses temas sob as perspectivas de ciências diversas, de forma enriquecedora e atual. Dois pensadores-fazedores.

O **Prof. Dr. Efrain Pantaleón Matamoros** é bacharel e mestre em Ciências Físicas pela Faculdade de Física da Universidade da Havana e se tornou doutor em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo em 2004. Ele tem experiência de vinte anos no setor empresarial, como especialista da qualidade e gestor de manutenção nas empresas Motores Taino e Aços Villares, respectivamente. Atualmente, é professor associado da Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte na área de Negócios Tecnológicos, atuando em empreendedorismo tecnológico, indústria 4.0 e Sistemas de Energia Renováveis. É fundador e ex-gerente executivo da Incubadora -inPACTA, do eixo de negócios tecnológicos no Bacharelado em Ciência e Tecnologia (C&T), cofundador do Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Inovação, coordenador do

Grupo de Negócios Tecnológicos e Tutor da Empresa Júnior do Bacharelado em C&T (Eject). É, também, coordenador adjunto dos ciclos de debates do Comitê Científico Técnico do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne). É professor orientador de trabalhos de especialização, mestrado e doutorados; com publicação dos resultados de suas pesquisas e temas de sua expertise publicados em livro, capítulos e revistas nacionais e internacionais. Possui registro de patente nas áreas de biocombustíveis, incluindo sua recente patente em três softwares na área de Epidemiologia Preditiva, que usam inteligência artificial, visando a coleta de dados, processamento e gerenciamento no combate à Covid-19.

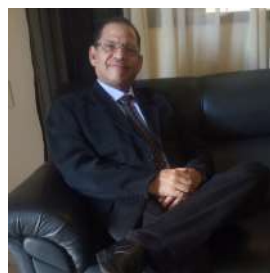
O **Prof. Dr. Felipe Chibás Ortiz** é o representante para a América Latina e o Caribe do Global Alliance for Partnerships on Media and Information Literacy (**Gapmil**), ou Aliança Global para a Alfabetização Midiática da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (**Unesco**), e do Media and Information Literacy and Intercultural Dialogue (MiliD). É professor doutor e livre docente pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), mestre pelo Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina (Prolam) da USP e pesquisador do Centro de Estudos de Avaliação e Mensuração em Comunicação e Marketing (Ceacom) da ECA-USP. Fez especialização em Marketing Direto na Universidade de Alcalá de Henares na Espanha e é graduado em Psicologia na Universidade de Havana. É autor de 23 livros, publicados em diversos países e línguas. Entre eles, destaca-se *Das cidades inteligentes às*

ciudades MIL: métricas inspiradas no olhar da Unesco (2020), publicado pela USP e com apoio do Gapmil da Unesco, organizado junto com o renomado professor doutor Mitsuru Yanaze e com outros autores de mais de vinte países. Sua pesquisa sobre Barreiras Culturais à Comunicação e Criatividade realizada em onze países foi apresentada em inúmeros congressos, entre os quais se destacam o Global MIL Week e o World Cities Day, eventos mundiais da Unesco, nos quais ganhou amplo reconhecimento internacional. Essa pesquisa e as ferramentas derivadas delas se utilizam hoje pelo mundo afora, para diagnosticar problemas na educação, cultura organizacional, acelerar a inovação etc.

Foi professor convidado em várias renomadas universidades estrangeiras, coordena eventos internacionais e o grupo de pesquisa Toth-Criarcom (2020), equipe transdisciplinar de estudos sobre Criatividade, Inovação, Comunicação e Marketing Digital; e lidera a equipe de trabalho em MIL Cities do Instituto de Startups. É autor de ferramentas utilizadas hoje no mercado, como: o Ciclo do Marketing Digital; Metodologia das 20 Barreiras Culturais à Comunicação e as Matrizes de Napoleão, Líder-liderado; Clima e Comunicação; e Gestão da Motivação. Desenvolveu, com sua equipe Toth-Criarcom, treze indicadores e 260 métricas para avaliar as cidades em geral e cidades universitárias que desejam ser consideradas Cidades MIL, entre esses indicadores ressalta-se o de Saúde Pública. Lidera a equipe internacional que pesquisa esse tópico e desenvolve um aplicativo utilizando a inteligência artificial e que terá a finalidade de fazer a avaliação das cidades

e cidades universitárias que desejem seguir esse paradigma (UNESCO, 2020). É também um reconhecido poeta.

Vamos acompanhar o que estes dois experts têm a dizer sobre Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Ética nos tempos da Covid-19 na América Latina, cada um com seu olhar peculiar.



Prof. Dr. Efrain
Pantaleón Matamoros



Prof. Dr. Felipe Chibás
Ortiz

Como se comunica a ciência hoje para o grande público?

Prof. Efrain: A ciência pode ser resumida como um conjunto organizado de conhecimento baseado na prática sistêmica da pesquisa, mas quando nos referimos à comunicação com a sociedade, podemos afirmar que essa interação hoje só é baseada principalmente pelo mercado de consumo de tecnologia. No século passado a ciência estava focada nas elites, que tinham algum poder no conhecimento, no consumo tecnológico, assim como na gestão do futuro da (própria) ciência. Neste século, o aumento do consumo da tecnologia na vida das pessoas pode criar uma falsa expectativa da popularização da comunicação com a ciência, sem perceber de alguma forma que aumentou o distanciamento com a parte reflexiva da pesquisa e, portanto, a falta de uma comunicação da C&T com a sociedade. Para uma verdadeira comunicação se faz

necessária uma educação voltada para a reflexão da ciência, inserida no contexto cultural. No momento atual, na guerra da Ciência, Tecnologia e Inovação contra o coronavírus, a comunicação e interação da sociedade tem criado um ambiente de reconhecimento do valor social da pesquisa, o que permitirá um grande canal para o entendimento da importância da educação voltada para a ciência na sociedade. Os pesquisadores Valério e Bazzo (2006), em seu trabalho, expõem sobre o tema expressando sua visão:

Nosso futuro se apresenta como fruto daquilo que a C&T nos puder oferecer. E devemos reconhecer que a vida humana, tal qual admitimos, dificilmente poderia ser imaginada sem considerar a presença e o significado social da C&T.

A grande expectativa, após a crise da Covid-19, será a de um mundo voltado à comunicação da ciência e tecnologia partindo pela educação, sem exclusão da sua dimensão do mercado de consumo, mas com a reflexão crítica de sua aplicação e seu controle pela própria sociedade. Então para poder criar uma comunicação real, a sociedade precisa se empoderar da ciência e tecnologia, não só pelo consumo, e sim como uma riqueza social e cultural de cada região.

Prof. Felipe: A ciência hoje se comunica atualmente com o grande público de uma maneira precária. Existe uma barreira entre o público e os cientistas. Por isso, às vezes, demora tanto a uma descoberta científica chegar ao público. Existem poucos veículos especializados sérios de divulgação científica e, nos jornais e revistas gerais, o espaço dedicado às ciências ainda

é pequeno. A situação é pior ainda quando falamos das Ciências Sociais.

Por outro lado, também existem grupos de cientistas que não se preocupam muito em tornar conhecidas suas descobertas à população. Acreditam que já fizeram seu papel realizando a pesquisa e tendo um bom resultado, que foi publicado numa revista ou livro em linguagem específica para pares e colegas. Esse tipo de publicações não recebe geralmente muita divulgação, assim como não é acessível e compreensível pela maioria das pessoas.

Isso tudo ficou mais evidente com a pandemia do Covid-19, quando foi revelado um conjunto de pesquisas e procedimentos, que deveriam ser colocados em prática de forma urgente e que a maioria da população não sabia.

A meu ver, deve ser potencializada a função de divulgação científica e a integração das universidades com as comunidades, começando dentro delas, mas também com mais parcerias com a grande mídia e editoras, assim como com o governo. Deve ser dedicado um investimento elevado para isto e não apenas quando surge uma epidemia. Essa comunicação teria um caráter educativo e redundaria na prevenção de muitas doenças.

A luta contra a Covid-19 deve ser comandada pelos cientistas da área médica ou deve existir um enfoque multidisciplinar?

Prof. Efrain: Os motores do desenvolvimento da ciência transitam desde a curiosidade humana até as guerras, estas comprometidas com os resultados concretos da supremacia das potências econômicas

e militares. Esses dogmas são capazes de abrir novas fronteiras do conhecimento, que, a longo prazo, gerarão valor e mais qualidade de vida para o ser humano. A guerra contra a Covid-19 é o novo desafio para as ciências, tanto na sua gestão como nos novos produtos e serviços a serem criados. O conceito de “multidisciplinaridade” podemos entender como o trabalho de equipes com diversas disciplinas, mas não existe qualquer intenção de estabelecer relações integradoras entre as diferentes áreas temáticas. A produção científica reconhece como uma administração multidisciplinar, quando as diferentes especialidades emitem um ponto de vista único, a partir de seus saberes específicos. De acordo com o conceito, tem um grande sentido prático que o pessoal da saúde, principalmente os especialistas em epidemiologia, tenham a gestão estratégica. Por serem os especialistas que, de acordo com sua própria interdisciplinaridade, os permite ter uma visão geral da crise.

Mas considerando o ponto tático e operacional na guerra contra a Covid-19, no qual se batalha pelo desenvolvimento de novos serviços ou produtos, as equipes precisam ter um foco transdisciplinar. Segundo Iribary (2003), a transdisciplinaridade acontece quando promove-se um diálogo entre diferentes áreas temáticas, de maneira que o desafio possa ser compartilhado e, com isso, novas equações e soluções para o problema sejam geradas.

Só teremos uma forma de vencer um inimigo como a Covid-19, e ela está na criação de um novo produto ou serviço vindo da interação de conhecimentos, na qual, não necessariamente a equipe coordenadora precisa ter uma visão médica ou

epidemiológica, e sim, uma visão e conhecimentos diferentes. Os novos equipamentos, tratamentos e tecnologias a serem aplicados são resultados da interação transdisciplinar. Hoje, estou coordenando uma equipe transdisciplinar, iniciando o desafio com a solitude das áreas médica e epidemiológica, mas integrando conhecimento das áreas de mecânica, principalmente nos conceitos de manutenção preditiva e da área de tecnologia da informação, incorporando conhecimentos de inteligência artificial e princípio de Internet das Coisas (IOT). Por isso, acredito que novos problemas só conseguem ser solucionados com diferentes formas de enxergar o mesmo desafio, daí o diferencial no resultado contra o coronavírus.

Prof. Felipe: Sim, deve ser coordenada por cientistas da área médica, mas com a presença de profissionais de todas as áreas envolvidas. Por exemplo, para combater o Covid-19, uma das medidas mais recomendadas é o isolamento social. Isto, por sua vez, gera problemas que atingem a saúde psicológica das pessoas, como o estresse, ansiedade, insônia, entre outros, que precisarão de psicólogos e terapeutas para sua solução. Também a compreensão dos impactos sociais, que são gerados a médio e longo prazo. Qualquer doença e, em especial uma pandemia como essa, requer de outros profissionais, como sociólogos, filósofos, comunicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, economistas, entre outros.

Desde as pragas descritas na bíblia que afetaram o Antigo Egito, sabemos que uma pandemia gera impactos não só econômicos e financeiros na indústria e agricultura, mas também políticos, nas relações internacionais, tecnológicos, religiosos,

culturais ambientais etc. Por isso às vezes as soluções que dão certo num país não funcionam em outro.

É preciso investir em uma abordagem baseada em dados para desenvolver tratamentos e vacina para o vírus, o que implica ter especialistas em inteligência artificial e cientistas de dados. Por isso, o biólogo, Marcos Buckeridge (2020), diretor do Instituto de Biociências, membro do Instituto de Estudos Avançados da USP, questiona a pouca disponibilidade de dados brutos sobre a epidemia no Brasil.

As pessoas ficando mais em casa utilizam mais internet, água e eletricidade, por isso gastam mais, enquanto, em geral, recebem menos salários; se incrementa o desemprego e as pessoas se refugiam mais nas suas crenças religiosas, mas não devem ir à igreja; há partidos políticos brigando por liderar etc. – tudo isso gera problemas sociopsicológicos. Temos também os conflitos internacionais de países como China e Estados Unidos, que se acusam mutuamente de não ter lidado bem com a Covid-19. Tudo isso deve ser gerenciado com conhecimentos que extrapolam a área biológica e entram na Filosofia, Geopolítica, negociação, planejamento estratégico, inteligência artificial etc.

Também os profissionais das equipes de pesquisa e atendimento envolvidos no combate dessas enfermidades devem ter um olhar transdisciplinar, como diria Edgar Morin (2015). Isto é, não ter apenas um olhar múltiplo desde sua ciência ou interdisciplinar, senão pode viajar (do prefixo “trans”) entre várias disciplinas e olhares científicos. Por exemplo, um médico epidemiologista ou virologista, hoje, deve saber não apenas sobre o tratamento do vírus no ser humano,

mas precisa se formar conhecendo estatística, virologia, epidemiologia, ecologia, entre outras disciplinas e conhecimentos que não são necessariamente parte da área biológica. Também quando um enfermeiro ou médico atende a um paciente infectado deve ter consciência de que ele não é apenas um número, senão uma vida humana, com sentimentos e pensamentos que influenciam diretamente suas possibilidades de superar ou não a doença. Se o paciente não está bem psicologicamente, diminuem suas defesas imunológicas e vice-versa.

Não por acaso, a Organização Mundial da Saúde é coordenada hoje pelo Sr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, que tem formação em Biologia e um doutorado mais abrangente em Ciências da Saúde (TEDROS ADHANOM, [2020]).

Acredita que a luta contra o coronavírus trouxe novos questionamentos éticos para os cientistas? Por quê?

Prof. Efrain: Sim! Hoje no enfrentamento à Covid-19, tanto é necessário o uso de tratamentos ou procedimentos estabelecidos como realizar pesquisas em tempo real. Essa forma de trabalhar tem um problema nos procedimentos e tempos das pesquisas, previstos na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012), que regem os comitês de ética. As novas tecnologias podem provocar perdas de privacidade das pessoas, mas podem conseguir resultados extraordinários. Será que deve prevalecer a privacidade individual de potenciais transmissores de uma doença ao não poder serem identificados como exigem as resoluções vigentes, colocando em risco o agravamento da saúde coletiva? Nossa

equipe se deparou com este problema e optamos por obedecer às normas vigentes, e fizemos os passos para ser aprovado pelo comitê de ética antes do início das coletas coletivas – que, pela prontidão, precisam de tempo do procedimento para ser aprovado. Todo cientista deve, antes de iniciar sua pesquisa, entender os riscos futuros que pode causar, esse é um olhar que o comitê de ética consegue agregar ao seu trabalho. Para a ciência, a ética é uma reflexão a ser incorporada desde a etapa do desenho da pesquisa, para entender suas implicações na sociedade presente e futura. Nós, cientistas das áreas Exatas, trabalhamos principalmente no tempo presente, e os especialistas em ética, no tempo futuro, isso traz alguns ruídos nas comunicações entre áreas, mas todos precisamos enxergar a ciência e a tecnologia em relação à sociedade futura que estamos formando, e não só no momento que estamos pesquisando ou resolvendo um problema, como a pandemia de Covid-19.

Prof. Felipe: Sim, hoje se atualizaram ou reapareceram “antigos” dilemas éticos. Por exemplo, o comentado por Habermas (2020) referente a qual paciente deve ser salvo por uma equipe médica quando não se tem os equipamentos suficientes: uma pessoa idosa, uma criança ou um jovem?

Devem ser ou não utilizados em humanos em tempo recorde e sem os devidos testes anteriores em animais, medicamentos ou vacinas que potencialmente poderiam ser a solução para conter a pandemia, mas que demorariam muito a chegar até a população e serem utilizados em grande escala de acordo com os procedimentos e protocolos científicos tradicionais para colocá-los no mercado?

Até que ponto pode se apropriar um único país ou empresa da solução, vacina ou medicamento descoberto para tratar uma doença que afeta a população de todos os países, fazendo uso privilegiado dela? É adequado vender essa solução, vacina ou medicamento a um custo elevado?

Seguindo Noam Chomsky (VERPA, 2020), até que ponto pela Covid-19 podemos nos deixar levar pelo autoritarismo e permitir que os governos exerçam um excessivo controle sobre as nossas vidas?

Slavoj Žižek (2020), filósofo de origem polonesa, se questiona também até que ponto os governos têm direito a controlar os cidadãos sob o pretexto de combate a uma epidemia, utilizando para isto câmeras inteligentes em prédios e no transporte público, com sensores de temperatura nos vagões do metrô, que indicam quando as pessoas provavelmente estão infectadas, como acontece, por exemplo, na China?

Todos esses questionamentos têm sido levantados por atitudes concretas de países e governos que têm confiscado respiradores que estavam indo para um terceiro país quando o avião fez pouso para se reabastecer.

Por essa razão, resulta interessante a definição de ética proposta por Atlan (1989), que destaca o papel dos elementos não racionais e intuitivos, assim como a necessidade de uma análise casuística para definir se o comportamento adotado pela pessoa, organização e país é ou não ético. Ele entende a ética como o princípio que orienta, dirige e regulamenta os comportamentos na realidade vivida das pessoas e não tem a sua origem num conhecimento racional, do

tipo filosófico ou científico. Ela se refere a um projeto, a um querer, muito mais do que ao conhecimento, e se exprime neste conjunto de desejos, de necessidades, de representações conscientes e inconscientes, e só pode ser o objeto de uma reflexão depois de ter-se imposto como um conjunto de regras e de comportamentos vividos. Ele abordou o tema por causa dos problemas que enfrentava a Bioética, uma vez que surgiram novas situações, antes impensadas, fruto da aplicação das novas tecnologias no ser humano. Um exemplo é que o ato de ser mãe, que sempre implicou em duas diferentes funções, a ovariana e a uterina, ambas realizadas pela mesma mulher; a mãe ao mesmo tempo fornecia o ovócito e o útero para a gravidez. Tecnicamente, foi possível dissociar estas duas funções. Um embrião pode se desenvolver no útero de uma mulher diferente daquela da qual se originou o óvulo. A mulher que fica grávida e dá à luz é diferente da que forneceu o ovócito com o seu material genético. Então, quem é a mãe? Esta questão antes não existia. Este tipo de pesquisa continua a se realizar até hoje. Segundo Atlan (1989), cada situação deve ser analisada nos pormenores de sua aplicação no que se refere aos valores ali existentes e às várias consequências possíveis, e se deve distinguir, cuidadosamente, aplicações diferentes de técnicas aparentemente idênticas.

O que vocês fazem na prática para combater a Covid-19? Como são os aplicativos que vocês desenvolvem para ajudar na luta contra o coronavírus?

Prof. Efrain: O aplicativo desenvolvido pela equipe transdisciplinar da Escola de Ciências e Tecnologia e a Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Federal

do Rio Grande do Norte visa auxiliar no combate à Covid-19. O nome do aplicativo é Epidemiologia Laboratorial com inteligência artificial na Saúde (Elias) e tem por objetivo sistematizar informações para o auxílio na tomadas de decisões preventivas por parte dos usuários, sem precisar lotar os serviços de atendimento clínico. A ferramenta para ser disponibilizada ao atendimento da sociedade precisou obter sua aprovação pelo Comitê de Ética de Pesquisa, assim como foi realizado o registro de software no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (Inpi).

O funcionamento começa pelo cadastro dos usuários, solicitando uma conta de e-mail, para evitar a identificação do cidadão e preservar a sua privacidade. No processo de cadastro é necessário o aceite dos termos de participação, considerando os diferentes perfis. Após a aceitação dos termos de consentimento e livre esclarecido (TCLE) é solicitado os valores de sinais vitais, como temperatura corporal, frequência respiratória e pulsação. Essa avaliação pode ser feita seguindo as orientações simples que acompanham o questionário e com o auxílio de um relógio e termômetro. Na sequência, o usuário responde “sim” ou “não” para outras perguntas sobre a ocorrência de patologias, como tosse seca, dores no corpo, diarreia, nariz congestionado, dificuldade de sentir odores e sabores, fadiga, náusea e dor de garganta. Ao enviar à base de dados, o sistema irá analisar os sintomas, a evolução do quadro e as similaridades com outros problemas, como gripes e resfriados, e auxiliar na decisão do usuário em buscar unidades de saúde ou não, partindo das recomendações disponibilizadas pelo Ministério de Saúde. A comparação de

dados de usuários também pode alertar a unidade de saúde responsável sobre um crescente aumento de sintomas entre os moradores locais. A análise pode ser direcionada por região, cidade ou mesmo por um único Código de Endereçamento (CEP). A metodologia é baseada no uso da inteligência artificial e mineração de dados (*Data Mining*) na identificação dos indivíduos portadores ou potenciais portadores de diferentes doenças. Outra parte do trabalho consiste na geolocalização das áreas infectadas nas regiões de forma automática e inteligente.

O desenvolvimento do Elias contou com uma equipe de 21 participantes, entre eles, graduandos do Bacharelado em Ciências e Tecnologias, médicas, epidemiologistas, físicos, engenheiros e um economista.

Prof. Felipe: O aplicativo que nossa equipe Toth-Criarcom está desenvolvendo junto com o Sr. Alton Grizzle (2019) da Unesco e desenvolvedores de vários países que utilizam a inteligência artificial, liderado por mim e pela cientista de dados Mileidy Castro, tem como principal objetivo avaliar se as cidades estão ou não próximas desse *framework* apoiado pela Unesco (2020). De forma resumida, pode-se dizer que as cidades MIL ou *Media and Information Literacy Cities* são aquelas que tentam se desenvolver utilizando ou não as novas tecnologias, o pensamento crítico e criativo de seus cidadãos, governos, universidades, empresas e startups, de forma ética e sustentável, respeitando as diversidades e a ecologia (CHIBÁS, 2019).

Estamos no meio de uma guerra de informações que também pode produzir mortes ou salvar vidas. Por isso é tão

importante o enfoque MIL para combater a Covid-19, já que isso pode influenciar se elas seguirão ou não as orientações passadas. Por exemplo, se as autoridades ou um *influencer* qualquer passam informações erradas ou politizadas, que não têm fundamentação científica, isto pode confundir as pessoas, sobre tudo a população mais carente e com baixo nível de educação, levando-as a não seguir as medidas adequadas para se proteger, como por exemplo o isolamento físico e uso de máscaras, e por consequência se ter mais pessoas contaminadas e, potencialmente, mais mortes. O enfoque MIL ensina, entre outras coisas, às pessoas e organizações a desenvolver, por meio da educação, o pensamento crítico e reconhecer uma *fake news* – isso limita que se propaguem mentiras e desinformação em grande escala. Este enfoque também dá ênfase à participação cidadã dos habitantes da sociedade organizados em redes para construir as estratégias de saúde e combater as doenças e pandemias. Por isso é tão importante o aplicativo que desenvolvemos, porque ele também se alimenta dessa rede de informações, assim como das bases de dados das Prefeituras, empresas e startups das cidades.

Como sabemos, a Organização da Nações Unidas (ONU) traçou 17 objetivos para garantir o desenvolvimento da humanidade até 2030. Um desses objetivos, o número 11, refere-se a tornar cidades e comunidades sustentáveis. O aplicativo está inspirado nele e no pensamento das cidades em redes do comunicólogo espanhol Manuel Castells (1983), mesmo que não estejamos falando só de cidades inteligentes e de conexões entre pessoas, instituições e grupos sociais, mesmo que não sejam digitais.

O aplicativo desenvolvido com inteligência artificial, a partir do *framework* das Cidades MIL, possui 13 indicadores e 260 métricas para avaliar as cidades que desejem ser consideradas Cidades MIL e tenta avaliar as cidades e também as cidades universitárias, mostrando o que devem modificar para serem consideradas *Media and Information Literacy Cities* ou com alfabetização midiática e informativa, isto é, cidades que, por meio da educação e formação de habilidades de pensamento crítico e criativo, formem cidadãos, startups, empresas e instituições que usem as tecnologias, mas respeitem as diversidades (de pensamento, cultural e étnica, gênero, idade, religião, deficientes, imigrantes etc.) e a ecologia de forma sustentável e ética, combatendo, entre outros problemas, as *fake news* e pós-verdades.

No indicador “saúde”, o aplicativo avalia métricas, tais como: se existe um cadastro seguro integrando o histórico com todas as informações sociodemográficas, sanitárias e estatísticas de todos os cidadãos; se participam ativamente os cidadãos e suas associações do planejamento integral da saúde com base na coleta de dados; se há um sistema de detecção eficiente de epidemias nos aeroportos e uma rede inteligente de gestão do lixo sanitário; se há um sistema e canal de comunicação inteligente unificado e integrado entre as instituições do governo, organizações de saúde, pesquisa de serviços de assistência social e a comunidade; se existe um plano estratégico anticrises da saúde da cidade etc.

As métricas do indicador “saúde” facilitam o combate à pandemia e focam a saúde com uma perspectiva preventiva e não somente de forma emergencial

depois que a crise estourou, como se faz hoje. Teremos outras epidemias e novas pandemias e é preciso preparar-se com antecedência. A situação gerada pela Covid-19 deixou claro que não existia uma verdadeira rede integrada de pesquisadores, centros de pesquisa e atendimento com conhecimento sobre epidemias em nível nacional, regional e internacional, que permitisse uma resposta planejada previamente e rápida ao novo coronavírus. Essa rede deve envolver também os ministérios de saúde e ciência, tecnologia e inovação de todos os países, assim como a diversos organismos internacionais, como Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-Americana da Saúde (OPS), ONU, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Unesco, dentre outros. Isso teria evitado muitas mortes e medidas extremas, como o *lockdown*.

É diferente o combate ao coronavírus nos países latino-americanos em comparação a outras latitudes? Quais são as particularidades do nosso continente que fazem a diferença na luta contra essa pandemia?

Prof. Efrain: No Brasil, é muito difícil conhecer notícias de outros lugares que não sejam Europa ou Estados Unidos, para estar informado temos que recorrer a informações de contatos, amigos, família em outras latitudes. A América Latina com suas peculiaridades está tratando o coronavírus na base da ciência, embora tenhamos os mesmos problemas de falta de testes, cada um procura estratégias para os achatamentos das curvas de transmissão da doença. A quarentena em todos os lugares foi apoiada pelas decisões científicas. Existe uma abertura para a colaboração médica vinda desde Cuba para o Peru, México, Argentina e países antilhanos. O

desafio para o mundo é grande e só a colaboração conjunta poder vencer a guerra contra a Covid-19.

Prof. Felipe: Os países latino-americanos em geral não são um bloco único, dado que têm histórias e culturas diferentes. São na verdade um complexo mosaico que mesmo assim têm alguns fatores em comum e que o diferenciam da luta contra a pandemia em outras latitudes.

Temos países e culturas nas quais: se valoriza muito o toque, o abraço, o emocional; se coloca a liberdade individual em detrimento do bem social; existem grandes desafios para conseguir o desenvolvimento econômico e bolsões tecnológicos; se convive com grande desigualdade social, pobreza, fome; há problemas nos sistemas públicos de educação e saúde. Em geral sempre temos tendência a não seguir regras, ser bastante criativos.

Em outras latitudes temos uma disciplina social maior, maior tendência a seguir regras, respeitar governos. Assim, por exemplo, na China, Singapura e Coreia do Sul foi possível implantar sem muitos protestos medidas rígidas de controle, com câmeras web, sensores de temperatura utilizando inteligência artificial, que em nossos países podem ser foco de debate e questionamentos, por serem considerados elementos que diminuem os direitos e liberdades individuais. Também o sistema de saúde e educação mais fortes ajudam nesse sentido. Na Europa, temos em países como Alemanha e França, além de outra educação e cultura mantida sistematicamente, uma maior presença da ajuda do estado para as empresas e os cidadãos, assumindo os

custos de eletricidade e água, assim como diversos subsídios.

Por exemplo, quando se decretou o isolamento físico – e prefiro usar esse termo ao de isolamento social, dado que mesmo isolados fisicamente nas nossas casas, temos contato outro por meio da lembrança do nosso passado histórico-social e no presente por meio das redes sociais digitais –, em São Paulo e em outras cidades, muitas pessoas continuaram não mantendo a distância física de 2 metros exigida, fizeram festas, foram para a praia etc.

Por outro lado, é difícil exigir isolamento físico ou social nos nossos países quando há pessoas que precisam fazer um trabalho informal imediato, ou não terá o que comer no outro dia; ou ainda porque moram em espaços tão pequenos com muitas pessoas e às vezes com pouco acesso a água ou a informação via web, com a qual poderiam se informar melhor.

As variáveis “consciência social e cidadã”, “valores e ética da população”, “regime político”, “nível educativo e cultural da população”, entre outras, influenciam os resultados das políticas, estratégias e medidas epidemiológicas no combate à pandemia. É por isso que as medidas que dão certo num país como Nova Zelândia podem não dar certo em outros países. Nossos países latino-americanos devem levar em consideração todo o conhecimento acumulado pelos outros países no combate à pandemia, mas devem customizar essas experiências e se preciso empreender outras novas que se adaptem às nossas específicas circunstâncias.

Como está acontecendo o combate à Covid-19 em Cuba?

Prof. Efrain: A Covid-19 pode ser considerada um desafio para todos os países e um grande teste para o sistema médico cubano de saúde. O enfrentamento à doença em Cuba não é diferente de outros países, mas este desafio é potencializado pela fragilidade da economia, por problemas da eficiência interna, mas sem poder deixar de mencionar o grande bloqueio que tem sido imposto pelos Estados Unidos, o que limita e muito seu desenvolvimento. Mas o sistema com todas as suas dificuldades econômicas está demonstrando que a visão da medicina preventiva tem uma grande vantagem para o controle epidemiológico. Cuba tem uma estratégia de monitorar não só os suspeitos e confirmados, ela trabalha visando o controle dos casos assintomáticos, o que tem gerado grande resultado. Mesmo com sua frágil economia, e com a própria cultura do cubano – a população não mantém um isolamento social ideal, pois todos precisam estar em filas quase diariamente para a compra de algum item alimentar –, isto confirma a eficiência e eficácia da monitorização e controle dos casos assintomáticos como forma de prevenção da transmissão comunitária.

Para ter o controle da crise, os países precisam conhecer, em toda sua população, os potenciais doentes, e não os que já estão. Conhecendo essa população, o sistema apresenta baixo controle. A diferença dos demais países latino-americanos é que Cuba tem uma organização social, criticadas por alguns, mas com resultado surpreendente para problemas sociais de grande escala. A estratégia do software, que estou

coordenando para gestão epidemiológica massiva com inteligência artificial, tenta realizar o que hoje Cuba realiza de forma presencial com seu sistema de saúde. A experiência cubana na medicina é uma das grandes contribuições para os sistemas de saúde mundial, no qual os resultados apontam para a eficiência e eficácia da saúde pública massiva e preventiva.

Prof. Felipe: Segundo os últimos reportes, com uma população em torno de 11 milhões de habitantes, tem 81 falecidos, 202 positivos ativos, 1.631 curados, 1.916 casos positivos e uma semana sem reportar novos casos da Covid-19 (CORONAVIRUS..., 2020). Cuba possui um forte investimento no sistema de educação e sistema de saúde, com destaque para as políticas epidemiológicas preventivas com tratamento especial para as populações de risco, como os idosos e mulheres grávidas, com programas como o Médico da Família (um médico para cada quarteirão), que hoje são imitados pelo mundo afora.

Em Cuba, tem se tomado medidas tais como: isolamento físico ou social, paralização do comércio considerado não essencial e o transporte público e privado, o controle de pessoas assintomáticas com a Covid-19, por meio de profissionais e estudantes de medicina que visitam de porta em porta os habitantes da ilha para prevenir ou detectar casos da doença. Os casos detectados são imediatamente isolados e se procede a verificação de todas as pessoas com as quais teve contato a pessoa infectada. A todas elas se lhes aplica o teste da Covid-19.

Se tudo correr bem, Cuba deve adiantar o pico da curva de contágio do novo coronavírus para a próxima semana, com um máximo de 2.500 casos ativos. Inicialmente,

cálculos matemáticos estimavam que o pico deveria ser alcançado no final de maio. No entanto, seu adiantamento corresponde à eficácia das medidas de isolamento social e de saúde adotadas, de acordo com o ministro da Saúde, José Portal.

Os médicos cubanos têm prestado atenção em outros países no combate à pandemia, como China, Itália, África do Sul, Espanha, dentre outros, e há campanhas para que recebam o Nobel da Paz.

Qual você considera que seria o principal desafio dos cientistas na atualidade?

Prof. Efrain: Identificar um só desafio é muito difícil, poderíamos mencionar vários, como: o conceito da indústria 4.0 e suas implicações; políticas em CTI como base para a soberania dos países emergentes; investimentos para ensino das ciências e discurso da anticiência atrelado ao embate ciência versus religião. Para manter o foco na inovação, em particular, acredito que o conceito da indústria 4.0 e suas implicações terão nos próximos anos importância em seu debates para minha área de atuação.

O tema de indústria 4.0 é relacionado ao conceito que trabalha como a 4ª Revolução Industrial, que abrange os princípios de robótica, realidade aumentada, Big Data, Cibersegurança, computação de nuvem, impressão 3D, sistemas integrados e IOT no processo produtivo, com o termo polêmico de “fábricas inteligentes”. Embora os processos de automação industrial vinham acontecendo desde mediados do século passado, o uso da inteligência artificial nas tomadas de decisões faz toda a diferença nesta nova etapa dos processos produtivos, e este termo de indústria

4.0 é usado pela primeira vez na Feira de Hannover em 2011, e segundo Kagermann, Wahlster e Helbig (2013), um ano depois o projeto foi apresentado ao Governo Federal Alemão para sua implementação e para alavancar ao país como líder de mercado em soluções avançadas para a nova indústria. Uma indústria com capacidade de seu autogerenciamento produtivo, prevendo falhas em processos, pode se adaptar aos requisitos de mudanças. A mesma filosofia chega na área da saúde, na ferramenta que está sendo proposta pela equipe com a qual trabalho. Pantaleón et al. (2020) vão nessa linha da epidemiologia 4.0 – usando inteligência artificial e análise de dados, é possível antecipar os brotes epidêmicos de forma preditiva, com uso futuro de sensores associados para o conhecimento perfeito das regiões, mas temos que pensar na privacidade e a ética a ser cumprida nesse momento.

Prof. Felipe: Sem dúvidas o combate à Covid-19 e a outras pandemias que virão precisa ser realizado de forma estratégica, ética, sustentável e preventiva, com um olhar transdisciplinar. Pesquisar e utilizar inteligência artificial, *machine learning*, *datamine*, IOT e outras novas tecnologias, mas sem esquecer das variáveis sociais: esse é o desafio. Também como implementar estratégias e políticas de saúde e educação que utilizem a ciência, a tecnologia e a inovação, mas de forma participativa, inclusiva, ética e sustentável, com a participação dos governos, empresas privadas, startups, artistas, universidades e centros de pesquisa.

É possível a inovação no setor da saúde?

Prof. Efrain: Todo dia a inovação cresce na área da saúde, revolucionando o

campo da medicina com o uso da tecnologia. Vemos, na tendência atual, a aplicação do conceito da indústria 4.0 em ferramentas como cirurgia robotizada, realidade aumentada, telemedicina, monitoração e controle de paciente on-line etc. Outro grande paradigma na evolução da saúde é a nanotecnologia para tratamentos médicos, na genética etc. Todo esse potencial crescente baseado na 4ª Revolução Industrial permite favorecer a inovação, abrindo oportunidades para empreendedores tecnológicos e as universidades como nucleadoras desse ambiente, tema que tínhamos apresentado num trabalho anterior.

O processo de inovação articula a identificação de oportunidades tecnológicas com a identificação de oportunidades sociais e de mercado. Dessa articulação nasce a potencial oportunidade empreendedora (CHIBÁS; PANTALEÓN; ROCHA 2013, p. 20).

De fato, a inovação na área da saúde precisa de ser gerida com estratégia:

É necessário oferecer maior atenção, tanto para os pontos ou fatores positivos (potencializadores), como para os negativos (obstaculizadores) da gestão da inovação para não colocar em risco a implantação da gestão da inovação em grande escala nas empresas brasileiras (CHIBÁS; PANTALEÓN; ROCHA, 2013).

Para tornar potencial esse novo campo, precisamos de uma gestão da inovação como processo estruturado e contínuo que possibilite formas de agregar valor e de antever demandas e tendências sociais e tecnológicas.

Prof. Felipe: Sim é possível e necessária, com certeza. A inovação no setor da saúde e a criação de sistemas de saúde mais completos com um olhar cada vez mais transdisciplinar e preventivo se fazem necessárias. Ainda mais em períodos de grandes crises, limitações e dificuldades, como o provocado pela Covid-19. São sem dúvidas períodos nos quais floresce a criatividade, principal aliada da inovação. Assim temos aí novos aplicativos que utilizam a inteligência artificial para fazer previsões sobre o comportamento das epidemias e outras doenças em nível individual e societal, marcar os prédios e dar avisos sobre pessoas e locais infectados. Como previu o Ray Kurzweil (2009), temos hoje robôs no atendimento direto aos doentes do novo coronavírus. Equipes de cientistas pesquisam como fazer novos ventiladores e respiradores artificiais mais baratos, por exemplo: aqui mesmo na USP; empresas como a Petrobrás direcionando parte de seus supercomputadores e inteligência artificial para o combate antivírus; conglomerados de luxo como o LVMH, que reúne a Louis Vuitton, Givenchy e Dior, redirecionando suas fábricas para produzir álcool gel (VARELA, 2020) e startups procurando atender melhor seus clientes para que não saiam de casa.

Temos aqui no Brasil diversas propostas de novos centros de pesquisa de inovação em saúde, que devem trabalhar em redes, utilizando a inteligência artificial para trabalhar, compartilhando a informação e de maneira integrada e estratégica com outros grupos centros de pesquisa nacionais e internacionais.

Se considerarmos a ética da informação como “a consideração ética de questões decorrentes do ciclo de vida da informação”,

e especialmente agora que estamos sendo forçados a ser inovadores em nossas abordagens de ensino e aprendizado devido à Covid-19, é possível prever novas dimensões que surgirão no cenário da ética da informação?

Prof. Efrain: Um dos autores que trata sobre o ciclo de vida da informação é Nissenbaum (2004) e resume as normas informacionais como de adequação e de fluxo. As normas de adequação, as quais visam a coleta de informações, são as que permitem de alguma forma revelar informações pessoais para um determinado contexto, ou seja, nos momentos da Covid-19 teríamos todas as condições para ser usado este critério, mas analisando a Resolução nº 466/12, que proíbe expor os indivíduos que participam da pesquisa, embora a informação tenha um valor coletivo (BRASIL, 2012). Na pesquisa que coordeno, evitamos que os cadastros das pessoas tenham identificações como telefone, CPF etc., uma vez que entendemos que a privacidade é um direito das pessoas, e nosso sistema identifica áreas e não indivíduos. A outra norma informacional, que trata do fluxo, refere-se à distribuição da informação, organizando os diferentes níveis e os locais onde serão entregues, por exemplo, bibliotecas, repositórios etc. Então, partindo das contradições das normativas, acredito que vamos ter novas dimensões no cenário da informação, que deveriam ser uma ação com a sociedade, mas para que seja um debate real precisamos de uma sociedade alfabetizada na informação e uma universidade altamente críticas.

Prof. Felipe: A situação criada pela expansão entre países da Covid-19 tem trazido à tona também o conflito ético de se

devo pensar só em mim mesmo ou também devo pensar nos outros, se devo pensar só no meu país ou também nos outros. Nesse sentido, tem-se visto muito claramente estremecida a união dos países integrantes da Comunidade Europeia.

Também se questionam as soluções que sempre adotamos para nos comunicarmos e educar, tendo que transcender os limites físicos do isolamento, quarentena ou, em casos extremos, o *lockdown*, adotado em algumas cidades europeias.

Isto nos traz a caminhos inovadores e positivos para nos comunicar e educar, como é a utilização profícua das plataformas tecnológicas oferecidas por Zoom, Google, Youtube, Moodle etc., mas também potencializa algumas mazelas. Vemos surgir *fake news* sobre a saúde, entendidas como informações falsas difundidas com má intenção, na forma de vídeos, mostrando falsas soluções caseiras para se curar da Covid-19. Também há comportamentos radicais que podemos enquadrar como pós-verdades. Estas podem ser entendidas como: a compreensão limitada da realidade, na qual só se acredita na sua própria “verdade” ou realidade construída a partir da “bolha da rede de contatos próprios na internet” ou relacionamentos do universo físico próximo. Dessa forma, não se escuta os argumentos e razões de outro ponto de vista, que é simplesmente ignorado ou massacrado. Estamos vendo isto acontecer todos os dias na web com os defensores da cloroquina e os que se opõem. De semelhante modo, com os que se opõem ou são a favor do isolamento social, negando os resultados das pesquisas científicas. Isto é preocupante e exige a criação de novas formas de comunicar embasadas na ética. Também exige medidas dos

governos, empresas e startups e sociedade, que criem centros de informação digitais e físicos, softwares e organismos de controle ético que combatam essas circunstâncias. Temos visto plataformas como o Facebook e Twitter que têm retirado das suas páginas informações tendenciosas, que poderiam confundir ou desinformar a população, como as referentes a culpar as pessoas de traços orientais de “serem os portadores e contaminadores” do novo coronavírus. Teremos mais educação e comunicação à distância utilizando as novas tecnologias de forma inovadora, mas também com mais controle ético e respeito às diversidades de forma sustentável.

A utilização em larga escala e sem limitação de inteligência artificial no combate a pandemias envolve necessariamente a análise do conflito dos direitos individuais fundamentais.

O megaempresário chinês, fundador do Alibaba, Jack Ma ([2019]), disse que a criatividade e a inteligência humana nunca serão superadas pelas máquinas. Mas, por outro lado, temos as posições defendidas pelo cientista Nick Bostrom (2014) e por Elon Musk ([2020]), dono da SpaceX, segundo os quais existe o perigo de que uma inteligência artificial potente ou superinteligência possa ser potencialmente e altamente perigosa para a humanidade. Isso nos coloca diante do dilema de até onde devemos desenvolver as novas tecnologias e a inovação aplicada à saúde. O Pós-humanismo (CHIBÁS ORTIZ, 2018), responde a essa questão dizendo que para inovar de maneira sustentável e ética no futuro, num mundo onde se perderam os antigos centralismos, terá que se levar em consideração a natureza e a tecnologia, no mesmo nível que o ser humano. Isto

envolverá novas geopolítica, biopolítica e ordem mundiais, com uma maior interdependência entre países, instituições educativas, laboratórios e centros de pesquisa transdisciplinar, assim como maior presença dos organismos internacionais, como ONU, OMS, Unesco etc.

Considera o acesso à informação de qualidade em relação aos serviços médicos como um fator ético essencial da sociedade e um direito dos cidadãos em 2020?

Prof. Efrain: O acesso à informação faz parte dos direitos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o qual está intimamente ligado ao respeito a direitos como saúde, educação, privacidade, entre outros. Por isso, em 2020, na guerra contra a Covid-19 está se colocando à prova todos os sistemas mundiais, visando a responsabilidade dos Estados com suas populações, no cumprimento e responsabilidade com os direitos humanos e específicos da saúde, que exigem que os serviços e produtos desta área sejam acessíveis para todos e disponíveis em quantidade suficiente, respeitando a ética médica, sendo adequados para a cultura regional e cientificamente aprovados. O ano 2020 está sendo o preâmbulo das mudanças nas relações humanas e nos novos valores das sociedades.

Prof. Felipe: Sim, mas ainda não se reúnem todos esses fatores de forma integrada, dado que ainda não se garante a informação de qualidade, segura e transparente atualizada, coordenada, planejada e ética sobre a saúde para amplos setores da população.

Não se tem sucesso na luta contra uma pandemia ou outro tipo de doença sem ter uma adequada comunicação com

a população. E hoje, como se sabe, as populações mais vulneráveis às pandemias e a qualquer outro tipo de doença são as comunidades carentes, as quais muitas vezes também possuem os piores equipamentos eletrônicos, moram em lugares onde é mais difícil o acesso à internet, com menos salubridade e acesso a água e alimentação adequadas, assim como menos acesso à educação.

O amplo acesso à informação em geral e sobre a saúde em particular, transmitida de forma transparente e objetiva, deve ser um direito de cada cidadão e respeitado pelos governos. O amplo acesso à informação e à educação, seja por via analógica ou digital, modifica o nosso comportamento e nos faz seguir melhores práticas sanitárias, respeitar e valorizar as profissões envolvidas diretamente no combate às enfermidades, como médicos e enfermeiros, saber o que fazer num caso de urgência, não ser preconceituoso com as pessoas idosas ou outras populações de risco, como indígenas, pessoas de baixa renda, moradores de rua, entre outros grupos vulneráveis.

Conclusão

Dois olhares críticos de dois cientistas de excelência cubano-brasileiros, que por meio de diferentes ciências expõem convergências e divergências, mostrando que um futuro otimista pós-Covid-19 na América Latina é possível. Especialmente, destaca-se a visão do MIL ou *Media and Information Literacy Cities* e Alfabetização Midiática e Informacional defendida pela Unesco, assim

como a necessidade de um enfoque crítico, multidisciplinar e ético nas ciências, utilizando a inteligência artificial no enfrentamento de pandemias e outros desafios que se apresentarem às cidades atuais. ■

[WANIA TORRES]

Jornalista, Especialista em Gestão da Comunicação e Marketing Político (ECA/USP). Assessora da Secretaria de Comunicação da Prefeitura de São Paulo. Pesquisadora do grupo Toth-Criarcom da Ceacom/ECA/USP, no qual se dedica à pesquisa intitulada *Mulheres na Política e o Voto Feminino: barreiras culturais à comunicação*.
E-mail: waniatorres1@gmail.com

[RACHEL FISCHER]

Pesquisadora e Copresidente do Centro Internacional de Ética da Informação. É Diretora de Ética certificada e professora consultora no Departamento de Ciência da Informação da Universidade de Pretória. Mestre em Filosofia Política (2014). Áreas de pesquisa: ética da informação, multilinguismo, justiça cognitiva e exploração de espaços para o diálogo intercultural.
E-mail: rachel@3consulting.org

Referências

ATLAN, Henry. Automata Networks Theories in Immunology: their utility and their under determination. **Bulletin Mathematical Biology**, New York, v. 51, n. 2, p. 247-253, 1989.

BOSTROM, Nick. **Superinteligência**: caminhos, perigos, estratégias. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

BUCKERIDGE, Marcos. A abordagem brasileira para enfrentar a covid-19 é baseada em ciência? **Ciência na Rua**, São Paulo, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2zvKhEO>. Acesso em: 12 jun. 2020.

CASTELLS, M. **The city and the grassroots**: a cross-cultural theory of urban social movements. Berkeley: University of California Press, 1983.

CHIBÁS, Felipe Ortiz. MIL Cities metrics for cultural changes and creative jump: metrics and challenges of Sao Paulo. In: UNESCO. **World Cities Day**. Paris: Unesco, 2019.

CHIBÁS, Felipe Ortiz. PANTALEÓN, Efrain Matamoros. ROCHA, Tatiana Andrade. Gestão da Inovação e da criatividade na atualidade. **Holos**, Mossoró, ano 29, v. 3, p. 15-26, 2013.

CORONAVIRUS en Cuba hasta la fecha: 81 muertes y 1916 contagios. **On Cuba News**, Havanna, 22 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2BYSUd>. Acesso em: 25 maio 2020.

ELON MUSK. WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [São Francisco: Wikimedia Foundation, 2020]. Disponível em: <https://bit.ly/3cVFYjL>. Acesso em: 12 jun. 2020.

GRIZZLE, Alton. **Assessing citizens' responses to media and information literacy competencies through an online course**: an empirical study and critical comparative analysis of experts' views. 2019. Dissertação (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2UDpYwC>. Acesso em: 12 jun. 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Fios do tempo**: precisamos agir como o saber explícito do nosso não saber. Paris: Le Monde, 11 abr 2020.

IRIBARY, Isac Nikos. Aproximações sobre a transdisciplinaridade: algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho de equipe. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 483-490, 2003.

JACK MA. WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [São Francisco: Wikimedia Foundation, 2019]. Disponível em: <https://bit.ly/3OAD2q8>. Acesso em: 12 jun. 2020.

KAGERMANN, Henning; WAHLSTER, Wolfgang; HELBIG, Johannes. **Securing the future of German manufacturing industry**: recommendations for implementing the strategic initiative industrie 4.0: final report of the industrie 4.0 working group. Munich: Herbert Utz, 2013.

KURZWEIL, Ray. **A era das máquinas espirituais**. São Paulo: Aleph, 2009.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NISSENBAUM, Helen. Privacy as contextual integrity. **Washington Law Review**, Washington, DC, v. 79, n. 1, p. 119-157, 2004.

PANTALEÓN-MATAMOROS, E et al. Sistema de gestão da monitoração epidemiológica massiva. **Revista da Propriedade Industrial**, Rio de Janeiro, n. 2.575, p. 16-18, 2020.

TEDROS ADHANOM. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [São Francisco: Wikimedia Foundation, 2020]. Disponível em: <https://bit.ly/2YrjBOs>. Acesso em: 12 jun. 2020.

THOT-CRIARCOM. **Temas de pesquisa**. Disponível em: [em www.crarcom.com](http://www.crarcom.com). Acesso em: 12 jun. 2020.

UNESCO. **Global framework for Media and Information Literacy cities (MIL cities)**. Paris: Unesco, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37rxYFP>. Acesso em: 12 jun. 2020.

VALÉRIO, Marcelo; BAZZO, Walter Antonio. O papel da divulgação científica em nossa sociedade de risco: em prol de uma nova ordem de relações entre ciência, tecnologia e sociedade.. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación**, Buenos Aires, n. 7, Disponível em: <https://www.oei.es/historico/revistactsi/numero7/articulo02b.htm>. Acesso em 12 jun. 2020

VARELA, Thais. LVMH produzirá álcool em gel de graça para ajudar combate ao coronavírus. **Capricho**, São Paulo, 17 mar 2020, 15:52. Disponível em: <https://bit.ly/3cTkTGx>. Acesso em: 12 jun. 2020.

VERPA, Danilo. **Chomsky**: não podemos deixar a Covid-19 nos levar ao autoritarismo. Blog da Boitempo, São Paulo, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/37ntqAq>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ŽIŽEK, Slavoj. **Pandemia**: covid-19 e a reinvenção do comunismo. São Paulo: Boitempo, 2020.

DIVERSIDADE NAS PAUTAS JORNALÍSTICAS: O CASO DAS PERIFERIAS PAULISTANAS

[IV SICCAL – Trabalho apresentado no IV Simpósio Internacional
de Cultura e Comunicação na América Latina (2018)]

Cláudia Nonato
Universidade de São Paulo

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo apresenta os resultados da etapa quantitativa da pesquisa *A produção de notícias a partir das periferias de São Paulo: perfil, rotinas e novas configurações do trabalho jornalístico*, cujo objetivo era investigar o perfil dos jornalistas que produzem informação a partir e sobre a periferia de São Paulo em novos arranjos econômicos alternativos (Figaro; Nonato, 2017). Para cumprir esse objetivo, faz uma breve reflexão sobre a falta de pluralidade da mídia brasileira, analisa as aproximações e diferenças entre jornalismo local, comunitário, contra hegemônico e periférico e apresenta a metodologia adotada para a pesquisa. Como resultados iniciais, verificamos que os jornalistas são jovens, estão há pouco mais de cinco anos na profissão e não têm uma opinião clara a respeito do conceito de jornalismo produzido nas periferias.

Palavras-chave: Jornalistas. Arranjos econômicos alternativos. Periferias de São Paulo. Jornalismo produzido nas periferias.

This paper presents the results of the quantitative stage of the research *The production of news from the peripheries of São Paulo: profile, routines and new configurations of journalistic work*, whose objective was to investigate the profile of journalists who produce information from and about the periphery of São Paulo in new alternative economic arrangements (Figaro; Nonato, 2017). To achieve this goal, make a brief reflection on the lack of plurality of the Brazilian media, analyze how approximations and differences between local, public, against hegemonic and peripheral journalism and present a methodology adopted for a research. As recent results, verifiable for journalists are young people, just over five years in the profession and do not have a clear opinion about respect for the concept of journalism produced in the peripheries.

Keywords: Journalists. Alternative economic arrangements. Peripheries of São Paulo. Journalism produced in the peripheries.

Este artículo presenta los resultados de la etapa cuantitativa de la investigación *La producción de noticias desde las periferias de São Paulo: perfil, rutinas y nuevas configuraciones de trabajo periodístico*, cuyo objetivo era investigar el perfil de los periodistas que producen información desde y alrededor de la periferia de São Paulo en nuevos arreglos económicos alternativos (Figaro; Nonato, 2017). Para cumplir este objetivo, hace una breve reflexión sobre la falta de pluralidad en los medios de comunicación brasileños, analiza las similitudes y diferencias entre el periodismo local, comunitario y el periodismo hegemónico y periférico, y presenta la metodología adoptada para la investigación. Como resultados iniciales, encontramos que los periodistas son jóvenes, han estado en la profesión por poco más de cinco años y no tienen una opinión clara sobre el concepto de periodismo producido en las periferias.

Palabras clave: Periodistas. Arranjos económicos alternativos. Periferias de São Paulo. Periodismo producido en las periferias.

Introdução¹

A mídia brasileira, marcada por um cenário de concentração de propriedades nas mãos de poucas famílias, é historicamente evidenciada pela falta de pluralidade, com uma linha ideológica e editorial que não representa a diversidade política e cultural da população do país. Essa pluralidade só poderia, até pouco tempo, ser alcançada com a democratização dos meios de comunicação, que daria oportunidades a novos veículos e grupos, favoreceria rádios e tevês comunitárias, jornais alternativos e aumentaria as opções de informação, criando diversas visões no espaço público.

Mas a chegada das novas tecnologias e mídias fez com que essa lógica começasse a se romper, a partir do surgimento de veículos jornalísticos alternativos nascidos na internet. Ou seja, o jornalismo saiu dos domínios da redação, e a plataforma que outrora era usada como meio de divulgação, tornou-se um gerador de notícias. Para Deuze e Witschege, as empresas de comunicação estão fazendo uma transição para tipos mais flexíveis de produção, organizando-se “em várias unidades menores, ou mudaram para um estilo de trabalho e gestão mais descentralizado, baseado em equipes – tentando nivelar hierarquias existentes nas empresas” (2015, p. 17).

1 Partes desse artigo foram originalmente apresentadas no XIV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC), no 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom) e no IV Simpósio Internacional de Cultura e Comunicação na América Latina (IV SICCAL), todos em 2018.

Foi a partir dessa lógica que começaram a surgir coletivos da mídia alternativa; alguns deles, especializados em questões raciais, sexuais, de gênero, e outros nascidos nas periferias da cidade de São Paulo, preocupados em protagonizar e potencializar suas próprias histórias, fazendo com que a periferia deixe de ser um produto de notícia estereotipado pela mídia dominante. Entender qual é o perfil dos jornalistas que compõem esses grupos é o objetivo principal desse artigo, que apresenta os resultados quantitativos da pesquisa *A produção de notícias a partir das periferias de São Paulo: perfil, rotinas e novas configurações do trabalho jornalístico*, realizada entre 2017 e 2019.

A falta de pluralidade da mídia brasileira: uma breve reflexão

A pesquisa *Media Ownership Monitor Brasil*², criada e lançada pela Organização independente Repórter Sem Fronteiras (RSF) em parceria com o Coletivo Intervenções Brasil de Comunicação Social e divulgada no início de 2018, apontou que o controle da mídia no Brasil continua nas mãos de 22 empresários, sendo que a maior parte é formada por grupos familiares. Desses, cinco grupos ou seus proprietários individuais concentram mais da metade dos veículos no país. Ou seja, a audiência da mídia brasileira é controlada, desde sempre, por

2 Disponível em <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em 18 de maio de 2020.

uma elite econômica formada por homens, brancos e com alto poder aquisitivo.

Apesar de toda a diversidade regional existente no país e das dimensões continentais de nosso território, a pesquisa aponta que os quatro principais grupos de mídia concentram uma audiência nacional exorbitante – que ultrapassa 70% no caso da televisão aberta, meio de comunicação mais consumido no país.

Além da concentração da audiência e da propriedade cruzada de meios de comunicação, o relatório aponta que há ainda uma preocupante propriedade de lideranças religiosas, que procuram direcionar o conteúdo de sua programação para a defesa dos próprios valores. E tal problema não tem a devida fiscalização, pois a legislação que deveria monitorar a concentração de mídia no país é antiga e, segundo o documento, as autoridades competentes limitam-se a receber e registrar as informações enviadas pelas próprias empresas.

Esse problema se estende por toda a América Latina. O Brasil, com a Rede Globo, está entre os quatro maiores conglomerados de mídia latino-americanos, ao lado do México (Televisa), Venezuela (Cisneros) e Argentina (Clarín), grupos que também pertencem a grupos familiares e, juntos, reúnem aproximadamente 60% do faturamento total dos mercados e das audiências da região (Moraes, 2011).

En América latina, históricamente las empresas de medios de comunicación fueron de propiedad familiar. Sin embargo en las últimas décadas se observa un cambio –paulatino pero

incesante– hacia empresas de capitales que integran valorización financiera y grandes negocios mediáticos. Para comprender los procesos de concentración en su real magnitud es preciso, entonces, analizar las diversas formas de control y participación que presentan los grandes grupos de comunicación en la actualidad. En América latina el desplazamiento de los viejos caudillos que artesanalmente gestionaban los gérmenes de los principales grupos regionales por modalidades gerenciales sofisticadas a partir de fines de los años ochenta también contribuye a explicar y comprender el devenir histórico de estos grupos que protagonizan el ecosistema comunicacional de la región (BECERRA y MASTRINI, 2009).

Dênis de Moraes analisou a luta de diversos países latino-americanos pela democratização da comunicação, em oposição ao silenciamento e neutralidade das mídias, impostos por esses grandes grupos de comunicação. Para o autor, a busca por alternativas inclusivas tem sido uma marca na América Latina nas últimas décadas, como “resultados de mobilizações de setores organizados da sociedade civil e de processos populares contra o neoliberalismo e suas terríveis consequências sociais”(2011, p. 25). E, ainda segundo ele, o avanço dos últimos anos no Brasil foi quase nulo.

Becerra e Mastrini (2009) chamam a atenção para a insegurança que o domínio desses oligopólios traz para os profissionais da comunicação. Para os autores, esse domínio leva à precarização, com a redução de cargos e postos de trabalho, além

da questão da autocensura, que coloca em risco a autonomia do sistema de mídia. Em relação à notícia, esse domínio leva também ao silenciamento de questões que não são do interesse desses grandes grupos, pois certas informações não merecem - na opinião desses empresários - serem divulgadas. Desde 2017 o Projor - Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo - desenvolve, em parceria com o Volt Data Lab, o "Atlas da Notícia"³, uma iniciativa para mapear veículos produtores de notícias - especialmente de jornalismo local - no território brasileiro.

O relatório de 2020 mostrou que 3.487 municípios brasileiros não têm nenhum veículo jornalístico, de um total de 5.570 cidades (62%); são os chamados "desertos de notícias". Outra parte, formada por municípios com um ou dois veículos mapeados, é chamada de "quase desertos" e representam 19% do total (1074 municípios); os restantes (19% ou 1009 municípios) são os "não desertos", com três ou mais veículos jornalísticos. Segundo a pesquisa, esses números representam trinta e sete milhões de habitantes sem nenhum veículo de notícias, onde a população não recebe informações independentes e idôneas. Ou seja, há ainda muito a ser explorado jornalisticamente no país, sobretudo nas regiões mais pobres.

³ Feito recentemente pela Atlas Brasil/PNUD/IDHM, Associação Nacional de Jornais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Baseado no projeto *America's growing news deserts*, do *Columbia Journalism Report*. Disponível em <https://www.atlas.jor.br/>

Mais uma vez o jornalismo se transforma

As transformações no jornalismo têm sido abordadas nos últimos anos a partir de diversos âmbitos de pesquisa. Do ponto de vista do trabalho, verificamos que a reestruturação produtiva das últimas décadas flexibilizou as relações trabalhistas, reduziu os direitos sociais e ampliou o desemprego (Antunes, 2009), fatos que mudaram, inclusive, as estruturas do jornalismo (Pereira e Adghirni, 2011). Tais fatores acentuaram a insegurança do profissional e trouxeram à tona novas e diferentes formas de precarização, disfarçadas sob nomes como "cooperativismo", "empreendedorismo", "trabalho inovador e criativo", entre outros. Em contrapartida, a tecnologia trouxe para os profissionais a oportunidade de produzir e divulgar conteúdo jornalístico próprio nas redes, sem a intervenção de um grande grupo de comunicação; ao mesmo tempo, abriu-se uma infinidade de novos cargos e funções que extrapolaram as fronteiras das redações (Mick, 2015). Mas não há lugar para todos. Sobretudo, para os menos privilegiados.

Foi diante desse quadro, principalmente em busca de alternativas aos grandes grupos de comunicação, que jornalistas se apropriaram do seu conhecimento e experiência, e também das tecnologias digitais da comunicação para atuar em coletivos organizados horizontalmente (Figaro e Nonato, 2017), criando iniciativas jornalísticas onde pudessem circular conteúdo noticioso, autodenominado como alternativo, independente e/ou contra hegemônico. São os chamados, por Nonato, Pachi Filho e Figaro

(2018, p. 104), como arranjos econômicos alternativos, “uma possibilidade de arranjar, organizar o trabalho de forma alternativa e independente dos conglomerados de mídia”. Para os autores,

A intenção é destacar a possibilidade de que micro e pequenas empresas, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, coletivos e outros grupos de trabalhadores da comunicação e do jornalismo possam representar efetiva alternativa de trabalho (empregabilidade) e de produção de um serviço de qualidade por seus vínculos e compromissos com a democratização dos meios de comunicação (NONATO, PACHI FILHO e FIGARO, 2018, p. 104).

A princípio, esses arranjos se utilizaram de práticas como *crowdfunding* e do colaborativismo como formas de sustentação econômica (Lima, 2015). Além disso, foram acompanhadas e incentivadas financeiramente por inúmeras instituições de interesse privado (universidades, fundações, bancos, conglomerados de mídia), fator que demonstra o potencial e a importância desses grupos.

As periferias que nunca dormem

Não é de hoje que se discute a falta de diversidade política e cultural da população brasileira. Embora estejamos vivenciando um cenário de grandes mudanças, quando se fala em minorias, as pautas dos grandes veículos de comunicação hegemônicos continuam sendo aquelas relacionadas à violência

e/ou ao preconceito. Tal fato acontece, entre outros fatores, porque não há diversidade nas nossas redações, formadas desde sempre por pessoas brancas, privilegiadas e de classe média/alta. Além disso não havia, até bem pouco tempo, diversidade racial, étnica, sexual e de classe social nas salas de aula das universidades brasileiras. É um ciclo, que começou a ser quebrado há quase vinte anos, com a inclusão das ações afirmativas (políticas de cotas) no Brasil.

Até bem pouco tempo, os bairros menos privilegiados, distantes dos grandes centros urbanos, chamados de periferias, eram parte dos chamados “desertos de notícias”. As periferias reúnem uma significativa parte da população brasileira e influenciam historicamente comportamentos e movimentos culturais que acabam sendo apropriados pela classe dominante. As políticas públicas implementadas durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) trouxeram toda uma transformação cultural, social e estética para as periferias brasileiras, com a emergência de movimentos culturais e coletivos, preocupados sobretudo com questões relacionadas à diversidade social, racial e de gênero, entre outras diversas reivindicações. E a comunicação é parte desse processo.

Além disso, milhares de jovens negros e/ou moradores da periferia ingressaram nas universidades nos últimos anos, incentivados por ações afirmativas. Mas esse número ainda não se reflete nas redações, formadas por menos de 10% de negros; poucos em cargo de chefia. Na contramão desse processo, jovens cansados de ver suas comunidades retratadas pela mídia tradicional de forma parcial e muitas vezes preconceituosa, aproveitaram as facilidades e o acesso às mídias digitais

para produzir eles mesmos o jornalismo que representa sua vida cotidiana. Observa-se, em alguns casos, que os jornalistas atuam como educadores, ou seja, preparam os jovens para utilizarem adequadamente recursos da comunicação, como instrumentos de expressão da cidadania.

Muitas dessas iniciativas vieram de Trabalhos de Conclusão de Curso da graduação em jornalismo, uma vez que esses jovens tiveram acesso às universidades, mas não tiveram acesso às redações da grande mídia, que pouco se interessa em pautar o cotidiano das periferias. O termo periferia é, para a pesquisadora Giselle Tanaka (2006, p. 21, “obra coletiva que foi sendo materialmente construída à margem dos processos formais de produção da cidade regulados pelo Estado”. Para os jornalistas que nascem e vivem nas periferias, a situação também é difícil, pois além da escassez estrutural (em educação, saúde, segurança e cultura, entre tantas outras), são raros os veículos de comunicação locais e as oportunidades de emprego na grande mídia, sobretudo pela falta de representatividade nas próprias redações.

É diante desse cenário que emergem os coletivos formados por jovens periféricos que produzem informação a partir e sobre as periferias de São Paulo, preocupam-se em atender ao seu próprio público e são investigados na pesquisa *A produção de notícias a partir das periferias de São Paulo: perfil, rotinas e novas configurações do trabalho jornalístico*. A pesquisa procura responder perguntas que estão alinhadas ao objetivo geral e estão enunciadas da seguinte forma: a) Por que está surgindo uma comunicação voltada para/das periferias? b) Qual é o objetivo de jornalistas que optaram em trabalhar com jornalismo das periferias? c) Como essas iniciativas se

sustentam? Qual o retorno que esperam? Além disso, uma questão que norteou a pesquisa foi: qual o tipo de jornalismo que fazem?

Comunitário, local, contra hegemônico ou periférico: de qual jornalismo falamos?

Ao analisar geografias de mídia local e regional do Brasil, Sonia Aguiar encontrou 34 expressões diferentes, agrupadas em “local, interior, regional e local-regional” (2016, p. 18 e 19). A partir de uma ampla pesquisa dos títulos e resumos de 908 artigos, a autora classificou o “periférico” no grupo “local-regional”, considerado por ela como o mais complexo, por envolver escalas variáveis ou híbridas. Tal experiência resume a dificuldade em conceituar o chamado “jornalismo produzido nas periferias”. Onde esse gênero se encaixaria?

Um primeiro olhar voltado para essa comunicação que surge das periferias remete ao que alguns teóricos chamam de “jornalismo local” ou “jornalismo comunitário”, considerados como publicações “mais comprometidas socialmente” (Dornelles, 2008; Peruzzo, 2009). Segundo as autoras, houve uma valorização do local e do regional nos anos 1990, por conta do comprometimento social dos jornalistas, e por ter sido um período em que o ambiente político, econômico e social era propício. Embora semelhantes, os veículos comunitário e local possuem diferenças e especificidades:

Porém, segundo identificou, a tendência maior é que a mídia local se ocupe de assuntos mais gerais (das vias públicas,

tragédias, violência urbana, tráfico de drogas, política local, serviços públicos, problemas da cidade, culinária regional, etc.), enquanto os meios comunitários trabalham principalmente com pautas de interesse mais específico de segmentos sociais (assuntos dos bairros, do trabalho, dos movimentos sociais, questões de violência, esclarecimentos quanto aos perigos relacionados às drogas e outras problemáticas de segmentos sociais excluídos). O primeiro tipo de mídia, visa mais a transmissão da informação e o segundo a mobilização social e a educação informal. (DORNELLES, 2009, p 163)

Em comum, há o fato de ambos tratarem de temas e conteúdos voltados para a comunidade, aos cidadãos locais, e envolvidos no processo de emancipação dos moradores. A mesma abordagem é feita pelo jornalismo das periferias, que aposta no jornalismo feito “de dentro” da comunidade, ou seja, da vivência daqueles moradores, que estão inseridos naquela realidade.

João Paulo Malerba (2014) propõe um entendimento das mídias popular, alternativa ou comunitária como contra hegemônica, numa perspectiva gramsciana. Para ele, o surgimento das mídias comunitárias está ligado à luta de atores sociais coletivos na busca por um consenso mais favorável às classes subalternas.

Como sabemos, as mídias ditas populares, alternativas ou comunitárias normalmente partem da iniciativa de um grupo socialmente desfavorecido que busca seu fortalecimento enquanto corpo coletivo e vê na comunicação uma poderosa ferramenta de articulação e mobilização social. O veículo passa a ser então um *novo local de poder*

que, além de não estar imune aos inevitáveis conflitos internos, passa a disputar com outras instâncias de poder, procurando agenciar suas próprias demandas e forçar um novo consenso, mais favorável ao corpo coletivo do qual faz parte. (MALERBA, 2014, p. 9)

Ao pesquisar sobre a comunicação que vem sendo feita há alguns anos no interior das favelas do Rio de Janeiro, Felix, Fragoso e Costa (2017) destacam as formas híbridas de produzir comunicação. Para os autores, o popular e o comunitário não se confundem e não estão em lados opostos, mas apresentam características inovadoras, como “autonomia de grupos políticos ou institucionais, produção colaborativa, utilização de materiais e expressões do cotidiano (textos, imagens, “entulhos”) e linguagem georreferenciada” (2017, p.101).

Além das características apresentadas por esses gêneros jornalísticos, vale acrescentar que o jornalismo produzido nas periferias apresenta fortes componentes críticos e identitários, como afirma o pesquisador Tiarajú Pablo D’Andrea:

A experiência social compartilhada do sentir-se periférico é fundamentalmente urbana. Morar na periferia se contrapõe a habitar regiões mais bem estruturadas da cidade e com melhor poder aquisitivo. É possuir uma experiência urbana calcada fundamentalmente na segregação socioespacial, com grandes deslocamentos pela cidade no trajeto trabalho moradia ou mesmo quando da procura de serviços somente oferecidos em bairros melhor estruturados. Esta experiência de segregação socioespacial, marcada fundamentalmente pelo deslocamento na cidade,

pode se erigir por meio da utilização do automóvel e de uma rotina de trânsito, mas na maioria dos casos se expressa na utilização de transportes públicos, com certo nível de precarização e ratificador das grandes distâncias com a qual se estrutura a urbe paulistana. Tal experiência compartilhada de percepção da urbe também se expressa nas dificuldades no mercado laboral, no acesso a serviços públicos de qualidade, nas opções de lazer e cultura distribuídas de maneira desigual pela cidade. (D'ANDREA, 2013, p. 139).

Em sua pesquisa de doutorado sobre os sujeitos periféricos, o pesquisador afirma que o termo periferia mudou de significados ao longo do tempo. Começou na academia, com os intelectuais das ciências sociais aplicadas; mas toma outro sentido a partir da década de 1990, com o lançamento do álbum *Raio X Brasil*, do grupo Racionais MC. Para ele, a partir desse momento o termo passa a ter um forte componente crítico e passa a ser publicizado pelos próprios moradores, cujo atributo se impôs enquanto “categoria identificatória”, e passa a ser utilizado “em larga escala pelo próprio morador da periferia, fundamentalmente por jovens e negros, mas não só, é importante salientar” (2013, p. 142).

Ainda segundo o D'Andrea, a partir do hip-hop o termo periferia se tornou forma política e identitária por seus moradores; popularizou-se e foi adotado pelos saraus, cineclubes, grupos de teatro e rodas de samba. A crítica ao pensamento dominante, hegemônico, era feita diretamente contra a violência e a pobreza. Tais características talvez expliquem a adoção do termo “jornalismo periférico” por parte dos jovens que formam esses arranjos, independentemente do tipo de jornalismo que fazem. Eles trazem como

característica a crítica social, a valorização da identidade e a própria experiência social como valores, para compartilhar em seus veículos de comunicação. Ou seja, eles se consideram “sujeitos periféricos”, no real sentido da palavra.

A metodologia da pesquisa

A metodologia adotada foi a pesquisa exploratória. Para Antonio Carlos Gil (2008, p. 27), “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Para tanto, foi feito um recorte inicial da amostra de jornalistas que compunham a “Rede Jornalistas das Periferias”, grupo formado em 2016, composto por coletivos de diferentes localidades que, juntos, reúnem milhares de seguidores nas redes sociais. Faziam parte do grupo original os coletivos *Alma Preta*, *Capão News*, *Casa no Meio do Mundo*, *Desenrola E Não Me Enrola*, *DiCampana Foto Coletivo*, *DoLadoDeCá*, *Historiorama: Conteúdo&Experiência*, *Imagem*, *Mural – Agência de Jornalismo das Periferias*, *Nós*, *Mulheres da Periferia*, *Periferia em Movimento*, *Periferia Invisível* e *TV Grajaú*. A partir desse recorte, a pesquisa foi concebida para uma combinação de duas técnicas: o instrumento quantitativo (formulário eletrônico) e o qualitativo (roteiro de perguntas abertas).

O primeiro procedimento feito foi o levantamento bibliográfico, a partir da experiência histórica do jornalismo social, local

e comunitário e suas mídias. Esse levantamento demandou um olhar histórico local e nacional, para se constatar como, em momentos de transformações tecnológicas e políticas, a prática do jornalismo se organiza, é realizada e renovada. O estudo dessa bibliografia nos permitiu criar parâmetros onde organizamos categorias e verificamos a validade delas frente à outra etapa da pesquisa, que diz respeito ao levantamento empírico de jornalistas - organizados em equipes ou de forma individual - que estejam trabalhando em iniciativa voltadas para a periferias.

Esse levantamento foi feito, prioritariamente, na cidade de São Paulo, e se deu a partir de alguns critérios de comparação e seleção entre os dados encontrados, sempre a partir do ponto inicial, ou seja, iniciativas que sejam de jornalistas profissionais. Outros critérios de categorização foram: localidade, público-alvo e tipo de produto jornalístico produzido, entre outros.

A primeira etapa da pesquisa, cujos resultados serão apresentados a seguir, foi realizada entre o segundo semestre de 2017 e o primeiro semestre de 2018, com a aplicação de um formulário online, feito via plataforma *Google Formulários*, para jornalistas que reconhecidamente atuavam nos coletivos que compõem a Rede e, posteriormente, ampliados para outros grupos que se propuseram a participar. Foi necessário abrir o questionário para outros coletivos, porque encontramos resistência por parte de algumas lideranças da Rede que se recusaram a responder ao questionário. Conseguimos, no total, 17 respostas, que nos ajudaram a nortear a etapa seguinte.

A segunda etapa da pesquisa foi a coleta de enunciados dos jornalistas sobre o trabalho deles. Essa coleta foi feita por meio de

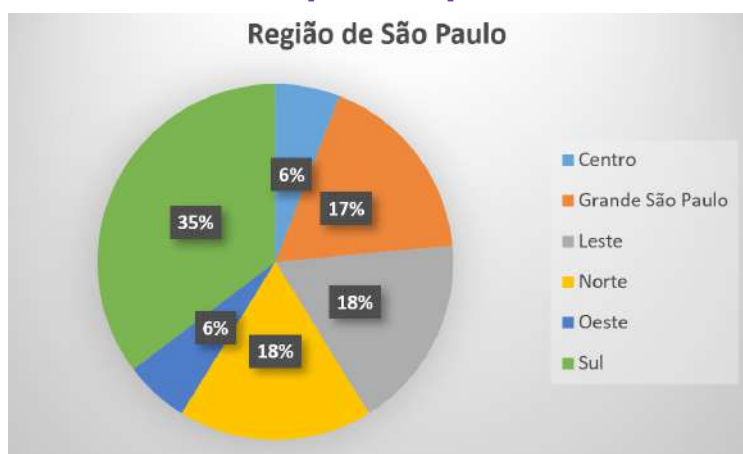
entrevistas com os profissionais. A entrevista não só faz parte do cotidiano de pesquisadores e jornalistas, mas também objetiva o inter-relacionamento humano e a troca de informações através de um contato face a face, numa situação de comunicação direta. Fávero e Andrade (2006, pág. 155) classificam a entrevista como uma técnica de interação social, e “por meio dela, busca-se uma interpenetração informativa que visa a quebrar isolamentos sociais, grupais, individuais; pode ainda servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação”. Por meio desses diferentes instrumentos de pesquisa, obteremos material empírico para análise, classificação e categorização. Desse conjunto pretendemos chegar ao pensamento concreto, ou seja, a verificação conceitual e teórica das hipóteses de pesquisa.

Quem produz a notícia da periferia: resultados iniciais

O formulário online, feito e distribuído via *Plataforma Google*, foi disponibilizado entre o último trimestre de 2017 e o primeiro trimestre de 2018. Foram disponibilizadas no total 22 questões, relacionadas a perfil, histórias de vida e profissão.

Os dezessete jornalistas que responderam às questões pertencem a cinco iniciativas diferentes e correspondem a aproximadamente 20% do universo pesquisado. Consideramos o número representativo para compor a amostra. Foram, no total, doze mulheres e cinco homens. A maioria (35%) mora na Zona Sul de São Paulo; os demais dividem-se em proporções quase iguais pelas demais regiões da cidade.

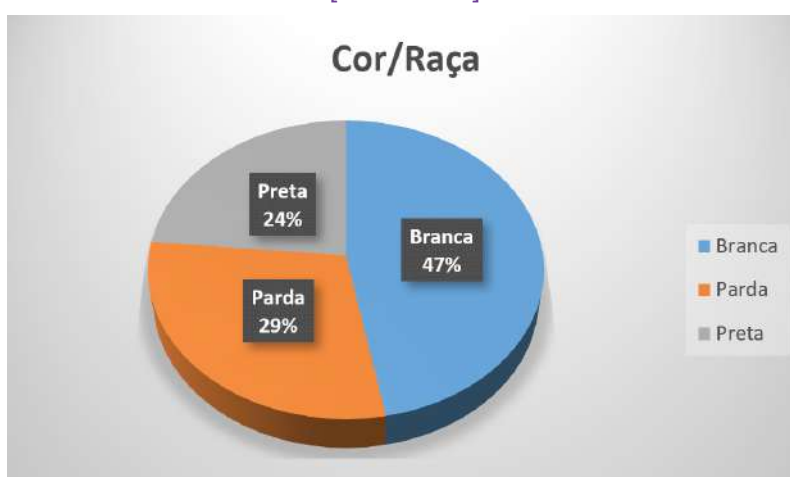
[Gráfico 1]



Os jornalistas são jovens em sua maioria. Mais da metade dos respondentes (53%) possui entre 26 e 35 anos de idade; 41% entre 18 e 25 anos e apenas 6% tem mais de 36 anos. Quase todos possuem graduação em jornalismo; dois declararam ter apenas o ensino médio. A maioria cursou o ensino médio em escola pública e

fez a graduação em faculdade particular. Em relação ao histórico familiar, onze dos jornalistas declararam já ter na família pessoas que cursaram uma faculdade, o que representa ser uma segunda geração de pessoas com diploma superior. A maioria declarou ser da raça branca, conforme o gráfico a seguir:

[Gráfico 2]



Em relação ao tempo de atuação no jornalismo, pouco mais da metade dos profissionais (59%) trabalha entre um e cinco anos na área; 35% está atuando na profissão entre seis e dez anos. Ao perguntarmos o tipo de jornalismo que fazem (comunitário, local, periférico, todas as

alternativas ou nenhuma das alternativas) as respostas são variadas, mas a maioria (41%) declara que o tipo de jornalismo que faz abrange todas essas áreas, fato que demonstra não haver clareza em relação ao gênero nem mesmo a partir de quem o produz.

[Gráfico 3]



Mais dúvidas surgem na questão a respeito das escolhas por este tipo de jornalismo. A maioria (53%) afirma sempre ter se interessado pela área, mas um número considerável (29%) revela ter ingressado na

área por acaso, 12% pela falta de opções e 6% revelam não saber o motivo. Aos serem questionados sobre o que é o jornalismo em que atuam, a maioria declara ter várias respostas, ou todas as alternativas.

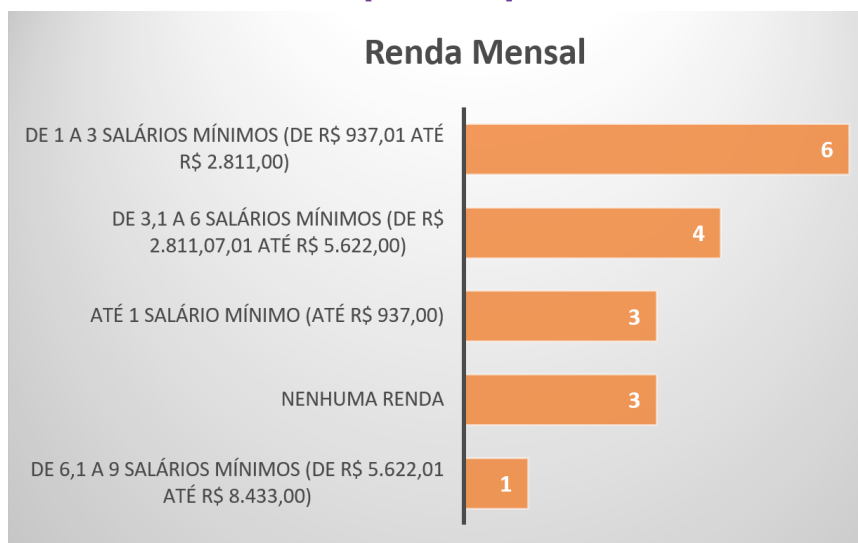
[Gráfico 4]



A renda mensal declarada pelos jornalistas que responderam à pesquisa é, em geral, baixa (de um a três salários mínimos), o que revela haver uma dificuldade em equacionar a relação entre profissão e renda. Três dos jornalistas que responderam à pesquisa declararam não ter renda.

Além disso, ao perguntarmos sobre o vínculo que possuem com o arranjo, a maioria se declara voluntária, seguida da opção freelancer. A maioria dos respondentes (70%) se declarou como pertencente a um coletivo; 65% declarou trabalhar até cinco horas por dia.

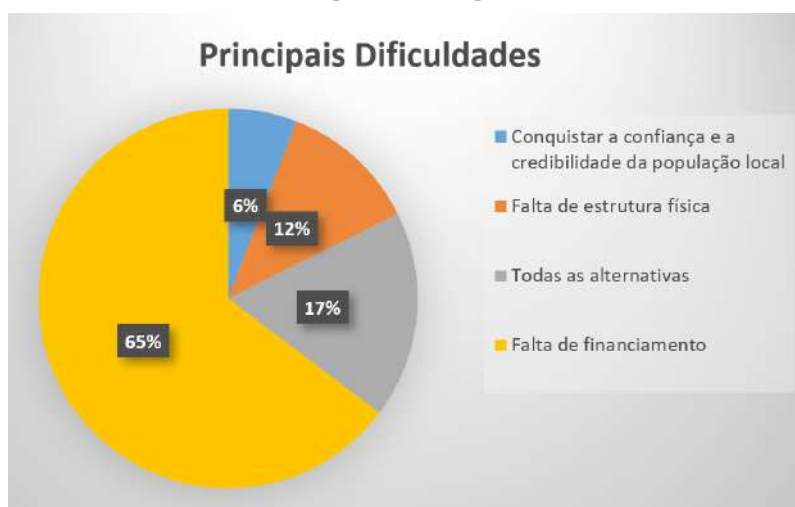
[Gráfico 5]



Ao questionarmos se os jornalistas possuem relação com algum movimento social, 71% declarou não ter este vínculo. Ao serem questionados sobre as principais

dificuldades encontradas pelos jornalistas para atuarem na área, a falta de financiamento se destaca, seguida da falta de estrutura física e de todas as alternativas juntas.

[Gráfico 6]



Apesar de todos os problemas apresentados, 71% declaram querer continuar trabalhando com jornalismo na periferia, demonstrando apego e afeto pelo que fazem. Ao serem questionados (em uma questão aberta) sobre o que a universidade poderia fazer em relação a essas iniciativas, as

respostas foram sobre “abrir espaço e receber esses grupos”; “divulgar entre os alunos”; “reconhecer o jornalismo das periferias como categoria a ser estudada”; “incentivar os alunos a praticar este jornalismo” e “ensinar a não mostrar a periferia de forma estereotipada”, entre outras sugestões.

Considerações finais

Embora o número de respostas não seja o adequado para uma pesquisa quantitativa, os resultados trazem dados reveladores em relação ao perfil dos jornalistas que produzem notícias a partir das periferias de São Paulo. Mostram, por exemplo, que a maioria é do sexo feminino, da raça branca e já possui pessoas graduadas na família, fato que, de certo modo, reproduz o perfil dos jornalistas que trabalham nas redações da grande mídia. A política e o engajamento junto a movimentos sociais não aparecem como prioridade para a maioria. O financiamento e a subsistência do arranjo revelam-se como principais fatores limitadores dessas mídias, que não conseguem alcançar um modelo de negócio que possa abranger sua produção e sustentar os profissionais envolvidos, como se pode observar pela renda declarada. Um dos recursos mais adotados é a inscrição em editais da Prefeitura que visam o fomento de atividades artístico-culturais de grupos e coletivos compostos por jovens e/ou adultos de baixa renda, como o programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI) ou pela Lei de Fomento às Periferias. A falta de estrutura também é visível. Outro fator que se destaca é a incerteza em relação ao próprio jornalismo que produzem. Não se sabe, na verdade, se a busca pelo jornalismo na própria periferia é uma busca ideológica ou uma simples questão de sobrevivência, uma vez que não há emprego para todos. São respostas que buscaremos no discurso desses jovens, na etapa seguinte.

Vale destacar que, no início de 2019, quatro coletivos das Rede de Jornalistas das Periferias se uniram para formar o

Fórum Comunicação & Territórios, grupo composto para realizar uma pesquisa online por meio das redes sociais. A pesquisa, denominada “Você conhece iniciativas de comunicação nas periferias de SP?”⁴ mapeou 97 dos chamados “realizadores educativos” (pessoas, coletivos ou organizações sociais e culturais atuantes nas periferias de São Paulo) e, a partir do envio de questionários, entrevistas e de um trabalho de imersão junto às iniciativas, levantou muitos pontos a serem discutidos, em relação à história, formato das produções, rotinas de trabalho, distribuição do conteúdo e formas de sustentabilidade, entre outros importantes temas que merecem ser observados. Mas o importante é destacar a preocupação desses grupos em fazer um trabalho de auto reconhecimento para que possam aprender e evoluir juntos, em prol das comunidades onde atuam. Essas ações demonstram que a periferia, realmente, nunca dorme. ■

[CLÁUDIA NONATO]

Jornalista e Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA/USP) e editora executiva da revista *Comunicação & Educação*, na mesma instituição. Docente do CELACC - Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação (ECA/USP) e integrante do Conselho Consultivo da Agência Mural de Jornalismo das Periferias. E-mail: claudia.nonato@uol.com.br

⁴ A pesquisa completa está disponível no endereço <https://www.comunicacaoeterritorios.org/a-pesquisa>

Referências

AGUIAR, Sonia. **Territórios do jornalismo**. Geografias da mídia local e regional no Brasil. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Orgs.) **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BECERRA, M., MASTRINI, G. Los dueños de la palabra. **Acceso, estructura y concentración de los medios en la América latina del siglo XXI**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009.

CASTILHO, Carlos. A alternativa comunitária no jornalismo contemporâneo. **Observatório da Imprensa**. São Paulo, 11 de ago. de 2014.

D'ANDREA, TIARAJÚ PABLO. **A Formação dos Sujeitos Periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. Tese. Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Além do Jornalismo. **Leituras do Jornalismo**. N. 4, v. 1, 2015.

DORNELLES, Beatriz. Características do jornalismo impresso local e suas interfaces com jornais comunitários. **Revista ALCEU** - v.8 - n.16 - p. 159 a 173 - jan./jun, 2008.

FÁVERO, Leonor L e ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. In PRETI, Dino (org.). **Estudos de língua falada**: variações e confrontos et al. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FELIX, Carla Baiense; FRAGOSO, Mariana Pitasse; COSTA, Andrew. Entre o comunitário, o popular e o contra hegemônico: limites teóricos e aproximações cotidianas. **Questões Transversais** – Revista de Epistemologias da Comunicação Vol. 5, nº 10, julho-dezembro/2017.

FÍGARO, R., NONATO, C. Novos arranjos econômicos alternativos para a produção jornalística. Contemporânea | **Comunicação e Cultura** - v.15 – n.01 – jan-abr 2017.

FREITAS, G.B. de. O discurso “periférico” no centro da narrativa midiática. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Cultura das Mídias do **XXIII Encontro Anual da Compós**, na Universidade Federal do Pará, Belém, de 27 a 30 de maio de 2014.

LIMA, Cláudia do Carmo Nonato. **Jornalistas, blogueiros, migrantes da comunicação:** em busca de novos arranjos econômicos para o trabalho jornalístico com maior autonomia e liberdade de expressão. 2015.250 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo.

MALERBA, João Paulo. Catarse e contra-hegemonia: contribuições gramscianas para a comunicação comunitária. **Razón y Palabra**, vol. 18, núm. 86, abril-junio, 2014 Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey Estado de México, México.

MICK, Jacques. Trabalho jornalístico e convergência digital no Brasil: um mapeamento de novas funções e atividades. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol.2, n.1 p. 15-37, Jan/Jun, 2015.

MORAES, D. Vozes abertas da América Latina. **Estado, políticas públicas e democratização da comunicação**. Rio de Janeiro: Maud/FAPERJ, 2011.

NONATO, Cláudia. PACHI FILHO, Fernando Felício; FIGARO, Roseli. Relações de comunicação em novos arranjos alternativos e modelos de produção da notícia. **LÍBERO**. Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. ANO XXI - No 41. JAN. / JUN. 2018.

NONATO, Cláudia. SANTANA, J.& Silva, D. Periférico e contra hegemônico: o jornalismo alternativo no Brasil e na América Latina do século XXI. Artigo publicado **no XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, INTERCOM – São Paulo, 2016.

NONATO, Cláudia. Blogs, colaborativismo e crowdfunding: novos arranjos para o livre exercício do jornalismo e a prática da cidadania. Revista **Alterjor**. N. 6, v. 2, 2015.

PEREIRA, Fábio Henrique e ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, janeiro/junho 2011.

PERUZZO, C. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. In: **Anuário Unesco/Umesp e Comunicação Regional**, Ano 6, n. 6, jan-dez, São Bernardo do Campo: Umesp/SP, 2002.

TANAKA, Giselle M.M. **Periferia: conceitos, práticas e discursos:** práticas sociais e processos urbanos na metrópole de São Paulo. Dissertação (Mestrado)- FAU/USP. São Paulo, 2006.

AÇÕES COLETIVAS
DE MÃES EM
LUTO DA ZONA
LESTE DE SÃO
PAULO:
O PAPEL DA REDE
SOCIAL DIGITAL
FACEBOOK NA
RESSIGNIFICAÇÃO
DO LUTO

[IV SICCAL – Trabalho apresentado no IV Simpósio Internacional
de Cultura e Comunicação na América Latina (2018)]

Maria da Glória Calado
Centro Universitário Senac

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

O trabalho tem o objetivo de verificar o papel da rede social digital *Facebook* na resignificação do luto de mães que perderam seus filhos - em sua maioria, jovens - em decorrência de homicídios em regiões periféricas da Zona Leste de São Paulo (SP). Adotou-se a análise de conteúdo (KRIPPENDORF, 1990) em publicações feitas entre 03 de maio de 2016 e 20 de outubro de 2018 da página “Mães em Luto da Zona Leste”, no *Facebook*, criada por integrantes de um movimento social de mesmo nome. O levantamento revelou que a rede social é usada para compartilhar angústias, dores e indignações face à violência do Estado. Infere-se que as publicações contribuem para humanizar as mortes, mobilizar outras pessoas na luta e construir reivindicações pela garantia dos direitos humanos.

Palavras-chave: Ações coletivas. Facebook. Luto. Movimentos sociais. Violência do Estado

The objective of this study is to verify the role of the social digital network *Facebook* in the resignification of the mourning of mothers who lost their children - mostly young - as a result of homicides in peripheral regions of the East Zone of São Paulo (SP). The content analysis (KRIPPENDORF, 1990) was adopted in publications made between May 3, 2016 and October 20, 2018 of the page “Mães em Luto da Zona Leste” (Mothers in mourning from the East), on *Facebook*, created by members of a social movement of the same name. The research revealed that the social network is used to share anguish, pain and indignation in the face of state violence. It is inferred that publications contribute to humanizing the deaths, mobilizing others in the struggle and building claims for the guarantee of human rights.

Keywords: Collective actions. Facebook. Mourning. Social movements. State violence.

El trabajo tiene el objetivo de verificar el papel de la red social digital *Facebook* en la resignificación del luto de madres que perdieron a sus hijos-en su mayoría jóvenes - como consecuencia de homicidios en regiones periféricas de la Zona Este de São Paulo (SP) . Se adoptó el análisis de contenido (KRIPPENDORF, 1990) en publicaciones realizadas entre el 03 de mayo de 2016 y el 20 de octubre de 2018 de la página «Mães em Luto da Zona Leste» (Madres en luto de la zona Este), en *Facebook*, creada por integrantes de un movimiento social de mismo nombre. El levantamiento reveló que la red social se utiliza para compartir angustias, dolores e indignaciones frente a la violencia del Estado. Se infiere que las publicaciones contribuyen a humanizar las muertes, movilizar a otras personas en la lucha y construir reivindicaciones por la garantía de los derechos humanos.

Palabras clave: Acciones colectivas. Facebook. Luto. Movimientos sociales. Violencia del Estado.

Contextualização

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Brasil é o nono país mais violento do mundo, com 31,1 óbitos ocasionados por causas violentas a cada 100 mil pessoas (WHS, 2018). A taxa de mortes por violência no país corresponde a 30 vezes os índices de letalidade por violência na Europa (CERQUEIRA et. al., 2018).

Em tal cenário, o Brasil, assim como outras nações ocidentais, tem a teoria da dissuasão como a principal influência para as instituições de segurança e justiça. O modelo dissuasório caracteriza-se por vigilância intensa, policiamento ostensivo, maior probabilidade de violência policial, direitos dos infratores vistos como empecilhos à criminalidade, constante valorização de indicadores relacionados à violência policial e o tratamento de indivíduos como potenciais criminosos (NATAL et. al., 2016; JACKSON et. al., 2012). Pode-se observar também que as políticas públicas de segurança implementadas no país são planejadas por meio de estratégias generalistas, as quais estão baseadas em medidas dissuasórias (NATAL et. al., 2016; ZANETIC et. al., 2016).

Os índices de violência cometida por policiais no Brasil reforçam a prevalência do modelo dissuasório no país. Segundo o Relatório da Anistia Internacional, a polícia brasileira é a que mais mata no mundo (ANISTIA, 2015). Em 2016, foram contabilizadas 4222 mortes decorrentes de violência policial no Brasil, de acordo com o

Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹ (CERQUEIRA et. al., 2017). No Estado de São Paulo, cuja polícia é uma das violentas do país, segundo a Anistia Internacional, as principais denúncias em relação às polícias civil e militar feitas à Ouvidoria da Polícia nos primeiros cinco meses de 2018 foram (1) má qualidade no atendimento, (2) abuso de autoridade e (3) homicídio (OUVIDORIA, 2018a). No tocante à letalidade policial, entre 2011 e 2017, 5281 civis foram mortos em decorrência de intervenção policial, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública estadual. Os óbitos encontram-se em curva ascendente desde 2015. Em termos comparativos, enquanto 578 civis foram mortos por policiais em 2011, 940 pessoas morreram pela mesma razão em 2017 (OUVIDORIA, 2018b).

A violência policial no Brasil agrava-se em territórios geográfica e socialmente periféricos. No caso da cidade de São Paulo, em 2017, a região que concentrou mais óbitos por violência policial foi a Zona Leste (OUVIDORIA, 2018b), a qual concentra 10 dos 20 distritos² com pior índice de desenvolvimento humano (IDH) da capital paulista (IDH, 2016). Em um país

¹ Em relação ao assunto, é válido ressaltar que existem, pelo menos, dois indicadores relacionados aos índices de letalidade policial, com números discrepantes entre eles: o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e os dados compilados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Nesta proposta, optou-se por trabalhar com as informações do FBSP por conta das subnotificações existentes no SIM em relação à letalidade policial.

² Do maior para o menor IDH, os distritos da Zona Leste que constam em tal são: Sapopemba (0,786); Vila Jacuí (0,779); Guaianases (0,768); São Rafael (0,767); Cidade Tiradentes (0,766); Vila Curuçá (0,765); Itaim Paulista (0,762); Jardim Helena (0,751); Iguatemi (0,751); e Lajeado (0,748).

no qual a cada 100 pessoas assassinadas, 71 são negras (CERQUEIRA et. al., 2017), pesquisas³ delineiam um perfil do principal tipo de vítima de ações de letalidade policial: jovens do sexo masculino, negros e de condições socioeconômicas desfavorecidas⁴. A Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo também reconhece que “a letalidade policial ainda recai, majoritariamente, sobre pobres e negros. Nesta perspectiva, a violência policial letal é estrutural e cultural” (OUVIDORIA, 2018b, p. 53).

Outros números reforçam a violência contra jovens e negros nas periferias. Entre 2006 e 2016, houve aumento de 23,3% na morte de jovens no Brasil, de acordo com o Atlas da Violência 2018 (CERQUEIRA et. al., 2018). A taxa de homicídios de negros cresceu 23,1% nesse mesmo período (idem). Ainda em 2015, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência revelou que o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior que o de um jovem branco (ibidem).

Além da mortes de civis ocasionadas por policiais, o modelo dissuasório concretiza-se também em prisões e julgamentos judiciais e opera por meio de crenças na função, saber e conduta policial, bem como crenças no fato de que o acusado mentirá e de que

existe relação entre criminalidade e condição socioeconômica (JESUS, 2016). Tais crenças oferecem suporte às narrativas policiais.

As atitudes dissuasórias da polícia tem implicações na legitimidade⁵ (TYLER, 1990; TYLER, 2006; TYLER; JACKSON, 2013; NATAL et. al., 2016) das instituições de segurança pública, em especial policiais. A legitimidade enfraquece-se por conta da pouca confiança: dos cidadãos na eficácia da polícia, justificada pelos índices de criminalidade; na justiça policial, a qual é abalada por escândalos na polícia, táticas agressivas e tratamentos inadequados aos cidadãos; e no engajamento policial, confiança perdida por conta do distanciamento dos policiais na vida diária (JACKSON; BRADFORD, 2010). Nesse sentido, pode-se inferir que a violência policial abala a legitimidade de tal instituição no Brasil.

Um dos ângulos possíveis de observação e análise da pouca legitimidade policial no país é o estudo de movimentos sociais. No âmbito da luta contra a violência policial, na América Latina, movimentos sociais de mães em luto são compostos por mães que perderam seus filhos em decorrência de casos de letalidade policial e reivindicam punição para os culpados pelas mortes dos filhos e reconhecimento

3 A respeito das relações entre desenvolvimento socioeconômico, local de residência, faixa etária, cor da pele e vitimização por letalidade policial, ver mais em: ADORNO, 1995; ADORNO, 1996; PERES et. al., 2008; NERY, 2008; SOU DA PAZ, s.d..

4 Tal discussão também dialoga com a temática do racismo estrutural, estigmatização e discriminação racial. Sobre tais temas, ver: FERNANDES (1965); GOFFMAN (1988); SCHWARCZ (1993); GUIMARÃES (1999); HENRIQUES (2003); HASENBALG (2005); PAIXÃO (2010); SKIDMORE (2012);

5 Baseado em Max Weber (2009), Tom R. Tyler (2006), “Legitimidade é uma propriedade psicológica de uma autoridade, instituição ou arranjo social que leva aqueles ligados a ele (a) a acreditar que é apropriado, conveniente e justo.” (p. 375). Com base nos estudos e reflexões de Tyler, pode-se compreender a legitimidade como “o reconhecimento do direito da autoridade exercer o poder, ou seja, a capacidade que uma autoridade tem de motivar a obediência e respeito às suas determinações” (NATAL et. al., 2016, p. 11).

de que os filhos não são dados, mas sim têm uma história de vida por meio do resgate da trajetória das vítimas da letalidade policial. As ações de tais movimentos envolvem diferentes atores sociais: mães e familiares, incluindo filhos vivos, policiais, operadores da Justiça, centros de direitos humanos, outros movimentos sociais e mídias alternativas.

Inspirados em lutas da Asociación de las Madres de la Plaza de Mayo (Argentina), movimentos compostos por mães nasceram na capital paulista e Região Metropolitana de São Paulo. Um deles é o Movimento Mães em Luto da Zona Leste, fundado em 2016. Entre outras atividades, as integrantes participaram do “I Seminário Internacional de Juventudes e Vulnerabilidades: homicídios, encarceramento e preconceito”, ocorrido em junho de 2017, fazem parte da Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio, integram o grupo de Controle Externo das Polícias, pertencente ao Ministério Público de São Paulo (MP-SP), além de participarem de rodas de conversa em universidades com o intuito de denunciar o Estado em relação à opressão e à violência nos territórios periféricos.

“Hudson Lucas, 15 anos, jovem da periferia Zona Leste - Santo André (...), assassinado no dia 06/01/16 força tática polícia militar”. “Helton, 17 anos, morto por abuso da segurança pública no dia 10/07/16”. Os relatos foram retirados de publicações da página “Mães em Luto da Zona Leste” no Facebook. Nesse contexto, questiona-se: como as mães utilizam as redes sociais digitais, em especial o Facebook, como mobilização para o

enfrentamento da violência em territórios periféricos? Diante disso, o trabalho tem o objetivo geral de verificar o papel da rede social digital Facebook na ressignificação do luto de mães que perderam seus filhos - em sua maioria, jovens - em decorrência de homicídios em regiões periféricas da Zona Leste de São Paulo (SP). Supõe-se que, por meio das redes sociais, movimentos de mães buscam demonstrar que as mortes dos filhos não devem ser compreendidas apenas como dados estatísticos, mas sim que, por trás dos acontecimentos violentos, os falecidos têm nome, família e história e, ao mesmo tempo, desejam construir vínculos de solidariedade com outros movimentos sociais.

O corpus da pesquisa qualitativa foi composto pelo movimento “Mães em Luto da Zona Leste”. Adotou-se a análise de conteúdo (KRIPPENDORF, 1990; FONSECA JUNIOR, 2006) em publicações feitas entre 03 de maio de 2016 e 20 de outubro de 2018 da página “Mães em Luto da Zona Leste”, no Facebook, criada por integrantes de um movimento social de mesmo nome. Em segundo plano, os procedimentos metodológicos também incluíram observações participantes de reuniões e coleta de relatos de participantes. Para apresentar os resultados da investigação, o presente artigo foi subdividido em seções: na primeira parte, abordar-se-á o movimento social formado em torno do luto e um breve histórico sobre os movimentos de mães no Brasil; na segunda etapa, falar-se-á da organização das ações coletivas em rede, além dos relatos de resultados da análise de conteúdo.

Luto e movimento social: do substantivo ao verbo

Em territórios marcados pela violência policial e pelo consequente aumento no número de mortes, a convivência com o luto também se torna mais frequente. No âmbito da psicanálise freudiana, o luto, enquanto substantivo, pode ser compreendido como um processo lento e doloroso, que tem como características uma tristeza profunda, afastamento de toda e qualquer atividade que não esteja ligada a pensamentos sobre o objeto perdido, a perda de interesse no mundo externo e a incapacidade de substituição com a adoção de um novo objeto de amor (FREUD, 1917).

Nas palavras de Freud, presentes na obra *Luto e Melancolia*, o luto é “a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante” (FREUD, 1917, p. 129). O luto é comparado a um processo de elaboração e diferencia-se da melancolia à medida que se caracteriza como um trabalho psíquico classificado como essencial, ao passo que a melancolia também inclui a diminuição da autoestima.

Entre os conceitos de luto e melancolia, há a noção de luto patológico, a qual se associa ao estado melancólico descrito por Freud. Na situação de luto patológico, são apresentados os mesmos sintomas do luto acompanhados de perturbações na autoestima. O melancólico se autodeprecia de maneira exagerada, perde o interesse pelo mundo externo e sente dificuldade em amar novamente. Esse estado também tem

um caráter mais inconsciente e ideal, pois não se sabe o que foi realmente perdido, uma vez que o objeto não precisa ter necessariamente morrido, mas apenas ter sido perdido enquanto objeto de amor, por exemplo, em um término de relacionamento. Vale lembrar que, em diferentes níveis, o processo de luto pode acarretar problemas psicológicos (SOUZA; PONTES, 2016).

Transformar a palavra “luto” em verbo é uma processo que pode perpassar diferentes etapas. No caso de movimentos sociais de mães em luto, é possível observar marcas de tais transições. Ao relatar a história do assassinato de Edson Rogério da Silva Santos, filho de Débora da Silva, líder do Movimento “Mães de Maio”, o jornalista Arthur Stabile afirmou que, em situação de luto, Débora passou “cinco dias internadas em um hospital sem conseguir comer direito, mal sair da cama e vendo uma parte partir rumo a um caminho distante, de onde nunca mais voltaria” (PONTE JORNALISMO et. al., 2016, p. 38). Na atualidade, Débora declara: “Me sinto mães de maio porque não tenho como respirar sem esse movimento, ele me alimenta” (PONTE JORNALISMO et. al., 2016, p. 38).

Situação semelhante ocorreu com uma das integrantes do Movimento “Mães de Osasco”, Zilda Maria de Paula. Ao relembrar o período posterior à morte do filho, a mãe de Fernando Luiz de Paula declarou, em entrevista ao jornalista Luís Adorno:

Superei fome, frio, humilhações, porrada, machismo e todo o tipo de violência, mas essa não vou conseguir superar. O estrago que esses caras fizeram, podem passar dez, vinte ou trinta anos e eles nunca vão sentir

esse vazio terrível que sinto. Nunca mais ouvi música, não consigo comer, dormir. Eu morri junto com meu filho (PONTE JORNALISMO et. al., 2016, p. 114)

O sofrimento de uma mãe com a morte de um filho de maneira violenta nunca diminui, nunca passa. Em entrevista ao jornalista Juca Guimarães, Cleuza Glória da Silva, outra integrante do Movimento “Mães de Osasco” e mãe de Fernando Henrique da Silva, afirmou que se sente como se o coração sangrasse a todo momento (cf: PONTE JORNALISMO et. al., 2016, p. 118).

O luto patológico pode manifestar-se em mães que perderam seus filhos em decorrência de atos violentos. Por exemplo, o ato de se recriminar é comum de se manifestar em indivíduos com melancolia, item decorrente de indivíduos que se recriminam pelo objeto de amor perdido. Esses sujeitos apresentam dificuldades em elaborar o luto (FREUD, 1917). O luto patológico só recebe tal classificação quando se prolonga e causa dano às funções da vida normal (cf: PARKER, 2009, p. 42).

No relato de Irene⁶, colhido pela pesquisadora em 16 de março de 2019, em reunião do grupo “Mães em Luto da Zona Leste”, a mãe afirma:

Desde o assassinato do meu filho Pedro⁷, não consigo mais dormir direito, nem comer. Ando no carro que ele foi assassinado e não tive coragem de lavá-lo. Ainda permanece o sangue derramado

do meu filho. Às vezes, tenho vontade de jogar o carro em um poste, tirar a minha vida, inclusive já tentei, mas não deu certo. Desde que meu filho morreu, sou uma morta viva⁸

O relato de Irene permite levantar a hipótese de um estado de melancolia, o qual se apresenta com sinais de impossibilidade de elaborar o luto patológico⁹. De acordo com Freud (1914-1916), quando a situação remete apenas ao luto, com o tempo, o sujeito elaboraria-o, pois não concebe o luto como um estado patológico, sob a perspectiva da psicanálise. Já na melancolia, há dificuldade de elaboração do luto. Em outras palavras, o sujeito melancólico apresenta sintomas patológicos em relação à perda.

Tais situações de luto podem ser classificadas como patológicas, traumáticas ou complicadas. Nesse sentido, no Instituto de Psiquiatria de Londres, Colin Murray Parks (2009) observou sintomas como transtornos afetivos (em especial, estados de ansiedade e depressão clínica), além do luto inibido/adiado e do luto crônico (cf: PARKS, 2009, p. 41). O relato de Irene dialoga com a noção de luto em estado crônico, por exemplo.

Enquanto o luto é vivenciado em diferentes níveis por mães que perderam seus filhos, a violência nos territórios periféricos segue de forma naturalizada. Em geral, sociedade não demonstra indignação. As mortes dos jovens periféricos, em sua maioria negros, não chocam, mas, são

⁶ Nome fictício.

⁷ Nome fictício

⁸ Relato fornecido por Irene.

⁹ Pesquisas futuras contribuirão para a melhor compreensão da elaboração do luto por mães em luto que participam de movimentos sociais.

estampadas nos jornais como se fossem dados estatísticos. Nesses territórios, as mães e os familiares enlutados também encontram dificuldades em externalizar sua dor face à perda do filho, em função das circunstâncias das mortes pela violência do Estado. As narrativas construídas pela mídia hegemônica baseadas nas versões dos informantes policiais – as quais se referem ao indivíduo morto era “bandido”. Para as mães enlutadas, o trauma da perda do filho em razão da violência acarreta, além de prejuízos psíquicos e doenças psicossomáticas, mortes, como foi o caso do falecimento de duas mães enlutadas do movimentos sociais de mães, uma do movimento “Mães de Maio” e outra do “Movimento de Mães em Luto da Zona Leste” em 2018.

As consequências psicológicas do luto estão diretamente relacionadas às mortes súbitas, inesperadas e prematuras. São incluídas neste grupo as situações ligadas ao testemunho de violência, mutilação, óbitos com culpados, mortes as quais não permitem a recuperação de corpos intactos. Tais falecimentos são denominados como perdas traumáticas (cf: PARKS, 2009, p. 45). O luto também expõe o indivíduo a ameaças à segurança e mudanças no cotidiano. Além disso, o luto pode estar associado a lembranças terríveis de eventos aterrorizantes, culpa pelo óbito (geralmente dirigida a outras pessoas) e vergonha e/ou culpa por suposta negligência ou cumplicidade (cf: PARKS, 2009, p. 42).

Nesse sentido, a vivência do luto por mães que perdem seus filhos em virtude de acontecimentos violentos é comparada, de forma metafórica, a um processo de mumificação (ALARCÃO; CARVALHO;

PELLOSO, 2008). O fato decorre da situação de que “o amor é fonte de prazer mais profunda da vida, ao passo que a perda daqueles que amamos é a mais profunda fonte de dor” (PARKS, 2009, p. 11).

Trata-se de um sofrimento intenso e complexo, diferente de outros tipos de perda parental, com o envolvimento de sentimentos como angústia, revolta, desespero, imaginação dos momentos de sofrimento vivenciados pelo filho, busca pela manutenção dos vínculos parentais. De acordo com Ana Carolina Jacinto Alarcão, Maria Dalva de Barros Carvalho e Sandra Marisa Pelloso (2008):

a mumificação da memória do filho se revela como um retornar do filho ao útero materno, para a proteção e privacidade de sentimentos tão nobres e delicados. Esta mumificação parece não significar negação da morte ou esperança de retorno do filho assassinado, e sim, demonstrar uma profunda ligação afetiva e desejo de justiça (ALARCÃO; CARVALHO; PELLOSO, 2008, p. 4)

A respeito do luto materno em situações de violência, a pesquisa de Sandra Luzia de Souza Alencar (2011) destaca que:

Aprendemos com efeito, que as mortes são socialmente condicionadas pelas circunstâncias da vida: saúde, trabalho, moradia, transportes (...), mas a este aspecto se soma o lugar social que é conferido à morte e com o qual ela é recoberta, o que se relaciona com o lugar do luto. Ao luto condicionado por situações de violência, antecede a violência que determina a morte. E este o lugar em que

a morte é esperada e, neste lugar, a morte de um jovem não se constitui em perda ou acontecimento que corta o ritmo sequencial do cotidiano (ALENCAR, 2011, p. 43)

O enfrentamento do luto de mães ocasionado por mortes que envolvem violência também perpassa a noção de cumplicidade materna. Há um desejo conjunto de mostrar que os filhos mortos não são apenas estatísticas. Nas explicações de Alarcão, Carvalho e Pelloso, o estraçalhamento da maternidade gera solidariedade e união entre mães que vivenciaram situações semelhantes. Os sentimentos que prevalecem estão ligados ao fato de reviver dores e à busca por justiça e punição dos responsáveis (ALARCÃO; CARVALHO; PELLOSO, 2008).

“Somos mortas vivas”¹⁰. A afirmação de Solange Oliveira, liderança do movimento “Mães em Luto da Zona Leste” pode relacionar-se com a sensação de que, apesar do sofrimento e da consciência do óbito dos filhos, há a sensação de que, um dia, eles serão encontrados.

Cumplicidade, solidariedade, união e busca por justiça são marcas presentes nos movimentos sociais de mães. Desse modo, é possível conceituar movimentos sociais de mães como ações coletivas nas quais mulheres que possuem filhos têm protagonismo em lutas pela garantia de direitos humanos (FREITAS, 2000). Segundo Alice Marta Belinello da Graça (2014), a história do movimento das mulheres no Brasil começou a se destacar nas décadas de 1970 e 1980, ao passo que o movimento

das mães começou a despontar nos anos de 1990. Foram protagonistas desse período os movimentos de Mães de Acari e Mães da Cinelândia no Rio de Janeiro.

Na época, o Centro Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente ajudou na criação do Grupo das Mães da Cinelândia. Estas mães de crianças e adolescentes desaparecidas no RJ se reuniam e ficavam em silêncio na Praça da Cinelândia com fotos dos filhos desaparecidos (FREITAS, 2000; GRAÇA, 2014). Já o caso de Acari (RJ) foi iniciado com o sequestro e desaparecimento de 11 jovens na Zona Norte da capital carioca. Os corpos nunca foram localizados (GANDRA, 2015, on-line).

Segundo Graça (2014), o primeiro movimento de mães a ser criado em São Paulo foi denominado Mães da Sé, organizado por Ivanise Esperidião da Silva e Vera Lúcia Ranú. Ambas residentes em bairros periféricos na cidade de São Paulo (Pirituba e Jaraguá, respectivamente), elas se inspiraram na organização não-governamental (ONG) Centro de Direitos Humanos de Defesa da Criança e do Adolescente - ONG. Nesse sentido, as Mães da Sé estabeleceram contatos com os movimentos de mães do Rio de Janeiro, item que criou uma rede coletiva de solidariedade, a partir do sofrimento e da dor engendrada nas trincheiras de luta.

Derivado do “Mães da Sé”, o Movimento Mães em Luta nasceu em 2005 como uma ONG voltada à prevenção e busca de pessoas desaparecidas. A diferença entre os movimentos decorre da crítica de Vera I. Ranú, fundadora do “Mães em Luta”, com relação às formas de

¹⁰ Depoimento dado por Solange de Oliveira à pesquisadora em 2018.

protesto do “Mães da Sé”, que não se alterou ao longo dos anos, e também acerca da relação entre o movimento e os órgãos oficiais (só havia comunicação de casos, sem progressos para a resolução do problema de desaparecimentos) (GRAÇA, 2014).

Um dos movimentos mais conhecidos ligado à violência de Estado em São Paulo nasceu em 2006: o “Mães de Maio da Democracia Brasileira”. A ação coletiva lida diretamente com o luto materno e a busca por justiça em relação a situações de violência ocorridas em 2006, ano em que policiais militares e paramilitares assassinaram 493 jovens em ações justificadas como represálias ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Diante disso, na Baixada Santista, mães lideradas por Débora Silva Maria procuraram o Ministério Público para denunciar os crimes e a ausência de apuração dos fatos pelas autoridades (GRAÇA, 2014).

As atividades das “Mães de Maio” versam sobre denúncia da violência de Estado, cujas principais vítimas são a população jovem, negra e periférica, busca de provas para inocentar os falecidos e luta pela punição dos envolvidos (GRAÇA, 2014). O movimento também busca demonstrar que os jovens mortos são vistos como bandidos, não como vítimas, em um cenário no qual os julgamentos em relação à conduta dos falecidos partem do desconhecimento da história de vida deles.

Outros movimentos sociais no Brasil demonstram o protagonismo das mães enquanto sujeitos políticos na luta contra o extermínio, desaparecimento e encarceramento de seus filhos. Além das Mães de Maio, pode-se destacar a existência do

Grupo de Mães Mogianas, Mães de Osasco e das Mães em Luto da Zona Leste na capital paulista, Grande São Paulo e Baixada Santista. Em todos os casos, grupos de mães são formados por mulheres em geral periféricas que sofrem as agruras da violência policial, mas, que imbuídas de atitudes ativistas, buscam por mulheres que também sofreram ou sofrem na pele os efeitos da violência. Essas mães transformam a sua dor em matéria-prima, em “combustível” em processo de luta pela vida, pelo fato de que seus filhos assassinados tenham direito à memória de jovens com famílias, sonhos interrompidos e não se configurem apenas como dados estatísticos nos anuários ou boletins policiais. Em todos os casos, a inspiração vem de lutas da Asociación de las Madres de la Plaza de Mayo (Buenos Aires, Argentina), grupo que se destacou pelo protagonismo de mães de desaparecidos políticos no período da ditadura militar na Argentina entre os anos de 1976 e 1983.

Para lutar pelo reconhecimento das histórias de vida dos filhos, buscar por justiça e denunciar a violência de Estado, movimentos de mães privilegiam meios de comunicação virtuais, tais como blogs e redes sociais. Nesse sentido, uma das estratégias mais utilizadas é o *Facebook*.

Movimentos sociais e redes

Na atualidade, movimentos sociais são, simultaneamente, locais e globais (CASTELLS, 2013). Apesar do foco em um problema situado em determinado(s)

território(s), as ações coletivas contemporâneas tornam-se globais à medida que compartilham suas reivindicações, angústias, problemas e conquistas em redes sociais digitais. Nas palavras de Manuel Castells (2013), tal fenômeno caracteriza-se como uma autocomunicação de massa, com mensagens de muitos para muitos, em redes horizontais de comunicação multidirecional e interativa.

Redes sociais digitais na internet são espaços privilegiados da autocomunicação de massa. Tais espaços facilitam os contatos e organizações entre movimentos de diferentes localidades. Em outras palavras, elas concretizam o espaço público dos movimentos sociais como híbridos: redes e ruas são utilizadas como estratégias de luta. Nesse contexto, cabe ressaltar que a internet, bem como outras tecnologias da informação e comunicação (TICs), não são fontes de causação social (CASTELLS, 2013).

No caso dos movimentos de mães, as redes sociais digitais são utilizadas como forma de nomear sujeitos, de humanizar vidas nuas¹¹ (AGAMBEN, 2002) que foram finalizadas de forma violenta. Nesse sentido, o *Facebook*, rede social criada em 2004 e com 127 milhões de usuários mensais no Brasil¹², possui perfil adequado aos propósitos de tais ações coletivas: trata-se de um espaço que possibilita a criação de páginas, cujos recursos incluem a publicação de textos, fotos, vídeos, divulgação de eventos, espaço para a biografia do grupo,

possibilidade de compartilhamento de conteúdos externos, além de espaços de interação por meio de mensagens privadas e comentários públicos, ou seja, visíveis a todos os participantes da rede social.

O Movimento “Mães em Luto da Zona Leste” foi iniciado por meio do *Facebook* em maio de 2016. Solange Oliveira, uma das lideranças da ação coletiva, passou a escrever publicações sobre a importância da união das mães e também sobre suas próprias dores por ter perdido um filho. A primeira reunião do grupo foi convocada por meio de tal rede social digital. Até o dia 20 de outubro de 2018, foram divulgados 398 posts na *fanpage* (74 em 2016, 197 em 2017 e 127 em 2018), verificados por meio de uma análise de conteúdo. O procedimento metodológico consiste em “uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que podem se aplicar a seu contexto” (KRIPPENDORFF, 1990, p. 29). A análise de conteúdo atende também a perspectiva de aproximação quali-quantitativa com o tema “Redes de informação, poder da comunicação e resignificação do luto em ações coletivas de mães que perderam filhos em situações de violência em territórios periféricos da América Latina” e possibilita a codificação, categorização, inferência e tratamento informático ao assunto a ser aprofundado (cf: FONSECA JÚNIOR, 2006).

As categorias de publicações localizadas na página foram: (1) fotografias acompanhadas de histórias de jovens vítimas fatais da violência nas periferias; (2) depoimentos de mães que perderam filhos em decorrência da violência nas periferias; (3) compartilhamento de publicações

¹¹ Em linhas gerais, Giorgio Agamben denomina as vidas humanas expostas à morte como vidas nuas.

¹² Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

registradas em páginas de outros movimentos de mães; (4) divulgação de reuniões e protestos sobre a violência nas periferias; (5) compartilhamento de notícias, charges e materiais audiovisuais veiculados sobre as periferias e acerca dos movimentos de mães; (6) publicações ligadas ao tema “mães mortas-vivas”; e (7) posts sobre esperança, luta e mobilização. As principais linguagens utilizadas são fotografias, textos e vídeos.

Entre as categorias abordadas, é necessário ressaltar as fotografias de jovens vítimas fatais da violência nas periferias, as quais foram reunidas em um álbum de imagens denominado “jovens mortos por abuso de poder da segurança pública”. O recurso adquiriu perspectiva colaborativa com o tempo, tendo em vista que outras mulheres passaram a publicar fotos e histórias de seus filhos, sobrinhos e parentes mortos em decorrência da violência nas periferias nos comentários das publicações. Ainda no tocante aos comentários, foi possível notar que algumas mães incluem nomes dos filhos mortos na nomenclatura dos perfis no *Facebook*.

Outra categoria que deve ser destacada refere-se ao tema “mães mortas vivas”, termo utilizado pelas integrantes do movimento. O “aniversário de morte” dos filhos mortos é frequentemente recordado na página. Em tais publicações, aparecem frases como “quando morre um (a) filho (a), morre também uma mãe”. O desejo de morrer convive ao lado da vontade de lutar para que a situação não se repita com outros jovens, de acordo com a análise de conteúdo das publicações. A mumificação de memórias dos filhos é expressa por meio de relatos detalhados como o abaixo, divulgado na página do *Facebook* em 18 de outubro de 2016:

Oi, sou Márcia, mãe de PETERSON CONTI SENORELLI, que há exatamente 1 ano e 7 meses, em plena tarde de uma quarta-feira, foi abordado por policiais da força tática. Nesta abordagem, meu filho estava com a certidão de nascimento, pois RG precisava tirar outro, eles louco com o poder, obsessão, vontade de judiar, matar, perguntaram o nome dos avós do meu filho, e ele não sabendo dizer, começou a tortura, chutes, coronhadas, socos, e ali naquele local ficaram 40 minutos. Eram 3:40 da tarde o início da abordagem. Às 18:04 entregaram meu filho, desfalecido, entrando em óbito no hospital, às 18:21, fizeram um boletim de ocorrência fantasma, pois meu filho já estava no hospital, tentaram esconder. No hospital, assim que chegamos nos foi entregue um bilhete, procurem justiça, e logo depois descobrimos que alguém teria filmado no celular, fomos a procura, esse vídeo veio para nossas mãos, crueldade, covardia, meu filho nunca teve problemas com a polícia, eles saíram para matar e o meu filho foi o escolhido (MÃES EM LUTO DA ZONA LESTE, 2016)¹³

Ao mesmo tempo em que são veiculadas mensagens de tristeza, angústia e raiva, também surgem comunicações sobre esperança e luta. É válido mencionar também que os sentimentos de raiva e incompletude foram explicitados por meio de status, recurso do *Facebook* iniciado com as palavras “sentindo-se com...” para que usuários falem sobre seus sentimentos. A expressão “a luta do luto”, presente em

¹³ Relato retirado da página “Mães em Luto da Zona Leste”, Disponível em: <<https://goo.gl/6UZiq2>>. Acesso em: 11 set. 2018.

posts da página, sintetiza essa categoria. Outro lema recordado com frequência é “nossos mortos têm voz”. A partir de uma perspectiva mais analítica, a relação entre Estado e periferias também é descrita pela ótica das mães.

Nas publicações, é possível observar repetições de conteúdos e de textos. Infere-se que essa atitude tem ligação com a vivência e elaboração do luto, bem como com expressões de luto patológico, em especial quando as mensagens repetidas integram a temática “mães mortas vivas”. Observou-se também repetições de vídeos que mostravam cenas de violência nas periferias da Zona Leste.

Considerações finais

Em meio ao luto e suas diferentes fases, intensidades e classificações, movimentos de mães configuram-se como ações coletivas que atuam em esferas públicas variadas. Um dos espaços de atuação utilizados na atualidade por tais movimentos é o conjunto de redes sociais digitais.

No *corpus* analisado neste trabalho, observou-se que a utilização do *Facebook*, enquanto plataforma, contribui para a resignificação do luto de mães que perderam filhos em decorrência da violência do Estado na Zona Leste de São Paulo. A rede social é usada para compartilhar angústias, dores e indignações face à violência estatal. Além de ter marcado o início da mobilização do movimento “Mães em Luto da Zona

Leste”, infere-se que o *Facebook* é usado para publicações contribuem para humanizar as mortes, narrar histórias, mobilizar outras pessoas na luta e construir reivindicações pela garantia dos direitos humanos.

Por meio do *Facebook*, em resumo, é possível observar a transformação do luto de substantivo em verbo. Morte, vida e luta convivem nas publicações feitas pelo movimento na rede social analisada. A ação coletiva estudada é um dispositivo de ajuda mútua para enfrentar a perda por meio da irmandade na dor e encaminhar trâmites burocráticos em espaços como Ministério Público e Defensoria Pública. Se não é possível curar a ferida aberta pela perda de um filho, ferida a qual insiste em sangrar, mães juntas podem encontrar apoio entre si para seguirem em frente em busca pelo reconhecimento e pela reescrita das histórias dos filhos em bases mais humanizadas. Trata-se de um tema que deve ser aprofundado por meio de investigações científicas com metodologias participativas, as quais sejam protagonizadas pela escuta das mães enlutadas. ■

[MARIA DA GLÓRIA CALADO]

Graduada em Psicologia pela Universidade São Marcos (1987), Mestre em Psicologia pela Universidade São Marcos (2007) e Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2013). Docente do Centro Universitário Senac. Temas de pesquisa: lei 10.639; racismo; movimentos sociais; educação antirracista; intervenção curricular; e racismo.
E-mail: professoramgloria@gmail.com

Referências

ADORNO, Sérgio. Discriminação racial e Justiça Criminal em São Paulo. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 43, nov. 1995, p. 45-63. Disponível em: <https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/203942/mod_resource/content/1/Adorno.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

ADORNO, Sérgio. Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparada. **Estudos Históricos**, v. 9, n. 18, 1996, p. 286-300. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2034>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALARCAO, Ana Carolina Jacinto; CARVALHO, Maria Dalva de Barros; PELLOSO, Sandra Marisa. A morte de um filho jovem em circunstância violenta: compreendendo a vivência da mãe. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 3, p. 341-347, June 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692008000300002&lng=en&nrm=iso>. Access on 20 May 2019.

ALENCAR, Sandra Luzia de Souza. **The mourning experience in violence situation: between two deaths**. 2011. 187 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ANISTIA Internacional. **Informe 2014/15**: o Estado dos Direitos Humanos no mundo. Londres: Peter Bennenson House, 2015. Disponível em: <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Informe-2014-2015-O-Estado-dos-Direitos-Humanos-no-Mundo.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERQUEIRA, Daniel et. al. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

CERQUEIRA, Daniel et. al. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA; FBSP, 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/atlas-2017>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: EDUSP, Vol. I e II. 1965.

FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa da. **Análise de conteúdo** In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FREUD, Sigmund. **Luto e Melancolia**. Brasil: Companhia das Letras, 1917. (Sigmund Freud Obras Completas, pp. 127-144).

FREUD, Sigmund. **Reflexões para os tempos de guerra e morte**. In: História do Movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos, Vol. XIV). Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 1914-1916.

GANDRA, Alana. Chacina de Acari completa 25 anos em meio à discussão sobre impunidade. **EBC**, Brasília, 26 jul. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-07/chacina-de-acari-completa-hoje-25-anos-de-impunidade-segundo-ong>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

GRACA, Alice Marta Belinello da. **Da casa às ruas: o movimento de mães em São Paulo**. 2014. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34 – Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979 (2005).

HENRIQUES, Ricardo. **O canto da desigualdade racial**. In: Racismos Contemporâneos. Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania (Orgs.). Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003.

IDH: os 20 melhores e os 20 piores distritos de São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 abr. 2016. Disponível em: <https://fotos.estadao.com.br/galerias/cidades,idh-os-20-melhores-e-os-20-piores-distritos-de-sao-paulo,24925?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2019.

JACKSON, Jonathan; BRADFORD, Ben. **Police legitimacy: a conceptual review**.

SSRN Eletronic Journal, set. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jonathan_Jackson3/publication/228177949_Police_Legitimacy_A_Conceptual_Review/links/5a32539f0f7e9b2a28a44e9b/Police-Legitimacy-A-Conceptual-Review.pdf?origin=publication_detail>. Acesso em: 25 fev. 2019.

JACKSON, Jonathan; HOUGH, Mike; BRADFORD, Ben; HOHL, Katrin; KUHA, Jouni. **Policing by consent**: understanding the dynamics of police power and legitimacy. ESS country specific topline results series, 1., European Commission: 2012. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/47220/1/Policing%20by%20consent%28lsero%29.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

JESUS, Maria Gorete Marques de. **'O que está no mundo não está nos autos'**: a construção da verdade jurídica nos processos criminais de tráfico de drogas. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-03112016-162557/pt-br.php>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

KRIPPENDORF, Klaus. **Análisis de contenido**. Barcelona: Paidós, 1990.

MÃES EM LUTO DA ZONA LESTE. Disponível em: <<https://goo.gl/6UZiq2>>. Acesso em: 11 set. 2018.

NATAL, Ariadne; ZANETIC, André; MANSO, Bruno Paes; OLIVEIRA, Thiago. Legitimidade da polícia: teoria da dissuasão e justiça procedimental. In: Encontro Anual da ANPOCS, 40., 2016, Caxambu. **Anais do 40º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu: 2016. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st03-8/10140-legitimidade-da-policia-teoria-da-dissuasao-e-justeza-procedimental/file>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

NERY, Marcelo Baptista. **Densidade de ocorrências de mortes violentas**: Mortes de jovens associadas à violência. In: Olhar São Paulo - Violência e Criminalidade, p. 35-38, 2008. Disponível em: <http://nevusp.org/wp-content/uploads/2015/01/down209.pdf>.

OUVIDORIA da Polícia de São Paulo. **1º Relatório de Prestação de Contas da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo - janeiro a maio de 2018**. São Paulo: Ouvidoria da Polícia de São Paulo, 2018a.

OUVIDORIA da Polícia de São Paulo. **Pesquisa sobre o uso da força letal por policiais de São Paulo e vitimização policial em 2017**. São Paulo: Ouvidoria da Polícia de São Paulo, 2018b. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpouvidoria-policia/UsoForcaLetal2017.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

PAIXÃO, Marcelo. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil**; 2009-2010: Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

PARKS, Colin Murray. **As raízes do luto e suas complicações**. São Paulo: Summus, 2009.

PERES, Maria Fernanda Tourinho; CARDIA, Nanci; NETO, Paulo de Mesquita; SANTOS, Patrícia Carla dos; ADORNO, Sérgio. Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. **Rev Panam Salud Publica**, v. 23, n. 4, 2008, p. 268-276. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0208/pdfs/IS28\(2\)060.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0208/pdfs/IS28(2)060.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2019.

PONTE JORNALISMO; Mães de Maio; André Camarante (orgs.). **Mães em luta**: dez anos dos crimes de maio de 2006. São Paulo: Nós por nós Editora, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil de 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução Donaldson M. Garschagen. 1ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOU DA PAZ. **Linha de frente**: vitimização e letalidade policial na cidade de São Paulo. São Paulo: Instituto Sou da Paz, s.d. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/upload/pdf/linha_de_frente_internet.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2019.

SOUZA, Andressa Mayara Silva; PONTES, Suely Aires. As diversas faces da perda: o luto para a psicanálise. **Analytica**, São João del-Rei, v. 5, n. 9, p. 69-85, jul.-dez. 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/analytica/v5n9/07.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

TYLER, Tom R.; JACKSON, Jonathan. Future challenges in the study of Legitimacy and Criminal Justice. **SSRN Eletronic Journal**, mar. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/235983556_Future_Challenges_In_The_Study_Of_Legitimacy_And_Criminal_Justice/download>. Acesso em: 01 mar. 2019.

TYLER, Tom R. Psychological Perspectives on legitimacy and legitimation. **Annu. Rev. Psychol.**, n. 57, p. 375-400, 2006. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.psych.57.102904.190038>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

TYLER, Tom R. **Why people obey the law**. New Haven; London: Yale University Press, 1990.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 4 ed. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014 (vol. 1).

WHS. **World Health Statistics 2018**: monitoring health for the SDGs sustainable development goals. Geneva: World Health Organization, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2018/EN_WHS2018_TOC.pdf?ua=1>. Acesso em: 01 mar. 2019.

ZANETIC, André; MANSO, Bruno Paes; NATAL, Ariadne Lima; OLIVEIRA, Thiago Rodrigues. Legitimidade da polícia: segurança pública para além da dissuasão. **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 148-173, out.-dez. 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/24183/15238>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

ELEMENTOS DE IDENTIDADE EM INICIATIVAS DE JORNALISMO INDEPENDENTE

[IV SICCAL – Trabalho apresentado no IV Simpósio Internacional
de Cultura e Comunicação na América Latina (2018)]

Edgard Patrício

Universidade Federal do Ceará

Raphaelle Batista

Universidade Federal do Ceará

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Diante das transformações do capitalismo, o jornalismo também sofre alterações (CHARRON e BONVILLE, 2016). Uma dessas mudanças é o fortalecimento do jornalismo independente (REIS, 2017). Fonseca e Kuhn (2009) chamam a atenção para o impacto das mudanças na identidade jornalística. O objetivo deste artigo é analisar os elementos de identidade jornalística presentes nas autonarrativas de grupos de produção de jornalismo independente em plataformas digitais. Com base na etnografia virtual (HINE, 2004) e na análise do discurso (FAIRCLOUGH, 2001), percorremos o texto que aparece nas abas 'quem somos' e 'sobre' de 11 (onze) grupos de jornalistas que se autodeclaram como independentes e disseminam suas produções em plataformas digitais. A análise tenta responder como as novas práticas profissionais reorientam os conceitos de jornalismo e jornalistas para esses grupos.

Palavras-chave: Jornalismo. Iniciativas independentes. Autonarrativas. Identidade jornalística.

Faced with the transformations of capitalism, journalism also changes (CHARRON and BONVILLE, 2016). One such change is the strengthening of independent journalism (REIS, 2017). Fonseca and Kuhn (2009) draw attention to the impact of changes in journalistic identity. The objective of this article is to analyze the elements of journalistic identity present in the autonomous groups of independent journalism production on digital platforms. Based on the virtual ethnography (HINE, 2004) and discourse analysis (FAIRCLOUGH, 2001), we cover the text that appears in the 'who we are' and 'on' tabs of 11 (eleven) groups of journalists who self-disseminate their productions on digital platforms. The analysis attempts to respond as new professional practices reorient the concepts of journalism and journalism to these groups.

Keywords: Journalism. Independent initiatives. Autonarratives. Journalistic identity.

Ante las transformaciones del capitalismo, el periodismo también sufre alteraciones (CHARRON y BONVILLE, 2016). Uno de esos cambios es el fortalecimiento del periodismo independiente (REIS, 2017). Fonseca y Kuhn (2009) llaman la atención sobre el impacto de los cambios en la identidad periodística. El objetivo de este artículo es analizar los elementos de identidad periodística presentes en las autonarrativas de grupos de producción de periodismo independiente en plataformas digitales. En base a la etnografía virtual (HINE, 2004) y en el análisis del discurso (FAIRCLOUGH, 2001), recorrimos el texto que aparece en las fichas 'quiénes somos' y 'sobre' de 11 (once) grupos de periodistas que se autodeclaran como independientes y diseminan sus producciones en plataformas digitales. El análisis intenta responder como las nuevas prácticas profesionales reorientan los conceptos de periodismo y periodistas para esos grupos.

Palabras clave: Periodismo. Iniciativas independientes. Autonarrativas. Identidad periodística.

Introdução – Identidade jornalística em tempos de transitoriedade

Charron e Bonville (2016) tomam emprestado o conceito de paradigma de Kuhn (1998) para lançarem uma compreensão sobre as transformações pelas quais passa o jornalismo. As alterações das características intrínsecas ao paradigma evidenciaria o processo de transformação. “Um paradigma jornalístico é, portanto, como a língua, um conjunto de regras suscetíveis de se transformarem à medida que os jornalistas adaptam a prática às mudanças dentro das condições concretas dessa prática.” (CHARRON e BONVILLE, 2016, p. 47). Apreendem o conceito, assim, a partir de uma orientação diferenciada. A dimensão discursiva.

[...] um paradigma jornalístico, na medida em que remete a uma prática discursiva, não se define a partir de critérios econômicos ou políticos, como a busca por lucro ou a liberdade de imprensa, mas a partir de considerações propriamente discursivas. [...] Assim, não é a predominância das considerações comerciais que caracteriza o jornalismo do século XX, mas a maneira como essas considerações influem no discurso jornalístico. (CHARRON e BONVILLE, 2016, p. 33)

Essa mesma perspectiva ‘transitória’ do conceito de paradigma também impregna o conceito de identidade para Bauman (2005). A identidade, assim como o pertencimento, seria negociável e revogável ao longo do tempo, e “(...) as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre,

a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’”. (p. 17).

Uma discussão que pode ser colocada, a partir dessa percepção de transitoriedade, tanto do jornalismo, e, por conseguinte da identidade jornalística, é quanto à própria validade de se compreender a transitoriedade do jornalismo, e da identidade, como fenômeno particular em se tratando de sua constituição. Esse caráter transitório, cambiante da identidade, pode sugerir sua aproximação com as transformações pelas quais passa o jornalismo, seu momento de ‘transição’. Mas a transição seria o que se modifica ou o que permanece? Seria a variável ou seria a constante? A exceção ou a regra? “A fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas.” (BAUMAN, 2005, p. 21).

Para além de responder esses questionamentos, o fato é que as transformações no jornalismo são perceptíveis. Compreendendo a identidade como um processo de pertencimento a uma comunidade de ideias e princípios (BAUMAN, 2005) e que ao estudar a identidade jornalística ‘contemporânea’ acabamos por entender “o que eles fazem, como eles fazem e que significado esse fazer possui para a sociedade em que vivemos” (LOPES, 2013, p. 17), nos parece apropriado equilibrar nossa análise ora no ambiente de processos de produção do jornalismo, ora no discurso produzido e assumido por esses jornalistas, que podem dar conta dessas transformações e seus reflexos em sua própria identidade. E vice-versa.

Transformações no jornalismo – Independência e identidade

O jornalismo independente – Reflexos das transformações

Ocorre uma crítica generalizada de que os meios tradicionais quebraram “o pacto” que tinham com o público (CRISTOFOLETTI, 2016), especialmente em pautas que abordem política, direitos humanos e movimentos sociais. Em busca de se reposicionar no mercado, mas também a fim de recuperar valores fundamentais deixados em segundo plano pelos meios tradicionais e, em última instância, reconquistar uma credibilidade ‘perdida’, muitos jornalistas migram para o chamado jornalismo independente. Nesta discussão, vale salientar, entendemos o jornalismo como “uma atividade exercida por profissionais” e “que ocorre no contexto de uma subcultura própria” (LIMA, 2009). Distinguindo-se, portanto, do chamado jornalismo cidadão, praticado de modo a não se submeter aos padrões mercadológicos da notícia e, tampouco, à necessidade de formação específica de quem a produz.

Para Reis (2017, p. 194), citando a ideia do teórico Venício Lima, o jornalismo independente “é definido, em geral, por ser um jornalismo realizado sem vinculação econômica ou editorial a grandes grupos empresariais, na perspectiva de contraposição à mídia convencional”. Em termos mais objetivos, em outra definição do mesmo autor, é um jornalismo “livre de qualquer sujeição, autônomo” (LIMA, 2009).

Autonomia esta, diga-se, não só em relação aos interesses do Estado e ao poder

econômico de grupos empresariais da própria mídia e diversos outros setores, mas também quanto às práticas editoriais que, de alguma forma, tolhem a atividade jornalística em seus princípios de responsabilidade social e busca pelo interesse público. Lauk e Harro-Loit (2016) argumentam que não é possível desconsiderar, na discussão sobre essa autonomia, o fator da continuidade ou descontinuidade de uma cultura jornalística. Para os autores, nos países em que essa cultura é interrompida, seja por mudança no regime político ou mesmo geracional decorrente da crise econômica, a autonomia é interrompida e a confiabilidade no jornalismo fica prejudicada.

Lima (2009) ressalta os exemplos da chamada “imprensa alternativa” dos anos 1970 e 1980, que atuou na campanha pelas “Diretas Já” e depois na luta pelo impeachment de Fernando Collor de Melo, em 1992. Reis (2017) elenca, ainda, num período bem anterior, as experiências de jornais humorísticos impressos nos anos 1930, como *A Manhã*, sem esquecer das revistas *Pasquim* e *Realidade*, durante a ditadura.

A pesquisadora lembra, porém, que “foram muitas as mudanças de um jornalismo que pretende ‘contar o seu tempo’ e acompanhar as transformações tanto de linguagem quanto das próprias práticas a partir de um contraponto aos tradicionais veículos midiáticos” (REIS, 2017, p.194). Essas mudanças aparecem em especial no discurso do jornalismo independente e estaria intimamente ligado às novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs). “A partir da Internet, especificamente por meio das redes sociais, decerto se torna mais simples fazer um trabalho jornalístico

não-convencional, desde a produção até a circulação e o alcance” (REIS, 2017, p. 194).

Um exemplo disso foi o impulso de experiências jornalísticas independentes surgidas na internet a partir das manifestações de junho de 2013, no Brasil. O coletivo *Mídia Ninja*, que teve atuação importante na cobertura e na mobilização de rua por todo o país durante aquele período, utilizou-se largamente dos vídeos postados em redes sociais como Facebook e em canais como Youtube. A ponto desses conteúdos serem incorporados à cobertura de veículos da mídia tradicional (LIMA, 2013).

Mais que isso, esses conteúdos produzidos por jornalistas independentes, não só no caso do *Mídia Ninja* nem apenas no episódio das manifestações, são capazes de gerar pontos de tensão entre a abordagem dessa grande mídia e a da dita independente. Já que, diante da superabundância de informações, difícil é encontrar narrativas jornalísticas confiáveis (LAUK e HARRO-LOIT, 2016).

As transformações no Jornalismo e as repercussões na identidade profissional

Fonseca; Kuhn (2009) chamam atenção para as repercussões das transformações no Jornalismo e a identidade jornalística. “Diante desse quadro de mudanças tão acentuadas, parece-nos pertinente e relevante atualizar a discussão acerca da identidade jornalística, bem como tentar traçar o perfil do profissional que hoje está à frente das principais redações.” (p. 5). Justificam mais ainda essa necessidade a partir do papel social que assume o jornalista. Mesmo

sendo assalariado, converteu-se em ‘vigia social’, fiscal do poder, ou observador neutro, para quem a “objetividade reveste-se do caráter de um ‘mandato civil’ que o alça à condição de representante da sociedade, a despeito das limitações impostas pela realidade da profissão”. (p. 6)

A própria ampliação do mercado de trabalho, forçada pela reestruturação produtiva das empresas de comunicação, aumenta as possibilidades de inserção laboral. Por conseguinte, a identidade jornalística é afetada. “Existe, na atualidade, um alargamento do campo, constatado, principalmente, devido à atuação de jornalistas em espaços outros que não as mídias tradicionais (impresso, rádio, TV, e agora a internet).” (LOPES FILHO; SILVA, 2014, p. 4), embora os trabalhos de assessoria de imprensa sejam presentes desde a década de 1980. Se outras práticas laborais começam a ser engendradas, é de se supor que possam existir outros papéis a serem assumidos pelo profissional jornalista diante das demandas sociais.

A aparição de novas práticas laborais se vincula com os artefatos tecnológicos que se tornaram acessíveis aos procedimentos de produção do Jornalismo. E com mais papéis a serem exercidos, mais perfis profissionais são assumidos. “La variedad de perfiles es tal que cada pocos meses aparecen y desaparecen demandas para cometidos específicos relacionados con la producción de contenidos para la red y en red.” (LÓPEZ-GARCÍA, 2012, p. 56) Mas, e ao mesmo tempo, “no cabe duda de que existen funciones que se han ido consolidando con el tiempo y una serie de tendencias que definen la diversidad de los perfiles de los

profesionales del periodismo en el siglo XXI” (LÓPEZ-GARCÍA, 2012, p. 56).

Embora se tratando, aqui, de uma discussão específica sobre a identidade jornalística, esse movimento é observado de uma maneira mais ampla. “A instabilidade do mundo social dos jornalistas e da quebra, o esmaecimento das fronteiras tradicionais corrobora com nossa ideia de que hoje vivemos um tempo de identidades fluidas, cambiantes, e ao mesmo tempo fragmentadas.” (LOPES FILHO; SILVA, 2014, p. 5) Ora, se falamos que o próprio Jornalismo não suporta apenas um modelo, necessariamente a discussão se amplia mais ainda, porque teremos que considerar a possibilidade de identidade(s) no Jornalismo e de identidades jornalística(s).

Identidade jornalística em momento de mudanças – Elementos metodológicos de análise

A pesquisa sobre identidade jornalística tem que captar essa compreensão. Trabalhos como os de Oliveira (2005), Pereira (2008), Fonseca; Kuhn (2009), Dader (2010), Villegas; Jimenez (2012), Lopes (2013), Agnez (2014), Lopes Filho; Silva (2014) e Carneiro (2016) discutem a temática. Nesses trabalhos, percebe-se uma evolução na discussão que acompanha as próprias transformações. Nos trabalhos iniciais, a identidade jornalística se situa na discussão sobre a reestruturação produtiva vinculada às empresas de comunicação.

Depois, surgem pesquisas relacionadas a nichos específicos do mercado jornalístico mas ainda inseridas em funções ‘tradicionais’ do exercício da profissão, como a assessoria de imprensa. Já Grohmann (2016), Antonioli (2016), Marques-Hayasaki, Roca-Cuberes e Casellas (2016) e Waltz (2017) enveredam por uma discussão que envolve reestruturação produtiva, inserção tecnológica, novos perfis e competências profissionais e a identidade jornalística.

Pensamos que se faz necessário ascender a outro patamar da pesquisa relacionada à identidade jornalística, dessa feita dando relevância às transformações que colocam em cheque os próprios princípios de conceituação e de produção do Jornalismo. Em consonância com os estudos de Deuze e Witschge (2015) e Charron e Bonville (2016) que questionam a percepção do jornalismo com princípios invariáveis e modelo único. Em suma, indagar-se, numa relação intrínseca com a identidade: O que é o Jornalismo hoje? Como se faz Jornalismo hoje? Quem são os jornalistas hoje?

Especificamente para esse trabalho, que se constitui em uma das etapas de uma pesquisa mais abrangente, vamos analisar os elementos de identidade jornalística presentes nas autonarrativas de grupos de produção de jornalismo independente em plataformas digitais. Utilizaremos, nesse caso, procedimentos metodológicos vinculados à etnografia virtual (HINE, 2004) e na análise do discurso, notadamente Fairclough (2001).

Como *lócus* de pesquisa para esse artigo, percorremos o texto que aparece na aba ‘quem somos’ ou ‘sobre’ de 11 (onze)

grupos de jornalistas que se autodeclararam como independentes e disseminam suas produções em plataformas digitais. A seleção dos grupos partiu do projeto ‘Mapa do jornalismo independente’¹, estruturado pela Agência Pública, organização de produção com foco no jornalismo de aprofundamento e de qualidade. Deu-se prioridade às iniciativas que, já em seu texto de apresentação para o levantamento, demonstram claramente seu caráter de independência, com expressões como ‘independente’, ‘alternativa’, ‘contra-hegemônica’, ‘lado B’, ‘livre’, ‘periféricas’ ou que se colocam como contraponto à mídia ‘tradicional’, e declaradas essencialmente como produtoras de jornalismo. A análise tenta responder como as novas práticas profissionais reorientam os conceitos de jornalismo e jornalistas para esses grupos.

Percepções da identidade jornalística – O que nos dizem os jornalistas independentes

As iniciativas de jornalismo independente aqui analisadas foram selecionadas a partir da elaboração do mapa do jornalismo independente, um projeto da Agência Pública, e de acordo com definições indicadas na parte descritiva da base metodológica desse artigo. Para a inserção

dos projetos no mapa, a Pública considerou “aquelas que nasceram na rede, fruto de projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas”². A noção de independência está relacionada a projetos em plataformas digitais, que sejam uma iniciativa coletiva e sem vinculação com os tradicionais ‘proprietários’ dos veículos de comunicação. Essa última característica apontaria para outro elemento de independência, o financiamento, a partir da autossustentabilidade, “uma das marcas desta geração que está surgindo no jornalismo nacional”.

A primeira iniciativa analisada, o Marco Zero Conteúdo (disponível em <http://marcozero.org/sobre/>, acesso em 12/07/2017), de Recife (PE), se assume como um “coletivo de *jornalismo*”³ investigativo que aposta em matérias aprofundadas, *independentes* e de interesse público”. O conceito de independência está relacionado ao financiamento da produção. Para isso, indica que para manter essa orientação de independência “não recebe patrocínios de governos, empresas públicas ou privadas”. A sobrevivência dependeria de “parcerias com algumas fundações e organismos internacionais, com a prestação de serviços editoriais, consultorias, realização de cursos, palestras e, principalmente, com a colaboração e doações voluntárias dos leitores”. Ao final, defende que o “financiamento de

1 Disponível em <http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em 15/07/2017. Alguns trechos inseridos aqui da descrição das iniciativas foram retirados da apresentação inicial feita pela Agência Pública no texto de apresentação dos projetos.

2 Texto de apresentação do ‘Mapa do jornalismo independente’. Disponível em <http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>. Acesso em 15/07/2017.

3 Nessa parte do texto, os grifos em itálico foram inseridos pelo autor para salientar duas características que orientaram a seleção das iniciativas: de serem produtoras de jornalismo e de se orientarem pela independência de sua produção.

reportagens independentes e de qualidade deve ser feito de forma coletiva, através de doações dos leitores, sociedade civil organizada e organismos internacionais". Em torno de outras práticas jornalísticas, afirmam que abrem espaço "para a narrativa, publicando e incentivando 'histórias bem contadas'".

A iniciativa *Livre.jor* (disponível em <http://livre.jor.br/politica-editorial/>, acesso em 12/07/2017), de Curitiba (PR), é "feito por *jornalistas* e existe desde 2014". A noção de independência está relacionada à origem dos dados utilizados para a produção das matérias. Definiram como regra "só usar dados públicos como matéria-prima para as notícias". Incorporam como ideia de inovação na produção jornalística o fato de "Sempre que possível, o caminho para que qualquer pessoa obtenha os mesmos dados estará descrito na notícia, para encorajar o empoderamento de todos". Enfatizam a baliza do trabalho, "que o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, e que devemos pautar nosso trabalho na precisa apuração dos acontecimentos e na sua correta divulgação".

A Terra sem Males (disponível em <http://www.terrasememales.com.br/quem-somos/>, acesso em 12/07/2017), também de Curitiba (PR), é "projeto que pratica o jornalismo independente, com a colaboração de vários jornalistas, para a produção de reportagens e começou em 2015". A noção de independência está vinculada ao contraponto que busca estabelecer à mídia 'convencional', embora não explicita o que reconheceria nesse âmbito. A missão "é dar voz e visibilidade às populações e povos deixados de lado pelos donos da mídia convencional". Enquanto inovação

na produção jornalística, destaca a "produção de reportagens, sob o ponto de vista dos trabalhadores, com a valorização das imagens como fonte de informação".

O Farol Jornalismo (disponível em <http://faroljornalismo.cc/blog/quem-somos/>, acesso em 12/07/2017), de Porto Alegre (RS), é uma iniciativa de "pesquisa e produção de *novas formas de fazer jornalismo*". Faz alusão às transformações pelas quais passa o jornalismo, enfatizando o viés tecnológico. "Quem está imerso nas discussões sobre o jornalismo sabe que as águas da profissão andam mais agitadas do que nunca. A revolução tecnológica mudou tudo." Referencia essas mudanças na 'maneira' de contar as histórias, o que aponta para o processo produtivo, mas não aprofunda que novas maneiras seriam essas. "Quase todo dia aparece alguém falando de uma nova tendência, de uma nova forma de contar histórias. São tantas as possibilidades que nada fica firme por muito tempo."

O projeto Repórter de Rua (disponível em <http://faroljornalismo.cc/blog/quem-somos/>, acesso em 12/07/2017), de Mossoró (RN), é um "coletivo *independente de reportagem* nascido em Mossoró, interior do Rio Grande do Norte, em 2013". Não traz nenhuma indicação sobre a dimensão de sua independência, nem sobre inovações na produção do jornalismo. A não ser a indicação de que todas "as reportagens são produzidas em formato multimídia". Enfatiza que o "foco do trabalho da equipe é a reportagem de rua, aquela em que os repórteres 'sujam o pé de lama' e sentem prazer nisso. Uma resposta à fuga do jornalismo narrativo tão em falta nos jornais".

A Agência Mural, (disponível em <http://agenciamural.com.br/agencia-mural/>, acesso em 12/07/2017), de São Paulo (SP), é resultado do blog Mural, “uma agência de *notícias*, de informação e de inteligência sobre as *periferias* de São Paulo”. Partem de um discurso de crítica à produção do jornalismo para chegar a seu foco de atuação.

Na última década, principalmente, os recursos reduzidos dos meios de comunicação, a velocidade de publicação exigida pela revolução tecnológica e a crescente complexidade do contexto urbano fizeram com que o noticiário na capital paulista, a maior cidade da América do Sul, se concentrasse cada vez mais no ‘fácil, rápido e simples’. Ou seja, no que acontece nas proximidades das redações, em mundos muito próximos e conhecidos de seus jornalistas, que também vivem nas imediações – o “centro”, onde fica concentrado o poder econômico e político das grandes áreas urbanas. (MURAL, A. Disponível em <http://agenciamural.com.br/agencia-mural/>. Acesso em 12/07/2017)

A noção de independência parece estar relacionada exatamente ao contraponto que deve ser estabelecido entre o ‘centro’ e a ‘periferia’. Ou seja, aqueles que se inserem na denominação ‘centro’ estariam vinculados ao poderio econômico e político que esquece as demandas da ‘periferia’. “Esses correspondentes, jornalistas, comunicadores e blogueiros residentes dos bairros e cidades que cobrimos, são especialistas em suas regiões e usam as ferramentas do jornalismo de boa qualidade para contar as histórias que ninguém conta.” Quanto ao processo produtivo no jornalismo, “publicar informações que sejam relevantes, úteis, para que todos

possam se sentir parte da mesma realidade e capazes de transformá-la”.

Nexo (disponível em <https://www.nexojornal.com.br/about/Sobre-o-Nexo>, acesso em 12/07/2017), de São Paulo (SP) e Brasília (DF), é um “*jornal digital*” criado em 2015. Para o projeto, sua vinculação à independência estaria em torno de sua produção jornalística, “apresentar temas relevantes de forma clara, plural e *independente* é essencial para qualificar o debate público”. E oferecer aos leitores “informações contextualizadas, com uma abordagem original”, sem destacar o que entenderia por ‘originalidade’, que sugere uma reorientação ou do discurso ou mesmo das rotinas produtivas do jornalismo.

A Agência Anota (disponível em https://www.facebook.com/pg/AgenciaAnota/about/?ref=page_internal, acesso em 12/07/2017), nascida em Brasília (DF), é um “*Coletivo de jornalistas, economistas, historiadores e advogados* criado em 2011 com o intuito de produzir informação *contra-hegemônica*”, o que faz parecer que investe num conteúdo diferenciado, sua orientação de independência, da mídia hegemônica. Em torno da produção, a ideia é simples: “contar a história como ela é, aproveitando o espaço da web para discutir sobre os mais variados temas, como democratização da comunicação, humor, esporte, cultura e política”, sempre “experimentando, avançando e aprendendo”.

Já o Maruim (disponível em https://www.facebook.com/pg/midiamaruim/about/?ref=page_internal, acesso em 12/07/2017), de Florianópolis (SC), também é um “*Coletivo de jornalismo* fundado

em 2014 para provocar um debate público amplo e plural que construa a transformação da realidade”. O trabalho envolve “luta pela democratização da mídia, produção de conteúdo jornalístico que dispute a narrativa da Grande Florianópolis e formação de uma rede com outras iniciativas de mídia *contra-hegemônica*”. Também sustenta sua independência no contraponto com a mídia ‘tradicional’. Essa orientação é reforçada com a ideia de que “não pode haver democracia enquanto o aparato midiático estiver todo concentrado nas mãos de poucas famílias da elite brasileira”. O ‘novo’ se ampara em um “modelo sem fins lucrativos e formado sobretudo por jovens recém-formados”.

O Coletivo Catarse (disponível em <https://coletivocatarseblog.wordpress.com/#slide-3>, acesso em 12/07/2017), nascido em Porto Alegre (RS), mas hoje com atuação também na Bahia, reúne “comunicadores comprometidos com a construção de alternativas que fortaleçam a cultura e o *jornalismo independente* e enriqueçam o debate sobre temas de interesse público”. A inovação pode ser assumida enquanto elemento de gestão, pois “organizado nos princípios do cooperativismo, autogestão e economia solidária”, o que aponta, também, para uma noção de independência em termos de sustentabilidade financeira. Nas estratégias de produção, desenvolve trabalhos a partir de uma “perspectiva de comunicação integrada, transdisciplinar, compartilhamento do conhecimento, fomento de redes e formação com caráter articulador e mobilizador, procurando gerar autonomia e emancipação nas pessoas envolvidas”.

A Gênero e Número - Narrativas pela equidade (disponível em <http://www.generonumero.media/institucional/#somos>, acesso em 12/07/2017), nascida no Rio de Janeiro, é uma iniciativa “*independente de jornalismo* de dados voltada ao debate de gênero”. Propõe-se a levantar, tratar e a expor dados e evidências em conteúdos de múltiplos formatos – com reportagens em texto e em vídeo, visualizações de dados interativas, ou mesmo apresentando os bancos de dados construídos ou analisados ao longo das apurações. Reconhece as transformações que impactam o jornalismo, e assume que o tratamento de dados é o principal diferencial do processo de produção da informação jornalística. “Se a forma de produzir e acessar informação mudou, a importância de se ter ao alcance dados e histórias que retratem a realidade com precisão só aumentou.” Em torno do conteúdo do jornalismo, defende que a “informação de qualidade, verdadeira, checada e contextualizada continua sendo uma contribuição valiosa do jornalismo aos debates que pautam a sociedade e às lutas travadas nas ruas e nas redes”.

Algumas considerações sobre a ‘independência’ no discurso das iniciativas

Nossa proposta, durante esse artigo, foi a de explorar a discussão sobre a identidade jornalística a partir de algumas indagações. O que é o Jornalismo hoje? Como se faz Jornalismo hoje? Quem são os jornalistas hoje? Isso circunscrito ao discurso das iniciativas de jornalismo independente

veiculadas em plataformas digitais. No entanto, a partir da análise do material empírico, recolhido sob as definições metodológicas, outros parâmetros de análise nos chamaram atenção, talvez até mais basilares que os inicialmente propostos. Antes de saber qual a percepção das iniciativas de jornalismo independente sobre a própria profissão, nos pareceu importante perceber qual a compreensão dessas iniciativas da própria noção de independência, vinculada a seus projetos. Perceber que elementos dão conta dessa independência e são justificáveis pelo discurso dos coletivos.

Uma dúvida poderia pairar sobre a validade dessa reorientação de análise. Ora, se a discussão inicial trabalhava na perspectiva de determinadas indagações, consideradas pontos de partida para a apropriação do contexto, do referencial teórico e das bases metodológicas de análise, como a postulação de outro questionamento não inviabilizaria esse constructo? Justifica-se pelo caráter complementar que as novas indagações oferecem ao tema proposto. Antes mesmo, a percepção do que seja a independência no jornalismo é uma questão que pode ser diferencial na própria definição, numa pesquisa mais aprofundada, que tencionamos percorrer, do próprio recorte do material empírico a ser analisado. E que mantém correlações diretas com a temática mais ampla, qual seja a das transformações pelas quais passa o jornalismo e seus reflexos na identidade jornalística. Assume-se, aqui, o caráter inicial desse trabalho e seus riscos de incompletude.

Reconhecida a reorientação das expectativas iniciais, que concretiza a própria dinâmica do trabalho da pesquisa

acadêmica, podemos indicar alguns achados. Embora catalogadas como jornalismo independente, pelo mapa elaborado pela Agência Pública, as iniciativas, aqui analisadas, muitas vezes não conseguem explicitar, em seu próprio discurso, qual vinculação teriam com essa pretensa 'independência'. De certa maneira, a conjugação das características elencadas pela Agência Pública, para que as iniciativas figurassem em seu mapa, poderiam fortalecer essa classificação. Mas o mesmo não se verifica.

Em algumas iniciativas, apenas a característica de serem 'coletivos', como condição de independência, é explicitamente mencionada em seus discursos – partindo-se da pressuposição que todas as iniciativas são disponibilizadas em plataformas digitais. Outras iniciativas seguem as condicionalidades da Agência Pública e reafirmam que a independência está vinculada ao contraponto estabelecido entre mídia independente e mídia convencional ou em relação aos modelos de propriedade e financiamento inerentes a seu funcionamento.

Outras características, no entanto, a partir dessa análise com uma base de dados bem reduzida, apropriada ao espaço aqui disponível para a discussão, podem ser acrescentadas a essa tentativa de categorização. Uma, bastante significativa, é relacionada ao contraponto estabelecido entre centro versus periferia, numa correlação entre mídia independente e mídia convencional. É interessante que, do ponto de vista de que essas iniciativas sejam associadas à utilização de tecnologia intensiva, o parâmetro espacial físico ainda seja apropriado como definição de independência jornalística.

Outra característica, que acrescenta à definição de um jornalismo independente, se situa no debate mais amplo sobre as esferas pública e privada de prospecção dos dados utilizados para as produções jornalísticas. A utilização de apenas dados públicos, ao mesmo tempo em que incorpora o usuário da informação nos procedimentos de garimpagem desses dados, fortalece o parâmetro de transparência do jornalismo independente, e de valorização da responsabilidade social vinculada à produção do jornalismo. Sem esquecer a relação direta com a utilização intensiva da tecnologia nos procedimentos de apuração da informação.

Uma discussão complementar, não prevista inicialmente, se refere a como essa independência repercute na inovação no jornalismo. Pelo discurso apresentado pelas iniciativas (oferecer aos leitores “informações contextualizadas, com uma abordagem original” –Nexo; sempre “experimentando, avançando e aprendendo” –Agência Anota), essa é uma vinculação explícita. No entanto, não consegue avançar em seus detalhamentos, ficando circunscrita ao campo das boas intenções. Tanto é que as autonarrativas também apenas reforçam discursos de determinados princípios do jornalismo, apenas deixados de lado, seja pela mídia convencional, seja pelas experiências independentes (o “foco do trabalho da equipe é a reportagem de rua, aquela em que os repórteres ‘suja[m] o pé de lama’ e sentem prazer nisso” –Repórter de Rua; quanto ao processo produtivo no jornalismo, “publicar informações que sejam relevantes, úteis, para que todos possam se sentir parte da mesma realidade e capazes de transformá-la” –Agência Mural).

Com os próximos passos da pesquisa, envolvendo as entrevistas de profundidade e a análise dos conteúdos jornalísticos produzidos, essas e outras discussões certamente poderão ter uma melhor fundamentação. ■

[**EDGARD PATRÍCIO**]

É jornalista, professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. Coordenador do grupo de pesquisa PráxisJor – Práxis no Jornalismo.
E-mail: edgard@ufc.br

[**RAPHAELLE BATISTA**]

É jornalista, mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. Participante do grupo de pesquisa PráxisJor – Práxis no Jornalismo.
E-mail: raphaellebatista@gmail.com

Referências

AGNEZ, Luciane Fassarella. **Identidade profissional no jornalismo brasileiro**: a carreira dos correspondentes internacionais. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília – 2014.

ANTONIOLI, Maria Elisabete. **Jornalismo e jornalistas**: uma discussão acerca do perfil do profissional. Texto apresentado no 14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Palhoça (SC), 2016. Disponível em <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2016/paper/viewFile/107/175>. Acesso em 10/06/2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARNEIRO, Cristine Gerk Pinto. **Identidade jornalística e mediação midiática no século XXI**. Trabalho apresentado durante o IV Encontro Regional Sudeste de História da Mídia. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <http://www.historiadamidiasudeste.com/uploads/8/0/3/0/80305748/j09.pdf>. Acesso em 19/02/2017.

CHARRON, Jean. BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Novos pactos com os públicos e mais transparência**. Dezembro de 2016. <https://jornalismonobrasilem2017.com/novos-pactos-com-os-p%C3%BAblicos-e-mais-transpar%C3%Aancia-6048fabbc6a1>. Acesso em 27/07/2017.

DADER, José Luis. La débil identidad del periodismo en la hipermodernidad. **Nueva Revista** – número 128 [6] – 2010.

DEUZE, Mark Deuze; WITSCHGE, Tamara. Além do jornalismo. **Leituras do Jornalismo**. Ano 02 – v. 02, n. 04 – Julho-Dezembro de 2015.

FONSECA, V. P. S; SOUZA, P. H. R. (2006) O pós-fordismo na produção jornalística. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 15, p. 1-18, julho/dezembro.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira; KUHN, Wesley Lopes. Jornalista contemporâneo: Apontamentos para discutir a identidade profissional. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 21, p. 57-69, julho/dezembro 2009.

GROHMANN, Rafael do Nascimento. O trabalho do jornalista a partir dos processos comunicacionais e produtivos: dimensões teóricas em cenário de flexibilização e

tensionamentos identitários. **Estudos em jornalismo e mídia**. v. 13, n. 1. Janeiro a Junho de 2016.

HINE, Christine. **Etnografía virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAUK, Lauk. HARRO-LOIT, Halliki. **Journalistic Autonomy as a Professional Value and Element of Journalism Culture: The European Perspective** (2016).

LIMA, V. **Mídia, rebeldia urbana e crise de representação**. In: Cidades Rebeldes. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 89-94.

LIMA, V. **Existe jornalismo independente?** (2009) Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/existe_jornalismo_independente/. Acesso em 27/07/2017.

LOPES FILHO, Boanerges Balbino; SILVA, Rafael Pereira da. **Em tempos de mudanças estruturais: a busca pela compreensão do ethos discursivo e da identidade dos jornalistas em Assessoria de Imprensa**. Trabalho apresentado durante o XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Foz do Iguaçu, setembro de 2014. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1581-1.pdf>. Acesso em 19/02/2017.

LOPES, Fernanda Lima. **Ser jornalista no Brasil: identidade profissional e formação acadêmica**. São Paulo: Paulus, 2013.

MARQUES-HAYASAKI, Paula; ROCA-CUBERES, Carles; CASELLAS, Carles Singla. Nuevos perfiles profesionales y competencias en el ámbito periodístico: revisión de la literatura y entrevistas a profesionales en España. **Brazilian Journalism Research** – v. 12, n. 3 – 2016.

OLIVEIRA, Michele Roxo. **Profissão jornalista: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação – Unesp, Bauru, 2005.

PEREIRA, F. H. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil: identidade, práticas e transformações no mundo social**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, 2008.

REIS, Mariana. Comunicar, resistir: um olhar sobre as práticas discursivas em rede do jornalismo independente no Brasil. **Vozes&Diálogo**. Itajaí, v. 16, n. 01, jan./jun. 2017.

ROXO, Michelle; GROHMANN, Rafael. Sentidos do Empreendedorismo no Campo Profissional Jornalístico. **Comunicom** 2014. Disponível em http://www.espm.br/download/Anais_Comunicon_2014/gts/gtum/GT01_Grohmann.pdf. Acesso em 11/07/2017.

VILLEGAS, Juan Carlos Suárez; JIMÉNEZ, Eva. La identidad de los periodistas españoles, entre el ideal y la realidad. Análisis de las intervenciones parlamentarias realizadas en el Congreso de los Diputados en 1994 y 2004. **Anàlisi** 47, 2012.

WALTZ, Igor. Mídia NINJA e o ethos profissional dos jornalistas: a ascensão da mídia livre sob a ótica da redação dos veículos de massa. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 24, jan./jun. 2017.